

REVISTA
UNIABEU



Revista UNIABEU, V.12, Número 31, maio-agosto de 2019.

ISSN 2179-5037

SUMÁRIO

- A associação de reciclagem de Presidente Epitácio-Arpe: trabalho solidário ou sociabilidade no trabalho?** 1-15
Luciana Codognoto da Silva; Alzira Salete Menegat
- As políticas públicas no município de São Paulo e a gestão escolar no ensino fundamental: revisão narrativa.** 16-31
Rosana Cognolato; Jane Kelly Oliveira Friestino
- Uma distinção entre a dialética e a reminiscência no Fedro de Platão** 32-45
Hedgar Lopes Castro
- Didática da Educação Física no ensino superior: uma revisão literária** 46-58
Ana Flávia Cardozo Vitória; Caio Tavres Arraes; Maria das Dores Pinto Sant'Ana; Francis Natally de Almeida Anacleto
- O lugar da mulher na ciência: algumas considerações** 59-68
Nereide Aparecida Pagani Galvão; Josiane Peres Gonçalves
- A “permanência de Inês” em invenção de Orfeu, de Jorge de Lima** 69-81
Luciano Dias Cavalcanti
- Vida, verdade e propriedade para quem? O conflito entre Israel e Palestina** 82-89
Jucyelle Weliza Dutra; Eduardo Dias da Silva
- Linguagem, hegemonia e intervenção profissional: uma análise à luz da pedagogia do oprimido** 90-102
Ramayane Vale Moreira; Elaine Ferreira Nascimento
- Impactos do PROUNI e do FIES no desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços educacionais listadas na B3** 103-115
José Eduardo Guimarães Siqueira Mattos; José Maria Dias Filho; Nayara Batista Moreira
- As implicações da emenda constitucional n. 95/2016 na gestão pública brasileira** 116-134
Jefferson Rafael Soares de Oliveira, Richard Medeiros de Araújo
- Qualidade de vida no trabalho: um estudo à luz dos frentistas de postos de combustíveis** 135-153
Luis Eduardo Brandão Paiva; Guilherme Davi Lousada Pontes; Tereza Cristina Batista de Lima
- Análise dos procedimentos de comércio justo para candidatura à certificação Fairtrade (FLOCERT)** 154-170
Joana Stelzer, Gustavo Kobus Granemann
- A permanência do aluno no curso de graduação a distância: a visão do tutor** 171-195
Richard Medeiros de Araújo, Bárbara Regina Lopes Costa; Susana Ester Kruger Dissenha
- O uso dos mapas mentais e conceituais para materialização do pensamento humano** 196-211
Rosa A S M da Motta; Altemar Sales Oliveira; Saulo Barbará de Oliveira

Análise das teorias *pecking order* e *trade-off* no contexto de elevado endividamento de empresas brasileiras 212-227

João Victor de Oliveira Souza; Alexandre Teixeira Norberto Batista; Henderson Leonidas Sales; Roberto Silva da Penha

Fatores de risco para doenças cardiovasculares em assistentes administrativos de uma universidade pública no estado de Alagoas 228-243

Isaías Vicente Santos; Matheus Soares da Silva Cavalcanti; Fernanda Pires Rodrigues de Almeida Ribeiro; Evandro Cabral de Brito; Geórgia Maria Ricardo Félix dos Santos; Juliane Cabral Silva

Álcool na gestação: na ótica dos profissionais da saúde do pré-natal de um hospital universitário 244-254

Claudemir Santos de Jesus; Daniele Ribeiro Dias; Valdecir Herdy Alves

Adolescência X Gravidez: As contribuições preventivas do enfermeiro na ótica da educação em saúde 255-270

Wanderson Alves Ribeiro; Jaqueline Constantino de Lima; Madalena de Oliveira Silva Santos Souza; Bruna Porath de Azevedo Fassarella; Aramis Alves da Silva; Leandro Sperendio de Oliveira; Kelli Cristina Dutra da Silva Santiago Ranauro; Carla Santos de Campos da Silva Carlota

Riscos associados ao uso irracional do descongestionante nasal: cloridato de nafazolina 271-283

Ana Sueli Borges; Clecilene Gomes Carvalho; Sérgio Ricardo Magalhães

Desenho industrial e sociedade: mapeamento das embalagens de cosméticos na base de dados do instituto nacional de propriedade intelectual (INPI) 284-293

Simone Maria da Silva Rodrigues; Mario Jorge Campos Santos

A ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM DE PRESIDENTE EPITÁCIO - ARPE: TRABALHO SOLIDÁRIO OU SOCIABILIDADE NO TRABALHO?

Luciana Codognoto da Silva¹
Alzira Salete Menegat²

Resumo: Este estudo objetiva destacar as possíveis ações de sociabilidade no trabalho com os recicláveis e a presença ou não de trabalho solidário no cotidiano de homens e mulheres, sócios/as da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio - ARPE, localizada no interior do Estado de São Paulo - SP. Utiliza-se a metodologia em História Oral, com o emprego de entrevistas semiestruturadas, somando à análise documental, proveniente de arquivos cedidos pela Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio e da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Percebe-se que este espaço de atuação com os recicláveis tem possibilitado aos/às participantes desta pesquisa novas experiências pessoais e profissionais, a partir do momento em que estabelecem importantes laços de sociabilidade no trabalho. Em suma, constata-se maior presença de sociabilidade no trabalho local com os recicláveis do que a aplicação real de princípios relativos à Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária. Relações Sociais. Trabalho com Recicláveis.

THE RECYCLING ASSOCIATION OF PRESIDENTE EPITÁCIO - ARPE: SOLIDARITY WORK OR SOCIABILITY AT WORK?

Abstract: This study aims to highlight the possible actions of sociability in the work with recyclables and the presence or not of solidarity work in the daily life of men and women, members of the Recycling Association of Presidente Epitácio - ARPE, located in the interior of the State of São Paulo - SP. The methodology is used in Oral History, with the use of semi-structured interviews, adding to the documentary analysis, from archives given by the Municipality of Presidente Epitácio and the Recycling Association of Presidente Epitácio. It is noticed that this space of action with recyclables has enabled the participants of this research new personal and professional experiences, from the moment they establish important ties of sociability at work. In sum, there is a greater presence of sociability in local work with recyclables than the real application of principles related to the Solidarity Economy.

Keywords: Solidarity Economy. Social Relationships. Work with Recyclables.

¹ Pós-Doutoranda e Doutora em Psicologia (UNESP/Assis). Mestre em História (UFGD) e Graduada em Psicologia (UNIGRAN). Professora Adjunta Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA)

² Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É professora Associada II Universidade Federal da Grande Dourados, integrando o corpo docente da Faculdade de Ciências Humanas, no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Introdução

A presente pesquisa trata de um estudo sobre trabalho e vida de mulheres e homens, sócias e sócios da ARPE - Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio (SP), formada por homens e, em sua maioria, por mulheres catadoras que desde o ano de 2003 passaram por uma nova experiência de organização e realização coletiva das atividades de coleta e comercialização de resíduos sólidos em seu Município. No contato, com diferentes grupos de catadoras/es, optou-se pelo estudo da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, uma vez que ela tem se apresentado como um dos grupos mais estruturados da Região do Oeste Paulista.

A História do Tempo Presente, associada às entrevistas em História Oral e ao trabalho com as fontes documentais, dentre elas os arquivos do Poder Executivo Municipal de Presidente Epitácio e os arquivos provenientes da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, irão compor o objeto de estudo desta pesquisa, que será analisado a partir do aporte teórico dos estudos históricos e sociológicos que abordam as temáticas de Sociabilidade no Trabalho e Economia Solidária no Brasil.

A Economia Solidária caracteriza-se por ser um modelo diferenciado daquele proposto pela lógica capitalista de produção, uma vez que ela tem como um de seus pressupostos a valorização da pessoa humana e o combate à competição individualista. Entretanto, constataram-se, durante essa pesquisa, importantes conceitos que ora convergem ora divergem de muitos princípios seguidos pelo trabalho solidário. Nessa perspectiva, pergunta-se: A Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio tem como base de seu trabalho os pressupostos advindos da Economia Solidária ou ela tem se caracterizado enquanto local de trocas dialógicas, atuando sob a forma de sociabilidade no trabalho?

Por se tratar de uma pesquisa realizada entre os anos de 2009 e 2011, observa-se a importância dela nos dias atuais no âmbito das políticas públicas, nas discussões acadêmicas sobre o tema e para posterior problematização histórica do trabalho coletivo de homens e mulheres na reciclagem, uma vez que os sócios e as sócias da Associação contribuem para que os materiais considerados mortos e obsoletos retornem às linhas de produção, amortizando o volume de dejetos

destinados ao lixo, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e a geração de renda.

Para refletir sobre esta inquietação, esta pesquisa encontra-se dividida em três partes. Na primeira, será realizada uma discussão teórica sobre o tema Economia Solidária e sua aplicabilidade no Brasil, abordando as contribuições de Organizações Políticas, Universitárias e Não Governamentais. Em um segundo momento, será apresentada a metodologia da pesquisa – o trabalho com a História Oral, mediante entrevistas semiestruturadas com sócias e sócios da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, além da análise documental proveniente da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio e da Associação estudada. Por fim, serão problematizadas as práticas de trabalho na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, de forma a esclarecer se este espaço de atuação profissional tem se constituído como um local onde são aplicados pressupostos advindos da Economia Solidária ou se apenas existem laços de sociabilidade no trabalho com o manuseio dos recicláveis.

Economia Solidária: Diálogos Históricos e Conceituais

Singer (2005) caracteriza a Economia Solidária como fonte de cidadania fundamentada nos direitos humanos, nos valores culturais, sociais e ambientais. Baseada no princípio da equidade da riqueza produzida, suas práticas visam transformar o econômico em social, ao apresentar, como finalidade, a participação da sociedade nas relações de produção e organização da riqueza. Esse novo modelo de trabalho surgiu no Brasil em resposta à crise de 1980, momento em que muitas indústrias entraram em processos de falência, o que resultou no aumento considerável do desemprego no país.

A questão crucial desse processo estava em levar aos trabalhadores/as os princípios solidários no sentido de possibilitar-lhes à igualdade no mundo do trabalho, expresso pelo direito ao voto individual, poder de decisões em grupo e a participação direta nas relações trabalhistas. Nessa perspectiva, o termo Economia Solidária pode ser entendido a partir das contribuições de Singer:

A Economia Solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionaram o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a Primeira Revolução Industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira crise. A Economia Solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que, mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual (SINGER, 2004, p. 11).

Considerando essas concepções, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante o crescimento econômico compartilhado pelos seus participantes, sem distinção de gênero, idade e raça, o que significa considerar o ser humano em sua integralidade, como pessoa e finalidade das atividades econômicas.

Para Sousa (2008), esta nova forma de organização do trabalho passou a ganhar espaço social na medida em que se buscaram alternativas de superação da crise, provocada pelo desemprego. A concepção teórica de Economia Solidária começou a despontar no Brasil durante a década de 1980, sendo prioritariamente consolidada na segunda metade dos anos 90, momento em que houve a sua disseminação nos debates sociais e políticos em relação às novas formas de organização do trabalho.

Há que se destacar que essa onda solidária ganhou impulso no Brasil durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que institucionalizou, a partir de seu primeiro mandato, uma política centrada nos pressupostos de uma economia voltada ao social. Com o objetivo de possibilitar a divulgação e o desenvolvimento da Economia Solidária no país, foi instituída, pelo Governo Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, tendo como diretor responsável o economista Paul Singer e, em 2003, foi criado o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A partir desse momento, essa nova forma de organização passou a alcançar um *status* de política pública no Brasil.

A criação do SENAES, pelo Governo Federal, fez referendar os encaminhamentos que vinham sendo conduzidos no âmbito social, uma vez que, anterior a esse período, as iniciativas de uma economia voltada à erradicação da pobreza passaram a ganhar impulso no país frente às ações de vários segmentos e grupos sociais, dentre eles: os Movimentos Populares, Ongs, Igrejas e Incubadoras que apoiavam a constituição e a articulação de debates e estratégias de combate ao

desemprego, de incentivo à geração de emprego e renda e, sobretudo, de promoção de ações políticas contra a denominada vulnerabilidade social. Logo, esse setor tem se constituído em uma importante resposta da sociedade às mudanças nas relações de trabalho, disseminadas pela lógica capitalista.

É necessário destacar que o meio acadêmico também se mobilizou em torno da discussão dos pressupostos solidários, que repercutiu na instituição, em 1990, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs. Esse empreendimento tinha como objetivo assessorar as camadas pobres da sociedade através da formação, capacitação e inserção de cooperativas e associações em distintos ramos no mercado de trabalho brasileiro. As ITCPs estavam integradas à Unitrabalho – Fundação voltada à Assessoria e aos Estudos do Movimento Operário no Brasil – e encontram-se vinculadas, atualmente, à Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho.

Destarte, entidades, como a Cáritas, vinculada ao órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, a Federação das Cooperativas de Trabalho – Fetrabalho e a Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educação – FASE, no Estado do Rio de Janeiro, mostraram-se como órgãos essenciais para a difusão da Economia Solidária no país. Em relação aos movimentos sindicais que apoiaram os empreendimentos solidários encontram-se: a Unisol, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Assim, a explanação sobre a temática da Economia solidária em meio ao contexto histórico e socialmente constituído permitirá aferir sobre alguns encaminhamentos efetivados às formas de trabalho na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, local desta pesquisa. Serão realizadas análises de pontos importantes dessas reformulações, haja vista que a concepção teórica sob a qual fundamenta essa pesquisa colide, mas também diverge de muitos pressupostos solidários, amplamente percebidos em momentos variados dos depoimentos das/os entrevistadas/os.

Metodologia

A História do Tempo Presente será uma das principais vias para se problematizar esta pesquisa. Recorre-se a ela por se tratar de um tempo mais recente de análise, em que as pessoas e o contexto envolvidos estão ainda atuantes, relacionando, entre si, o trabalho com as metodologias em história oral e análise de documentos impressos.

Na referida Associação, observou-se um percentual significativo de mulheres, correspondendo ao número de 33 (trinta e três), ou seja, 75% de um total de 44 (quarenta e quatro) sócios/as, entre homens e mulheres, que se fizeram presentes durante o momento de pesquisa na Associação, que abrangeu o período de janeiro de 2009 a janeiro de 2011. Um dos fatores que mais chamou a atenção foi a grande quantidade de mulheres associadas e em cargos de lideranças na Associação e a participação majoritária feminina em movimentos de catadores.

Apesar do número elevado de mulheres na referida Associação, optou-se por realizar entrevistas não apenas com as sócias, mas também com os homens sócios, de diferentes idades, de participação ou não em cargos de liderança e de distintas trajetórias de vida pessoal. Houve a preocupação de se considerar somente alguns aspectos que os/as caracterizam na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, como forma de preservar suas identidades e suas histórias de vida. Assim sendo, as/os participantes serão evidenciadas/os ao longo do texto somente pelas iniciais de seus nomes, idade e, possivelmente, a posição que ocupam na Associação.

As entrevistas foram realizadas mediante a utilização do gravador de áudio, seguido do pedido de autorização das/os participantes. Considerou-se relevante o trabalho com entrevistas temáticas semiestruturadas dentro da metodologia da História Oral, uma vez que permitiu às/aos participantes a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto e, à pesquisadora, o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, tal como enfatizaram Boni e Quaresma (2005).

A partir disso, optou-se em transcrever os trechos das entrevistas a partir da norma culta da língua portuguesa, como recomendado nos estudos de Whitaker (2002), sem, no entanto, modificar o sentido das frases ou dos conteúdos relatados pelas/os depoentes. Tais aspectos assinalam uma atitude de respeito, consideração

e valorização das falas das pessoas simples, participantes diretas da construção dessa pesquisa.

Além das entrevistas em História Oral, serão utilizadas fontes documentais, dentre elas: os arquivos do Poder Executivo Municipal de Presidente Epitácio e os arquivos provenientes da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Dentre os arquivos do Poder Executivo, serão realizadas análises da Lei e da Minuta da Lei nº 2.023/2006, que versam sobre o termo de parceria/convênio firmado entre Prefeitura e Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Nessas análises, intenta-se compreender como a Associação estudada tem ou não se estruturado nos modelos propostos pela Economia Solidária e como as ações da Prefeitura, embasadas nos trâmites da referida Lei, têm possibilitado ou não autonomia a essas/es trabalhadoras/es no espaço local de manuseio dos recicláveis.

Por fim, reporta-se aos documentos de arquivo da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, representados pela análise do Estatuto da ARPE, de 21 de março de 2003, a qual estabelece as diretrizes de trabalho da Associação no Município. A partir dele, objetiva-se verificar como são estabelecidas as relações de trabalho no espaço estudado e como a elaboração de um documento próprio tem permitido a essas/es trabalhadoras/es uma ação política organizada no cenário local de coleta e comercialização dos resíduos sólidos.

A Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio: trabalho solidário ou sociabilidade no trabalho?

Primeiramente, destaca-se o papel do Poder Público Municipal nos processos de constituição e estruturação do trabalho desenvolvido pela Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Esse fato está consolidado em um termo de parceria/convênio entre ambas as partes, Prefeitura e Associação de Reciclagem, expresso na Lei Municipal nº 2.023/2006. A análise do documento municipal ratifica que: “O presente convênio objetiva oficializar as obrigações e responsabilidades das partes conveniadas no sistema de coleta seletiva de lixo no município de Presidente Epitácio” (Minuta da Lei Municipal nº 2.023/2006, de 14 de junho de 2006. Cláusula Primeira - Do Objeto. p. 01).

Em relação às atribuições referentes à Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, pode-se verificá-las na análise do Artigo 4 do Estatuto da

ARPE, de 21 de março de 2003, que prevê os seguintes pontos sobre o trabalho de homens e mulheres na coleta seletiva de recicláveis do Município:

- I - desenvolver sistema de coleta seletiva de resíduos;
- II - promover o voluntariado;
- III - sistema complementar e alternativo de assistência social;
- IV - desenvolver atividades de beneficiamento, processamento e tratamento de resíduos;
- V - desenvolver as atividades e unidades de produção e trabalho junto as associação de bairro e comunidades carentes;
- VI - integrar as atividades com demais instituições do terceiro setor;
- VII - desenvolver modelo de sustentabilidade;
- VIII- organizar atividades como: treinamentos, cursos, seminários, feiras, exposições, desfiles e eventos;
- IX - desenvolver programas de apoio aos profissionais;
- X - proteção ao meio ambiente;
- XI - coleta e trabalho com resíduo industrial;
- XII - desenvolver atividades de alfabetização de adultos; XII - Apoiar e desenvolver atividades desportivas e de lazer (Artigo 4 – Das Finalidades da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Estatuto da ARPE, elaborado em 21 de março de 2003. p. 02).

É possível perceber a via de contramão aos pressupostos da Economia Solidária em relação à formação e à configuração do trabalho desenvolvido na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, uma vez que os empreendimentos nela realizados não se apresentam de forma autônoma, mas dependentes, principalmente dos recursos financeiros lá aplicados pela Gestão Pública Municipal.

Nas palavras de Sousa, os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria “[...] não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos em ação” (SOUSA, 2008, p. 56). Desse modo, afirma-se o contraponto às ideias apregoadas pela Economia Solidária, na medida em que a falta de condições materiais de trabalho e, conseqüentemente, o apoio externo advindo da Prefeitura de Presidente Epitácio auxiliam no processo de obtenção de renda dessas/es trabalhadoras/es e não a alteração das correlações de força existentes no mercado de trabalho local dos recicláveis.

Faz-se importante salientar as palavras de Singer (2005) acerca da Economia Solidária. De acordo com o autor, essa nova prática busca resgatar a unidade do processo de produção, onde os/as trabalhadores/as seriam proprietários/as dos meios que utilizam para a realização de seus trabalhos.

Ademais, ela apresenta o princípio de autonomia, possibilitando às pessoas e aos grupos considerados marginalizados construir seus próprios caminhos, rumo ao desenvolvimento de uma sociedade mais democrática.

Ao se fazer menção à autogestão, pode-se constatar uma ruptura dos princípios de “Propriedade coletiva dos bens de produção” e de “Dimensão econômica” enquanto características da Economia Solidária vinculada à Associação estudada, já que o trabalho solidário tem como meta fundamental propiciar a independência dos/as trabalhadores/as, de modo a fazerem deles/as os/as próprios/as donos/as dos meios de produção e finalidade das atividades econômicas.

Ficou evidenciado que os princípios solidários em relação à Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio ainda não conseguem adentrar o espaço perpetrado pela dimensão econômica. Esse aspecto não faz referência somente à Associação estudada, como também aos grupos de catadores/as em geral, uma vez que necessitam de apoio financeiro para gerir suas atividades com os recicláveis. Tal apoio é estabelecido, em grande parte, por ações de Universidades, Igrejas e Ongs. Nesta pesquisa, essas ações ganham forma sob um termo de parceria/convênio, cabendo ao Poder Público Municipal o custeio de grande parte dos insumos gerados pela Associação e, esta, por sua vez, a realização da coleta e a comercialização dos resíduos sólidos no perímetro territorial do Município.

É nesse jogo de forças que tendem a desaparecer os laços da solidariedade, tanto na organização geral quanto local do trabalho na catação. Apesar de a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio se constituir como instituição juridicamente legalizada mediante o número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e da elaboração e seguimento de um Estatuto que rege a organização do trabalho local e interno com os recicláveis, a autogestão, enquanto princípio solidário e também lema amplamente mencionado pelas sócias e os sócios, se esbarra no aspecto financeiro, marca do capitalismo. Assim, o termo de parceria/convênio, firmado entre Prefeitura Municipal e ARPE, deveria permitir aos/às associadas/os maior autonomia no trabalho, o que, de fato, não acontece, por se tratar de uma estrutura complexa e que estende a sua territorialidade para além da questão social.

Trata-se de um grupo específico de trabalhadores/as que se apresenta no mercado de trabalho desprovidos/as de capital, mas como uma importante marca que caracteriza as suas atuações na catação, a força de trabalho. Assim, a falta de dinheiro, a ausência de infraestrutura e os baixos rendimentos financeiros tornam-se fatores essenciais para a mobilização coletiva desses/as trabalhadores/as. Por meio do trabalho em grupo, essas pessoas buscam novas formas de lidar com a desigualdade social, tornando-se um espaço de entendimento da realidade em que estão inseridos, de maneira a darem importantes passos rumo à desmistificação das armadilhas e artimanhas geradas pelo sistema capitalista.

Nesse contexto, o Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem se apresenta como local de estabelecimento da identidade política dos/as catadores/as, ao possibilitar uma direção alicerçada para os questionamentos e reivindicações de homens e mulheres, conforme relatou uma das entrevistadas:

O Movimento faz isso: ele luta pela nossa categoria, embora, nós *temos (sic)* a consciência que o movimento somos nós mesmos. A gente tenta unir as cooperativas e associações criando força para poder chegar lá em cima e falar assim: nós temos tantas pessoas, nós estamos há tantos anos e pretendemos isso (E.H.P, 33 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2010).

Ao apresentar como principal diretriz a adoção e a consolidação de políticas públicas voltadas ao trabalho com os recicláveis, o Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem tem possibilitado aos/ trabalhadores/as catadores/as o acesso aos programas de financiamentos e empreendimentos direcionados a geração de emprego e a distribuição de renda.

No que diz respeito às experiências de organização interna da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, pode-se afirmar a existência de relações mais solidárias entre seus membros, mediante o valor social dado ao coletivo, à compreensão dos diferentes limites físicos que cada associada/o apresenta com relação à execução do trabalho e a repartição dos ganhos e não ganhos.

Outro ponto significativo refere-se às atividades geridas pela Associação, destacando-se a formulação do Estatuto elaborado pelas sócias e os sócios, contendo as normas e os regimentos norteadores das atividades do grupo como movimento social e espaço de trabalho. Foram evidenciados importantes aspectos

ligados à organização solidária, expressos nas palavras que evidenciam o “Companheirismo”, o “Trabalho Coletivo”, a “Participação”, a “Compreensão” e a “Democracia”. Ao mesmo tempo, evidenciou-se uma orientação severa e tradicional, como expressa nas frases: “Não falte, pois sua falta pode não fazer falta”; “Não devemos desacatar líderes de atividades”; “Não devemos enrolar no trabalho” e “Não devemos chegar atrasado”, estabelecendo, por conseguinte, uma ambiguidade na construção desses termos, que denotam o desejo e também a dificuldade dessas/es trabalhadoras/es em superar formas de trabalho pautadas no sistema capitalista.

Nesse contexto de buscas pela sobrevivência e visibilidade social, esses trabalhadores têm procurado se organizar através de grupos, ou ainda, em associações e cooperativas de trabalho de coleta e triagem de materiais recicláveis, às vezes, aliados a programas de coleta seletiva, como foi observado no caso estudado. Somando-se a isso, há que se destacar o papel essencial do Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem na estruturação e organização do trabalho de pessoas e grupos ligados às experiências de coleta e comercialização de resíduos sólidos em todo o país, em especial da Associação apresentada nesse estudo.

Em relação ao princípio da solidariedade, ele se expressa mediante a contemplação do trabalho como espaço de manifestação real de vida desses trabalhadores/as. Em suma, ele se manifesta não somente como um meio para se conseguir viver, mas um elemento de revelação da vivência cotidiana deles no manuseio dos recicláveis. Nesse ambiente são construídas relações de identificação, ao compartilharem experiências, comungarem desejos e lutarem por melhores condições de vida, segundo consta no depoimento a seguir:

Tem gente aqui que não tem o que comer (chorou). Porque é duro você não ter o que comer, olhar dentro da marmitta do outro e ver só arroz puro, não ter nenhum ovo. Acho que isso faz a gente se apegar aqui: ver as dificuldades e passar todo mundo junto (M.R.P, 43 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 08 de março de 2010).

A Associação da qual fazem parte se apresenta como lugar de existência, não somente de mulheres e homens, como também de novas forças produtivas e

novas relações de produção. As mulheres e os homens entrevistados buscam, mediante os seus trabalhos na Associação de Reciclagem, justificar, legitimar e dar sentido a todos os seus esforços na busca por dignidade, o que significa “ter o que comer e, sobretudo, o que ser enquanto pessoas e grupo social”. Nesse sentido, a identificação surge como elemento fundamental na organização e estruturação do trabalho desenvolvido pela Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, uma vez que é na coletividade que as sócias e os sócios se deparam com os mesmos objetivos pelo sustento de si e da família, bem como da propagação de esforços rumo a melhores condições de vida e visibilidade social.

No que se refere à realização de cursos e treinamentos sobre Economia Solidária, foram evidenciados que os mesmos acontecem mediante a ação do Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem, em parceria com o Comitê Regional do Oeste Paulista, do qual a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio integra desde o ano de 2003. Entretanto, quando questionados/as a respeito do que consistia ser a Economia Solidária e sobre a sua aplicabilidade nesse setor de produção, muitos/as sócios/as relataram “não saber responder sobre esses assuntos”.

Os membros com menor tempo de atuação na Associação (até um ano) afirmaram, em caráter de unanimidade, “não terem ouvido falar sobre o tema Economia Solidária em nenhum momento de suas vidas”. Cabe lembrar que a capacitação para autogestão se inicia com as ações externas de grupos em busca de formação profissional, contemplada em eventos, seminários e cursos ligados às SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária – ou de outros órgãos ou instâncias a ela vinculadas em âmbito nacional, estadual ou municipal. As sócias e os sócios da Associação, em especial as líderes de atividades, relataram não terem realizados cursos, ou ainda, formações sobre Economia Solidária, externas ao Movimento Nacional dos Catadores, como aquelas oferecidas pela SENAES e/ou outros órgãos competentes.

No que se refere à solidariedade, as mulheres e os homens catadoras/es não podem, muitas vezes, contar com essa prática em relação à sociedade capitalista, uma vez que a venda de tudo o que foi coletado pela Associação se efetiva na negociação proposta e vivenciada no momento atual pelo mercado da reciclagem. Sem poder de negociação, essas/es trabalhadoras/es se deparam

diretamente com as oscilações do mercado, o que propicia momentos de crise em seus espaços de trabalho. No período de 2009 a 2011, houve a diminuição considerável dos rendimentos da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, ocasionada pela queda do valor dos recicláveis em âmbito nacional e local, colaborando, por conseguinte, para que muitos associados/as abandonassem o trabalho que desenvolviam há anos.

Apesar de a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio apresentar autonomia interna no gerenciamento das formas de trabalho desempenhadas em seus limites físicos, os fatores “Dimensão econômica” e “Propriedade coletiva dos bens de produção” ainda se apresentam permeados por sérias fragilidades e nuances. Essas questões fazem referência à necessidade de apoio financeiro que a Associação ainda necessita receber do Poder Público Municipal, uma vez que se trata de um grupo específico de trabalhadoras/es, em processo de consolidação e afirmação social, espaço onde as premissas solidárias precisam ser atingidas em maior complexidade, tal como afirmou Martins (2000).

Nessa construção, o grupo estabelece uma codependência com o Poder Municipal, apresentando dificuldades de uma organização coletiva interna e externa. Por isso, todos os encaminhamentos que chegam são aceitos, sobretudo aqueles referentes ao aspecto financeiro, tal como evidenciado em outros grupos sociais, apontados nos estudos tanto de Sader (2000) quanto de Sarti (2006).

Considerações Finais

À guisa de conclusão, esta pesquisa evidenciou, mediante as análises do Estatuto da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio e da Lei Municipal nº 2.023/2006, bem como de entrevistas ligadas à História Oral e da bibliografia proposta sobre o tema, que a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio se pauta apenas em alguns princípios ligados ao trabalho solidário, expressos pela coletividade, repartição dos ganhos e não ganhos e solidariedade entre os seus membros.

Evidenciou-se que o norteamto das atividades coletivas - regras, direitos e deveres - apontados pela elaboração e legalização de um documento próprio, o Estatuto, possibilita a esse grupo de catadores uma ação política organizada no

cenário de trabalho com os recicláveis, mais do que a autogestão, enquanto princípio apontado pela Economia Solidária. Logo, a Associação estudada caminha segundo alguns princípios solidários, mas não com uma perspectiva fundante de estruturação do trabalho pautado no modelo proposto pela Economia Solidária. Já a sociabilidade se apresenta como uma das características centrais que permeiam as relações entre as sócias e os sócios da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio.

Por fim, afirma-se a existência maior de sociabilidade no trabalho com os recicláveis do que a presença evidente de trabalho solidário – pautado nos pressupostos da Economia Solidária – na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Ainda assim, é neste espaço de sociabilidades que os/as participantes desta pesquisa produzem condições para que eles e elas próprios/as tenham vida, gerem seus sustentos e, mais, se constituam trabalhadores/as, sujeitos e grupos sociais, mesmo em meio às adversidades diárias que marcam os seus trabalhos e as suas vidas com os recicláveis.

Referências

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. v. 2, n.1(3), jan-jul/2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em 05 de março de 2010.

Estatuto de Constituição da Associação dos Recicladores de Presidente Epitácio - ARPE. Elaborado em 21 de Março de 2003. 13p. Documento Cedido pela Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. (Disponível nos arquivos da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio).

Lei Municipal nº 2.023/2006, de 14 de Junho de 2006. 01p. Documento Cedido pela Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio - SP. (Disponível nos arquivos da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio).

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2000.

Minuta do Termo de Convênio Firmado Entre a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio e a Associação dos Recicladores de Presidente Epitácio - ARPE. (Lei nº 2.023/2006). 05p. Documento Cedido pela Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio. (Disponível nos arquivos da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio).

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Demerval (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: IEA/USP. n.51, 2004.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. In: *Revista Katál*. v.11. n.1. Jan/Jun. 2008.

WHITAKER, Dulce. *A sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

Submetido em: 16 de setembro de 2018

Aceito em: 31 de julho de 2019

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: REVISÃO NARRATIVA

Rosana Cognolato¹

Jane Kelly Oliveira Friestino²

RESUMO: O presente trabalho analisa, através da revisão bibliográfica narrativa, o panorama das políticas públicas educacionais no município de São Paulo e situações que teoricamente exigiriam do gestor escolar no ensino fundamental uma nova postura. O fio condutor deste estudo foi a democratização do país e do ensino público. As políticas públicas educacionais das diferentes esferas: federal, estadual e municipal, tem incidido sobre a atuação e perfil desejado do gestor público educacional. Perfil este, que tem mudado ao longo do tempo, exigindo que o gestor seja hoje não só um simples administrador, mas também um articulador da gestão democrática. O conhecimento das políticas públicas por parte do gestor, facilita uma administração articuladora e democrática, resultando em uma educação de qualidade social.

Palavras-chave: Gestor escolar; Políticas públicas; Ensino fundamental

PUBLIC POLICIES IN THE CITY OF SÃO PAULO AND SCHOOL MANAGEMENT IN ELEMENTARY SCHOOL: NARRATIVE REVIEW

ABSTRACT: The present work analyzes, through the narrative bibliographical review, the panorama of public educational policies in the city of São Paulo and situations that theoretically would require the school manager in elementary education a new posture. The guiding principle this study was the democratization of the country and public education. The educational policies of different spheres: federal, state and municipal, have focused on the action and required profile of public education manager. This profile has changed over time, demanding that the manager be now not only simply an administrator, but also an articulator of democratic management. Knowledge of these policies by the manager facilitates an administration articulator and democratic, resulting in a social quality education.

Keywords: Public policies; School manager; Elementary school

¹ Secretária de Educação do município de São Paulo. Especialista em Gestão Pública pela UAB/UNIFESP. Professora da rede pública municipal de São Paulo

² Doutora em Saúde Coletiva área de Epidemiologia. Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Chapecó- UFFS. Orientadora da Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Pública – UAB/UNIFESP

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, embora desde 1937 sejam previstos concursos públicos para cargos do magistério, até meados dos anos 1970 existiram várias formas de escolha de diretor escolar. Os diretores escolares em muitos casos eram indicados como cargos políticos, embora houvessem outras modalidades para acesso ao cargo, como concursos, eleições etc. Nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de São Paulo predominava a determinação política, os diretores eram nomeados entre professores já estabelecidos nas escolas, que por sua vez já haviam ascendido ao cargo de professor através do clientelismo político.

Escolhas arbitrárias de indivíduos, assentadas em atributos como *status* social, relações familiares, apadrinhamentos pessoais, permitiram que o político profissional tivesse o diretor de escola como aliado, fazendo com que o primeiro detivesse indiretamente o controle de uma instituição pública (MENDONÇA, 2001). Sendo assim, a indicação de uma pessoa de confiança para um determinado cargo político, caracteriza uma herança do Estado patrimonialista e no caso do cargo de gestor escolar, atinge negativamente sua atuação em questões pedagógicas. (DOURADO, 2001; ABDIAN et al, 2012).

A partir da abertura política dos anos 1980, e da nova Constituição em 1988, se concretiza a busca por uma escola democrática. Na conjuntura dos anos 1990, a Reforma do Estado, projeta a formação de um Estado moderno, forte e eficiente, de administração gerencial em substituição à administração burocrática que vigorava até então. Nesse período, três dimensões distintas foram abarcadas pela Reforma, sendo elas: a dimensão institucional-legal, voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado; a dimensão da gestão com maior autonomia, incluindo a responsabilização dos gestores, a administração por resultados, a competição administrada por excelência e controle social; e, a dimensão cultural (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Esse processo é resultado de fatores históricos, pois desde no século XIX, quando a administração pública burocrática substituiu a patrimonialista, houve grande avanço no cerceamento da corrupção e do nepotismo. Entretanto, no século XX este tipo de administração se mostrou ineficiente e surgiram novas formas de gestão da coisa pública, mais compatíveis com os avanços tecnológicos, mais ágeis e descentralizadas, voltadas para o controle de resultados e não de procedimentos, além disso, mais compatíveis com

o avanço da democracia em todo o mundo, com uma participação mais direta da sociedade na gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Em sintonia com as políticas públicas presentes no cenário de democratização do país e globalização da economia, as escolas passam a apresentar características específicas no que diz respeito à sua gestão (CAMARGO, 2014). A gestão das escolas municipais passa a ser formada por técnicos especializados que atuam junto ao diretor. O fortalecimento dos Conselhos Escolares, a articulação do Projeto Político Pedagógico e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, tem garantido maior participação popular, espaço nas decisões e acompanhamento dos percursos de cada escola.

A gestão democrática da escola pública, é considerada como sinônimo de participação da comunidade, autonomia e descentralização administrativa, sendo um importante instrumento da gestão escolar tanto no âmbito interno quanto nas questões que envolvem a comunidade (CARVALHO et al., 2008). Ela é compreendida como um processo político pelo qual as pessoas que atuam na/sobre a escola, identificam as particularidades e debatem sobre problemas e planejam ações voltadas ao desenvolvimento da unidade escolar (ANDRADE; MACHADO, 2017; SOUZA, 2009).

Frente ao cenário exposto torna-se premente que o diretor escolar reflita a respeito do seu papel neste contexto, que este compreenda suas funções e sua aproximação com as políticas públicas, partilhando as responsabilidades com uma equipe gestora, em busca de uma gestão democrática da escola. Passa a ser responsabilidade do gestor a articulação entre questões administrativas e pedagógicas, tal como a reorganização da escola a fim de promover a construção de sua memória e a criação de um ambiente acolhedor e favorável à aprendizagem e ao convívio social de todos (FREITAS, 2009; TEZANI, 2010).

Com isso, esse estudo analisa, através da revisão bibliográfica narrativa, o panorama das políticas públicas educacionais no município de São Paulo e situações que teoricamente exigiriam do gestor escolar no ensino fundamental uma nova postura.

2. MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, desenvolvida segundo os pressupostos de Rother (2007). Para a autora, trabalhos de revisão de literatura descrevem e discutem o desenvolvimento ou o “estado da arte” de temas específicos, constituindo na análise da literatura científica a partir da interpretação crítica dos autores (ROTHER, 2007).

A pesquisa considerou estudos que atendessem os critérios de inclusão: legislações publicadas relacionadas ao tema e artigos nacionais escritos nos idiomas português, inglês, espanhol e italiano, publicados na íntegra, sobre políticas públicas educacionais, que envolvessem as escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade de São Paulo e o modo como estas políticas afetam a atuação dos gestores em educação. Excluídos do estudo: teses, dissertações e material que não refletissem sobre a realidade do município de São Paulo, bem como aqueles que se referiam a educação no âmbito privado.

Os descritores utilizados para busca foram os seguintes: políticas públicas, educação, perfil do gestor e gestão pública escolar. Com esses descritores selecionados, foi realizado as combinações entre si, de acordo com a base de dados.

Primeiramente, foi realizado uma leitura analítica de cada título e depois do respectivo resumo. Após a identificação, de acordo com os critérios de inclusão, posse e exploração das obras, selecionadas aqueles que estavam relacionados ao tema.

Foram consultados documentos oficiais por meio da *homepage* da Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo, SP, e busca por meio do Diário Oficial do Município disponível na internet, sendo consultados documentos oficiais oriundos da gestão municipal que estivessem relacionados ao tema e disponíveis na internet. Os dados foram coletados partindo de fontes bibliográficas e eletrônicas, tendo o perfil do gestor público em educação e as políticas públicas educacionais como objeto de estudo.

A análise foi realizada à luz das políticas públicas educacionais existentes até o ano 2016. Em alguns momentos foi sido necessário retroagir no tempo, até o início da abertura política do país, para chegar aos fatores relacionados aos desafios atuais enfrentados pelos gestores educacionais, vislumbrando possíveis caminhos para um melhor desempenho em suas funções. Sendo assim, foi traçado um percurso histórico

destas políticas tendo o gestor como peça chave neste processo. Os materiais foram lidos na íntegra e analisados criticamente, compondo o texto que se segue.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas educacionais: do âmbito nacional ao municipal

As políticas públicas educacionais emergentes a partir da Constituição de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), hoje são uma realidade, certificando que uma gestão democrática da educação é um valor consagrado no Brasil e no mundo, porém não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional (FERREIRA, 2000).

A democratização do ensino e as políticas públicas que incentivam a gestão democrática tem exercido muita influência na atuação dos gestores da educação básica, levando em conta sempre os avanços e recuos devidos à descontinuidade de políticas e programas a cada mudança de governo na prefeitura. De acordo com Rosistolato e Viana (2014) assuntos educativos estão intrinsecamente relacionados ao gerenciamento cotidiano de políticas educacionais, e conseqüentemente de políticas públicas.

No âmbito da administração pública, uma atribuição importante dada ao gestor escolar é a responsabilidade pelo investimento financeiro Estatal para o funcionamento da escola. No ano de 1995 tem início, ou são retomados programas federais dentro das políticas públicas educacionais, tais como, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)³, e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Para garantir maior autonomia às escolas, o PDDE: a partir de então, passou a repassar verbas da União, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para escolas estaduais e municipais de todo o território nacional, em nível local, esta verba contempla a educação básica, e o gestor assegura sua utilização e realiza a prestação de contas seguindo regras pré- estabelecidas pelo Ministério da Educação.

³ O PDDE é um repasse anual de recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às escolas públicas do ensino fundamental estaduais, municipais e do Distrito Federal e às do ensino especial. (DOURADO, 2007).

Além dos programas já previstos em nível federal e estadual, existem iniciativas próprias de alguns municípios em destinar orçamentos específicos oriundos de fundos municipais, a exemplo do Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF)⁴ da cidade de São Paulo. Deste modo, o controle sobre o patrimônio acresce aos gestores novamente o monitoramento de como estes são utilizados, desde o planejamento até a prestação de contas.

Quanto ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), embora existisse desde 1929, somente a partir da segunda metade dos anos noventa passa a ser uma realidade nas escolas brasileiras. Este programa tem por finalidade fornecer gratuitamente às escolas públicas de ensino fundamental e médio, livros didáticos, acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, acrescentando assim mais uma atribuição ao gestor que deve, juntamente com sua equipe, promover momentos de escolha deste material com o corpo docente e cumprir os prazos determinados para cadastrar o material escolhido na plataforma digital do PNLD. O próprio FNDE, tem seus livros didáticos avaliados por um processo democrático de escolha, onde diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em cada escola (BRASIL, 2012).

Outro momento a ser considerado em uma gestão democrática é a constituição da proposta pedagógica, ou seja, o Projeto Político Pedagógico. Este documento norteador das ações da escola é feito por meio de uma construção coletiva, cuja elaboração deve ser propiciada pelo gestor da escola com a participação de toda comunidade escolar, sendo este fundamental para o trabalho da equipe gestora e escolar como um todo, pois propõe uma organização que se funda no entendimento compartilhado pelos professores, alunos e demais interessados na educação (ROPOLI, 2010).

Por tratar-se de um documento norteador da escola, abrange a reflexão sobre a realidade, a operacionalização sobre a mesma e encaminhamentos sobre as ações e metas que a escola desenvolverá em curto, médio e longo prazo, sua elaboração e execução devem ser realizados junto a comunidade escolar e legitimado por ela, apontando a clareza dos rumos a serem seguidos pela escola (LIMA; BIAZZIO, 2009).

⁴ Prefeitura de São Paulo. Lei 13.991. Institui o Programa de Transferência de Recursos Financeiros às Associações de Pais e Mestres das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino

Outra responsabilidade que compete ao gestor escolar é a participação efetiva nos mais diversos tipos de avaliações propostos. A partir dos anos 2000, as avaliações externas ganham maior espaço no cotidiano das escolas. Entre elas, a prova Brasil que é o principal instrumento nacional de avaliação externa das escolas e faz parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Envolve a cada dois anos todos os alunos da rede pública nacional do 5º ao 9º ano do ensino fundamental e abrange língua portuguesa e matemática e deve ser objeto de análise pelas equipes gestoras/pedagógica de cada unidade, que extrairá elementos para o diagnóstico destinado às melhorias das atividades de sala de aula. Ao ensino fundamental a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo implementou e executou diversas avaliações externas, tais como: a Prova Brasil, a Provinha Brasil, duas vezes por ano, aplicada e analisada; a prova Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada pela primeira vez em 2014. O resultado das provas externas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de cada escola são entregues para cada diretor escolar, que discute, analisa e com sua equipe toma decisões pedagógicas (ALMEIDA. 2015). O gestor escolar tem responsabilidades no que diz respeito a estas avaliações, que vão desde garantir a aplicação das mesmas de forma adequada, ao envio de seus resultados aos órgãos responsáveis, bem como, uma vez publicados os resultados, avaliar com sua equipe o desempenho de sua escola e replanejar ações pedagógicas caso seja necessário.

Os estudos realizados por Rosistolato e Viana (2014) e Bonamino e Souza (2012), demonstram que os resultados das avaliações externas influenciam no delineamento das políticas educacionais, sendo uma ferramenta possível para discussão do desenvolvimento das habilidades fundamentais. Para acompanhamento da aprendizagem dos alunos os gestores convivem com a realização de avaliações externas já previstas pelo governo federal, e outras instituídas pela gestão municipal, sendo que na maioria destes casos cabe a si a tarefa de organizar a aplicação e correção e a transmissão destes dados para demais órgão competentes no sistema.

Políticas educacionais no município de São Paulo.

Na cidade de São Paulo, as políticas públicas educacionais mais incisivas de democratização do ensino tem lugar a partir de 1989, com a gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992), com proposta educacional democrática de um ensino público para

todos. Em 1993 assume a prefeitura de São Paulo, Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000) quando há uma ruptura com a proposta educacional anterior. Prevaecem nestes dois governos “políticas neoliberais, que não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão” (HOFLING, 2001, p.37).

Na educação municipal começa a implantação de um modelo gerencial importado de empresas privadas, denominado “Qualidade Total”, que no entendimento de Saviani (2007) e Alves (2012), está ligado à gestão empresarial e propõe a qualificação dos sujeitos para a competição no mercado de trabalho e para a formação de mão de obra de baixo custo para o mercado globalizado.

Houve uma retomada da proposta de educação democrática em 2001, no período da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), revivendo a proposta de educação democrática do governo de Luiza Erundina. As políticas educacionais de 1989 até os dias atuais, ora necessitam de um gestor que seja um gerente eficiente da escola, que execute políticas neoliberais impostas e ora necessitam de um gestor com um perfil de articulador com a comunidade, atento às questões pedagógicas e de cunho social.

Para o município, o ano de 2004 foi um marco da consolidação de algumas políticas públicas educacionais implementadas a partir de 2001, como por exemplo, o primeiro ano de funcionamento com sucesso dos CEUs (Centros de Educação Unificados) nas áreas periféricas da cidade, com a ocorrência de diferentes ações para formação continuada dos docentes.

Considerando que a gestão escolar municipal acompanha modificações advindas do modelo político ao qual a gestão se insere, no ano de 2005 iniciou-se no município de São Paulo a administração José Serra/ Gilberto Kassab (2005-2008) e subsequentemente de Gilberto Kassab (2009-2012), período este em que a SME implantou para toda rede municipal de ensino dois programas que alicerçaram todas as ações e projetos da administração: *Ler e Escrever* e *São Paulo é Uma Escola*. Ambos tinham como objetivo respectivamente reverter o fracasso escolar tentando resolver questões desde o analfabetismo, passando pela defasagem idade/anos dos ciclos de aprendizagem, e dificuldades com relação às competências leitora e escritora; e ampliar o tempo de permanência dos alunos no ambiente escolar, além do período regular das aulas, com

projetos que foram desenvolvidos por oficinairos ou professores. Neste contexto, a boa execução destes programas era atribuição do gestor escolar e sua equipe.

No que diz respeito ao Programa *São Paulo é uma Escola*, as escolas tiveram que rapidamente destinar espaços para que os alunos pudessem permanecer dentro das unidades para atividades que não se encaixavam dentro do horário de aulas. Mais uma vez, o gestor é chamado a executar políticas públicas impostas sem consulta à comunidade escolar, e o resultado é que após algum tempo de funcionamento destas atividades, a falta de discussão com a comunidade escolar, fez com que o programa não lograsse sucesso. Nesse momento passam a ser prioridade na agenda da educação municipal programas de orientação curricular, porém “estes foram colocados impositivamente e de forma autoritária, em ações anti-dialógicas com pouca discussão entre os atores envolvidos”. (AGUIAR, 2011, p. 11).

Após esse período, o que foi vivenciado desde o ano de 2014 torna-se reflexo do decreto 54.452 de 10 de outubro de 2013, correspondente à gestão municipal do prefeito Fernando Haddad. Este traz em seu arcabouço o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da rede municipal de ensino - *Mais Educação São Paulo*; denotando um governo popular identificado com a valorização da educação, apesar da atual tendência de mercantilização do ensino (PARO, 2002; AGUIAR 2011).

O Programa *Mais Educação São Paulo* apresenta oito finalidades principais: ampliação do número de vagas para educação infantil e universalização do atendimento para crianças de quatro e cinco anos de idade; integração curricular na educação infantil; promoção da melhoria da qualidade social na educação básica e, conseqüentemente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; a ressignificação da avaliação, com ênfase no seu caráter formativo para alunos e professores; a alfabetização de todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental, nos termos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); a integração entre as diferentes etapas e modalidades da educação básica; o incentivo à autonomia e valorização das ações previstas nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades educacionais; o fortalecimento da gestão democrática e participativa, com envolvimento das famílias e fortalecimento do Conselhos de Escola (PMSP, 2013).

Entre as oito finalidades do programa seis estão diretamente ligadas às EMEFs, ou seja, a atuação do gestor na educação básica. Embora com uma abrangência e apresentar-se como portador de grandes mudanças, o Programa não possui mecanismos de transformação e emancipação dos estudantes (SOUSA; SORDI, 2017), denotando assim fragilidades que poderão impactar na atuação do gestor.

No decorrer da administração 2016, assistiu-se à implantação do Sistema SGP (Sistema de Gestão Pedagógica) que informatiza os antigos diários dos professores e dá a possibilidade de consultá-los via internet, o que dá ao gestor a dupla incumbência de gerenciar este sistema no que diz respeito à unidade escolar e zelar pela formação da equipe gestora e docente para lidar com esta nova ferramenta tecnológica. “Neste sistema os pais tem acesso ao boletim virtual de seu filho, podendo conhecer o plano de curso de cada professor” (ALMEIDA, 2015).

Além disso, temos o Conselho de Escola como sendo um órgão legalizado em quase todo o país, que envolve os segmentos internos da escola: professores, especialistas e funcionários, e os segmentos externos: alunos, pais e entidades ou associações do entorno escolar (ARELARO, 2005; AGUIAR 2008). Os gestores e sua equipe, também têm sido chamados à discussão juntamente com a comunidade escolar para a reorientação curricular e a garantia dos direitos de aprendizagem do corpo discente, enunciando que o trabalho coletivo deve ser composto com a direção da escola, em que o currículo torna-se o parceiro fundamental desta equação. Sem conhecermos e calibrarmos a formas como ele irá se construindo, a escola e sua finalidade não atingem suas metas (ALMEIDA, 2015).

Com a intensificação das políticas públicas educacionais, buscando a democratização do ensino, espera-se que o gestor na educação básica assuma:

- Posicionamento articulador junto aos conselhos e comunidade;
- Capacidade para gerenciar os recursos financeiros destinados à escola em conjunto com a comunidade;
- Garantir a inclusão e permanência dos alunos na escola;
- Garantir a busca por uma maior qualidade social na educação e
- Estar atento à formação de seu corpo docente.

A SME define que o perfil do gestor deve compreender as seguintes competências e habilidades: deve ser o foco que estabelece relações entre as políticas educacionais e

Projeto Político Pedagógico da escola. ⁵ Porém, é preciso conhecer as políticas e diretrizes educacionais e buscar estratégias para implementá-las, bem como, avaliar que a probabilidade de desempenho escolar bem sucedido aumenta exponencialmente quando o Projeto Político Pedagógico e as ações da escola estão articulados com a legislação, as políticas, os planos e programas nacionais, estaduais e municipais e as diretrizes governamentais (FREITAS, 2009).

O gestor escolar em uma gestão democrática

A atuação do gestor enquanto articulador da participação da comunidade, promove a participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão, de previsão de estratégias para mediar conflitos e solucionar problemas, porém tendo a centralidade conferida a órgãos de deliberação coletiva (DOURADO, 2007). Por isso mesmo, “o trabalho de qualquer gestor ou gestora implica sempre em conversar e dialogar muito” (VIEIRA, 2007, p. 59).

Para que haja uma construção coletiva da proposta pedagógica da unidade escolar, o gestor torna-se parte integrante do sistema de ensino, utilizando os conhecimentos sobre os princípios e métodos da gestão democrática para a concretização da liderança e mediação de conflitos. Demonstrando assim, a importância de se conhecer os indicadores sociais para a interpretação da realidade, possibilitando que este proponha ações coletivas para solução de problemas.

Nessa perspectiva, o gestor apresenta-se como uma peça chave para investigar, analisar e refletir com o grupo sobre as práticas educativas e técnicas de avaliação no interior da escola, tendo por base legislações, sobretudo no que diz respeito à formação continuada do corpo docente e demais funcionários da escola, promovendo redes de relacionamento e intercâmbio profissional e institucional, potencializando assim, a construção coletiva da proposta pedagógica da escola (SOUZA, 2009).

De acordo com estas orientações, o gestor deve desenvolver ações para a atuação coletiva, na observância de diretrizes legais vigentes, referentes às normas de gestão e de convivência com todos os segmentos da comunidade escolar. Por isso a importância

⁵ Resolução da Secretaria de Educação (SE) nº 52 de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado (D.O.E.) do Sistema Público de São Paulo da Educação Básica, Seção I. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/cgrh/wp-content/uploads/2014/06>

do gestor, apoiado pela sua formação permanente e assessorado por sua equipe técnico-administrativo em acompanhar o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos, articulando a atuação e o funcionamento dos órgãos colegiados⁶, favorecendo a efetividade de um trabalho colaborativo e criativo.

O gestor na educação básica é desafiado a promover o trabalho em equipe, e, para que haja esta mudança há necessidade que se fortaleça a gestão democrática e participativa incentivada por políticas e ações da própria gestão municipal. A gestão escolar é considerada como uma das áreas de atuação profissional na educação que deve realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos aluno (LUCK, 2009).

Dentre os objetivos da gestão democrática encontram-se a formação do aluno cidadão crítico e atuante, permeada por uma gestão compartilhada. Nessa conformação, a formação colegial da decisão por vezes torna-se algo conflituoso, o que exige que o gestor reconheça e entenda a necessidade de ações a serem desenvolvidas frente a um exercício ao qual são pouco habituados. Sabe-se que essa situação está longe de configurar-se como tranquila nas unidades escolares (MENDONÇA, 2001).

Cabe ao gestor promover o debate da educação de qualidade social nas reuniões pedagógicas, de planejamento, de estudo, nos conselhos de classe e nos espaços dos colegiados, apoiando a ressignificação da gestão democrática e da participação e decisões coletivas, tendo por norte a educação como um bem público (DOURADO, 2007).

Dentre os desafios postos encontram-se ainda a adaptação aos diferentes modelos instituídos por meio das políticas públicas, como é o caso da inclusão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que iniciou sua implementação em 2017, a qual propõe que o gestor/supervisor/coordenador, estejam envolvidos com os processos avaliativos, com uma gestão mediadora da aprendizagem, visando o desenvolvimento do sujeito aprendiz (COMARELLA, 2018).

⁶Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantil.

4. Considerações Finais

No decorrer dos anos, o perfil do gestor da educação básica sofreu modificações, acompanhando as mudanças ocasionadas no cenário político do país e pelas políticas públicas educacionais, que apesar de idas e vindas influenciaram a atuação do gestor, que passou de um solitário executor de ordens, a um articulador que trabalha em equipe. Hoje, é tarefa do gestor é incentivar a participação de todos os envolvidos na tomada decisões no contexto da educação básica, compartilhando informações e decisões com o corpo docente e discente da unidade escolar e com os demais funcionários, além, é claro, dos familiares dos alunos, que numa perspectiva de gestão democrática da educação devem ser chamados à participação por meio dos conselhos deliberativos escolares.

Não existe um modelo padrão para o gerenciamento destas atividades, pois as pessoas e situações são muito diversas entre si e esse é o desafio na rotina de gestão da escola. Mas espera-se que o gestor escolar aproxime-se das políticas públicas, aproprie-se delas a fim de garantir uma atuação coerente com as proposições de seu cotidiano.

Este trabalho trouxe uma leitura da realidade da gestão escolar no município de São Paulo por meio de revisões bibliográficas e legislações. Pretende ser uma contribuição ao aprimoramento de gestores educacionais de qualquer localidade, uma vez que, a partir de uma experiência local, podem-se realizar análises das principais políticas públicas educacionais que incidem no dia a dia das escolas públicas do país.

O conhecimento por parte do gestor destas políticas facilita uma administração articuladora e democrática. Os limites e possibilidades de sua atuação, são delineados por elas e conhecê-las, analisá-las e aplicá-las é parte da formação e do trabalho do gestor, que busca uma educação de qualidade social.

5. REFERÊNCIAS

- ABDIAN, G.Z.; HOJAS, V.F.; OLIVEIRA, M.E.N. Formação, função e formas de provimento do cargo do gestor escolar: as diretrizes da política educacional e o desenvolvimento teórico da administração escolar. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v.14, n.1, p.399-419, jan./jun. 2012
- AGUIAR, D. R. C. A proposta de política pública educacional no município de São Paulo: a (des)construção de uma Escola pública popular, democrática e com qualidade. In: 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2011, São Paulo. **Anais do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**: Anpae, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0132.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- AGUIAR, M. Â. S. Gestão da educação básica e fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Revista Educar**, Curitiba, n. 31, p. 129-144, 2008.
- ALMEIDA, J. F. Avaliação Como Ato de Democracia. **Revista Magistério** nº4. São Paulo, fev. 2015.
- ALVES, A. A. M. Qualidade Total x Qualidade Social: duas correntes dicotômicas na educação pública do Rio Grande do Sul no início do século XXI. In: IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012, Caxias do Sul, **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**: UCS, 2012. p.1-13. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/155/102>>. Acesso em 2 nov. 2018.
- ANDRADE, R.L.G.; MACHADO, C. Práticas sobre gestão escolar: uma análise a partir do levantamento de teses e dissertações (2009 a 2015). **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 10, n. 2 jul/dez, 2017, p. 262-75.
- ARELARO, L. R. G.. O Ensino Fundamental no Brasil: Avanços, Perplexidades e Tendências. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1039-1066, Especial - Out. 2005.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três Gerações de Avaliação da Educação Básica no Brasil: Interfaces com o Currículo da/na Escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas PNLD**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** nº45. São Paulo, 1998.
- CAMARGO, R. B.; MINHOTO, M. A. P.; JACOMINI, M. A. Carreira e Remuneração do Magistério no Município de São Paulo: Análise Legislativa em Perspectiva Histórica. **Educação & Sociedade**, ano 35º, nº 126, Campinas, 2014.
- CARVALHO, E. J. G. et al. **Gestão Escolar**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008, p.114.

- COMARELLA, G.V. **Desafios do gestor escolar na avaliação na educação infantil.** Monografia. 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2066>. Acesso em: 10 nov 2018
- DOURADO, L. F. **A Escolha de Dirigentes Escolares: Políticas e Gestão da Educação no Brasil.** In: Ferreira, N. C. (Org.). *Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios.* São Paulo, Cortez, 2001.144p.
- DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Cadernos Cedes** vol. 28, n. 100, 2007.
- FERREIRA, N. S. C. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana, Conceitos e Possibilidades. **Revista Em Aberto**, v17n 72, fev./jun. 2000
- FREITAS, K. S. **Progestão: Como Articular a Gestão Pedagógica da Escola com as Políticas Públicas da Educação para a Melhoria do Desempenhar Escolar.** Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2009.152p.
- HOFLING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, novembro/2001.
- LIMA, P.G.; BIAZZIO, S. C. F. A Participação da Família no Projeto Político Pedagógico da Escola. **Revista de Educação**, v. 4, n. 7. 1º Semestre de 2009.
- LUCK, H. **Dimensões de Gestão Escolar e Suas Competências.** Curitiba: Positivo, 2009.144p.
- MENDONÇA, E. F. Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil. **Educação & Sociedade**, v.22, n. 75, Campinas, 2001.
- PARO, V. H. Implicações do Caráter Político da Educação Para a Administração da Escola Pública. Caxambu MG, 2002. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 11-23, jul./dez. 2002.
- ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** Brasília: Ministério da Educação, 2010. 52p.
- ROTHER, E. T. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa **Acta Paulista de Enfermagem.** São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2007
- PMSP. Prefeitura do Município de São Paulo. **Decreto 54.442/2013:** Institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo.2013.Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/7077.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.
- ROSISTOLATO, R.; VIANA, G. Os gestores educacionais e a recepção dos sistemas externos de avaliação no cotidiano escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 13-28, jan./mar. 2014
- SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** Análise do Projeto do MEC. Campinas, vol. 28, n. 100. 2007.

SOUSA, M.; SORDI, M.R.L. Qualidade social da educação? breve análise do programa mais educação São Paulo. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, nº 6, p. 416 - 436, set - dez., 2017.

SOUZA, Â. R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 25, n. 3, p. 123-140, Dec. 2009 .

TEZANI, T.C.R. Gestão Escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n.2, p. 287-302, maio/ago. 2010.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: Revisitando Conceitos Simples. **RBPAE**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

Submetido em: 26 de novembro de 2018

Aceito em: 05 de julho de 2019

UMA DISTINÇÃO ENTRE A DIALÉTICA E A REMINISCÊNCIA NO *FEDRO* DE PLATÃO

Hedgar Lopes Castro¹

RESUMO: O texto contrapõe a dialética à reminiscência, segundo uma leitura do *Fedro*. O discurso de Lísias sobre o amor, que enseja o diálogo, é alvo do exame socrático. A reminiscência é uma atividade que põe a alma em contato com o que é humano: é a natureza divina que a fundamenta. A dialética é uma atividade que pressupõe um diálogo em busca da verdade, que deve erguer-se no próprio diálogo e não se identifica a uma contemplação individual da origem da alma. O objetivo desse texto é assentar que somente a dialética, não a reminiscência, pode operar um diálogo corretivo do repreensível discurso de Lísias.

Palavras-chave: Discurso. Reminiscência. Alma.

ABSTRACT: The text contrasts the dialectic with recollection, according to a reading of the *Phaedrus*. Lysias's discourse on love, which prompts the dialogue, is the subject of Socratic examination. Recollection is an activity that puts the soul in contact with what is human: it's the divine nature that underlies it. Dialectic is an activity that presupposes a dialogue in search of truth, which must be raised in the dialogue itself and not identified with an individual contemplation of the origin of the soul. The objective of this text is to establish that only the dialectic, not recollection, can operate a corrective dialogue of the reprehensible speech of Lísias.

Keywords: Speech. Recollection. Soul.

1. INTRODUÇÃO

O *Fedro* é um diálogo em que Sócrates tenta conduzir Fedro a apreciar um discurso retórico não de maneira a apaixonar-se por ele, mas a apreciá-lo por sua bela composição técnica: sustentada por uma *epístème* (ciência ou saber). A preocupação de fundo é com a compreensão de Fedro: como ele próprio tornar-se um orador que prefira o diálogo à paixão cega por discursos. Podemos entender, a partir daí, que a retórica é empunhada por Sócrates em seu empreendimento de persuadir Fedro (diretamente) e Lísias (indiretamente) à prática filosófica, por meio de uma radical mudança no ato de produzir e proferir discursos.²

¹ Universidade Estadual do Ceará

² O discurso será ele mesmo o campo onde ocorre o diálogo, o que distingue os diálogos *Górgias* e *Fedro*. Enquanto no primeiro havia um interesse a dar uma resposta filosoficamente válida sobre o que é a retórica, no *Fedro* podemos ver que a investida de Sócrates é tornar o próprio discurso

Sócrates pretende que Fedro se mantenha na realidade (*tôn ónton*) e compreenda o que a realidade apontada pelo discurso implica, sobretudo quando estamos compondo um discurso que visa persuadir a outrem. A primeira proposta socrática em prol dessa compreensão é identificar a realidade (*tôn ónton*) daquilo de que a alma humana é composta, uma dimensão divina, inefável, que permite a contemplação das formas (*eíde*) e da verdade (*alethéia*), acessíveis enquanto o discurso (*lógos*) é fundado nelas. Esse discurso é propriamente filosófico, e Sócrates é o maior exemplo dele. A sua conclamação filosófica, então, visa tão somente corrigir uma ausência ou debilidade na alma de Fedro ao apaixonar-se por discursos retóricos. Para a superação dessa negligência, a proposta socrática, feita em seu lindo discurso palinódico, é essa: que Fedro busque o conhecimento da realidade que configura e determina a própria alma humana - por meio da reminiscência: o mecanismo que conduz o ser humano ao contato com o ser realmente existente, a partir da verdade.³

Ao refutar o discurso de Lísias por meio de dois discursos sobre o amor⁴, Sócrates deseja descrever natureza do amor, a partir de uma técnica discursiva e da reminiscência. Pois somente ela pode buscar a realidade própria da alma e é capaz de remediar qualquer palavra que não se afine com a realidade (*tôn ónton*) e com a verdade (*alethéia*), como vemos em qualquer discurso retórico. Os discursos retóricos apontam para uma realidade indesejável: a vida cotidiana - que necessariamente implica ignorância - a partir da qual a reminiscência se processa na alma. O discurso retórico, como não se volta à realidade originária, escapa à

“dialelizável”, por assim dizer, obtendo assim a capacidade de ser enunciado aos moldes da filosofia. A interpretação de Reginald Hackforth segue esse mesmo caminho: “Na medida em que o *Fedro* está muito preocupado com a retórica, é natural compará-lo com o *Górgias*. A diferença de ponto de vista entre os dois diálogos, que são separados provavelmente por alguns dezessete anos, é que, enquanto Platão anteriormente se contenta com apenas contrastar a retórica e a filosofia, mais tarde procura aproveitar a retórica ao serviço da filosofia. A retórica, tal como ela é realmente praticada, eos princípios (ou a falta de princípios) em que se baseia são, como sempre, condenados vigorosamente: ainda não é *tékhne*, nenhuma arte verdadeira, pois não sabe nada da dialética, o método soberano da filosofia; mas pode, sugere Platão, tornar-se uma *tékhne*, baseando-se na dialética e na psicologia” (HACKFORTH, 1952, p. 11, tradução nossa).

³ A passagem inteira é a seguinte: “*ékhei dê ôde--tolmetéon gâr oûn tó ge alethês eipeîn, állos te kai peri aletheías légonta--he gâr akhrómatós te kai askhemátistos kai anafês ousía óntos oûsa, psykhês kybernétei mónoi theatè, peri ên tò tês alethoûs epistémes génos, toûton ékhei tòn tópon*” (“Mas já que se deve ter a coragem de dizer a verdade em quaisquer circunstâncias e especialmente quando se fala da Verdade — eis como ele é: o Ser realmente existente, que não tem forma, nem cor, nem se pode tocar, visível apenas ao piloto da alma, a inteligência, aquele que é objecto do verdadeiro saber, é esse que habita tal lugar”, 247c-d).

⁴ O primeiro discurso de Sócrates (237a-241d) descreve um não-amante que acredita ser um amante (ilusão que ofende o deus *Éros*), enquanto seu segundo discurso (243e-257b), a palinódia (isto é, a retratação a *Éros*), descreve o verdadeiro amante.

reminiscência; ao contrário da dialética, que mantém contato original à verdade e ao ser quando Sócrates propõe um diálogo fundado nela. E será a reminiscência capaz de promover o diálogo tal como a dialética? Em que medida a reminiscência se volta à condição humana tanto como a dialética exercida no diálogo propriamente dito, o qual Sócrates invariavelmente estabelece com os seus interlocutores? Partiremos dessa distinção fundamental: uma coisa é compor um discurso palinódico, em louvor a *Éros*, em que a reminiscência se expõe e por meio dela Sócrates se propõe à busca da verdade e do ser; outra coisa é a plena realização do método dialético, instaurado em um diálogo socrático.

2. A BUSCA PELA *EPISTÉME* NO *FEDRO*

O *Fedro* é um diálogo nitidamente contrastante em comparação ao *Górgias*. Enquanto neste havia um clima político e em muitos momentos cáustico entre Sócrates, Polo e Cálicles, que exigia uma linguagem rústica e objetiva, o *Fedro* é um diálogo muito mais preocupado com a linguagem poeticamente composta. Pois Sócrates tinha um intuito diferente do que teve no *Górgias*. Ausentando-se da cidade e apenas em contato com a pureza e inspiração do plátano, *Fedro* é um diálogo sobre o tema do amor, destacadamente pela louvação a *Éros*, o deus que o corresponde, e a desviar-se pelo poder ilusório das Musas, se guia um discurso. O amor em produzir discursos e o amor como temática de um discurso são perspectivas e questões tratadas nessa obra, que versa, igualmente ao que se pode ver no *Górgias*, sobre a retórica. Sócrates, porém, no *Fedro*, pretende expor edesenvolver uma retórica que seja ligada e condicionada à dialética, uma retórica voltada também ao público, como no *Górgias*, mas, sobretudo, ao âmbito privado.

Fedro e Sócrates estão sozinhos e, à proposta de Sócrates, examinam o que significa bem escrever um discurso, tendo como base um discurso retórico de Lísias, um dos maiores oradores da época, em posse de Fedro. Este se mostra bastante entusiasmado, assim mostrando-se a Sócrates ser um admirador de discursos, tanto que decorou o de Lísias (227c-d). Sócrates convoca Fedro, enfim, a examinarem juntos os procedimentos e efeitos retóricos que devem ser observados no discurso escrito e verbal. É assim que Platão pretende verificar como um discurso é precário retoricamente e pode ser melhorado dialeticamente, tornando-se produto de uma verdadeira técnica.

No *Fedro*, um suposto conhecimento sobre o amor é exortado magnificamente, e, ao mesmo tempo, inconsequentemente: para abandonar o discurso equivocados – e afrontosos aos deuses, portanto – que Sócrates tinha proferido a respeito de *Éros* e no intuito de superar o discurso proferido por Lísias, sentiu-se premido a restaurá-lo com um segundo e excelente discurso, a partir do que Sócrates se retrataria aos deuses. O próprio Sócrates sente um sinal de que deveria fazer tal retratação, conforme, em 238c-d, podemos ler: “E então, ó querido Fedro, parece-te, como a mim mesmo, afetado por algo divino?”; Fedro responde: “Completamente, ó Sócrates, foste tomado por uma não usual fluência”. Em seguida, Sócrates se explica: “Cala-te agora e escuta-me: realmente esse lugar parece divino e não te espantes se eu, muitas vezes, no discurso, for tomado por Ninfas. Agora mesmo, ao falar, não estive longe do ditirambo”. O *daimon* socrático socorre-o das musas, que não possuem nenhum compromisso com a verdade (*alétheia*), assim livrando-o de forças estranhas à habitual verdade que costuma perquirir. A conduta de Sócrates, então, impõe-lhe a buscar compor um novo discurso sobre o amor, oferecendo ao objeto dele a iluminação verdadeira: ele mesmo, sendo vítima da própria e sutil ignorância, decide repensar o que produziu. Estabelecer-se-á um discurso à busca da *epísteme*: a retratação de Sócrates visa descortinar a verdade no discurso.

Para tanto, faz-se necessário investigar o que é o ser ele mesmo (*tò onton*) que deve ser buscado a fim de que a retórica seja devidamente examinada e reformada no *Fedro*. Sócrates propõe, segundo o método dialético, uma técnica que se acoplaria à retórica ordinária, proporcionando-a, assim, um estatuto legitimamente artístico. A retórica assim reformada teria como base, primordialmente, a contemplação ou busca pelo ser das coisas (mutantes). Sócrates propõe então uma retórica que seja impulsionada pelo *lógos* em pleno exercício e sem se desviar-se à conveniente pessoal do orador, que invariavelmente promove a mudança da *dóxa*. Instalar-se-ia, assim, a aliança entre o *lógos* e a realidade, o que permitiria ao ser humano viver no campo da verdade: no campo em que a alma contata sua essência, propriamente divina. Aqui se funda a reminiscência.

3. A REMINISCÊNCIA, A VIDA TERRENA E A VIDA SUPRACELESTE

A reminiscência está posta e anunciada dentro de um discurso excelente sobre o amor, *Éros*, feito por Sócrates para evidenciar que a alma, voltando-se a si mesma, logrará êxito em contemplar o que há de mais divino: o ser (*tòn ónton*) e a verdade (*alethéia*). O discurso (*lógos*) que busca radicalmente afastar-se das opiniões comuns e torcidas ao sabor de cada indivíduo, tanto quanto do acaso, é ele mesmo divino. Porém, não é o próprio deus que reproduz esse discurso divino: isto é tarefa filosófica. E como o filósofo não deixa de ser um ser humano, o seu discurso é, por isso mesmo, sempre transmissível e transmitido a alguém, que pode ouvi-lo e ser convencido por ele, ou discordar dele. O filósofo, porém, segundo Marina Mccoy, não quer se sujeitar a apenas transmitir um discurso que pode ou não receber discordância:

O *Fedro* como um todo pode ser entendido como uma forma de discurso erótico, levando a alma para a investigação filosófica sobre a natureza do amor, o eu e as formas. Nesse sentido, as primeiras palavras de Sócrates do diálogo - 'Meu querido Fedro, onde você esteve e para onde vai?' - são palavras para o público de Platão também (227a). Na *Palinódia*, Sócrates nos diz que todas as almas humanas, por natureza, estão em movimento, em direção às formas ou para longe delas. O diálogo de Platão pede a cada um dos seus membros da audiência que se perguntem: 'Onde eu estive e para onde vou?' (MCCOY, 2008, pp. 185-186).

Concordo com Mccoy, em dois aspectos: 1) *Fedro* é uma investigação filosófica sobre o amor, o eu e as formas; e 2) *Fedro* é um meio pelo qual Platão anuncia, mediante a figura do filósofo, uma desorientação do homem a buscar em si mesmo aquilo que propriamente é. No primeiro aspecto, porque a filosofia está intrinsecamente unida ao amor, em sua própria definição, e às formas (*eîde*) com que a alma pode lidar e cuja natureza questiona e perscruta;⁵ não seria possível, nesse sentido, dissociar a filosofia da reminiscência: as formas são cultuadas por um exercício de amor a elas, em busca da verdade e do conhecimento objetivo (*epistéme*). No segundo aspecto, a situação miserável do homem permite constatar que ninguém busca, amorosamente, contemplar os seres: a filosofia, na prática, é algo inalcançável e, paradoxalmente, usada contra o próprio Sócrates,⁶ sendo Sócrates o modelo platônico do filósofo que busca a verdade nas formas, pois a origem da manifestação da verdade de cada coisa é apreendida em sua própria

⁵ Formas como a da justiça, da sabedoria, da coragem, entre outras.

⁶ Cf. CASERTANO, 2010, p. 75.

forma.⁷ No entanto, buscar o ser (*tōn ónton*) não significa buscar adesão de todos aqueles com quem Sócrates pode e busca dialogar, visto que às formas ninguém se volta, a não ser o filósofo. A palinódia, no *Fedro*, representa bem isso, na medida em que não busca a persuasão de todos, mas é a própria alma em torno de si mesma expondo-se mediante o *lógos* (filosófico).⁸ Quando a alma passa a buscar a si mesma e não mais persuadir outrem de uma verdade, como tentam fazer os oradores (não de uma verdade, mas de uma opinião verossímil), ela encontra a verdade em si mesma, que se identifica ao ser de cada coisa.

A identificação entre ser e verdade é feita por Sócrates, em sua palinódia, ao lembrar que a alma – exclusivamente a alma do cavalo dócil - pode contemplar a região supraceleste antes que seja conjugada ao corpo:

Esse lugar supraceleste (*huperouránion tópon*) ainda não foi cantado por nenhum dos poetas e nunca será contado de forma digna. É assim necessário ousar dizer a verdade (*alethés eireîn*), sobretudo ao falarmos da verdade (*aletheías légonta*). A essência que é ser (*ousía óntos oûsa*) não tem cor, é sem figura, intangível e somente contemplada pelo pensamento do piloto da alma (*psykês kybemétei monoi theatè nôî*), região na qual tem lugar o gênero verdadeiro do conhecimento (*tò tês alethoûs epistêmes génos*) Então, bem como a compreensão do deus (*theoû diánoia*), a alma é nutrida pela pureza do conhecimento e pela inteligência, como todas as almas que possam vir a mostrar tal preocupação, tendo visto o ser através do tempo (*idoûsa dià chrónou tò ón*). Ela é nutrida por ter contemplado a verdade (*theoroûsa talethé*), sentindo-se completa, até que possa chegar, pelo ciclo, ao ponto inicial do trajeto pelo qual foi levada (PLATÃO, *Fedro*, 247c-d).

O texto nos informa que a alma não pode, sendo capaz de conhecer e contatar o ser, entrar em sua plenitude a não ser em busca da verdade. A alma que compreende que a essência é ser (*ousía óntos oûsa*) compreende a sua própria ordem, compreende como se caracteriza e se organiza o universo, do qual ela é parte: a realidade verdadeira, que foge a todo tipo de particularidade individual (sustentada pela *dóxa*) e que é intrinsecamente identificada com o ser (*tōn ónton*), é abastecida, por assim dizer, pela reminiscência. Antes de propriamente abordar esta importantíssima questão da reminiscência no *Fedro* – enquanto questão relevante à retórica oral -, é necessário esclarecer que grande parte da palinódia consiste em fundamentar que a alma é capaz de visualizar a Forma (*eîdos*). Essa peculiaridade

⁷ Em 249b-c, logo antes de Sócrates introduzir o procedimento da reminiscência, Sócrates diz: *deî gàr ánthropon siniénai kat'eîdos legómenon, ek legómenon, ek pollôn iòn aisthéseon eis èn logismôi sinairoímenon* (compreender as coisas de acordo com o que chamamos Ideia [ou Forma], que vai da multiplicidade das sensações para a unidade, inferida pela reflexão). Assim, o raciocínio filosófico deve compreender o sensível e o inteligível em um só pensamento.

⁸ Cf. TRABATTONI, 2003, p. 154.

cabe apenas à alma do filósofo, e justamente por isso o filósofo, ou a alma filosófica, pode contemplar a verdade (*alétheia*) e os seres reais (*tò ón óntos*).⁹ O filósofo é, inclusive, a personagem que resgata a alma de sua desgraça - instalar-se em uma vida terrena e ser reduzida à vida que o corpo lhe impõe. É assim que se inicia uma difícil tarefa: a de contemplar e possuir a verdade. Antes dela, porém, faz-se absolutamente necessário contemplar o ser (*tôn ónton*), e o ser real (*tò ón óntos*), por meio da reminiscência.

No *Fedro*, só podemos compreender o ser se compreendermos o ser real, pois o ser, sozinho, pode ser espertamente ofuscado pelas artimanhas retóricas (falaciosas por excelência, no mais alto grau). Sócrates põe, na palinódia, a alma como originária da divindade justamente porque quer lidar com o ser sem nenhum tipo de confusão retórica que poderia advir ao pensar a sua natureza. Para ampliar essa interpretação, Reinoldo Nestor Müller¹⁰ afirma que o mito do cocheiro é plenode significado no tocante à questão do ser. Müller diz, em suma, que o mito do cocheiro serve para dar aos leitores do *Fedro* um conjunto de significados sobre a natureza e o movimento próprios da alma. Em primeiro lugar, Platão, através desse mito, nos direciona a um cortejo divino, anterior à vida terrena, que sugere que o ser não é apreensível na situação de vida humana atual, mas na situação divina atemporal: a alma só pode contemplar o ser, assim, se retomar sua condição divina; é em função disso que o condutor dos cavalos, o cocheiro, é caracterizado como instância racional¹¹. O filósofo, ao servir-se dele excelentemente, realiza areminiscência - que relembra e reinstaura o estatuto divino que caracterizava a alma humana em tempos primordiais - e promove no homem uma vida filosófica. No entanto, só um tipo de alma é capaz de lembrar e reinstaurar esse estatuto: adócil; a outra, a rude, não pode fazê-lo e permanece na vida terrena, sujeita aos seus fluxos e determinações acidentais, sem atinar à contemplação dos seres (248b). De acordo com o mito, ela cai na terra, se esquece da situação divina na qual vivia e vive sujeita à maldade (248c). Para abordar a questão da contemplação

⁹ Os homens comuns não entendem a conexão entre a vida terrestre e a dimensão supraceleste da qual toda alma veio. Esse entendimento cabe apenas ao filósofo. Por isso é tão rara a existência de filósofos e por isso parecem surdos aqueles que os ouvem (cf. BENARDETE, 1991, pp. 143-144).

¹⁰ MÜLLER, 2012, p. 24.

¹¹ “Os cavalos dos deuses e seus aurigas são todos eles bons e originários de bons elementos, enquanto os dos outros são uma mistura. Sendo assim o nosso condutor, em primeiro lugar, dirige uma parrelha; em seguida, dos seus cavalos, um é belo, bom e vindo de animais da mesma qualidade; mas o outro descende dos opostos deste e tem natureza contrária” (246a-b). A instância racional não é, acorde ao mito, um deus, mas derivada da antecedente condição divina

dos seres de que a reminiscência é capaz mais detidamente, adotarei a divisão, em dois aspectos, da questão da reminiscência no *Fedro*, feita por Müller,¹² e seguirei apenas o primeiro aspecto.

Müller¹³ separa três momentos pelos quais a reminiscência passa, na palinódia: 1) o conhecimento prévio da verdade, por parte da alma, sob a pressuposição de uma vida anímica antes do nascimento; 2) o esquecimento, a amnésia desse conhecimento, que representa uma cisão entre alma e aquilo que ela conhecia; e 3) o processo de recuperação do conhecimento. Logo em seguida, ele separa em três aspectos as manifestações, na palinódia, da reminiscência: em 246b6, a inteligência mostra-se capaz de compreender, em uma unidade, a dispersão das impressões sensíveis; em 249d5, a visão dos lindos corpos que fazem lembrar, na dimensão inteligível, a beleza real; e, em 253a2, a memória do cortejo celeste, que atina à natureza dos deuses como situação refletida na alma, acorde ao seu estatuto divino, a ser lembrada. E explica:

Os dois primeiros aspectos da reminiscência reportam-se às realidades essenciais, aquelas que eram vistas no eixo central do circuito dos carros alados, enquanto o terceiro refere-se à natureza do deus a quem a alma seguia em sua ascensão até a “planície da verdade” (MÜLLER, 2012, p. 26).

A primeira separação de Müller mostra que a verdade é o ser por excelência e orienta o conhecimento dos seres – isto é, o homem conhece a verdade e, portanto, conhece os seres (*ta ónta*); o esquecimento da verdade significa, nessa esteira, o esquecimento do ser como real (*tò ón óntos*), o que resulta em uma privação na alma, ou em seu decaimento: a conformação à vida terrena. Na segunda separação, ele apresenta a possibilidade de, por meio da inteligência, lembrar o que foi esquecido, seja porque os fenômenos e objetos da sensibilidade são sempre recapturáveis, seja porque os objetos belos também o são, seja porque a natureza divina corresponde, em algum grau, ao estatuto da alma – e neste último aspecto a lembrança do esquecido atina apenas à capacidade de rememoração reminescente do ser como ele é, do ser real.

A verdade é uma planície onde se encontram todos os atributos nobres e essenciais que constituem a alma humana e lhe remontam ao seu estatuto divino: a

¹² “No primeiro aspecto da reminiscência, o pensamento do filósofo passa a ser dotado de asas porque se dedica aos seres essenciais que são precisamente o alimento das asas. Agora, no segundo aspecto da reminiscência, a visão do amado suscita no amante a memória da beleza essencial (254b6-7), enquanto a vaga do desejo o enche com as aflições que correspondem ao renascimento das asas (253e5-7)” (MÜLLER, 2012, p. 43).

¹³ MÜLLER, 2012, pp. 25-26.

inteligibilidade; e a reminiscência, por isso mesmo, não é uma mera lembrança de coisas contingentes ou mutáveis dos corpos ou imagens. A reminiscência não se iguala à mera rememoração das coisas que apenas constituem a *dóxa*: seres mutáveis ou contingentes que não encontram nenhuma identidade; a reminiscência, diferentemente dessa permanência na multiplicidade e dispersão dos seres mutáveis e contingentes, conecta a alma, que é capaz de filosofar, com o que é eterno.

Segundo a exposição do conhecimento dos seres e da verdade no mito do cocheiro, dentro da palinódia de Sócrates, podemos mais ainda acentuar a existência da relação entre unidade e multiplicidade: o contato com a multiplicidade caótica tornando-se unidade inteligível, de que a alma mais próxima dos deuses – cuja vida não estaria no grupo das almas que se sujeita apenas ao desejo permanentemente frustrado de contemplar os seres, nem no grupo que se conformaria em contemplá-los apenas parcialmente (248a-c) - se incumbe. Segundo Müller,¹⁴ tomarmos o cocheiro como a parte racional da alma significa relembrarmos sua incumbência que até aqui já foi discutida: a compreensão e contemplação dos seres que estão em algum lugar fora da vida terrena que o homem vive. No entanto, o lide com a multiplicidade que caracteriza a vida humana, as sensações com as quais ela permanentemente lida, são ou não a base da unidade inteligível que o cocheiro orienta a alma filosófica a alcançar, por meio da reminiscência? Pois, segundo o que diz o mito, estaria uma alma em uma situação sensível - em sua vida terrena – e outra em outra situação, a divina, enquanto estiver em contemplação com a unidade racional (entre outras coisas nobres, contemplado a verdade, *theoroûsa talethê*, 247d). Há, no mito, portanto, por parte da alma capaz de filosofar, uma rejeição radical e decisiva no que tange à contemplação dos seres mutáveis e contingentes propriamente sensíveis. A unificação dos dados sensíveis corresponde à multiplicidade eidética (ou simplesmente ao ato de ver, *eideín*,¹⁵ o conjunto dos seres apreendidos sensivelmente, ainda que não seja um conjunto completo deles, mas um conjunto que é verdadeiro porque foi apanhado pela inteligência e corresponde ao *eîdos*)¹⁶; a unificação sensível, por assim dizer, não corresponde à conjugação ou coleção, rememorada metodicamente¹⁷, das coisas sensíveis. Assim,

¹⁴ MÜLLER, 2012, p. 32.

¹⁵ Ibidem, p. 29.

¹⁶ Ibidem, p. 33.

¹⁷ A reminiscência não segue um método, como se verá quando formos apresentar o método dialético da coleção e divisão. Cf. GRISWOLD, 1986, p. 116.

a reminiscência que o cocheiro estimula acaba por apresentar uma realidade diferente em consideração àquela que a alma que habita um corpo vivo.

4. A REMINISCÊNCIA E A FUGA À VIDA TERRENA

Até aqui, foi apresentado o contraste entre o trânsito que caracteriza as coisas terrenas e a uma unidade dos seres extraterrenos ou supracelestes,¹⁸ bem como a essência que é ser (*ousía óntos oûsa*, 247c). No entanto, ponderar que a verdade é o conhecimento dos seres e que é na verdade que a alma apreende os seres reais, voltando-se à sua situação divina de outrora, é uma linha de raciocínio contestável e recebe uma respeitável crítica de alguns comentadores de Platão, como Franco Trabattoni:

Mesmo o conhecimento da coisa [...] não é a coisa, mas é somente o conhecimento da coisa como ela aparece na intuição ou na opinião de alguém. Isso significa, de acordo com o *Fedro* e com a doutrina da reminiscência, que tudo aquilo que o homem pode conhecer sobre as essências está vinculado à rememoração individual, e jamais poderá se tornar um conhecimento objetivo, disponível, indiscutível, como acontece com os objetos que todos podem ver e que para todos aparecem sempre do mesmo modo (TRABATTONI, 2010, p. 98).

Trabattoni denega o estatuto universal da verdade que o mito apresenta: aquilo que uma alma pode visualizar em sua contemplação supraceleste não pode ser universalizado, não passando de uma opinião humana. Se o ato de reminiscência é sempre individual, o objeto por força dela contemplado será igualmente individual. A ideia ou forma (*eîdos*) contemplada (apenas pelo filósofo) possui sua objetividade, disponibilidade e indiscutibilidade, contanto que se entenda que a sua perfeição e limitação cabe apenas ao indivíduo que a compreendeu: aqui se torna patente que é sempre por meio de uma opinião – dada a sua falta de objetividade, disponibilidade e indiscutibilidade a todos os seres humanos - que de lá, na esfera supraceleste, o filósofo traz para cá, na situação terrena, aquilo que contemplou.¹⁹

Se nos assentarmos no mito do cocheiro reproduzido no *Fedro*, a reminiscência é indiscutivelmente referida ao filósofo, pois somente ele pode realizá-la; no entanto, a sua compreensão não é uníssona. Afinal, a alma do filósofo se

¹⁸ Cf. *Fedro*, 247c.

¹⁹ Já a interpretação de Charles Griswold Jr. encaminha-se na direção de não aceitar que haja uma esfera na qual se fundamenta uma realidade supraceleste que a alma filosófica pode acessar, desprezando, supostamente, pela reminiscência, tudo que vive em função de sua/nossa vida humana. Cf. GRISWOLD, 1986, p. 115.

desloca a um lugar supraceleste e a reminiscência é, por isso, um processo exclusivamente eidético; o filósofo contempla o *eídōs* de modo individual e, no entanto, em momento nenhum escapa de sua situação terrena. A reminiscência, de certa forma, enquadra o filósofo na verdade, que o isola.²⁰

Para uma breve análise dessa constatação, confrontemos duas posições bastante distintas. A primeira é de Müller, que parece identificar filosofia à busca do *eídōs* e toma a reminiscência como o instrumento que concretiza isso, a exemplo dos deuses.²¹ Para Müller, o pensamento é o instrumento pelo qual podemos contemplar as realidades supremas que correspondem à situação divina de onde a alma humana foi deslocada. Ele atribui ao mito do cocheiro uma grande importância e determinação: a produção e transmissão de um mito, em forma de discurso, parecem, implacavelmente, uma evidência da verdade, que se mostra pelo plano inteligível que esse mito indica e a partir do qual orienta a alma, no que tange à sua natureza e ao seu destino (248e-249b). Para Müller, portanto, não se trata de observar o mito como a transmissão de uma verdade, mas da verdade propriamente dita: a alma filosófica é capaz de reminiscência e, quando o faz, está recuperando sua situação divina.

Para Trabattoni, no entanto, especificamente no passo 250d, o mito mostra apenas um desfoque de nossa situação terrena, que deveria ser privilegiada acima da pretensão de universalização supraceleste da reminiscência.²² O comentário de Trabattoni indica a presença do *éros*, fundamental à filosofia. Não negando o valor insuperável e a centralidade da filosofia no mito, ele assinala que o homem se apega ao *éros* a partir da contemplação da beleza:

O único resquício da ideia conservado na realidade sensível é o da beleza, ou seja, é a única que conseguimos ver: porque a beleza é a imagem humana que mais se aproxima da perfeição da ideia (250c-e). E, além do mais, para usar a expressão particularmente apropriada, diante da beleza, o homem se sente como que transportado para um outro mundo, melhor do que aquele em que se encontra; inconscientemente, ele suspeita que aquilo que o toca provenha de uma dimensão mais elevada, e que, naquela beleza, se esconda um bem puro, não contaminado pelas interferências e pelos problemas que cotidianamente fazem parte da vida do homem. A experiência da beleza oferece um ponto intermediário entre ideal e real (TRABATTONI, 2010, p. 159).

²⁰ As consequências desse hipotético isolamento são interessantes do ponto de vista da abstração despropositada da realidade que o filósofo faria se fosse pensar sem um interlocutor a dar-lhe um rumo ao diálogo, a adquirir um senso “prático”, por assim dizer, sobre o que se trata nele (cf. BARATIERI, 2014, pp. 59-61 e GRISWOLD, 1986, p. 171).

²¹ MÜLLER, 2012, p. 35.

²² TRABATTONI, 2010, p. 158.

Se a vida humana é intermediada pela beleza para o contato com a vida divina, então a alma humana não pode deixar de contemplar a beleza para não se desligar de sua natureza divina. Isso é, por si só, uma fuga. Por “ponto intermediário”, a partir da leitura de Trabattoni, podemos entender a adesão ou apologia ao diálogo apenas interno (da alma consigo mesma) como fonte da busca pela verdade, não o diálogo externo, com outro homem; o outro seria considerado tão somente como coisa (não necessariamente o homem), sendo ele remissivo à beleza. Não é impróprio dizer, assim, que a contemplação da beleza é outra fuga à vida terrena, conforme Trabattoni atesta, se tal contemplação for dirigida, estritamente, aos seres como realmente são (*tò ón óntos*) e se nos esquecermos de que há uma educação a ser impulsionada e resultada dessa contemplação. E que a própria defesa dele em prol da superioridade da filosofia (consonante àquilo que o próprio mito ilustra, ao proclamar a filosofia como única forma pela qual podem as almas voltar à sua origem) também parece uma fuga àquilo que é propriamente da vida terrena, se for feita sem nenhum propósito educativo, seja moral, seja intelectual. Assim, se a reminiscência por si mesma buscar exclusivamente contemplar o ser (*tôn ónton*), o ser como realmente é (*tò ón óntos*) e o gênero verdadeiro do conhecimento (*tò tês alethoûs epistêmes génos*), ela realiza apenas uma fuga à vida terrena.

5. CONCLUSÃO

É no *Fedro* que podemos ver a dialética imergindo em suas raízes: a busca pelas formas, pelo ser e pela verdade, uma busca que, ao mesmo tempo, serve como crítica ao desvãio da retórica ordinária que se pratica em todo o *Górgias*. A dialética certamente se relaciona com a reminiscência, uma vez que a atividade da reminiscência se funda na busca do ser, da forma e da verdade originárias na condição anterior e divina que fundamenta a alma. Mas não é a reminiscência que promove um diálogo contendo o exame daquilo que é repudiável na retórica. A reminiscência que consta do segundo discurso de Sócrates, a palinódia, é tão somente o meio pelo qual, primeiramente, Sócrates pode propor um redirecionamento do discurso que havia caído em *hýbris*; no entanto, o diálogo não se limita à reminiscência, por ela ser necessariamente individual e, por isso mesmo, não requerer um diálogo com outrem para se realizar.

Quando Sócrates incumbe-se de examinar o discurso de Lísias a partir do diálogo com Fedro, ele quer apenas que a retórica de Lísias se comprometa com o conhecimento da realidade, ao propor-se a discutir dialeticamente sobre os seus erros e imprecisões. A reminiscência é evocada para essa finalidade; no entanto, ela não lida com as coisas terrenas como a retórica necessariamente lida. A reminiscência serve apenas para objetivar a retórica e o discurso, tornando apto à contemplação divina que corresponde à alma humana. No entanto, a reminiscência é insuficiente para efetuar um diálogo dialeticamente empreendido, visto que as instâncias supracelestes de que o discurso baseado na reminiscência parte passao largo da discussão empírica própria à retórica. O filósofo deve estabelecer um diálogo que, dialeticamente, esclareça o que determina o discurso retórico e suas mazelas, tendo como base a condição terrena da vida humana, por mais que a sua tendência seja contemplar o ser, a forma e a verdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATIERI, P. *Diálogo, Dialética e Retórica: uma leitura do Fedro*. 2014. 317 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2014.

BERNARDETE, S. *The Rhetoric of Morality and Philosophy: Plato's Gorgias and Phaedrus*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

CASERTANO, G. *Paradigmas da verdade em Platão*. Trad. M. G. Pina. São Paulo: Loyola, 2010.

GRISWOLD, C. L. *Self-knowledge in Plato's Phaedrus*. New Haven: Yale University Press, 1986.

MACEDO, D. D. Beleza e representação no Fedro. *Hypnos*, São Paulo, v. 2. p. 88-98, 1996.

MCCOY, M. *Plato on the Rhetoric of Philosophers and Sophists*. New York: Cambridge University Press, 2008.

MORAVCSIK, J. *Platão e o Platonismo: aparência e realidade na ontologia, na epistemologia e na ética*. São Paulo: Loyola, 2006.

ROBIN, L. Phèdre. In: *Platon: Oeuvres complètes*. Vol. III, Pt. 3. Paris: Collection des Universités de France, 1933.

TRABATTONI, F. *Oralidade e Escrita em Platão*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

_____. *Platão*. São Paulo: Annablume, 2010. (Coleção Archai: as origens do pensamento ocidental, 2).

Submetido em: 24 de outubro de 2018

Aceito em: 24 de setembro de 2019

DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA¹

Ana Flávia Cardozo Vitório²

Caio Tavares Arraes³

Maria das Dores Pinto Sant'Ana Lima⁴

Francis Natally de Almeida Anacleto⁵

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica sobre Didática da Educação Física no Ensino Superior indexada à base SciELO no período de 2008 a 2017. Utilizou-se da revisão bibliográfica qualitativa para coleta dos artigos analisados. Ao todo, foram selecionados sete artigos publicados no período de 2008 a 2014, indicando um hiato de três anos (2015, 2016 e 2017) na produção acadêmica sobre a temática nos periódicos indexados à base de dados investigada. O debate centrou-se em torno de duas categorias temáticas: "Implicações Didático-pedagógicas na Formação Inicial em Educação Física" e "A Valorização do Conhecimento durante o Processo Didático-pedagógico". As informações aqui apresentadas dizem respeito à revisão da literatura delimitada para o estudo, cientes das limitações metodológicas, principalmente no que concerne à sua amostra. Recomenda-se a realização de novas revisões em outras bases de dados perspectivando obter um panorama maior da produção acadêmica sobre Didática da Educação Física no Ensino Superior.

Palavras-chave: Didática; Ensino Superior; Educação Física.

PHYSICAL EDUCATION DIDACTICS IN HIGHER EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

Abstract: The aim of this study was to analyze the academic production about Physical Education Didactics in Higher Education indexed to SciELO base in the period 2008 to 2017. A qualitative bibliographic review was used to obtain the analyzed articles. In all, seven articles published from 2008 to 2014 were selected, indicating a gap of at least three years (2015, 2016 and 2017) in the academic production on the theme in journals indexed to the investigated database. The debate centered around two thematic categories: "Didactic- pedagogical Implications in Initial Physical Education Formation" and "The Appreciation of Knowledge during the Didactic-pedagogical Process". The information presented here refers to the literature review delimited for the study, aware of the methodological limitations, especially regarding its sample. Further reviews in other databases are recommended aiming at obtaining a bigger panorama of the academic production on Physical Education Didactics in Higher Education.

Keywords: Didactic; Higher Education; Physical Education.

¹ Estudo apresentado como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina de Didática do Ensino Superior do Curso de Mestrado em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

² Mestranda em Educação Física do PPGEF/UNIVASF. flavia.cardozo@ifpi.edu.br.

³ Mestrando em Educação Física do PPGEF/UNIVASF. caiotarraes@gmail.com.

⁴ Mestranda em Educação Física do PPGEF/UNIVASF. dorasantanahand@hotmail.com.

⁵ Professor Adjunto do Departamento de Educação Física e Desportos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - DEFD/UFRRJ. francisnatally@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A expressão Didática (do grego *Didaktiké* – arte de ensinar) tem sido utilizada, de maneira geral, para definir um conjunto de atividades organizadas pelo professor, viabilizando a assimilação do conhecimento pelo estudante, adaptando-se ao plano educativo de uma sociedade (SANTO; LUZ, 2013). A Didática se constitui no principal campo de estudo da pedagogia (MIRANDA, 2017) e engloba o domínio de conhecimento investigativo, disciplinar e profissional sobre o processo de ensino e aprendizagem (CRUZ, 2017).

Compreende-se a Didática como uma matéria-síntese que integra, sistematicamente, os conteúdos das demais disciplinas das Ciências Pedagógicas – Filosofia da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e outras relacionadas, que investigam os elementos da prática educativa no contexto escolar. Em suma, a Didática infere-se como uma matéria de integração, pois ela se nutre de conhecimentos e práticas manifestadas nas metodologias próprias e nas Ciências Pedagógicas para elaborar generalizações sobre conhecimentos e tarefas docentes comuns e essenciais ao processo de ensino-aprendizagem (LIBÂNEO, 2013).

Assim, compreende-se que o campo da Didática investiga “os fundamentos, as condições e os modos de realização da instrução e do ensino” (MIRANDA, 2017, p. 61), bem como a produção de “saberes fundamentais para a formação e a prática profissional de professores” (CRUZ, 2017, p. 674). Logo, a Didática, visando à formação humana, envolve, em contextos específicos, tanto o trabalho dos professores e alunos (sujeitos cognoscentes) como o próprio conhecimento (objeto cognoscível) (CRUZ, 2017).

A Didática perpassa todo o processo de ensino-aprendizagem, sendo um elemento presente em todo e qualquer espaço de produção, transmissão e assimilação de conhecimentos. A ênfase no Ensino Superior (ES) se dá pelo fato de que, nas últimas décadas, a formação visando à docência universitária atraiu forte atenção da comunidade científica, revelando a complexidade que a docência assume também neste nível de ensino, repleto de dilemas, conflitos e tensões (PIRES et al., 2018).

Gil (2010) aponta que, por muito tempo, a docência no ES exigia apenas uma comunicação clara e efetiva e conhecimentos concretos acerca da disciplina a ser ministrada, pois se compreendia que, como os alunos de graduação e pós-

graduação já são adultos, todos teriam suas pretensões e personalidades já bem definidas. Entretanto, como argumentam Pires et al. (2018), para além de conhecimentos sólidos sobre sua área de atuação, o docente também precisa de habilidades pedagógicas necessárias à efetivação do processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, habilidades didáticas.

Com relação à Educação Física (EF), Nunes (2014) pondera que o docente universitário deve exercer sua função considerando os universos acadêmicos e pedagógicos, sem ignorar que ambos precisam estar acompanhados da esfera política. Rezer et al. (2012, p. 896) destacam que, assim como em outros contextos, o trabalho docente no ES “pressupõe um envolvimento orgânico do professor, tanto na relação com os alunos como na relação com o conhecimento a ser tratado nas aulas”. Os autores também apontam a escassez na produção do conhecimento acerca da docência no ES voltada à EF.

Em virtude disso, compreendendo a Didática como um aspecto intrínseco à docência, este artigo buscou analisar a produção científica sobre Didática da Educação Física no Ensino Superior indexada na plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) ao longo dos últimos 10 anos (2008-2017).

2. METODOLOGIA

O método utilizado foi a revisão bibliográfica qualitativa, que se utiliza, exclusivamente, de fontes e materiais já existentes para constituição do *corpusteórico* do estudo (GIL, 2008).

Para realização desta pesquisa, optou-se pela utilização da SciELO Brasil. A escolha desta como única plataforma se deu devido à elaboração deste estudo estar condicionada ao prazo limite de encerramento da disciplina de Didática do Ensino Superior do Curso de Mestrado em Educação Física do PPGEF – UNIVASF. Não sendo possível dispender esforços em alargar a amostra, visto não haver tempo disponível para analisá-la de maneira adequada.

A coleta de dados na plataforma aconteceu nos dias 30 e 31 de outubro de 2018 por dois pesquisadores. Na primeira consulta, foram utilizados os descritores: “Didática”, “Ensino Superior” e “Educação Física”. Na segunda busca, foram utilizados os mesmos descritores, desta vez em inglês. Na terceira consulta os descritores “*Didactic*” and “*Physical Education*”. E, na última busca, foram utilizados

os descritores: “Didática”, “Ensino”, “Ensino Superior” e “Educação Física”. Na Tabela 01 é apresentada a quantidade de resultados para cada combinação de descritores utilizada.

Tabela 01: Número de artigos encontrados na SciELO conforme os descritores.

Descritores (Combinados / Utilizados)	Resultados Encontrados (2008-2017)
Didática, Ensino Superior e Educação Física	07
<i>Didactic, Higher Education and Physical Education</i>	02
<i>Didactic and Physical Education</i>	56
Didática, Ensino, Ensino Superior e Educação Física	07
TOTAL	72

No total, foram 72 resultados encontrados em quatro buscas distintas na plataforma. Todos os resultados foram devidamente baixados e salvos em pasta específica.

A primeira etapa de tratamento do material coletado foi composta pela leitura do título dos artigos e pela eliminação daqueles que se repetiam e que, mesmo constando na busca com os descritores, não tinham relação com a temática investigada. Foram excluídos artigos relacionados a áreas como Fisiologia do Exercício, Desenvolvimento Motor e Docência e Didática aplicada a outras áreas de conhecimento. Ao término desta etapa, foram selecionados 25 artigos.

A segunda etapa se deu pela leitura do título e do resumo dos 25 artigos selecionados, visando chegar à amostra final. Feito o procedimento, foram descartados aqueles que, pelos objetivos e achados expostos no resumo, não abordavam a Didática da EF no ES. Ao final desta etapa, foram selecionados sete artigos expostos no quadro abaixo.

Quadro 01: Artigos selecionados para leitura completa após análise dos títulos e dos resumos.

Autores	Título	Periódico	Ano de Publicação
Rodrigues Júnior e Silva	A significação nas aulas de Educação Física: encontro e confronto dos diferentes “subúrbios” de conhecimento	Revista Pro-posições	2008
Ramos, Graça e Nascimento	O conhecimento pedagógico do conteúdo: estrutura e implicações à formação em Educação Física	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	2008
Marcon, Graça e Nascimento	CrITÉrios para a implementação de práticas pedagógicas na formação inicial em educação física e implicações no conhecimento pedagógico do conteúdo dos futuros professores	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	2011
Metzner	Proposta didática para o curso de licenciatura em Educação Física: aprendizagem baseada em casos	Educação e Pesquisa	2014
Pizani e Barbosa-Rinaldi	Identidade dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física no Paraná: uma análise das áreas do conhecimento	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	2014
Martiny e Gomes-da-Silva	A transposição didática na Educação Física escolar: o caminho formativo dos professores em formação inicial	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2014a
Martiny e Gomes-da-Silva	A transposição didática na Educação Física escolar: a reflexão na prática pedagógica dos professores em formação inicial no estágio supervisionado.	Revista de Educação Física da UEM	2014b

A última etapa consistiu na leitura e análise completa dos sete artigos selecionados. Neste momento os estudos foram analisados conforme as aproximações conceituais e epistemológicas sobre Didática da EF no ES.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os dados provenientes da análise dos sete artigos. Os principais temas abordados foram organizados em duas categorias: “Implicações Didático-pedagógicas na Formação Inicial em Educação Física” e “A Valorização do Conhecimento durante o Processo Didático-pedagógico”. Ao todo, as produções compreendem o período de 2008 a 2014, indicando uma queda na produção acadêmica sobre Didática da EF no ES nos últimos três anos dos periódicos indexados à base SciELO.

3.1. Implicações Didático-pedagógicas na Formação Inicial em Educação Física

Nesta categoria encontram-se cinco trabalhos que, de alguma forma, ressaltam a importância da ação didática durante a formação inicial em EF relacionando-a a própria prática docente ou ao currículo do curso. Dentre os cinco, são três pesquisas de campo, uma análise documental e um ensaio teórico.

Martiny e Gomes-da-Silva (2014a, 2014b) buscaram analisar a prática pedagógica dos Professores em Formação Inicial (PFI) durante o Estágio Supervisionado. Em seus trabalhos, os autores apontam o caminho formativo desses PFI, bem como os elementos que sustentam sua prática durante a realização do estágio.

Eles refletem sobre a relação entre a formação inicial de professores de EF e o campo da intervenção profissional desses futuros docentes. Abordam o conceito de Transposição Didática (TD) como sendo a transição de saberes adquiridos durante a graduação para o campo da intervenção propriamente dita. Os autores procuram compreender de que maneira os saberes, as habilidades e as competências abordadas e apreendidas na formação inicial são deslocadas didaticamente para o núcleo da sala de aula durante as situações que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

Ao identificar o caminho formativo dos PFI, Martiny e Gomes-da-Silva (2014a) apontam três planos de atuação que compõem a esfera formativa. O plano macroestrutural (formação, ação e reflexão) é o mais amplo, ocorrendo durante todo o semestre letivo. O plano intermediário (ação/observação, reflexão, nova ação) entre uma aula/unidade e outra. E o plano microestrutural (ação/reflexão imediata) que se concretiza durante a realização de cada aula.

Nota-se que a reflexão surge como um dos elementos que sustentam a prática pedagógica dos PFI se manifestando nas suas ações durante a atuação no estágio docente. Os PFI refletem sobre a cultura escolar, os conteúdos a serem ensinados e sua própria atuação docente e relacionando-os às aprendizagens dos alunos. Dessa forma, esses três aspectos reflexivos surgem como dimensões inerentes à prática pedagógica dos PFI dentro do caminho formativo durante o Estágio Supervisionado (MARTINY; GOMES-DA-SILVA, 2014b).

Já para Marcon, Graça e Nascimento (2011), a docência, enquanto processo de mediação, exige dos seus profissionais conhecimentos relacionados ao conteúdo específico das disciplinas, às questões didático-pedagógicas, bem como aos alunos e suas individualidades. No processo de formação de professores esses conhecimentos, somados a uma percepção integrada e integradora, darão aos futuros docentes o conhecimento pedagógico dos conteúdos a serem trabalhados em sua jornada educativa futura, tornando-os apreensíveis e ensináveis aos discentes.

De acordo com os autores supracitados, as práticas pedagógicas vivenciadas durante o período da formação inicial, principalmente no Estágio Supervisionado, são artificiais, de característica episódica e desvinculadas da realidade dos futuros profissionais. Cria-se, muitas vezes, o “ambiente ideal” de prática profissional e priva-se o futuro professor (estagiário) de participar da “escola real” com seus dilemas, desafios e peculiaridades.

Dessa forma, oportunizar a vivência de situações-problema e de reveses próprios da intervenção docente aos licenciandos deve ser o propósito de todo o programa de formação inicial de professores, tendo o Estágio Supervisionado como o marco formativo desse processo. Assim, seria possível estabelecer uma ponte entre o “ideal” e o “real” e propiciar vivências plurais de práticas didático-pedagógicas.

Tais programas precisam ampliar a compreensão da prática pedagógica. Para tanto, deve-se encará-la não apenas como requisito necessário à aprovação em uma dada disciplina, mas como oportunidade ímpar para avaliar e aprimorar seu conhecimento pedagógico do conteúdo. Errando, acertando; construindo, desconstruindo; resignificando conceitos e ações. Tudo isso dentro de sua instituição e sob a supervisão e o apoio dos professores-formadores.

Pizani e Barbosa-Rinaldi (2014) tiveram como objetivo identificar a distribuição de carga horária por área de conhecimento visando entender como se caracteriza a formação no estado do Paraná. As autoras discutem a matriz curricular dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em EF no estado. Para tanto, realizaram uma análise documental dos Projetos Pedagógicos (PPs) das Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas do estado.

Após análise, as autoras identificam cinco dimensões do conhecimento a que competem às disciplinas dos cursos, tanto na Licenciatura como no Bacharelado: a dimensão cultural do movimento humano, a didático-pedagógica, a técnico-instrumental, a biológica do corpo humano, a relação ser humano e sociedade e a de produção do conhecimento científico e tecnológico.

Dentre as dimensões, a cultural do movimento humano destaca-se nos dois tipos de formação, ocupando 23,4% e 26% da carga horária na Licenciatura e Bacharelado respectivamente. A técnico-instrumental representa 19,5% e 24%. Para justificar esse fato, as autoras recorrem ao percurso histórico, visto que essas disciplinas sempre ocuparam a maior parte da carga horária dos cursos de EF no país, independentemente da essência da formação, Licenciatura ou Bacharelado (PIZANI; BARBOSA-RINALDI, 2014).

As autoras ainda destacam a importância em compreender que os currículos dos cursos de Licenciatura em EF precisam dedicar mais esforços às questões da Educação Básica, inserindo os futuros professores em debates contemporâneos mais amplos. Deve-se valorizar o desenvolvimento humano de maneira integral, perspectivando a própria atuação docente – que, geralmente, fica restrita a vivências de disciplinas específicas, não abarcando aspectos didático-pedagógicos necessários à formação de professores.

Metzner (2014) apresenta uma proposta didática para o curso de Licenciatura em EF. Pautada na Aprendizagem Baseada em Casos (ABC), a autora aplica a proposta metodológica em um grupo de 25 estudantes do último ano da graduação em EF de uma IES privada no interior do estado de São Paulo. O principal argumento desenvolvido no estudo trata do desenvolvimento da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade como essenciais na formação inicial do futuro professor. Segundo a autora, a prática pedagógica no ES precisa superar a visão fragmentada

de ensino e estabelecer interconexões entre as disciplinas e, posteriormente, entre os conteúdos.

A ABC foi elaborada conforme os conteúdos das disciplinas⁶ cursadas no semestre letivo dos estudantes visando estreitar as fronteiras existentes entre elas. O caso envolvia duas realidades distintas da EF escolar. Os estudantes se viram na missão de relacionar os conhecimentos provenientes de cada disciplina na resolução das questões suscitadas pelo caso apresentado.

Na disciplina de Metodologia da EF na Educação Básica o debate girou em torno da importância da criatividade no planejamento das aulas de EF em todos os níveis de ensino. No Seminário de Conclusão de Curso, os alunos aprofundaram questionamentos passíveis de investigação em seus trabalhos de conclusão de curso. E, por fim, no Estágio Supervisionado, os alunos compararam o caso com a realidade escolar propriamente dita, destacando várias semelhanças.

Assim, de acordo com Metzner (2014), a ABC se constituiu em uma ferramenta que possibilitou aos alunos pensarem e planejarem de maneira global acerca de questões que surgem no contexto real da aula.

3.2. A Valorização do Conhecimento durante o Processo Didático-pedagógico

Os dois artigos presentes nessa categoria são estudos de revisão. Aqui estão os trabalhos que enfatizam o conhecimento durante o processo didático-pedagógico nas aulas de EF no ES.

Rodrigues Júnior e Silva (2008) buscaram esclarecer questões relacionadas à significação nas aulas de EF e a ação didática direcionada ao encontro e ao confronto de conhecimentos entre professores e alunos. Os autores partem das próprias experiências profissionais em áreas de gestão escolar, atuação na Educação Básica e em cursos de Graduação e Pós-graduação em EF. Ao desenvolver os argumentos apresentados, apoiaram-se em referenciais provenientes das Ciências Humanas para definir os chamados subúrbios⁷ do conhecimento.

⁶ Metodologia da EF na Educação Básica, Seminário de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado.

⁷ Segundo Geertz (1997), os subúrbios dizem respeito aos diferentes sistemas culturais. Em sua obra, o autor argumenta como o senso comum constitui uma estrutura sistematizada de pensamento deliberado, principalmente pelo fato de organizar-se diretamente a partir das experiências concretas e não de reflexões sobre ela.

A ideia central parte de que uma ação didática sensível ao diálogo de conhecimentos entre professores e alunos poderia favorecer a negociação de saberes entre esses indivíduos. Infere-se que os alunos chegam às aulas equipados com uma série de saberes legitimados pelas experiências cotidianas. Tais saberes constituem um subúrbio do conhecimento que confronta e se mistura com outros. Sendo a aula o local de encontro e confronto de subúrbios do conhecimento científico sistematizado (objeto a ser socializado nas escolas) e do senso comum.

Os autores pensam a Didática como uma ação que considera o encontro e o confronto de conhecimentos entre professores e alunos como essenciais na troca de saberes. Defendem a prática pedagógica, acima de tudo, como humana e subjetiva e afirmam que “não se trata de uma oposição de conhecimentos, mas de diferenças entre eles que necessitam de atualização, em um processo eminentemente humano, social” (RODRIGUES JÚNIOR; SILVA, 2008, p. 172).

Em outra perspectiva, Ramos, Graça e Nascimento (2008), tiveram como objetivo esclarecer aspectos relacionados ao Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (PCK)⁸ e suas implicações na formação em EF. Para tanto, compreende-se o PCK como a forma de representação e transformação da matéria de ensino quea torna compreensível ao aluno. Fundamentam-se num conjunto de autores que sugerem que, quanto mais representações e estratégias os professores tiverem à disposição e quanto melhor o entendimento sobre a aprendizagem dos alunos, mais efetivo será sua intervenção didático-pedagógica.

Ao relacionar à formação inicial em EF, destacam a divisão entre conhecimento “declarativo” e “processual”. O primeiro refere-se a um tipo de conhecimento descontextualizado de fatos e relações com o ambiente. O segundo ocupa-se do conhecimento sobre episódios e eventos que aconteceram em momentos específicos. Dessa forma, o PCK permite ao professor realizar adaptações nos conhecimentos declarativos, colocando-os ao nível de compreensão dos alunos por meio da experiência. Para tanto, ele estrutura-se em quatro tipos de conhecimentos: a) dos propósitos; b) os curriculares do conteúdo; c) das estratégias e d) dos alunos (RAMOS; GRAÇA; NASCIMENTO, 2008).

Dessa maneira, os autores acima apontam que o conhecimento pedagógico que o futuro professor precisa apreender para ensinar não pode se restringir as

⁸ Sigla da expressão em inglês, utilizada pelos autores, que significa *Pedagogical Content Knowledge*.

aulas de matérias curriculares, como as didáticas, pedagogias e metodologias do ensino. As ações didáticas do professor formador devem presumir uma transformação pedagógica do conteúdo, onde pedagogia e conteúdo se façam presentes em todos contextos cotidianos de ensino de cada professor, em cada componente curricular.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

O presente estudo teve como objetivo analisar a produção acadêmica sobre Didática da Educação Física no Ensino Superior indexada na plataforma SciELO ao longo dos últimos 10 anos (2008-2017). O debate centrou-se em torno de duas categorias: “Implicações Didático-pedagógicas na Formação Inicial em Educação Física” e “A Valorização do Conhecimento durante o Processo Didático-pedagógico”.

É imprescindível que a Didática, como uma matéria-síntese que integra as diversas áreas do conhecimento das Ciências Pedagógicas, constitua um componente curricular significativo na formação inicial de professores de Educação Física. Assim, ela deve possibilitar um arcabouço de conhecimentos sistematizados aos quais os futuros professores recorrerão para solucionar os dilemas da prática docente no cotidiano do ensino.

Constatamos que a Didática perpassa todo o processo de ensino-aprendizagem, devendo proporcionar aos futuros professores de EF a oportunidade de exercitarem esses conhecimentos no contexto real da escola, *locus* de produção, transmissão e assimilação desses conhecimentos teóricos e práticos para a reflexão e solução contextualizada das situações reais vivenciadas no cotidiano escolar.

Ademais, observamos que, de um modo geral, os estudos encontrados e analisados buscam destacar a importância da aproximação entre a formação inicial e o contexto real da escola, tendo o Estágio Supervisionado como *locus* propício para inserção do futuro docente no ambiente escolar, proporcionando assim o diálogo entre a teoria e prática. Ressaltam a importância da aquisição de experiências contextualizadas possíveis com a realidade escolar. Para isso, enfatizam as ações didáticas dos docentes e a estrutura curricular dos cursos de Licenciatura em EF como essenciais na formação dos futuros professores.

Assim como compreendemos a importância da relação entre os professores e alunos, também, foi possível constatar uma ênfase na produção e manipulação de

conhecimentos durante a ação didático-pedagógica. Ademais, os estudos valorizam tanto a soma de conhecimentos dos professores e alunos, como os conhecimentos disciplinares e didáticos dos próprios docentes formadores.

Por fim, ressalta-se que as informações aqui apresentadas dizem respeito à revisão da literatura delimitada para o estudo, ciente de suas limitações metodológicas, principalmente no que concerne à sua amostra. Recomenda-se a realização de novas revisões em outras bases de dados perspectivando obter um panorama maior da produção acadêmica sobre Didática da EF no ES.

REFERÊNCIAS

CRUZ, G. B. Didática e docência no ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 98, n. 250, p.672-689, 2017.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCON, D.; GRAÇA, A. B. S.; NASCIMENTO, J. V. Critérios para a implementação de práticas pedagógicas na formação inicial em educação física e implicações no conhecimento pedagógico do conteúdo dos futuros professores. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, n. 3, p. 497-511, jul./set. 2011.

MARTINY, L. E.; GOMES-DA-SILVA, P. N. A transposição didática na Educação Física escolar: o caminho formativo dos professores em formação inicial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, n. 239, p. 175-196, jan./abr. 2014a.

MARTINY, L. E.; GOMES-DA-SILVA, P. N. A transposição didática na Educação Física escolar: a reflexão na prática pedagógica dos professores em formação inicial no estágio supervisionado. *Revista de Educação Física da UEM*, v. 25, n. 1, p. 81-94, jan./mar. 2014b.

METZNER, A. C. Proposta didática para o curso de licenciatura em Educação Física: aprendizagem baseada em casos. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 3, p. 637-650, jul./set. 2014.

MIRANDA, R. V. A didática e as novas tecnologias na formação docente no ensino superior. *Saber Científico*, v. 6, n. 1, 61-69, jan./jun. 2017.

NUNES, S. I. *Docência universitária em Educação Física: ideias sobre o acadêmico e o pedagógico*. 2014. 230f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

PIRES, A. F. et al. A docência universitária em Educação Física: da formação à atuação profissional. *Pensar a prática*, v. 21, n. 2, p. 395-408, 2018.

PIZANI, J.; BARBOSA-RINALDI, I. P. Identidade dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física no Paraná: uma análise das áreas do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 28, n. 4, p. 671-682, out./dez. 2014.

RAMOS, V; GRAÇA, A. B. S.; NASCIMENTO, J. V. O conhecimento pedagógico do conteúdo: estrutura e implicações à formação em Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 22, n. 2, p. 161-171, abr./jun. 2008.

REZER, R. et al. Trabalho docente na educação superior - reflexões epistemológicas no campo da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 34, n. 4, p. 891-908, out./dez. 2012.

RODRIGUES JÚNIOR, J. C.; SILVA, C. L. A significação nas aulas de Educação Física: encontro e confronto dos diferentes “subúrbios” de conhecimento. *Pro-Posições*, v. 19, n. 1, p. 159-172, jan./abr. 2008.

SANTO, E. E.; LUZ, L. C. S. Didática no ensino superior: perspectivas e desafios. *Saberes*, v. 1, n. 8, p. 58-73, ago. 2013.

Submetido em: 10 de dezembro de 2018

Aceito em: 05 de julho de 2019

O LUGAR DA MULHER NA CIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nereide Aparecida Pagani Galvão¹
Josiane Peres Gonçalves²

Resumo: Historicamente as mulheres não tiveram oportunidade de conviver no espaço público, visto que para elas estavam reservadas somente as atividades inerentes aos cuidados com os filhos, maridos e serviços domésticos. Conseqüentemente, elas ficaram alheias aos avanços científicos existentes na sociedade, mas quando as mulheres passaram a ocupar espaços públicos, alguns seguimentos continuaram a ser vistos como masculinos, permanecendo dessa forma até a atualidade, como é o caso da participação feminina na Ciência, principalmente na área de ciências exatas. Com base nesses pressupostos, destacamos que a finalidade deste estudo é refletir sobre a representatividade feminina na Ciência, que historicamente foi e continua sendo menor que a masculina. Mediante a realização de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a temática relativa à inserção das mulheres na Ciência, percebemos que se trata de um fenômeno complexo e que pode ser compreendido em suas origens históricas e culturais. Compreendemos assim que os gêneros feminino e masculino foram educados e construídos em contextos socioculturais permeados por estereótipos, códigos e comportamentos relacionados ao gênero, que influenciaram os sujeitos no sentido agir de acordo com as normas sociais estabelecidas. Esses estereótipos e códigos sociais interferiram também na Ciência, que ainda na atualidade permanece sendo predominantemente masculina.

Palavras-chave: Ciência; Cultura; Gênero.

THE PLACE OF WOMEN IN SCIENCE: SOME CONSIDERATIONS.

Abstract: Historically, women did not have the opportunity to live in the public space, since only the inherent activities of caring for their children, husbands and domestic services were reserved for them. As a consequence, they became oblivious to the scientific advances that exist in society, but when women began to occupy public spaces, some segments continued to be seen as masculine, remaining in this way up to the present time, as is the case of female participation in science, area of exact sciences. Based on these assumptions, we emphasize that the purpose of this study is to reflect on the female representation in Science, which historically was and still is smaller than the masculine one. Through a bibliographical research, based on authors who discuss the issue of the insertion of women in science, we realize that it is a complex phenomenon that can be understood in its historical and cultural origins. We thus understood that the feminine and masculine genres were educated and constructed in sociocultural contexts permeated by stereotypes, codes and behaviors related to gender, that influenced the subjects in the sense to act according to established social norms. These stereotypes and social codes also interfered in Science, which still remains predominantly male today.

Keywords: Science; Culture; Gender.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (PPGE/CPAN/UFMS). Graduada em Licenciatura em Matemática pelo CPAN/UFMS. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE).

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE).

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a colocar em relevo as situações que induzem a mulher a um lugar de subalternidade, resultante de processos sociais e históricos relacionados aos estereótipos que a sociedade impõe ao gênero feminino e que implica consequentemente o modo de funcionar da academia científica. O texto apresenta discussões de autores que tratam dos temas que levarão ao objeto de estudo e definição de um roteiro para a compreensão dos conceitos a serem refletidos e discutidos neste trabalho.

Para iniciar, serão apresentadas as características masculinas da sociedade, a falta de representatividade feminina na academia, observando, como exemplo, os Prêmios Nobel entregues ao longo do tempo e, mais adiante, será analisada a questão dos estereótipos e as escolhas impostas pela sociedade às mulheres. Apresentamos a história de mulheres que ousaram sair do anonimato, consta que houve a necessidade de utilização de pseudônimos para apresentarem seus trabalhos, o que evidenciava a falta de representatividade feminina na academia, fato que nos permite compreender a dificuldade em realizar uma trajetória acadêmica por parte das mulheres, afinal esse é um espaço que não considera suas especificidades, tão pouco a maternidade, momento em que muitas mulheres desistem de suas carreiras acadêmicas.

2. A MULHER NA CIÊNCIA

Não será difícil observar e compreender que a nossa sociedade, aquela da qual é possível falar por meio de registros históricos e informações culturais de toda sorte, se mostre, desde o seu início e ainda hoje, muito masculina e por consequência machista. Segundo Chassot (2003), a Ciência é masculina porque foi construída e realizada quase que somente por homens. Através da História é possível observar que líderes religiosos, representantes políticos, passando pela Filosofia até as Artes, contribuíram para a composição de uma civilização basicamente masculina. Serão expostos os motivos que justificam a dificuldade da entrada da mulher no campo da Ciência, que se dá muitas vezes através de preconceitos, afinal a Ciência está intrinsecamente ligada à história da humanidade.

Nesse sentido, Chassot (2003) acredita que deve haver igualdade de oportunidades para ingressar na Ciência e que as formas de discriminação contra a mulher precisam ser combatidas, uma vez que, até o início do século XX, acreditava-se que a mulher era imprópria para a Ciência. Apesar disso, muitas mulheres se destacaram, entretanto é com a apresentação dos números dos Prêmios Nobel pelo autor, que fica claro que há o predomínio masculino na Ciência:

Entre os laureados em um universo de quase 500 nomes, 4 premiados nas áreas das Ciências, há 12 mulheres [dos 174 premiados em Física, há duas mulheres laureadas, ambas divididas com homens; dos 148 em Química, três são mulheres, sendo que em 1964 uma o recebeu sozinha; dos 178 em Medicina ou Fisiologia, sete são mulheres, sendo que apenas em uma (1983) oportunidade foi obtido sozinha]. [...] Além destas 12 mulheres laureadas, há outras 20 premiadas: nove em Literatura e 11 na Paz. O Prêmio Nobel de Economia – o único mais recente, pois começou em 1969 – ainda não agraciou a nenhuma mulher. Merece uma referência muito especial Marie Skłodowska Curie (1867-1934), que ostentou, por quase três quartos de século, uma situação ímpar, não detida por nenhum homem: foi contemplada com dois Prêmios Nobel de Ciência, pois recebeu Nobel de Física em 1903, juntamente com seu esposo Pierre Curie (1859-1906) e Henri Becquerel, e o Nobel de Química, em 1911, pela descoberta do polônio e do rádio e pela contribuição no avanço da Química. Vale ainda referir que Irène Joliot-Curie (1897-1956) laureada com o Nobel de Química em 1935, juntamente com seu esposo Frédéric Joliot-Curie (1900-1958) é filha de Marie e Pierre Curie. (CHASSOT, 2003, p. 15).

Quando observamos esses dados e questionamos o lugar da mulher na Ciência, percebemos que a questão cultural, mediante a utilização de práticas e discursos, os estereótipos e a subalternidade, muitas vezes exigida pela família ou pelo companheiro, vai determinar que lugar será esse que a mulher quer e se poderá ou não ocupar.

Dessa forma, uma reportagem escrita por Sylvia Miguel (2016), sobre os preconceitos e estereótipos que resultam em impacto na progressão da mulher na ciência, destaca o relato de Carolina Brito Carvalho dos Santos, física e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “Estereótipos, cultura, influência familiar e da escola exercem um papel importante para que as mulheres não escolham a carreira científica, [...]. Insisto na falta de modelos femininos em altas posições científicas [...]”.(MIGUEL, 2016, p. 1).

Sylvia Miguel (2016) também se baseia nas ideias de duas especialistas ouvidas, Vera Soares da Universidade de São Paulo e Leila Saadé, presidente da

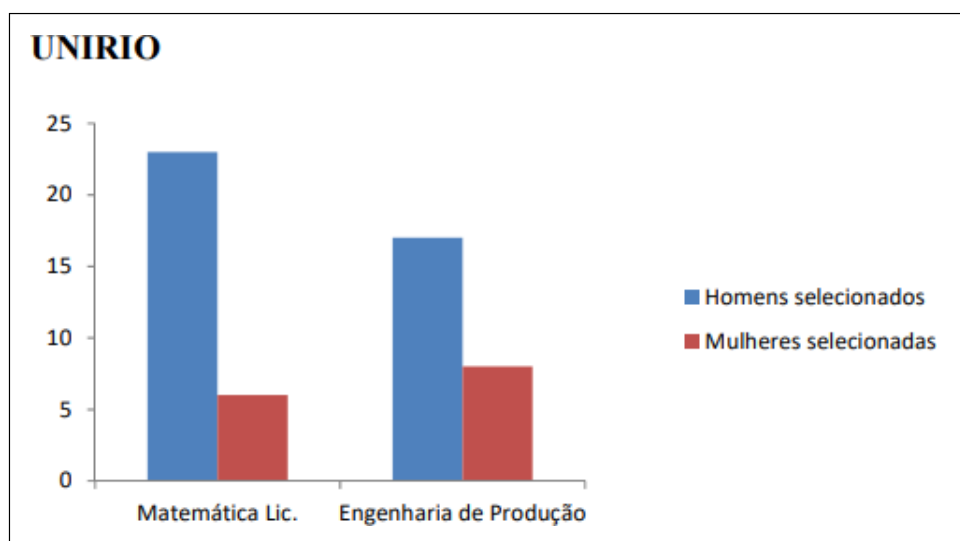
Rede Francófona de Mulheres Responsáveis pelo Ensino Superior e Pesquisa no Oriente Médio, visto que ambas concordam que há segregação da mulher no ambiente científico. Elas entendem que, pior do que ouvir de homens que mulheres são pouco eficientes nas ciências, é ouvir das próprias mulheres que elas não são de fato eficientes, o que nos leva a considerar fatores culturais e os estereótipos, dados importantes para uma visão universal de que a mulher não está qualificada para a Ciência, destacando a falta de espírito racional e analítico.

Fernandez (2017) chama atenção para os efeitos do estereótipo, dizendo que as mulheres sabem que são consideradas incapazes ou menos preparadas, e apesar disso tudo ser falso, mesmo assim parecem concordar e fazer valer as palavras agressivas sobre elas.

Tal posicionamento se comprovaria num ambiente de trabalho, quando uma mulher compete por uma vaga de maior destaque com um homem, geralmente é a mulher que não consegue a vaga e parece desistir e admitir sua “fraqueza”. Fernandez (2017), que se baseia em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, sobre o total de candidatos selecionados pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu, apresenta uma estatística bastante detalhada sobre a presença feminina em cursos das Ciências Exatas, ainda bastante baixa, em onze universidades brasileiras, de várias regiões do país.

A autora destaca que “Segundo dados publicados em 27 de outubro de 2017 pelo Inep, mais de 6 milhões de pessoas realizaram o ENEM 2017. Aproximadamente 58% dessas pessoas foram mulheres” (FERNANDEZ, 2017, p. 1). Contudo, na área de Ciências Exatas são poucas as mulheres, principalmente no curso de matemática, uma vez que foi constatado que “[...] a presença feminina é maior em cursos de engenharia do que em cursos como matemática, física, computação e estatística”. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é um exemplo dessa diferença, como pode ser observado Gráfico 1.

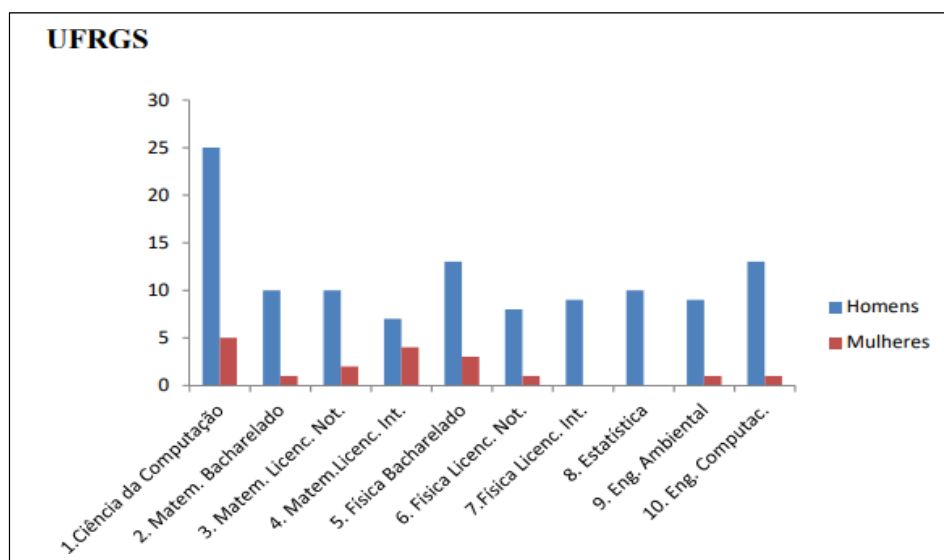
Gráfico 1: Distribuição entre homens e mulheres em cursos da UNIRIO



Fonte: (FERNANDEZ, 2017, p. 11).

No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também é possível perceber que há pouquíssimas mulheres no curso de Bacharelado em Matemática (9%) e nenhuma em Física e Estatística, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição entre homens e mulheres em cursos da UFRGS



Fonte: (FERNANDEZ, 2017, p. 15).

Ademais, em todas as universidades pesquisadas, o número de mulheres é significativamente menor que o de homens nos cursos pesquisados (Ciência da Computação, Matemática Bacharelado, Matemática Licenciatura Diurno, Matemática Licenciatura Noturno, Física Bacharelado, Física Licenciatura, Engenharia de Produção, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Estatística).

Brech (2018) ressalta que o número de mulheres na academia, em cargos de destaque ou em projetos de pesquisa, é muito baixo. Ela indaga por que tão poucas, afinal uma sociedade e, conseqüentemente, uma comunidade científica diversa será mais criativa, produzirá mais e melhor. As imposições no que se refere ao gênero, sexualidade, estereótipos, ainda são as causas de afastamento das mulheres do mundo acadêmico e científico para produzir pesquisa, o que tem como implicação o desperdício de talentos. A autora enuncia que uma sociedade masculina na sua essência, vai naturalizar comportamentos masculinos, muitas vezes inconscientemente.

O atual desequilíbrio, um fenômeno mundial, vai impactar também na sociedade, uma vez que os problemas de grande parte dos seus componentes, não estão sendo resolvidos, então cabe questionar: “O ambiente é masculino porque somos poucas, ou somos poucas porque o ambiente é masculino?” (BRECH, 2018, p. 6). É possível supor que provavelmente vamos continuar nos indagando enquanto a academia for uma reprodução da sociedade.

Cortes (2018) relata que na História há estudos sobre a autoria de trabalhos científicos de mulheres que usaram um pseudônimo ou mesmo o nome do marido para divulgá-los, pois uma mulher não poderia ter suas pesquisas científicas reveladas para a sociedade. Destaca que os conventos foram importantes para a educação das mulheres, inclusive para que elas pudessem participar de alguma forma de pesquisas acadêmicas. No ensino superior as mulheres sempre foram colocadas de lado, mais ainda quando o assunto era as ciências duras. No século XVIII, uma italiana chamada Laura Bassi foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na academia de seu país.

Para Cortes (2018), segundo a lógica ocidental, o conceito de gênero destaca uma divisão binária de opostos, o masculino e o feminino, por haver uma interpretação de que os hormônios agem para dar à menina as características de menina e ao menino características de menino, tudo isso ainda no útero materno,

sem considerar fatores culturais para explicar as preferências de meninas e meninos. Sendo assim, essa diferença biológica de base hormonal dá para as meninas habilidades maiores na linguagem e aos meninos melhores habilidades espaciais. Uma segunda interpretação refere-se à socialização de gênero, determinando o que é característica masculina ou feminina, trazendo para a mulher um padrão de comportamento, aceito socialmente, que vai defini-la como preparada para a maternidade e pronta para defender a família, o que é chamado de Marianismo, um tipo de estereótipo cultural que é o complemento do machismo. É a partir desse estereótipo que se observa o uso de violência oculta contra a mulher.

De acordo com Cortes (2018), o aumento de mulheres participando da Ciência é visível, porém quando são observadas as causas de evasão dos estudos e a diminuição do número de mulheres após o mestrado, ocupando carreiras docentes ou se destacando em produções e publicações científicas, percebe-se um bloqueio do qual as mulheres não conseguem dar conta para poderem chegar ao ápice da carreira, suas vidas como mulher e mãe.

Nesse cenário, muitas pesquisadoras se casaram com seus colegas de pesquisa para continuarem em suas áreas de investigação ou ainda, agiam masculinamente para terem o respeito das pessoas ligadas à Ciência e, mesmo com todo esse esforço, muitas não tiveram seus trabalhos reconhecidos. Cortes (2018) aponta para a importância de estudar sobre essas mulheres e divulgar seus feitos, primeiro para fazê-las conhecidas e depois para serem referências para as meninas que queiram entrar para a masculina área da ciência.

De forma semelhante, Ohashi (2018) ressalta que existe sim uma diferença na representatividade feminina nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática, é visível o destaque masculino para essas áreas, o que não quer dizer que meninas não sejam aptas a estudá-las. A escolha é geralmente influenciada pela sociedade, família, levando as meninas a carreiras mais “compatíveis” com seu gênero. Assim, a quantidade de estudantes mulheres em cursos da área de exatas, continua muito inferior que o número de homens. Reforçar para as meninas que elas podem fazer o que quiserem é uma forma de permitir que elas sejam felizes com suas futuras carreiras, para que possam realizar seus sonhos. Para ampliar a compreensão de suas proposições, Ohashi (2018) sugere a leitura do livro “Histórias de ninar para garotas rebeldes”.

Para Quadros (2018), a situação das diferenças entre gêneros na ciência é social e cultural e a desistência da carreira acadêmica ou a baixa produção acadêmica de mulheres, depois do doutorado, se dá pela pressão social que sofrem, pelos problemas em casa, família, filhos, discriminação e sexismo. Conseqüentemente, a trajetória acadêmica não permite espaços para a mulher ser mãe e lidar com as situações familiares, além de questões como machismo e assédio que também dificultam o protagonismo da mulher na ciência.

É comum ouvirmos que mulheres são menos capazes intelectualmente para as áreas de exatas. Vale ressaltar as ideias de Chassot (2003), em que apresenta um resumo do processo histórico que acabou por modelar a nossa sociedade, um tanto machista, misógina e preconceituosa.

De acordo com Chassot (2003), as religiões exerceram uma das maiores interferências na constituição da representação do feminino, pois apresentaram a mulher como a origem de um problema para o homem. Destaca que na mitologia grega, nas religiões judaica e cristã, à mulher foi dado o sinal do pecado, da perda da liberdade, da inocência, do paraíso e isso justificaria as dores da mulher, colocando-a como uma eterna pagadora de pecados, e que deveria manter-se curvada e obediente ao seu homem. Sobre os motivos que justificam a manutenção da sociedade masculina, o autor recupera a hipótese da causalidade biológica que explicaria a suposta fragilidade feminina, cuja superação de preconceitos milenares certamente não será simples, nem rápida, dada sua complexidade histórica.

Silva e Ribeiro (2011) afirmam que há um discurso que predomina na sociedade para justificar os números que demonstram a falta de representatividade da mulher na ciência, que é o discurso que usa as diferenças biológicas entre feminino e masculino.

3. ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Diante do levantamento da produção científica realizada para a realização deste estudo, podemos dizer que as dificuldades encontradas pela mulher para ingressar o campo da ciência foi historicamente construído, e até hoje, apesar dos avanços inegáveis relativos ao ingresso da mulher na academia, há ainda uma preferência em escolher homens para cargos de grande reputação da ciência.

Para que esse cenário possa mudar, é necessário começar do início, possibilitando uma educação que quebre modelos pré-concebidos, a fim de estimular as meninas a serem agentes na escolha de suas profissões, independentemente das opiniões de suas famílias ou da sociedade.

É possível dizer que não exista uma forma única de entender as diferenças de representatividade sem considerar o contexto social e cultural em que as pessoas estão inseridas, afinal a academia reproduz as práticas e os discursos que constituem a sociedade e isso promove efeitos diferentes sobre as escolhas de homens e mulheres relativas a suas carreiras. Podemos afirmar que a academia mantém o viés sexista que a sociedade apresenta. Dessa forma, é necessário que haja uma maneira mais adequada para lidar com as relações de gênero dentro do universo da ciência, a contribuição das mulheres pode modificar de forma positiva esse universo, trazendo um olhar mais atento, curioso, receptivo, sensível e comunicativo para a ciência.

Através da educação podemos proporcionar a mudança necessária para dar às mulheres condições diferenciadas, que possam considerar suas especificidades femininas e da maternidade no ambiente acadêmico.

Nossa reflexão não termina aqui e será certamente objeto de muitas pesquisas ainda, mas estamos trazendo à luz um tema que, dada sua complexidade, deve ser discutido e considerado por todos os níveis de estudo, pela sociedade e pelas famílias.

REFERÊNCIAS

BRECH, Christina. O “Dilema Tostines” das mulheres na Matemática. *Revista Matemática Universitária*, São Paulo, n. 54, p. 1-7, 2018.

CHASSOT, Attico. A Ciência é masculina? É, sim senhora!... *Contexto e Educação*, Ijuí, ano 19, n. 71/72, jan./dez, 2004.

CORTES, Mariane Rodrigues. *Mulher na Ciência*: “Ciência também é coisa de mulher!”. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Física) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

FERNANDEZ, Cecília. As meninas ainda são minoria nos cursos de graduação em matemática, física, computação e estatística. *Site Mulheres na Matemática*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<<http://mulheresnamatematica.sites.uff.br/as-meninas-ainda-sao-minoria-nos->

cursos-de-graduacao-em-matematica-fisica-computacao-e-estatistica/> Acesso em: 20 mar. 2019.

MIGUEL, Sylvia. *Preconceitos e estereótipos impactam progressão da mulher na ciência*. *Jornal da USP*. São Paulo, 13, out. 2016. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/preconceitos-e-estereotipos-impactam-progressao-da-mulher-na-ciencia/>> Acesso em: 21 mar. 2019.

OHASHI, Mariane. Lugar de mulher é na ciência? *Site Medium*. 02 ago. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/luizalabs/lugar-de-mulher-%C3%A9-na-ci%C3%A9ncia-24fab17f0852>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

QUADROS, Mírian. Mulheres na Ciência. *Site ARCO*. Santa Maria, 07 mar. 2018. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/arco/sitenovo/?p=3095>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira; RIBEIRO, Paula Regina. A participação das mulheres na Ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. *Revista Labrys Estudos Feministas*, n. 10, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sexualidadeescola.furg.br/biblioteca/artigos/category/1-artigos?download=12:participacaomulheres>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

Enviado em: 28 de maio de 2019

Aceito em: 18 de junho de 2019

A “PERMANÊNCIA DE INÊS” EM *INVENÇÃO DE ORFEU*, DE JORGE DE LIMA

Luciano Marcos Dias Cavalcanti ¹

Resumo: Uma questão importante que perpassa todo o *Invenção de Orfeu* é a presença marcante das musas. O poeta é amparado por uma quantidade enorme de musas, que estão presentes no poema em todos os Cantos, retiradas da tradição literária ou mesmo criadas por ele. São elas: Inês de Castro, Lenora, Eurídice, Beatriz, Ofélia, Penélope, Eumetis, Mira-Celi, Lis Celidônia, entre outras. Portanto, o poeta cria auxiliado por estas divindades. Nosso intuito, neste artigo, é dedicar nossos esforços para a análise da presença de Inês de Castro no poema de Jorge de Lima, musa importante para sua poética, pois representa o próprio fazer poético limiano.

Palavras-chave: Invenção de Orfeu; musa; Inês de Castro.

Abstract: An important question that pervades the whole *Invenção de Orfeu* is the strong presence of the muses. The poet is supported by a huge amount of muses, which are present in the poem in every corner, drawn from literary tradition, or even set up for him. Are they: Inês de Castro, Lenora, Eurídice, Beatriz, Ofélia, Penélope, Eumetis, Mira-Celi, Lis Celidônia, among others. Therefore, the poet creates aided by these deities. Our aim, in this article, is to devote our efforts to the analysis of the presence of Inês de Castro in the poem of Jorge de Lima, important for your poetic muse, as it represents the poetic limiano own doing.

Keywords: Invenção de Orfeu; muse; Inês de Castro.

Invenção de Orfeu surge, com cerca de 12 mil versos – maior que *Os Lusíadas*, mas com os mesmos dez cantos – contra a negativa de Poe ao poema longo na modernidade. Um poema longo, como *Invenção de Orfeu*, primeiramente chama a atenção pelo modo como é organizado todo o material que vai desde a multiplicidade de vozes e os diferentes tempos à amplitude vocabular e as variadas referências intertextuais. Estas são algumas das inúmeras questões que se apresentam no poema. Soma-se a isto o tamanho do texto (o número de versos) e a dimensão grandiosa do que o poema pretende representar, assim como a complexa organização de seus vários recursos.

Uma questão também importante que perpassa todo o *Invenção de Orfeu* é a presença marcante das musas. O poeta é amparado por uma quantidade enorme de musas, que estão presentes no poema em todos os Cantos, retiradas da tradição

¹ Doutor em Teoria e História Literária pelo IEL/UNICAMP, Docente da Graduação e do Mestrado em Letras e do Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde.

literária ou mesmo criadas pelo poeta. São elas: Inês de Castro, Lenora, Eurídice, Beatriz, Ofélia, Penélope, Eumetis, Mira-Celi, Lis, Celidônia, entre outras. Portanto, o poeta cria auxiliado por estas divindades. A musa camoniana receberá no poema grande relevância, pois representa o próprio fazer poético limiano. Nesse sentido, nossos esforços, neste artigo, recairão na análise da presença de Inês de Castro no poema de Jorge de Lima.

A multiplicidade de componentes formais ou de conteúdo constituintes do poema atesta o seu caráter fragmentário. Os dez Cantos são compostos por uma série de poemas curtos que podem sobreviver por eles mesmos, separados de seu conjunto, característica que aponta para a dificuldade de se encontrar em *Invenção de Orfeu* uma unidade claramente visível. Apenas os Cantos Oitavo, (“Biografia”) e o Nono (“Permanência de Inês”) são elaborados como um poema único. Este fato pode indicar que ambos os cantos foram feitos preponderantemente por um ímpeto de criação, por meio da inspiração fluente, como sugere o seu próprio caráter unitário e seu ritmo intenso. Este aspecto diz respeito mais precisamente ao Canto Oitavo, que se diferencia do Canto Nono por seu tamanho (o que parece representar uma tentativa do poeta de concentrar nele toda sua experiência poética), sendo o maior Canto do poema, enquanto que o Nono é o menor: são apenas dezoito estrofes que ordenadamente transpõem o esquema estrófico e métrico de *Os Lusíadas* (construído em oitavas e em decassílabos), de Camões. Este Canto personifica Inês como figura da poesia, remetendo-nos também à infância e à paz perdida, reencontrada pela poesia. Configuração que faz Alfredo Bosi observar que a escolha do episódio de Inês de Castro, transposto de forma retrabalhada em *Invenção de Orfeu* por Jorge de Lima, se refere a uma passagem rigorosamente não épica do poema de Camões; nesse sentido

é o passo que mais fala a nós, contemporâneos; passo em que o lírico da figura amorosa de Inês e o dramático, senão trágico, do conflito, do impasse e do sacrifício da mulher sobrepujam o canto heroico, a tuba canora e beliciosa dos feitos do Gama e dos outros barões assinalados. (BOSI, 1978, p. 152)

Sérgio Buarque também aponta esta característica do poema ao nos dizer que seria provável que as “expressões líricas” espalhadas em *Invenção de Orfeu* obteriam um grande ganho ao se libertarem “do enorme arcabouço”, onde se viram “arbitrariamente” colocadas. Para o crítico, o poema limiano é salvo pelo “admirável timbre lírico”, sobretudo dos sonetos: “Tão puro, em verdade, é este timbre, que

consegue resistir incólume aos mais pretensiosos artifícios. Nele está, sem dúvida, a melhor contribuição deste poeta. E tenho certeza de que, por ele, muitos pecados lhe são finalmente perdoados.” (HOLANDA, 1996, pp. 570-71). É importante também notar que o caráter fragmentário de *Invenção de Orfeu*, composto por uma variação métrica incrível (oitavas clássicas, tercetos, quadras, sextilhas, sonetos etc.), revela que a feitura do poema não se realizou apenas por meio do jorro da inspiração solta e descompromissada², mas, sim, através do trabalho poético pensado e estruturado pelo labor artesanal do artista, que pretende compor sua obra considerando também a criação consciente. Como já apontou Alfredo Bosi, isso também mostra que o poeta é “um mestre da linguagem, o último com que conta a poesia contemporânea em língua portuguesa.”. (BOSI, 1994, p. 456)

Não é fácil perceber a ordenação do poema, uma imensa massa de linguagem, de imagens e de ideias que não está submetida a uma lógica de conceitos, mas a uma “lógica da imaginação”. Toda essa multiplicidade também guarda uma unidade, mais ou menos misteriosa, mesmo que seja a unidade do fragmento, do recomeço, do fluxo, que também têm sua retórica específica. É isso que *Invenção de Orfeu* parece nos oferecer, um projeto poético que contrapõe a falta de sequência narrativa à de unidade compositiva, a estrutura preconcebida à inspiração poética, a ausência de sentido à busca pela totalidade. O que é informe, da perspectiva do enquadramento épico, pode não ser do ponto de vista do lírico ou épico-lírico. O fato de que o poema não está preso a nenhuma regra composicional não significa que ele não a tenha, mesmo que seja a do jorro verbal. Mas *Invenção de Orfeu* vai além dessa perspectiva, como marca a presença da “vontade autoral” do poeta, que se expressa na forma do livro e no uso do poema longo, dividido e organizado. A enumeração, por exemplo, (ou o “recomeço constante”), tem uma tradição inclusive bíblica, um sentido de decomposição e um efeito estético. O estilo de incessante reformulação do “motivo”

² De acordo com José Fernando Carneiro (1958, pp. 48-49), crítico e amigo de Jorge de Lima, a composição de *Livro de Sonetos* e *Invenção de Orfeu* se deu em um momento de recolhimento do poeta por causa de um “esgotamento nervoso”. Seguindo orientações médicas, o poeta se refugia para uma clínica de repouso no Alto da Boa Vista, onde compõe, em dez dias em estado hipnagógico, 102 sonetos, sendo que 77 formam o *Livro de Sonetos* e os 25 restantes aguardam a composição de *Invenção de Orfeu*, para serem incluídos neste. Essa situação revela uma semelhança composicional nos dois livros. O próprio poeta diz, sobre a feitura de *Invenção de Orfeu*: “Durante dois anos fui escrevendo o poema sem saber onde ia chegar, de quantos versos constaria, nem o que pretendia. Com a sua leitura depois de composto é que verifiquei a sua intenção independente das minhas intenções. [...] Foi feito como criação onírica.” (LIMA, 1958, p. 94)

(como se diz igualmente na música) pode também ser visto como um modo formal de realizar a “Mesma viagem/ presa e fluente” (Canto VII, estância I - LIMA, 1958, p. 791)

Invenção de Orfeu apresenta-se como um texto poético que está sempre em tensão e que sugere variadas leituras. João Gaspar Simões fornece uma possibilidade de entrada no poema por meio mesmo de sua fragmentação:

quando no Canto Quarto, fala de uma “opaca voando”, ave esta que pode simbolizar o próprio poema “indecisa/ ave com suas penas, tudo em ouro” – “dissonância amarga e doce”, “vale procurado mas fugace” – “angústia transportada para a face/ como voo recomeçado de seu tema”. Cada verso, cada estrofe, cada imagem, cada metáfora, cada canto – é um voo recomeçado. (SIMÕES, 1958, p. 109)

Talvez seja mesmo por essa condição intrínseca do poema (um recomeço constante e/ou o eterno retorno) que o leitor tem a sensação de uma excessiva repetição. É o que parece ocorrer também em toda a sua poética, como já apontou Gilberto de Mendonça Telles, onde há uma espécie de movimento dialético no interior de cada uma de suas fases, no sentido de que cada uma delas afirma e nega suas proposições poéticas ao mesmo tempo. O crítico aponta que na poética de Jorge de Lima “existe sempre a consciência de uma unidade estética, embora repetida e fragmentada, a que se filia a obra do poeta. A consciência de uma tradição retomada e enriquecida por uma nova maneira de organizá-la, por força de uma personalidade diferente que a retoma, modifica e a apresenta como nova e nunca vista.” (TELLES, 1988, p. 112). Quando o poeta inicia uma concepção estética em uma fase, no final dela mesma, ele já a deixa de lado para assumir outra que iniciará a sua fase posterior, que também será negada posteriormente para assumir outra nova. Desse modo, o poeta trabalharia sempre a mesma obra, pois estaria sempre “escavando” um “fundo comum”.

As musas

É interessante notar a impressionante quantidade de musas mortas presente em *Invenção de Orfeu*. Em geral, são iniciáticas e ligadas ao reino dos mortos: Eurídice, Lenora, Ofélia, Beatriz, Inês, Mira-Celi e Celidônia. Esta característica das musas limianas parece conter o pressuposto básico da falta³ para o ato criador, que

³ A “falta” é um sentimento universal e inerente ao ser humano e especialmente ao artista, assim Valéry o descreve: “Viver é, a todo instante, sentir falta de alguma coisa – modificar-se para atingi-la – e, desse modo, tender a

nos remete ao caráter órfico de *Invenção de Orfeu* – o poeta canta, como Orfeu, a falta de sua musa, caso contrário a sua “viagem” (o poema/ o seu canto) não existiria.

É também relevante notar que o caráter iniciático e a ligação das musas ao reino dos mortos nos apontam para a ligação do poeta ao Simbolismo e a situações biográficas de sua infância, onde viu sua “amiga” e futura musa (Celidônia) morrer afogada. Outro fato vindo da memória infantil diz respeito à presença de Inês de Castro, episódio da poesia camoniana lida com entusiasmo por seu pai e sequencialmente por ele mesmo. Ana Maria Paulino aponta que este tema frequente na poética limiana também se liga ao topos da “Infanta defunta”, o que mostra o diálogo de seus poemas com a composição de Ravel: *Pavane pour une infante défunte*, inspirada pela lenda da morte da princesa Polignac. O poeta também se utiliza desse tema no sentido de aproveitar o seu caráter plástico para seus poemas. (PAULINO, 1995, pp. 38-40)

Sobre a presença de Inês de Castro em *Invenção de Orfeu*, Jorge de Lima nos diz o seguinte: “o episódio de Inês de Castro representa um símbolo correspondente à perenidade da própria poesia. Portanto, em vez de uma Inês posta em sossego, é uma Inês que se transforma a todo momento, mas conserva a sua integridade e perfeição através do tempo e do espaço”. (LIMA, 1958, p. 93) Para Alfredo Bosi, a figura de Inês, cantada por Camões, “é transformada miticamente em mais um dos símbolos femininos da Graça: como Mira-Celi, Inês que fulge quando o dia brilha ou se acinzentada quando o ocaso avança, rainha negra, mãe e branca filha, entre arcanjos do céu, andarilha, andar inconsciente que não cansa.” (BOSI, 1978, pp. 155-56) Para o crítico,

estas e outras metáforas procuram significar uma existência que, a rigor, é inesgotável, logo fora ao alcance da apreensão meramente linguística. Inês, como a Graça, como a Vida, não cessa de irradiar e esse processo *ad infinitum* acende à estrutura superficial do texto por meio de qualificações múltiplas, contraditórias e simultâneas. [...] O limite da nomeação febril é o desejo vivo de Jorge de Lima: saltar do texto para a fruição do élan vital chamado femininamente Inês. (BOSI, 1978, pp. 155-56)

substituir-se no estado de sentir falta de alguma coisa. Vivemos do instável, pelo instável, no instável: essa é a função completa da Sensibilidade, que é a mola diabólica da vida dos seus organizadores. O que há de mais extraordinário para se tentar conceber, e o que pode haver de mais ‘poético’ para se fazer do que essa força irreduzível que é tudo para cada um de nós, que coincide exatamente conosco, que nos movimenta, que nos fala e é falada em nós, que se transforma em prazer, dor, necessidade, desgosto, esperança, força ou fraqueza, dispõe valores, torna-nos anjos ou bestas conforme a hora do dia?” (VALÉRY, 1999, p. 81)

Na estância XIX, do Canto Segundo de *Invenção de Orfeu*, o poeta canta um lugar bucólico em que ele está intrinsecamente ligado à terra e também a sua infância. A este ambiente se relaciona a musa Inês de Castro, que também habita uma ilha paradisíaca: “As fontes dulçurosas desta ilha/ promanam da rainha viva-morta;”. (LIMA, 1958, p. 704) Trazendo o elemento sensual a seu poema, Jorge de Lima reconta a famosa história de Inês de Castro, que representará uma espécie de guia ou símbolo para um novo mundo recomeçado: “vai ser constelação de um mundo novo,/ Esperança maior de eterno povo.”

Estavas, linda Inês, posta em repouso
mas aparentemente bela Inês;
pois de teus olhos lindos já não ousou
fitar o torvelinho que não vês,
o suceder dos rostos cobiçoso
passando sem descanso sob a tez;
que eram tudo memórias fugidias,
máscaras soto-postas que não vias.

Tu, só tu, puro amor e glória crua,
não sabes o que à face traduzias.
Estavas, linda Inês, aos olhos nua,
transparente no leito em que jazias.
Que a mente costumeira não conclua,
nem conclua da sombra que fazias,
pois, Inês em repouso é movimento,
nada em Inês é inanimado e lento.

As fontes dulçurosas desta ilha
promanam da rainha viva-morta;
o punhal que feriu é doce tília
de que fez a atra brisa santa porta,
e em cujos ramos suave porta,
e em cujos ramos suave se enrodilha,
e segredos de amor ao céu transporta.
Não há na vida amor que em vão termine,
nem vão esquecimento que o destine.

[...]

E para que não finde a eterna lida
e tudo para sempre se renove
nessa constante musa foragida;
entre Andrômedas e Órions alas move.
A sua trajetória é tão renhida,
que a multidão celícola comove.
Vai ser constelação de um mundo novo,
Esperança maior de eterno povo.

Ó paz, ó fim, ó mundo inominado

descansa doce névoa mensageira.
Teu rosto primogênito gelado,
que pólen misterioso te empoeira?
Calendário de lumes começado,
dormida potestade, luz primeira,
eras ontem rainha, hoje és ritual.
Que destino de gente supra-real!

[...]

Estavas, linda Inês, repercutida
nesse mar, nessa estátua, nesse poema,
e tão justa e tão plena e coincidida,
que eras a alma da vida curta; e extrema
quando se esvai na terra e curta vida.
Tu te refluis na vaga desse tema.
eterna vaga, vaga em movimento,
agitada e tranquila como o vento.
(LIMA, 1958, pp. 704- 705)

Inês passa a ser a musa de Jorge de Lima por meio de um diálogo que se estabelece entre o episódio de Inês de Castro (d' *Os Lusíadas*) com *Invenção de Orfeu*, que de forma retrabalhada apresenta-se como uma nova heroína. Desse modo, Inês se torna outra a partir das características já possuídas por ela provindas da criação de Camões somadas à sua transformação por meio da recriação feita por Jorge de Lima. Nesse momento, Inês não está mais em repouso e, sim, em movimento. Dessa maneira, é acrescentado um atributo fundamental de *Invenção de Orfeu* à musa camoniana, o movimento.

O cotejo entre a variante da imagem de Inês de Castro do épico de Camões e do “épico-moderno” de Jorge de Lima também mostra, como observa Castello, que não prevalece mais em *Invenção de Orfeu* a associação, tradicional na poesia, do amor à morte,

mas sim uma visão de amor através da superação pelo sacrifício das contingências humanas, desiguais, na vida terrena. Eliminando-se as restrições do contexto histórico para a projeção atemporalizada da essência lírico amorosa despida do envolvimento da crueldade, da vingança e também da fatalidade limitadoras em termos de crônica individual. (CASTELLO, 1999, p. 221)

É o que ocorre com Mira-Celi (associada ou integrada a Inês de Castro) em um fragmento do Canto Oitavo: ela é ubíqua e sua presença é sentida nos “jardins intemporais”, ou seja, em um lugar, poderíamos dizer, utópico. A musa criada pelo

poeta o ajuda a captar os momentos de eternidade contra o mal representado pelo tempo – o que pode significar também os momentos poéticos.

E veio para Inês justilinear,
a defunta princesa soterrada
que ilumina as comunas recalçadas.
Mira-Celi é sentida em ubiqua
presença nos jardins intemporais
do vasto mar dormido, circundada.

Ela me faz captar esses instantes
de eternidade contra o mal que é o tempo,
ela me torna imenso ou pequenino,
eu enguia de Deus, ou ossos e ossos.
E vendo um campo de esqueletos nus,
ela a magia fê-los encarnar-se.

E canso-me à procura das fugazes presenças,
e momentos das terríveis ou divinas arquiasas
permanentes, para remanescer as durações,
e para substituir, gravar um símbolo
na casa antiga da árvore perdida.
(LIMA, 1958, p. 844)

“A Permanência de Inês”

Como vimos, na estância XIX, do Canto Segundo, no início do Canto dedicado a Inês é acentuado seu caráter móvel, diferenciando-se da musa de Camões. No Canto IX, “Permanência de Inês”, podemos perceber que a musa camoniana pode significar, simbolicamente, a própria exaltação do fazer poético. Este fazer poético é concebido pelo movimento, Inês é “posta em desassossego”:

Estavas, linda Inês, nunca em sossego
e por isso voltaste neste poema,
louca, virgem Inês, engano cego,
ó múltipara Inês, sutil e extrema,
ilha e mareta funda, raso pego,
Inês desconstruída, mas eurema,
chamada Inês de muitos nomes, antes,
depois, como de agora, hoje distantes.

Porém penumbra vaga ou talvez acha
celeste consumindo-se, também
a própria conceição parindo baixa
a real prole; de súbito ninguém
nessas longínquas órbitas que enfaixa
com seus cabelos, ela-a-mais-de-cem,
a mais de mil, Inês amorfa e aresta,
Inês a só, mas logo a sempre festa.
(LIMA, 1958, p. 871)

O caráter múltiplo da musa - Inês representa todas as musas - e seu constante movimento é que a possibilita se integrar no poema limiano, também como Inês, múltiplo e desassossegado. Num caráter metalinguístico a musa se transforma no próprio poema e se transforma na musa de Jorge de Lima. O mito célebre de Inês estática é transubstanciado, na modernidade, na própria poesia.

Como é característico da *Invenção de Orfeu*, com seu rompimento com o espaço e tempo ordinário, percebemos o desejo do poeta encontrar com o tempo e espaço mítico. A musa Inês propicia a libertação do poeta do mundo ordinário, por meio de sua transfiguração para mundo imaginário literário, redimensionando o tempo e o espaço. É Inês de Castro que possibilita a manifestação do poético, é a poesia que transfigura o menino-poeta no homem-poeta hodierno.

Inês que fulge quando o dia brilha
ou se acinzentada quando o ocaso avança,
rainha negra, mãe e branca filha,
entre arcanjos do céu etérea dança,
e nos dias dos mundos andarilha,
andar incandescente que não cansa,
poema aparentemente muitos poemas,
mas infância perene, tema em temas.

Ela fechada virgem, via-a em rio;
eu era os meus sete anos, vendo-a vejo
a própria poesia que surgiu
intemporal, poesia que me vê, verá, me viu,
ó mar sempre passado em que velejo
eu próprio outro marujo e outro oceano
em redor do marujo transmontano.

Meu pai te lia, ó página de insânia!
E eu escutava, como se findasses.
Findasses? Se tu eras a espontânea,
a musa aparecia de cem faces,
a além de mim e além da Lusitânia,
como se além da página acenasses
aos que postos em teus desassossegos,
cegam seus olhos por teus olhos cegos.

Ó vidente através, ó Inês mirante,
em nós mortes sofridas para versos,
para que nesta vida o mundo cante
e o cego e o surdo e os homens controversos
apreendam todos teu geral instante,
teus pequenos e grandes universos,
teu aparecimento em Mira-Celi,
para que tua face se revele.
(LIMA, 1958, pp. 871-872)

Aqui vemos a constatação do poema como múltiplo, mas mesmo com essa caracterização verifica-se a perenidade da infância a partir da presença da musa camoniana, situada tanto na infância do poeta como na fase final de sua poesia. Como referência biográfica bastante evidente, Inês se mostra, talvez, a musa mais relevante para o poeta, mais importante até do que Mira-Celi, criada por ele mesmo. É fundamental apontar, no entanto, que Mira-Celi surge daquela, ou seja, Inês está dentro de Mira-Celi. Em um quase depoimento, o poeta nos diz que um de seus primeiros momentos de alumbramento poético ocorreu em sua infância, exatamente na leitura do episódio de Inês de Castro feita pelo seu pai – e depois feita por ele mesmo –, fundindo realidade (a presença paterna) e literatura (o texto poético de Camões e sua leitura). Junta-se a isso o alumbramento do poeta menino, experimentando as primeiras sensações causadas pela visão da nudez feminina. Neste fragmento é possível observamos a tentativa do poeta de eternizar este momento de intensa emoção poética. Num poema revelador, ele expõe seu modo de composição do poema: sua temática, a relação de rompimento com o tempo cronológico e a presença do elemento social em sua poesia.

É interessante notar o percurso trilhado pelo poeta em *Invenção de Orfeu*: em primeiro lugar, ele recebe ajuda das musas para realizar seu poema e posteriormente recebe a ajuda divina (juntamente com a de outros poetas: Camões, Ovídio, Dante, Rimbaud, Lautréamont etc.) para o mesmo fim. De acordo com Curtius, a literatura ocidental, após privilegiar o canto e as musas, passa sequencialmente a invocar os césores para depois chegar à invocação de Deus e, finalmente, à invocação do próprio espírito do poeta. No que se refere à invocação divina, a poesia propriamente dita passa a associar-se à poesia cristã, como é o caso de Jorge de Lima, que dialoga com esta tradição. Desse modo, Curtius nos diz que: “além de invocar as musas, a poesia antiga também cultivava a invocação de Zeus, o que permitiu à poesia cristã estabelecer correlações: o paraíso é equiparado ao Olimpo e Deus a Júpiter”. (CURTIUS, 1996, p. 297). Somado a isso, o declínio do paganismo revela a razão da rejeição, pela poesia cristã, do culto às musas. Desse modo, os poetas passam a pedir ajuda ao Espírito Santo ou propriamente a Cristo identificado a Orfeu. Assim declara o crítico, a partir das considerações de Paulino de Nola.

Em lugar de Apolo e das Musas, deveria ser Cristo o estimulador e entoador da poesia (XV, 30). Os poetas pagãos proferiram mentiras, o que não assenta bem

num servo de Cristo (XX, 32 e 55). Além do protesto contra as Musas pagãs, Paulino desenvolve também uma teoria cristológica da inspiração e uma concepção de Cristo como músico universal que lembra a especulação alexandrina sobre Cristo identificado com Orfeu. (CURTIUS, 1996, p. 299)

É importante notar estas nuances na história da poesia, mas, como sabemos, Jorge de Lima nunca se incomodou, como outros poetas modernistas, em se relacionar com a tradição literária de modo a tirar proveito dela. É por esse motivo que vemos presente em *Invenção de Orfeu*, poema muitas vezes paradoxal, elementos que aparentemente se opõem. Assim, Jorge de Lima se utiliza das musas (o mundo pagão) – reabilitando-as, como fizeram os humanistas – e do divino (o mundo religioso cristão, muitas vezes associado à figura de Orfeu). Desse modo, ao trazer de volta os mitos ao nosso tempo, o poeta redimensiona-os oferecendo ao leitor moderno um espaço para reflexão a respeito do fazer poético e da própria criação artística.

A musa é que possibilita a manifestação do poético. Traz à tona o passado transfigurando-o no futuro, como fazem os mitos, libertando o criador do cárcere espaciotemporal. É a criação pelo mito:

Amou revelação, purificou-se,
nenhum amor descrito conseguiu
ensombrar-lhe de angústia o olhar doce.
Inês resplandecente, sempre estio,
conheceu-se em seus símbolos. Amou-se,
fora restituída. Coexistiu.
Chispa inventiva, Inês florida arena
marasmos espezinha. Altiava cena.
(LIMA, 1958, p. 873)

A configuração do Canto IX, “Permanência de Inês”, como todo o épico de Jorge de Lima, é elaborado pela junção de múltiplas vozes. Mas poderíamos dizer que Camões é uma das figuras centrais. Neste Canto, em especial, temos sua figura feminina emblemática posta em desassossego, pois ela é a recriação do mundo conturbado moderno. É ela que canta para seus habitantes, também desamparados e desassossegados.

Inês da terra. Inês do céu. Inês.
Preferida dos anjos. Árdua rota,
conúbio consumado, anteviuvez.
Mas após amplidão sempre remota,

branca existência, face da sem tez.
Ontem forma palpável. Hoje ignota.
Eterna linda Inês, paz, desapego,
porta recriada para os sem-sossego.

[...]

Queimada viva, logo ressurrecta,
subversiva, refeita das fogueiras,
adelgada como início e meta;
as palavras e estrofes sobranceiras
narram seus gestos por um seu poeta
ultrapassado às musas derradeiras
da sempre linda Inês, paz, desapego,
porta da vida para os sem-sossego.
(LIMA, 1958, p. 874)

O projeto de Jorge de Lima em *Invenção de Orfeu* parece concordar com a proposição de que a poesia pode “mudar o mundo” e a vida, utilizando-se de uma espécie de ética metafísica e poética que busca a reconquista do paraíso perdido pela Queda. Para isso, o poeta/herói recorrerá à memória desse tempo mítico, buscando o “êxtase” desse tempo perdido que deseja recriar pelo verbo, o paraíso perdido. É, nesse sentido, que no poema “toda imagem se organiza, secretamente, em símbolos; as palavras cessam de ser signos para participar das próprias coisas, das realidades psíquicas que evocam.” (RAYMOND, 1997, pp. 13-14) Para Jorge de Lima, não há outra maneira de conhecer as coisas “senão sendo-as”, desejo utópico que encerra *Invenção de Orfeu*.

Em síntese, as musas presentes no poema, especialmente Inês de Castro, em seu sentido mítico, proporcionam ao poeta a reconquista de um tempo perdido. Aquele, que idealmente representa um lugar paradisíaco, restaurado pela poesia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. Camões e Jorge de Lima. *Revista Camoniana*. 2ª série, volume 1. 1978.

BOSI, Alfredo. Jorge de Lima. In: *História concisa da literatura brasileira*. 34ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CASTELO, José Aderaldo. Memória, poesia e ficção em Jorge de Lima. In: *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500- 1960)*. São Paulo: EDUSP, 1999.

- CAVALCANTI, Luciano M. Dias. *Metamorfoses de Orfeu: a “utopia” poética na lírica final de Jorge de Lima*. São Paulo: Todas as Musas, Belo Horizonte: FAPEMIG, 2015.
- CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. (Trad. Teodoro Cabral e Paulo Ornai) São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Motivos de Proteu. O espírito e a letra: estudos de crítica literária II: 1948-1959*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- LIMA Jorge de. *Obra Completa* (Org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.
- PAULINO, Ana Maria. *Jorge de Lima – Artistas Brasileiros (Poesia e Pintura)*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SIMÕES, João Gaspar. Jorge de Lima e a Cosmogonia ou *Invenção de Orfeu*. In: LIMA, Jorge de. *Obra Completa* (Org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Aguilar, 1958, vol. I
- TELES, Gilberto Mendonça. Jorge de Lima e a geração de 1893. In: RÈBAUD, Jean-Paul (Org.) *90 anos de Jorge de Lima (Anais do Segundo Simpósio de Literatura Alagoano)*. Maceió: UFAL, 1988.
- VALÉRY, Paul. *Variedades*. (Org. e Int.: João Alexandre Barbosa – Trad. Maiza Martins de Siqueira - Posfácio. Aguinaldo Gonçalves) São Paulo: Iluminuras, 1999.

Submetido em: 17 de fevereiro de 2019

Aceito em: 31 de julho de 2019

VIDA, VERDADE E PROPRIEDADE PARA QUEM? O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA

Jucyelle Weliza Dutra¹

Eduardo Dias da Silva²

Resumo: Considerando o conflito secular entre os povos de Israel e da Palestina e no entendimento de que todos têm o direito à vida, verdade e propriedade (BULL, 2002), objetivou-se com essa pesquisa qualitativa de análise documental traçar uma linha de (des)ordem na mediação do conflito entre Israel e Palestina, seus acordos, seus mediadores, suas benesses e prejuízos durante o século XX, de acordo com Bishara (2003), Maio (2014), Oliveira Marques (2008), dentre outros autores. Desse modo, observou-se que apesar dos avanços mínimos no reconhecimento do Estado da Palestina e do direito à vida, verdade e propriedade do seu povo nas últimas décadas, os desafios de convivência entre Israel e Palestina estão longe do fim, pois não há só litígio territorial, tem-se também querelas no campo religioso, linguístico, étnico, econômico e etc. Ademais, o que permitiu-se concluir que o papel das Nações Unidas é fundamental para assegurar e incentivar o respeito a diversidade humana na região, ao passo que esse é o grande desafio para o século XXI.

Palavras-chave: Israel; Palestina; Conflito; ONU; Vida, Verdade e Propriedade.

LIFE, TRUTH AND PROPERTY TO WHOM? THE CONFLICT BETWEEN ISRAEL AND PALESTINE

Abstract: Considering the secular conflict between the peoples of Israel and Palestine and the understanding that everyone has the right to life, truth and property (BULL, 2002), this qualitative research of documental analysis was designed to draw a line of (des)order in the mediation of the conflict between Israel and Palestine, its agreements, its mediators, its benefits and losses during the twentieth century, according to Bishara (2003), Maio (2014), Oliveira Marques (2008), among others. In this way, it has been observed that despite the minimal advances in the recognition of the State of Palestine and the right to life, truth and property of its people in the last decades, the challenges of coexistence between Israel and Palestine are far from over. territorial disputes, there are also disputes in the religious, linguistic, ethnic, economic and In addition, it has been concluded that the role of the United Nations is fundamental to ensuring and encouraging respect for human diversity in theregion, while this is the great challenge for the twenty-first century.

Keywords: Israel; Palestine; Conflict; UN; Life, Truth and Property.

¹Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: jucyellewdutra@gmail.com

²Doutorando em Literatura e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB). Professor e Pedagogo na Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Pesquisador nos Grupos CNPq FORPROL e GIEL. E-mail: edu_france2004@yahoo.fr

Viver em sociedade globalizada e multifacetada é respeitar cada um como sendo único, tarefa difícil e complicada, porém, ao mesmo tempo é instigante, pois respeitar a diversidade cultural talvez seja um dos grandes desafios atuais da humanidade, como vislumbrado por Costa (2016) e por Silva, Souza-Dias e Nascimento (2019). Visto que, ainda coadunando com esses autores, o reconhecimento das diferenças, os diálogos, colocar-se no lugar do outro e vivenciar situações com outra ótica são pontos de partida para que possa-se conviver em harmonia, tendo as Relações Internacionais um papel fundamental no cenário mundial com ações que valorizem e incentivem o respeito a diversidade e o repúdio a todo e qualquer tipo de discriminação, seja esta baseada em diferenças de cultura, raça/etnia, classe social, nacionalidade, idade ou orientação sexual, entre outras tantas.

Sendo assim, o presente artigo qualitativo de análises documentais destina-se a entender e discutir um dos conflitos mais conhecidos do mundo, aquele entre Israel e Palestina sob o viés das ideias de Bull (2002), na busca das causas e as variáveis envolvidas em sua estrutura, para discutir como ocorreram ao longo dos tempos, sobretudo durante o século XX, bem como as negociações que tiveram o intuito de findá-los.

Além disso, é importante também entender quais foram os problemas pelos quais estas negociações passaram, quais os limites que tiveram e até que ponto foram bem-sucedidas, no que tange as avançadas propostas de paz, ainda que até a atualidade o conflito siga sem solução aparente. Pois, acredita-se que discutir este conflito seja muito importante para as Relações Internacionais, tendo em vista que ele é um dos expoentes de atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), ao longo dos anos, por meio de propostas de resolução, intermediação de negociação com outros países e até mesmo intervenções. Ademais, o conflito possui caráter religioso, étnico e também territorial, sendo um dos mais antigos que se conhece, tendo sua datação inicial sugerida pela Bíblia.

Portanto, vida, verdade e propriedade, com essas três ideias basilares de acordo com Bull (2002) almeja-se encontrar o *norte* para vislumbrar um Estado de Ordem. Ordem compreendida, ainda segundo esse autor, como sendo o oposto de

Caos³, ou como a possibilidade de estabelecer um mínimo de previsibilidade e controle das situações. Logo, Bull (2002) se utiliza ainda de um conceito geral de ordem para explicar o que é ordem internacional⁴. Pois,

[...] quaisquer que sejam as suas metas em particular, todas as sociedades reconhecem esses objetivos gerais, e incorporam arranjos destinados a promovê-los. Três desses objetivos devem ser mencionados particularmente. Em primeiro lugar, todas as sociedades procuram garantir que a vida seja protegida de alguma forma contra a violência que leve os indivíduos à morte ou produza danos corporais. Em segundo lugar, todas as sociedades procuram a garantia de que as promessas feitas sejam cumpridas, e que os acordos ajustados sejam implementados. Em terceiro lugar, todas as sociedades perseguem a meta de garantir que a posse das coisas seja em certa medida estável, sem estar sujeita a desafios constantes e ilimitados. Assim, entend[emos] que na vida social a ordem é um padrão de atividade humana que sustenta os seus objetivos elementares, primários ou universais, como os citados (BULL, 2002, p. 09, acréscimos nossos).

Contudo, destaca-se que não é esse o objeto de aprofundamento nesse artigo. O objetivo aqui consiste em aplicar essas ideias a situação do Estado Palestino. Primeiramente, traz-se à baila o seguinte questionamento: é viável insistir no termo *Estado*,⁵ uma vez que há indagações acerca da existência de um no que refere-se a Palestina? Antes de entrar propriamente na tríade: vida, verdade e propriedade, cabe salientar que a Palestina possui povo, território e governo. Embora, haja um cerceamento ou mitigação da sua soberania por meio das ações hostis por parte de Israel, colocando em xeque a condição da Palestina como

³ Segundo Lobão (2018), a mistura entre caos e ordem pode ser descrita como uma coexistência harmoniosa, em que nem caos nem ordem são dominantes. Os princípios têm sido utilizados por criações de negócios em que nem são centralizados e nem são anárquicos. Para entender o caos, é preciso o entendimento de que a base empírica das relações e inovações se tornaram cada vez mais complexas, em que toda necessidade de mudança é levada em consideração de acordo com a complexidade da mente humana e suas novas demandas.

⁴Entende-se nessa pesquisa, sob um viés crítico, que *ordem internacional* baseia-se em um questionamento da ordem vigente, valendo-se também de criticidade na ordem social e na ordem econômica, de suas origens e de suas legitimidades. Sendo assim, o objetivo é considerar possibilidades de mudança em tais ordens, ou seja, a criticidade está comprometida com a análise do potencial existente para mudanças e transformações estruturais na ordem internacional e com a construção de estratégias de mudança, segundo Mello (1999).

⁵Reverberando Bull (2002), o termo *Estado(s)* são comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana. De um lado, os estados têm, com relação a esse território e a essa população, o que pode-se chamar de soberania interna, ou seja, a supremacia sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população; de outro, detêm o que se denomina de soberania externa, que consiste não na supremacia mas na independência com respeito às autoridades externas.

pessoa jurídica de direito internacional público, é algo que pode ser discutido e assim tem sido ao longo de décadas, de acordo com Bishara (2003), Maio (2014), Oliveira Marques (2008), dentre outros autores. Superados os devidos esclarecimentos, a questão que se coloca envolve a desordem, o caos que é a Palestina pós-acordos de Oslo⁶.

A vida dos civis palestinos sendo ceifada como algo rotineiro e habitual não tem afetado a ordem interna das nações livres que com frequência sobem ao púlpito da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para denunciar o caos na Palestina. Um caos com delimitações geográficas bem definidas e até o atual momento (2019) sem dar indícios de que possa de fato transpor essas fronteiras e se converter em uma desordem internacional. (Caso contrário as preocupações do mundo com a Palestina não estariam limitadas à retórica e as resoluções da ONU, que não são obedecidas). Como poderia se manter em um estado de ordem um país onde não há conservação da vida de seus nacionais? Em países com alto índice de homicídios, a exemplo do Brasil, pode-se dizer que há um estado de ordem? Há ordem em países envolvidos em guerra?

Na ciência política moderna, a preservação da vida é interpretada como a razão de ser do Estado, pois, no contexto de guerra de todos contra todos presente no estado de natureza hobbesiano, os indivíduos não se sentiam seguros, então passaram a delegar a custódia de sua de sua vida a uma autoridade central com capacidade de regular as relações entre os indivíduos conferindo maior grau de previsibilidade contra a violência, como advogado por Hobbes (2000). As pessoas precisam contar com um mínimo de segurança contra a ameaça de morte. A guerra embora seja uma violência organizada (BULL, 2002) por conta da existência de certas regras não fornece às pessoas o sentimento que a sua vida em sociedade esteja em ordem.

⁶ Os Acordos de Oslo objetivaram a superação da desconfiança mútua ao afirmar o princípio da convivência pacífica e igual entre os dois povos como princípio norteador das negociações. Diferentemente das fracassadas tentativas anteriores, limitadas aos diálogos diplomáticos sem o reconhecimento oficial dos interlocutores, Oslo se distinguiu por medidas concretas. De um lado, nasceu a Autoridade Nacional Palestina, um arranjo institucional protoestatal, representante oficial do povo palestino com poderes para gerenciar a vida civil. De outro, os israelenses estabeleceram medidas de segurança que garantiram um processo de controle do território palestino, além da normalização diplomática e econômica com diversos países árabes. Enfim, os Acordos de Oslo mudaram a geografia política da região, permitiram a volta da liderança palestina para Cisjordânia e Gaza e provocaram uma ampla aceitação da proposta de dois estados para dois povos, como elucidado por Junglaus, Sedlmaier e Nascimento (2018), Lopes (2006) e Maio (2014).

Em 1993, Israel e Palestina reuniram-se em Oslo, capital da Noruega, para por termo a violência que civis palestinos sofriam por causa de ataques do Exército Israelense, assim como os civis israelenses por ataque do *Hamas* (considerado partido político pela Palestina e grupo terrorista por Israel e aliados). Poupar a vida das pessoas era um dos pontos previstos nos Acordos de Oslo para se reestabelecer a ordem em ambos os lados. Vinte e seis anos depois a vida dos civis Israelenses segue protegida ao passo que a dos palestinos ainda continua sob alvo de Israel. Se a preservação da integridade física das pessoas era um ponto a ser observado no Acordo e o que se percebe é o contrário do que fora acordado significa que se faltou com a verdade. Fala-se algo, mas se faz diferente do prometido. Não há compromisso com a verdade. No direito internacional público o respeito aos contratos é um princípio conhecido como *pacta sunt servanda*. Sem o respeito aos contratos como manter a credibilidade? Como acreditar em alguém que não honra os contratos? Como manter a ordem com esse nível de desconfiança?

A não observância à verdade continua. A preservação da vida era uma exigência destinada tanto à Israel quanto à Palestina, pois ambos eram uma ameaça a vida dos nacionais do outro. Mas há uma exigência nos Acordos direcionada exclusivamente a Israel: a redução gradual e conseqüente fim dos assentamentos israelenses em territórios palestinos (Faixa de Gaza e Cisjordânia). Assinados em 1993, os Acordos de Oslo previam que após cinco anos os assentamentos deveriam estar reduzidos a zero. Em 2019, o que se observa é o crescimento exponencial de assentamentos na Cisjordânia. A verdade, como fator para manutenção da ordem, foi duplamente ignorada. Não se observa o respeito a vida e nem a propriedade.

Explicando, mas não justificando, assim como a vida, a propriedade é um direito e objeto de debate na ciência política moderna. No entanto, a propriedade pode ser ou não um direito natural. Para os judeus ortodoxos, o território que compreende Israel, Faixa de Gaza e Cisjordânia, é um direito natural do povo judeu, por representar uma promessa divina presente no *Velho Testamento*, ou *Torá* (livro sagrado dos judeus). Para a ciência política, especificamente para o liberalismo político ou pensamento lockeano, a propriedade é um direito natural não porque está escrito no Velho Testamento, mas porque foi dado por Deus em comum a todos os homens. Mas, Locke (1994) vai mais longe ao estabelecer uma relação entre propriedade e trabalho.

O homem possui o direito natural à propriedade na medida em que emprega seu trabalho na terra ou produção de um bem (LOCKE, 1994). Hobbes (2000), por sua vez, não admite a propriedade anterior ao Estado, ou seja, a propriedade é fruto do Estado e sua existência não é possível no Estado de natureza. Ao Estado cabe o controle sobre a propriedade. Ao transformar parte da natureza fazendo uso do seu trabalho o homem torna-se proprietário daquela fração da terra ou da matéria bruta. Ao empregar seu trabalho à matéria bruta o homem agrega valor ao bem produzido, trabalhado. Em outras palavras, o homem estabelece um direito próprio sobre a parte da natureza transformada pelo uso do seu trabalho.

O trabalho era, pois, o fundamento originário da propriedade (LOCKE, 1994), ou seja, o trabalho representa o título de propriedade. Dos 51% do território destinado ao Estado israelense sabe-se que 60% eram de terras áridas inabitáveis. De fato, era porque não é mais. A realidade mudou consideravelmente. Com o uso de tecnologia de ponta Israel conseguiu transformar parte do que era deserto em um verde horizonte. O mesmo trabalho utilizado por Israel para mudar a paisagem do território que lhe é de direito segundo os Acordos de Oslo, está sendo empregado em território que deveria estar sob total jurisdição palestina.

No entanto, em uma visão neorrealista das relações internacionais, a finalidade dos Estados consiste tão somente em sobreviver, razão pela qual procura maximizar sua segurança e seu poder (WALTZ, 2002). O poder econômico e militar de Israel é visivelmente aplicado na ampliação do exercício de sua soberania ao enfraquecer o exercício da soberania palestina com a expansão territorial na Cisjordânia, conseqüentemente conquistando e preservado, paulatinamente, seu objetivo de sobreviver.

É possível que no xadrez internacional Israel perceba a existência da Palestina como uma ameaça a seus poucos anos de vida. É provável também que a Palestina não represente essa ameaça toda, mas tomar território vizinho (ou de qualquer outra nação) para ampliar o seu próprio ainda é um fator de poder no sistema internacional. Expansão territorial como variável de defesa dos Estados Nacionais não é uma estratégia do passado.

REFERÊNCIAS

BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel - A paz ou o Apartheid*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

COSTA, RonaldiCorradi. Diversidade e respeito às diferenças. In: *Webartigos*. [Online], 2016. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/diversidade-e-respeito-as-diferencas/147389>> Acesso em: 27 jan. 2019.

HOBBS, Thomas. *Leviatão ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva São Paulo: Ícone Editora, 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf> Acesso em: 27 jan. 2019.

ISRAEL, Ministry of Foreign Affairs. *Israeli-Palestinian interim agreement on the west bank and the Gaza strip*. Jerusalém, 1995

ISRAEL. Supreme Court. *Judgments of the Israel Supreme Court: fighting terrorism within the law*. Jerusalém: 1995b.

JUNGLAUS, Guilherme Messias; SEDLMAIER, Karla Lima; NASCIMENTO, Victor de Matos. In: *Fronteiras*, Belo Horizonte, v. 17, n. 33, p. 110 - 123, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/16622/13496>> Acesso em: 27 jan. 2019.

LOBÃO, Bernardo Guerra. O caminho entre o Caos e a Ordem. In: *Artigos*. [Online], 2018. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/o-caminho-entre-o-caos-e-a-ordem/109074/>> Acesso em: 27 jan. 2019.

LOCKE, John. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. In: *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/if/locke-segundo_tratado_sobre_o_governo.pdf> Acesso em: 27 jan. 2019.

LOPES, Liana Araújo. *A autoridade palestina e a resolução do conflito em Israel*. PUC Rio, 2006.

MAIO, Marcos Chor. Sob o signo do Acordos de Oslo: perspectivas diversas sobre o conflito israelo-palestino. In: *História*. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 3-13, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00003.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2019.

MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. *Rev. bras. polít. int.* Brasília, v. 42, n. 1, p. 157-181, junho 1999. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 27 jan. 2019.

MESA, Roberto. *Palestina: fundamentos históricos e jurídicos à autodeterminação do povo palestino*. Brasília, DF: Escritório da Liga das Nações dos Estados Árabes, 1994.

OLIVEIRA MARQUES, Flávia. Identidade e soberania no conflito entre Israel e Palestina. In: *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 103-114, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3883/4180>> Acesso em: 27 jan. 2019.

SILVA, Eduardo Dias da; SOUZA-DIAS, Romar; NASCIMENTO, Juscelino Francisco do. Language policies for the teaching of foreign language in public basic education in the Distrito Federal. In: *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 22-33, maio 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/623>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Portugal: Gradiva, 2002.

Enviado em: 04 de fevereiro de 2019

Aceito em: 18 de junho de 2019

LINGUAGEM, HEGEMONIA E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO.

Ramayanne Vale Moreira¹

Elaine Ferreira Nascimento²

Resumo: A linguagem, enquanto categoria que perpassa o campo da instrumentalidade profissional, deve ser de domínio dos assistentes sociais, uma vez que se caracteriza como principal instrumento na atuação desses profissionais. Considerando-se isto, discutiremos a significância do “discurso” no processo de fortalecimento e de rompimento de ideologias e fortalecimento da hegemonia burguesa na sociedade do capital. Para tanto, direcionaremos a análise fundamentados na pedagogia do oprimido proposta por Paulo Freire.

Palavras-chave: Linguagem. Ideologia. Hegemonia. Intervenção Profissional. Educação Popular.

LANGUAGE, HEGEMONY AND PROFESSIONAL INTERVENTION: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE PEDAGOGY OF THE OPPRESSED.

Abstract: Language, as a category that pervades the field of professional instrumentality, should be the domain of social workers, since it is characterized as the main work instrument of these professionals. Considering this, we will discuss the significance of "discourse" in the process of strengthening and breaking ideologies and strengthening bourgeois hegemony in the society of capital. To do so, we will direct the analysis based on the pedagogy of the oppressed, proposed by Paulo Freire.

Keywords: Language. Ideology. Hegemony. Professional Intervention. Popular Education.

1. INTRODUÇÃO

Uma breve análise das produções na área do Serviço Social que abordam os desafios da construção de um novo modelo de sociedade, na qual o sistema

¹ Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário UniFACEMA (2017) - CAXIAS/MA

² Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1997), Mestrado em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira/ Fundação Oswaldo Cruz (2002) e Doutorado em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira /Fundação Oswaldo Cruz (2007). Tem experiência em pesquisa na área de Saúde Pública, com ênfase em Ciências Sociais Aplicadas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade masculina, serviço social, saúde, juventude, políticas públicas, questão racial, mortalidade materno-infantil, doenças negligenciadas, determinantes sociais de saúde. REGISTRADA NA ORCID ID sob o nº 0000-0002-1632-9148 negraelaine@gmail.com

econômico não tenha fatores tais como exploração e dominação como imprescindíveis para sua reprodução, nos apresenta que parte considerável das discussões colocam em segundo plano o protagonismo daqueles que são o foco da atuação dos assistentes sociais: os usuários.

Tal observação se faz pertinente porque, depois de tanto ter lutado para que estes não mais fossem vistos como os “coitados” que deveríamos manter sob nossa tutela e, conseqüentemente, do Estado, raramente os colocamos como protagonistas da transformação. De forma alguma queremos dizer com isto que não há um compromisso com a luta das classes subalternas, pois esta seria uma afirmação infundada. O que pretendemos salientar é de que modo os profissionais, no cotidiano de suas ações, podem contribuir para que os usuários desenvolvam uma criticidade acerca da realidade que vivenciam, contribuindo dessa forma para seu engajamento na luta contra as injustiças sociais.

Ao passo em que estreitamos a relação com os escritos de Paulo Freire, especificamente com a sua proposta da pedagogia do oprimido, nos convencemos de que os “esfarrapados do mundo (FREIRE, 2016)” são, bem mais que uma ou outra categoria profissional, os principais interessados na revolução. Todavia, nos indagamos: eles possuem esta consciência?

Lacerda (2014), ao discutir sobre o exercício profissional dos assistentes sociais, levanta a necessidade de que haja a superação das ações que se limitem ao que já está instituído e predefinido. A mesma aponta que: “(...) precisamos refletir sobre como materializar direitos e cidadania com ações que os remeta (os usuários) à luta de classes, fundamental para a construção de uma ordem social não antagônica (p. 38)”.

Posto isso, objetivamos aqui estabelecer uma relação entre ideologia, intervenção profissional, educação popular e linguagem, tendo como foco do trabalho a relevância desta última na relação com os usuários, bem como das metodologias da educação popular no exercício profissional dos profissionais de Serviço Social.

Desse modo, apresentaremos uma parte da pesquisa de campo realizada com profissionais do município de Caxias-MA, no ano de 2017, atuantes nos

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na qual foram entrevistados 08 assistentes sociais (07 do sexo feminino e 01 do sexo masculino).

2. A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR

O projeto ético-político do Serviço Social e os princípios da educação popular apresentam, ambos, compromisso com as classes oprimidas e com a construção de uma nova ordem social, livre de desigualdades, opressão e injustiça social. É por este motivo que os relacionamos aqui.

Todo e qualquer projeto, seja ele profissional ou de um movimento coletivo, deve ser pensado em relação a um projeto macro: um projeto societário, “cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social” (BRAZ E TEIXEIRA, 2009, p. 5). Desse modo, cada projeto societário construído social e historicamente pelos sujeitos em coletividade tem como horizonte a formulação de um dado modelo de sociedade. Portanto, os projetos profissionais encerram um caráter político, uma vez que se situam dentro desta dinâmica contraditória e se relacionam aos conflitos entre diferentes classes.

Apesar de hegemônico, o projeto profissional do Serviço Social, norteado pela teoria social marxista, não é homogêneo, ou seja, há entre a categoria um pluralismo teórico em que diferentes matrizes de pensamento disputam a hegemonia entre si, estando entre elas as correntes teóricas conservadoras que persistem desde a gênese da profissão.

Quando em 1980 o Serviço Social se apresenta “renovado” após o Movimento de Reconceituação e os assistentes sociais se apropriam das ideias da teoria social de Marx sobre o modo de produção capitalista, se constrói uma ferrenha crítica ao sistema e é estabelecido o compromisso com a luta da classe trabalhadora. Logo, conforme apontam Braz e Teixeira (2009), um projeto ético-político associa-se inevitavelmente à um projeto de transformação ou conservação da ordem.

... O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas

historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 11)

Isto posto, levantamos a seguinte indagação: seria uma utopia da categoria a projeção de princípios tão contrários à ordem vigente e tão visivelmente custosos de serem concretizados no cotidiano profissional? Acreditamos que não. Como questiona Santos (2012, p. 14) no prefácio do *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*: “Para onde caminhará a humanidade se parte significativa da população e da esquerda, incluindo assistentes sociais e profissionais de diferentes áreas, internalizar a perenidade do sistema do capital”?

Acreditamos que o combate a este processo de desumanização da vida engendrado pelo capital não é em vão, assim como toda e qualquer luta que objetive defender a dignidade da vida humana, ainda que isto seja um constante nadar contra a correnteza. A educação popular tem seu surgimento atrelado a movimentos de alfabetização, mas acaba por adquirir uma qualidade política, centrando sua atuação no campo das lutas sociais e no enfrentamento de diversas expressões da “questão social”, indo colidir também com os valores da ordem instaurada. Melo Neto (2004) *apud* Machado (2012, p. 158) evidencia que:

... a educação popular tem se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz a indignação e desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial.

Uma atividade, para ser considerada práxis, deve estar orientada para a objetivação concreta da atividade teórica. A prática pela prática não se caracteriza como práxis, uma vez que esta, em articulação com reflexões teóricas (com projeções teleológicas), se apresenta como uma atividade que visa uma transformação, seja sobre o mundo material ou sobre os homens. Conforme o autor, uma teoria por si só também não provoca mudança; para isso é necessário que seja apropriada pelos que podem apreendê-la e materializá-la. Portanto, a práxis pode

ser definida como a relação entre teoria e prática, em que a articulação entre ambas ocasiona uma atividade transformadora.

Isto posto, podemos caracterizar a educação popular como práxis libertadora pois não se direciona à promover unicamente a reflexão nos sujeitos, mas fazê-los atuantes e transformadores da totalidade que os cerca a partir da consciência crítica que possam vir a adquirir. Logo, apesar da relação entre estas duas categorias não ser nova nos debates da profissão, pouco se tem discutido não apenas sobre a utilização de metodologias dialógicas e descodificadoras de “situações-limites” no exercício profissional, mas, sobretudo, de atitudes transgressoras no cotidiano, que articulem a garantia de direitos com a organização e mobilização dos setores populares.

3. IDEOLOGIA, LINGUAGEM, INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Como salienta Moraes (2010), à esfera material da vida em sociedade está conectada fatores aos quais são atribuídos a função de produzir um conjunto de ideias relacionadas a ética, religião, cultura etc., que buscam legitimar-se na totalidade social. É essa relação entre a infraestrutura (modelo de produção e relações de produção) e a superestrutura (lócus de produção e reprodução de ideologias) que forma o que Gramsci denominou de *bloco histórico* (ALVES, 2010), ea correlação existente entre ambos os polos é que constrói e sustenta uma hegemonia, a qual “propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura etenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas”. (ALVES, 2010, p. 71)

A superação de uma hegemonia não é tarefa fácil, pois na sua manutenção estão imbricados todos os aparelhos e instituições que constituem a sociedade. Gramsci e Morton (1975, 2007: p. 114) *apud* Passos (2016, p. 3) assim a definem:

Hegemonia é uma verdadeira concepção de mundo dominante e principalmente dirigente abrangendo inúmeros aspectos de menor ou maior magnitude e amplitude, uma categoria de múltiplas dimensões, moral, intelectual, ético-política, econômica, social etc. em termos de força e principalmente consenso

(nas formas completas de hegemonia) de um grupo social, classe ou fração de classe sobre outros grupos e classes, com o predomínio deste último nas suas formas mais completas, que filtra através das estruturas sociais elementos referentes à cultura, etnicidade, gênero, classe e ideologia.

Diferentes ideias e ideais, representações referentes a ética, política, economia, cultura, moral etc., são difundidas no cotidiano e absorvidas por uma parcela ampla dos sujeitos, que as reproduzem sem críticas e acabam por fazer da ideologia dominante a sua própria ideologia, sendo esta definida como “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (Gramsci, 1971, p. 328 *in*: Dicionário do pensamento marxista). Mas do que um conjunto de ideias, ela relaciona-se também com a capacidade de motivar atos concretos e promover direção para a ação. Esta é a concepção de ideologia que trabalhamos aqui.

Dessa forma é que se argumenta que nenhuma dominação se realiza sem algum grau de consenso, e é precisamente aí onde reside a força dos aparelhos de reprodução da ideologia, pois uma hegemonia não se mantém unicamente com o uso da coerção e da violência. Segundo Moraes (2010), para Gramsci a classe que aspira ser dominante deve buscar o consentimento dos grupos, ainda que estes não o façam conscientemente. Assim é que, para que um grupo seja hegemônico e consiga o poder em disputa pelas diversas forças, precisa antes ser dirigente, ou seja, ser capaz de liderar cultural, política e ideologicamente os demais grupos ou classes.

Diante destas reflexões, sublinhamos uma vez mais que a contra-hegemonia é tarefa das classes populares e também daqueles que com elas se associam. Entretanto, isso só será possível se estas unirem-se em favor de um mesmo objetivo. Não é sem razão que a grande burguesia, em conjunto com o Estado, esforça-se em minar movimentos e associações (como citado no Capítulo 1). Não é sem razão também que veículos de comunicação de grande influência, ao reportarem atividades de multidões que eventualmente saem às ruas para contestar ou de movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), o fazem de modo a degradar tais iniciativas ou, quando não, tampouco exprimem sua importância.

A linguagem, enquanto instrumento de central na atuação do assistentesocial, insere-se no campo da instrumentalidade profissional, que, segundo Guerra (2000, p. 2), é uma “propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais”. Logo, a instrumentalidade não diz respeito somente aos instrumentos e técnicas utilizados no fazer profissional, mas à capacidade que possuem os profissionais em, fazendo uso dos mesmos, atribuir valor a sua intervenção à medida em apresenta resolutividade às demandas que devem atender e, conseqüentemente, exprimir a significância da profissão na sociedade.

A definição de linguagem adotada aqui ultrapassa a simples conversa verbal entre os sujeitos, pois a ela está relacionado um conjunto de fatores que fazem parte do processo de comunicação e que são indispensáveis para o estabelecimento de uma interação efetiva entre os indivíduos. Carvalho (2013, p. 16) aponta que

... A Gramática reflexiva – texto, semântica e interação, de Cereja e Magalhães (2005, p.19), traz o conceito de linguagem como sendo “um processocomunicativo pelo qual as pessoas interagem entre si”. Os autores destacam, ainda, que palavras, gestos, movimentos, expressões corporais e faciais são linguagem, ou seja, apontam que existem vários tipos que serão detalhados mais adiante. São eles: verbal, não verbal, misto e digital.

Dessa maneira, compreendemos que o assistente social, ao lidar com outros profissionais no cotidiano do seu exercício profissional, e também com os usuários, faz uso não somente da fala, mas da escuta qualificada, devendo estar atento não apenas ao que ouve, mas também àquilo que não é dito, ao indizível, às expressões, gestos que muitas vezes os usuários utilizam para dizer o que não podem expressar verbalmente.

Uma das perguntas feita aos profissionais entrevistados foi como eles analisam a importância da linguagem como instrumento na atuação cotidiana.

A gente não pode vim (sic) com aquela linguagem. (AS1)

Esse trecho do depoimento da entrevistada revela que a mesma não conseguiu compreender o que estava sendo solicitado, mesmo após explicações

repetidas sobre a pergunta. Como afirmado por toda a intelectualidade do Serviço Social, é lugar comum que o campo da competência profissional perpassa pela compreensão e incorporação da linguagem como componente fundamental e recurso básico da atuação profissional, sendo imprescindível o domínio e a competência na utilização desse instrumento, assim como dos demais, na concretização dos objetivos profissionais.

Em outro trecho da sua fala, a entrevistada aponta que a linguagem se resume à comunicação verbal com a usuária, o que implica compreendermos o nível de fragilidade intelectual da profissional.

... A gente tem que ter as atribuições do Serviço Social já voltada para a comunidade. (AS1)

Do mesmo modo, outras duas profissionais apresentam uma fala semelhante.

... Termos que possam facilitar na hora do atendimento. (...) tem que ter uma linguagem na qual os assistidos entendam também. Falar uma linguagem mais simples ... (AS6)

A linguagem que você fala assim, a linguagem popular com eles?

... Como a gente conversa assim, para que eles possam entender? É de uma forma bem fácil, bem neutra, para que eles não possam ficar confusos diante da situação que eles estão vivenciando. (AS4)

É certo que, como acorda Magalhães (2011, p. 26) *apud* Carvalho (2013, p. 67), deve-se considerar, no uso da linguagem "... a particularidade social do destinatário", ou seja, compreende-se que um médico que faz uso de termos técnicos, compreensíveis apenas àqueles que fazem parte da área ou que se interessam e/ou estudam sobre ela, ao conversar com um paciente leigo não estará facilitando a comunicação e a interação com seu receptor. Contudo, a compreensão acerca da linguagem ultrapassa esta discussão. Nas palavras de Almeida e Oliveira (2016):

A premissa é que a palavra fascina e como ela está impregnada de intencionalidades, de dizeres explícitos e implícitos, se estabelece enquanto se reveste do caráter de poder e de ideologia, pois, consoante Bakhtin, o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra, por isso, ela penetra de maneira tão incisiva na vida cotidiana, nas salas de aula, nas relações amorosas, nas disputas de poder, conforme se presencia nos debates dos candidatos a governador e a presidência nas eleições. (p. 32)

Ideologia, hegemonia e linguagem são categorias que estão intrinsecamente relacionadas, e faz-se imprescindível que os assistentes sociais tomem consciência deste fato, pois podem reforçar ou romper paradigmas através de suas intervenções cotidianas. A linguagem, em especial a falada, é fundamental nesse processo de construção de ideologias. Os homens dão um sentido desejado à palavra de acordo com os fins que almejam alcançar e, uma vez que ela tem o poder de convencer, coagir, gerar consensos e dissensos, ela torna-se a base das relações humanas e, frisamos aqui, da relação entre assistente social e usuários.

Os depoimentos de outras entrevistadas, apesar de seguirem um caminho parecido às falas anteriores, expressam que as mesmas têm uma compreensão um pouco mais reflexiva acerca da linguagem, mas ainda esbarram na dificuldade de compreender o que está sendo abordado.

Tem que ter uma linguagem acolhedora. (AS2)

... é onde tudo começa, através de um acolhimento, nesse acolhimento existe toda uma escuta, para depois você falar algo que aquela pessoa, aquele assistido se sinta com uma solução para o seu problema. Então as palavras certas, no momento certo é sempre viável; a comunicação ela é fundamental. (AS7)

O trecho de uma outra entrevista coincide com as falas acima e também exprime a necessidade de se estabelecer um diálogo com os usuários, saber ouvi-los, ter cautela ao estabelecer essa relação.

Linguagem já está dizendo, a comunicação é tudo. (...) se você não conseguir estabelecer uma comunicação, uma amizade entre os assistidos, fica muito difícil, porque eles são muito fragilizados. Então você tem que conversar com eles (...). Toda vez que eles vêm até o CRAS, eles querem conversar, eles querem ter informação, (...). Então é fundamental saber ouvir (...). Para você ter uma aceitação do seu assistido, você tem que ter muito diálogo, você tem que saber conversar com eles e saber ouvi-los, que é o mais importante. (AS5)

A linguagem, ainda, vai além da conversa verbal oral, como exposto acima. Conforme Sousa (2008, p.126) "... podemos identificar duas categorias de linguagens comumente utilizadas pelo Serviço Social: a *linguagem oral* ou *direta* e a *linguagem escrita* ou *indireta*" (...) (grifos do autor)". Desse modo, o assistente social

faz uso de instrumentos que estão no campo da linguagem em que se utiliza a escrita em lugar da fala, tais como: livro de registro, atas de reunião, diário de campo, relatório social e parecer social (idem, ibidem).

A respeito do relatório social e do parecer social, assim como dos instrumentos diretos ou “face a face” presentes na profissão, como as entrevistas individual ou grupal, observação participante, dinâmica de grupo, reunião, mobilização de comunidades, importa destacar que, tanto no uso da linguagem falada ou escrita, o profissional através do seu discurso pode reforçar e naturalizar ideologias dominantes ou fortalecer a autonomia das minorias. Como destaca Magalhães (2017, p. 9, *apud* Carvalho 2013): “... para Fairclough (2010), há uma relação entre discurso e hegemonia (...). A prática hegemônica e a luta hegemônica, em grande medida, tomam a forma de prática discursiva, na interação falada e escrita”.

Assim, sendo ao assistente social, um profissional que atua dentro da dinâmica contraditória entre as classes antagônicas (burguesia e proletariado), é indispensável uma atuação reflexiva que perpassa pelo entendimento que suas ações têm rebatimentos no desenvolver dos conflitos sociais. Portanto, a compreensão da linguagem, enquanto categoria que se situa no campo da instrumentalidade profissional e da competência técnica-operativa e teórica- metodológica, deve ser de domínio dos assistentes sociais, pois é um instrumento inseparável do seu exercício com os usuários e outros profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, Yamamoto (2011) aponta o assistente social como profissional que pode posicionar-se em favor da coerção e do consenso. De fato, nos primórdios da profissão, ele era o “educador” da classe menos abastada, e funcionava claramente como um apoio aos interesses da burguesia. Frisamos que, como se pode depreender do texto de Marilda, que nos dias atuais ele é um profissional que atua (ou deveria atuar) contra a ordem hegemônica. Agora pensemos: não há, definitivamente, um imenso poder

no discurso que utilizamos e não há também um grande poder em nossas mãos, uma vez que podemos reforçar e romper ideias, comportamentos etc., através do uso da linguagem no nosso cotidiano? Acreditamos que sim.

O que nos propomos a discutir é o pensamento de que a hegemonia não é monopólio de uma classe especial. Um modelo de sociedade não se altera espontaneamente a partir de fatores do seu interior que, em determinado estágio do seu desenvolvimento, ocasionam uma nova formação social. A mudança do modelo de sociedade escravocrata para capitalista não ocorreu, no Brasil, como um processo natural e inevitável. Foram os homens, construtores dessas relações sociais, que impulsionaram a transformação, pois são eles os seres capazes de realização da práxis. Importa ressaltar, assim, que: as classes subalternas estão passíveis a formar sua própria hegemonia. Todavia, promover a transformação de uma estrutura social, suplantar um aparato de significações, historicamente construídas e fortemente fixadas no todo social, carece de um forte embate a “concepções de mundo” que há muito moldam a visão dos sujeitos que, para que possam superá-las, necessitam antes saber que são capazes de exercer tal ação.

Tudo isto porque, unidos, os marginalizados podem depor do poder aqueles que os subjagam, pois, conforme Luciano Gruppi (1978, p. 67) *apud* Moraes (2010, p. 55), “uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda [...]”. E isso o sabe não somente a burguesia, mas qualquer grupo dominante, em qualquer sociedade. Por esse motivo é que se faz imprescindível a superação do senso comum para que seja possível a superação das situações-limites, como propôs Freire.

A pedagogia do oprimido é uma pedagogia para a liberdade e para a emancipação do indivíduo, aqui percebido como sujeito histórico, político e intelectual orgânico. Como reforça Gramsci *apud* Duriguetto (2014, p. 278), “...uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes...”. Esta práxis busca fazer com que os sujeitos sejam atores políticos, construtores da sua própria história e não meros reprodutores da ordem injusta e desumanizante.

O homem é produto do meio em que vive. Como salientado acima, a palavra, o diálogo é a base das relações sociais. Conscientes disto, os assistentes sociais devem compreender a importância da sua atuação no processo de desconstrução dos paradigmas vivenciados pelos usuários e da politização dos mesmos.

. Este trabalhador, enquanto sujeito aliado aos interesses dos grupos populares, tem a possibilidade de formar na população usuária dos serviços institucionais um senso crítico, uma nova forma de pensar o contexto no qual estão inseridos, e estimular a superação das situações vivenciadas por eles no cotidiano onde se reproduzem as relações sociais. A acuidade dos profissionais de Serviço Social centra-se na sua importante função de formadores de uma unidade entre a classe e os grupos a ela aliados, uma vez que se faz necessária a superação de padrões estabelecidos para a transformação da ordem vigente.

Como Freire (2016) problematizou nas suas discussões: quem melhor que os oprimidos para lutar em favor da sua libertação? Todos os sujeitos alvos de preconceito e discriminação devido a sua classe social, cor de pele, orientação sexual, crença etc. devem combater as ideologias e valores dominantes que os marginalizam e ferem sua dignidade e liberdade. Todavia, para isso, antes é necessário que esse grupo se veja enquanto pertencente a uma classe que é oprimida também.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M., de; OLIVEIRA, A. M., de. O poder da palavra: linguagem, ideologia e educação. *Húmus*, v. 6, n. 16, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/4671> Acesso em: 15/09/2017.

ALVES, Ana, R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. São Paulo: *Lua Nova [online]*, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf> > Acesso em: 07/08/2017.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *CFESS/ABESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARVALHO, Flávia Falcão da Gama. Serviço social e comunicação: uma *interface* necessária. Brasília, 2013. Disponível em: bdm.unb.br/bitstream/10483/7176/1/2013_FlaviaFalcaodaGamaCarvalho.pdf Acesso em: 03/11/2017.

DURIGUETTO, Maria, L. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br> – Acesso em: 10/06/2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUERRA, Y. A. D. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, v. 4, pp. 53-63, 2000. Disponível em: < <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf> > Acesso em: 02/10/2016.

IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LACERDA, L. E. P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 117, pp. 22-44, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br> – Acesso em: 03/04/2016.

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, pp. 151-178.2012. Disponível em: <http://www.scielo.br> – Acesso em: 08/02/2016.

MORAES, Dênis de. “Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci”. *Debates*, Porto Alegre, 2010. Disponível em:<www.seer.ufrgs.br/debates/article/> – Acesso em: 10/10/2017.

PASSOS, Rodrigo. D. F. dos. Gramsci, hegemonia e cultura nas relações internacionais. Fortaleza, 2016. Disponível em:www.ggramsci.faced.ufc.br/ Acesso em:04/10/2017.

SANTOS, F. H. C. dos. Serviço social e educação: a educação popular e o exercício profissional do assistente social. 2013. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br> – Acesso em: 10/10/2016.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa: pp. 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao> – Acesso em: 04/10/2017.

Submetido em: 10 de setembro de 2018

Aceito em: 27 de julho de 2019

IMPACTOS DO PROUNI E DO FIES NO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS LISTADAS NA B3

**José Eduardo Mattos
Jose Maria Dias Filho
Nayara Batista Moreira**

Resumo: Este estudo analisou os impactos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços educacionais listadas na B3. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se análise de conteúdo das demonstrações contábeis dessas empresas no período de 2011 a 2015. Além da utilização de indicadores econômico-financeiros tradicionais, criaram-se indicadores que objetivam evidenciar a participação tanto do Financiamento Estudantil quanto do Programa Universidade para Todos na receita bruta das instituições analisadas. As evidências obtidas indicaram que houve um crescimento expressivo no resultado econômico-financeiro das instituições investigadas, bem como no número de alunos matriculados que aderiram ao Prouni e ao Fies. De modo geral, o impacto destes programas no desempenho econômico-financeiro das empresas foi superior a 40%, com exceção da Estácio Participações, cujo percentual foi de apenas 11%. Os achados indicam que grande parte das empresas investigadas apresenta um alto grau de dependência econômico-financeira em relação a esses recursos e, portanto, precisa gerenciar melhor a sua exposição ao risco de solvência, endividamento e rentabilidade, devido à tendência de contingenciamento de recursos públicos de incentivo ao ensino superior, bem como às recentes mudanças ocorridas nas regras de concessão do Fies.

Palavras-chave: Programa Universidade para Todos. Fundo de Financiamento Estudantil. Desempenho econômico-financeiro.

IMPACTS OF PROUNI AND FIES IN PERFORMANCE ECONOMIC AND FINANCIAL STATEMENT OF THE EDUCATIONAL SERVICES LISTED ON B3

Abstract: This study analyzed the impacts of the University for All Program (Prouni) and the Student Financing Fund (Fies) on the economic and financial performance of companies in the educational services segment listed in B3. In order to achieve the proposed objective, the content of the financial statements of these companies was analyzed in the period from 2011 to 2015. In addition to the use of traditional economic and financial indicators, indicators were created to highlight the participation of both Student Finance and the Program University for All in the gross revenue of the analyzed institutions. The evidence obtained indicated that there was a significant increase in the economic and financial results of the institutions investigated, as well as in the number of enrolled students who joined Prouni and Fies. In general, their impact on the economic and financial performance of companies was higher than 40%, with the exception of Estácio Participações, whose percentage was only 11%. The findings indicate that most of the companies investigated have a high degree of economic and financial dependence on these resources and therefore need to better manage their exposure to solvency, indebtedness and profitability risk, due to the tendency of the contingency of public resources incentives to higher education, as well as the recent changes in Fies.

Keywords: University for All Program. Student Financing Fund. Economic-financial performance.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/01, estabeleceu objetivos e metas para o ensino superior. Dentre elas, definiu-se que, até o final daquela década, deveria haver uma oferta de educação superior para, ao menos, 30% da faixa etária da população de 18 a 24 anos (BRASIL, 2001a). Nessa perspectiva, instituiu-se o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, através da Lei 10.260/01, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos. Por meio desse subsídio governamental, alunos que não tinham condições financeiras de custear os seus estudos na rede de ensino superior privada foram estimulados a financiá-los a um custo reduzido. (BRASIL, 2001b).

No ano de 2005, por meio da Lei nº 11.096/05, instituiu-se o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado com o propósito de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Com o crescimento desses programas – Fies e ProUni, as instituições de ensino superior privadas apresentaram um crescimento na sua base de alunos e, conseqüentemente, ocorreu um *upgrade* em seus desempenhos econômico-financeiros. Os cursos superiores financiados duram de seis a oito semestres, o que representa para essas organizações, além do aumento de receitas, fluxos de caixa constantes durante um longo período.

Entretanto, com as mudanças nos critérios de acesso ao Fies, instituídas pela Portaria Normativa nº 13/2015 do Ministério da Educação, o número de novos financiamentos foi reduzido. Dentre as mudanças, destacam-se: exigência de obtenção de nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio; e, nota superior a zero na redação. Para além desses critérios, identifica-se uma tendência de contingenciamento de recursos públicos de incentivo ao ensino superior, por meio da redução da concessão de novas bolsas de estudos pelo Prouni.

Diante desse contexto, este estudo se propôs a analisar os impactos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços educacionais listadas na B3 no período de 2011 a 2015. Destaca-se que

esta pesquisa faz-se relevante por contribuir para fomentar discussões sobre gestão de riscos de solvência, endividamento e rentabilidade das empresas investigadas, fruto do período de recessão econômica atual aliado à redução significativa de novos financiamentos estudantis e de bolsas concedidas via incentivos governamentais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com o Ministério da Educação, o Fundo de Financiamento Estudantil é um programa que tem como objetivo o financiamento de cursos superiores de graduação a estudantes matriculados em instituições superiores credenciadas pelo MEC, através da Lei 10.260/2001. Desde o ano de 2010, o Fies passou a operar com taxas de juros de 3,4% ao ano e carência de 18 meses para o início do pagamento. O novo agente operador desse programa passou a ser o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No segundo semestre do ano de 2015, ocorreu o aumento da taxa de juros anuais para 6,5% ao ano, tendo como finalidade contribuir para a sustentabilidade financeira do programa, possibilitando, assim, a continuidade dessa política pública de inclusão social e democratização do ensino superior.

Por sua vez, o Programa Universidade para Todos, instituído por meio da Lei nº 11.096/05, tem o propósito de oferecer bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais a estudantes brasileiros que não possuem diploma de nível superior. Poderiam pleitear bolsas desse programa: estudantes egressos de escolas da rede pública de ensino; estudantes egressos de escolas da rede particular que foram bolsistas integrais; estudantes portadores de necessidades especiais e professores da rede pública de ensino em exercício efetivo do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. De modo geral, para concorrer às bolsas integrais, o candidato deveria comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, a renda familiar bruta mensal deveria ser de até três salários mínimos por pessoa.

Este estudo se propôs a analisar os impactos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços educacionais listadas

na B3 no período de 2011 a 2015. Nessa linha, destaca-se que os indicadores econômico-financeiros têm papel fundamental no diagnóstico da *performance* organizacional (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2000). A análise das demonstrações financeiras em coeficientes ou índices tem sido tradicionalmente utilizada por credores, investidores, agências reguladoras e concorrentes, que podem avaliar a saúde financeira, o desempenho organizacional e as tendências futuras por meio da extração de informações sobre a posição passada da organização e projeção de seus fluxos de caixa futuros (ASSAF NETO, 2001; BOMFIM *et al.*, 2011).

Para Assaf Neto (2008, p. 122), os índices de estrutura de capital ou endividamento “fornecem, ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente instituições financeiras) e sua capacidade de honrar os compromissos financeiros assumidos a longo prazo”, enquanto que a solvência constitui a capacidade de uma empresa liquidar os seus compromissos financeiros nos prazos contratados. A manutenção de uma liquidez adequada é muito mais do que um objetivo empresarial. É condição *sine qua non* para a continuidade dos negócios. A rentabilidade, por sua vez, pode ser definida como a medida final do grau de êxito econômico obtido por uma empresa em relação ao capital investido nela. Esse êxito econômico é determinado pela magnitude do lucro líquido contábil. (PIMENTEL; BRAGA; CASA NOVA, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da amostra

A amostra desta pesquisa está formada por todas as empresas do segmento de serviços educacionais listadas na B3 no período de 2011 a 2015. Partindo desse pressuposto, foram investigadas a Estácio Participações S. A., a GAEC Educação S. A., a Kroton Educacional S. A. e a Ser Educacional S. A. Todas estão listadas no segmento do Novo Mercado. O Novo Mercado (NM) foi lançado no ano de 2000, tendo a sua primeira listagem no ano de 2002, tornando-se padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital e é recomendado para empresas que pretendem fazer ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor.

3.2 Procedimentos para coleta e análise dos dados

As informações utilizadas foram derivadas das demonstrações consolidadas das empresas, padronizadas e de acordo com o IFRS/BR GAAP. Para fins desta pesquisa, além da utilização de indicadores econômico-financeiros tradicionais, criaram-se indicadores que objetivam evidenciar a participação tanto do Financiamento Estudantil (Fies), quanto do Programa Universidade para Todos (ProUni) na receita bruta das instituições analisadas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- Indicadores Econômico-Financeiros Utilizados na Pesquisa.

Grupo	Indicadores	Fórmula	Indicativo	Interpretação
Estrutura de Capital / Endividamento	Endividamento - Capital de Terceiros (ECT)	$((PC+PNC) / PL) \times 100$	Participação do Capital de Terceiros	Quanto Menor Melhor
	Composição do Endividamento (CE)	$(PC / (PC+PNC)) \times 100$	Endividamento	Quanto Menor Melhor
	Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	$(AP / PL) \times 100$	PL Imobilizado	Quanto Maior Melhor
	Imobilização dos Recursos não Correntes (IRC)	$(AP / (PL+PNC)) \times 100$	RNC Imobilizados	Quanto Maior Melhor
Liquidez	Liquidez Geral (LG)	$(AC+RLP) / (PC+PNC)$	Capacidade de Pagar Terceiros (Curto ou Longo Prazo)	Quanto Maior Melhor
	Liquidez Corrente (LC)	AC / PC	Capacidade de Pagar Terceiros (Curto Prazo)	Quanto Maior Melhor
Rentabilidade (Resultados)	Giro do Ativo (GA)	VL / AT	Vendas por \$1 Investido	Quanto Maior Melhor
	Margem Líquida (ML)	$(LL / VL) \times 100$	Melhor Eficiência Operacional	Quanto Maior Melhor
	Rentabilidade do Ativo (ROA)	$(LL / AT) \times 100$	Lucro por \$1 Investido	Quanto Maior Melhor
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)	$(LL / PL) \times 100$	Lucro por \$1 Investido de Capital Próprio	Quanto Maior Melhor
	Margem EBITDA (ME)	$(EBITDA/RL)$	Caixa Operacional Gerado no Período	Quanto Maior Melhor
	Lucro Por Ação (LPA)	$LL / AÇÕES ORDINÁRIAS$	Retorno para os Acionistas	Quanto Maior Melhor
Participação Fies / ProUni	Participação Fies (PF)	RTF / RB	Comprometimento da Receita Bruta com o Fies	Quanto Menor Melhor
	Participação ProUni (PP)	RTP / RB	Comprometimento da Receita Bruta com o ProUni	Quanto Menor Melhor

Fonte: adaptado de MATARAZZO (2003, p. 152 *apud* ZAMPROGNO; DUTRA, 2013, p. 4).
 Legenda: (AT) Ativo Total; (AC) Ativo Circulante; (AP) Ativo Permanente (RLP) Realizável a Longo Prazo (PC) Passivo Circulante; (PNC) Passivo Não Circulante; (ELP) Exigível a Longo Prazo; (PL) Patrimônio Líquido; (LL) Lucro Líquido; (RB) Receita Bruta; (VL) Vendas Líquidas; (RTF) Receita Total FIES; e (RTP) Receita Total PROUNI.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados dos indicadores econômico-financeiros foram alocados nos seguintes grupos: estrutura de capital; liquidez; rentabilidade e participação do Fies e do ProUni na receita bruta. Todos os dados foram calculados em milhares de reais. No que se refere à estrutura de capital, o grupo Kroton obteve melhor resultado médio no período, por meio de redução significativa de seu endividamento, apresentando um valor médio de 58,80%, enquanto que a Anima apresentou o pior desempenho médio com 168,4% de endividamento, seguida pelo Grupo Ser Educacional, com 104,3%, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Endividamento/Capital de Terceiros (ECT)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	-706,7%	1325,3%	81,8%	58,3%	83,1%	168,4%
Estácio	72,7%	75,4%	40,9%	46,9%	62,7%	59,7%
Kroton	101,1%	68,5%	55,8%	35,3%	33,5%	58,8%
Ser Educacional	103,6%	96,3%	78,0%	99,3%	144,1%	104,3%
Média	-107,4%	391,4%	64,1%	60,0%	80,9%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quanto à composição do endividamento, nota-se por meio da análise da Tabela 2 que o grupo Kroton obteve também o melhor resultado médio no período (29,5%) em comparação com as suas concorrentes. A Anima, por sua vez, demonstrou o pior resultado médio (39,9%).

Tabela 2 - Composição do Endividamento (CE)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	46,2%	29,0%	29,9%	49,9%	44,6%	39,9%
Estácio	29,9%	36,3%	46,7%	35,6%	44,4%	38,6%
Kroton	39,1%	24,0%	32,8%	23,4%	28,1%	29,5%
Ser Educacional	29,2%	46,3%	26,3%	31,6%	24,8%	31,6%
Média	36,1%	33,9%	33,9%	35,1%	35,5%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quanto à Imobilização do Patrimônio Líquido, nota-se por meio da análise da Tabela 3 que o grupo Kroton obteve também o melhor resultado médio no período (72,7%) em comparação com as suas concorrentes. A Anima, por sua vez, demonstrou o pior resultado médio 153,8%.

Tabela 3 - Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	-411,4%	937,1%	54,3%	95,7%	93,2%	153,8%
Estácio	79,5%	85,3%	46,5%	77,0%	75,5%	72,7%
Kroton	158,9%	135,1%	117,5%	116,7%	109,1%	127,5%
Ser Educacional	156,3%	153,8%	85,6%	122,5%	138,0%	131,2%
Média	-4,2%	327,8%	76,0%	103,0%	103,9%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Conforme evidenciado na Tabela 4, no que tange à Imobilização dos Recursos não Correntes, a Estácio obteve mais um indicador com melhor resultado médio no período (52,7%). Nessa perspectiva, o grupo Kroton apresentou o pior desempenho médio com (81,8%). Todavia, dos quatro índices utilizados como indicadores de endividamento, a Kroton e a Estácio obtiveram os melhores resultados no período em relação às suas concorrentes.

Tabela 4 - Imobilização dos Recursos não Correntes (IR)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	146,7%	90,0%	34,5%	74,1%	63,8%	81,8%
Estácio	52,7%	57,6%	38,1%	59,1%	56,0%	52,7%
Kroton	98,4%	88,8%	85,5%	91,9%	87,9%	90,5%
Ser Educacional	90,2%	101,3%	54,3%	72,9%	66,2%	77,0%
Média	97,0%	84,5%	53,1%	74,5%	68,5%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

No que se refere ao indicador de liquidez geral, nota-se por meio da análise da Tabela 5, que a Estácio conquistou o melhor índice, com o resultado médio no período de 1,5338. O grupo Kroton, por sua vez, apresentou os piores resultados médios (0,5693).

Tabela 5 - Liquidez Geral (LG)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	0,2763	0,3684	1,5592	1,0738	1,0816	0,8719
Estácio	1,2825	1,1957	2,3084	1,4918	1,3905	1,5338
Kroton	0,4171	0,4875	0,6855	0,5270	0,7295	0,5693
Ser Educacional	0,4563	0,4417	1,1847	0,7736	0,7367	0,7186
Média	0,6080	0,6233	1,4344	0,9666	0,9846	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

No que se refere ao indicador de liquidez corrente, nota-se, por meio da análise da Tabela 6, que a Estácio conquistou o melhor índice, com o resultado

médio no período 3,4433. O grupo Kroton, por sua vez, apresentou os piores resultados médios (1,3851).

Tabela 6 - Liquidez Corrente (LC)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	0,3925	0,8420	5,0436	1,9344	1,6555	1,9736
Estácio	3,6552	2,6446	4,3777	3,7008	2,8385	3,4433
Kroton	0,7832	1,4666	1,7430	1,5335	1,3989	1,3851
Ser Educacional	1,3274	0,8598	4,3964	1,8271	1,8372	2,0496
Média	1,5396	1,4533	3,8902	2,2490	1,9325	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quanto ao Giro do Ativo, por meio da análise da Tabela 7, verifica-se que a Estácio conseguiu, mais uma vez, o melhor resultado médio no período (0,8716 vezes). O grupo Kroton, novamente, apresentou o pior resultado médio com (0,3347 vezes).

Tabela 7 - Giro do Ativo (GA)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	1,0549	1,2371	0,5320	0,7346	0,7286	0,8574
Estácio	1,0746	1,1157	0,8094	0,6842	0,6742	0,8716
Kroton	0,2476	0,3715	0,4942	0,2437	0,3164	0,3347
Ser Educacional	0,6396	0,7469	0,5686	0,5644	0,5585	0,6156
Média	0,7542	0,8678	0,6010	0,5567	0,5694	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quanto à Margem Líquida, o Grupo Ser Educacional evidenciou o melhor resultado médio no período (22,5%), demonstrando, assim, melhor eficiência operacional em relação aos seus concorrentes. Nessa linha, a Anima obteve o pior resultado médio (6,5%), conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Margem Líquida (ML)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	-12,6%	7,3%	7,4%	22,9%	7,5%	6,5%
Estácio	6,1%	7,9%	14,1%	17,7%	16,5%	12,5%
Kroton	5,1%	14,4%	25,6%	26,5%	26,5%	19,6%
Ser Educacional	17,2%	22,7%	25,5%	30,3%	16,8%	22,5%
Média	4,0%	13,1%	18,1%	24,4%	16,8%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Quanto à Rentabilidade do Ativo, o Grupo Ser Educacional evidenciou o melhor resultado médio no período (13,8%), demonstrando, assim, melhor rentabilidade do ativo em relação aos seus concorrentes. Nessa linha, a Anima obteve o pior resultado médio (4,4%), conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Rentabilidade do Ativo (ROA)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	-13,2%	9,0%	3,9%	16,9%	5,4%	4,4%
Estácio	6,6%	8,8%	11,4%	12,1%	11,1%	10,0%
Kroton	1,3%	5,3%	12,7%	6,5%	8,4%	6,8%
Ser Educacional	11,0%	16,9%	14,5%	17,1%	9,4%	13,8%
Média	1,4%	10,0%	10,6%	13,1%	8,6%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Todavia, no que tange à Rentabilidade do Patrimônio Líquido, de acordo com a análise da Tabela 10, verifica-se que a Estácio apresentou o melhor resultado médio no período (152%). O grupo Kroton, por sua vez, obteve o pior resultado médio (72,5%).

Tabela 10 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	50,8%	77,1%	75,1%	185,2%	123,1%	102,3%
Estácio	121,5%	149,0%	209,9%	142,4%	137,0%	152,0%
Kroton	26,6%	55,0%	111,4%	68,9%	100,6%	72,5%
Ser Educacional	108,0%	181,2%	106,6%	102,8%	66,1%	112,9%
Média	76,7%	115,6%	125,7%	124,8%	106,7%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Em relação à Margem Ebitda e ao Lucro por Ação, conforme demonstrado nas Tabelas 11 e 12, o Grupo Ser Educacional conquistou o melhor resultado médio no período (32,1% e R\$ 0,98, respectivamente). Enquanto que a Anima apresentou o pior resultado médio (11,6% e R\$-3,42, respectivamente.).

Tabela 11 - Margem Ebitda (ME)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	1,07%	13,59%	11,36%	20,58%	11,55%	11,6%
Estácio	10,71%	15,17%	18,50%	22,15%	23,15%	17,9%
Kroton	13,19%	25,42%	34,90%	35,94%	37,67%	29,4%
Ser Educacional	30,77%	31,72%	34,38%	36,02%	27,74%	32,1%
Média	13,94%	21,48%	24,79%	28,67%	25,02%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Os achados indicam, portanto, que o Grupo Ser Educacional foi o que apresentou os melhores resultados médios em relação à rentabilidade, seguido pela Estácio. Os demais grupos não apresentaram excelentes resultados em nenhum dos indicadores de rentabilidade investigados.

Tabela 12 - Lucro por Ação (LPA)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	-20,8500	0,4700	0,5800	1,9200	0,7700	-3,4220
Estácio	0,0009	0,0004	0,0008	0,0014	0,0015	0,0010
Kroton	0,2500	0,8600	1,9200	0,7400	0,8600	0,9260
Ser Educacional	0,2900	0,6000	1,0500	1,7100	1,2900	0,9880
Média	-5,0773	0,4826	0,8877	1,0928	0,7304	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Em relação ao Índice Participação dos Fies nas Receitas, a Estácio foi a empresa que menos comprometeu as suas receitas com recursos provenientes desses programas (8%). O grupo Kroton, por sua vez, obteve a maior média de resultado (37,6%), conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 - Participação do Fies nas Receitas (PF)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	18,0%	25,1%	38,5%	41,5%	48,6%	34,3%
Estácio	3,3%	3,1%	5,1%	9,0%	19,6%	8,0%
Kroton	26,0%	27,2%	35,7%	44,0%	55,2%	37,6%
Ser Educacional	2,2%	25,9%	42,9%	55,1%	59,3%	37,0%
Média	12,4%	20,3%	30,5%	37,4%	45,6%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Em relação ao Índice Participação do Prouni nas Receitas, a Estácio foi a empresa que menos comprometeu as suas receitas com recursos provenientes desses programas (3,2%). O grupo Kroton, por sua vez, obteve a maior média de resultado (9,7%), conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 - Participação do ProUni nas Receitas (PP)

Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Anima (Gaec)	8,3%	7,4%	7,0%	10,6%	3,3%	7,3%
Estácio	1,9%	2,3%	3,3%	4,3%	4,0%	3,2%
Kroton	8,4%	7,6%	8,1%	11,3%	13,2%	9,7%
Ser Educacional	5,1%	6,5%	7,5%	7,8%	4,4%	6,3%
Média	5,9%	5,9%	6,5%	8,5%	6,2%	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

De modo geral, os resultados dos indicadores que medem a participação de recursos do Fies e do ProUni nas receitas demonstram que, em média, a Estácio foi a empresa que menos apresentou dependência desses programas (11,2%), enquanto que o grupo Kroton obteve a maior média de resultado (47,4%), o que significa que quase a metade de sua receita tem origem em programas de incentivo do Governo Federal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os impactos do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços educacionais listadas na B3. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se a análise de conteúdo das demonstrações contábeis dessas empresas no período de 2011 a 2015. Além da utilização de indicadores econômico-financeiros tradicionais, criaram-se indicadores que objetivam evidenciar a participação tanto do Financiamento Estudantil, quanto do Programa Universidade para Todos na receita bruta das instituições analisadas.

Em relação aos indicadores econômico-financeiros tradicionais, os resultados da pesquisa apontam que o grupo Kroton obteve o melhor resultado médio no período no que se refere aos indicadores de estrutura de capital, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido. Enquanto a Estácio obteve o melhor resultado médio no período no que se refere à imobilização dos recursos não correntes, liquidez geral, liquidez corrente, giro do ativo e rentabilidade do patrimônio líquido. Já o Grupo Ser Educacional evidenciou os melhores resultados em relação à margem líquida, rentabilidade do ativo, margem EBITDA e ao lucro por ação. E a empresa Anima obteve o pior resultado médio na maioria dos indicadores.

Além disso, no tocante ao índice de participação dos Fies e do Prouni nas receitas, verificou-se que o grupo Kroton obteve a maior média de dependência no resultado, enquanto a Estácio foi a empresa que apresentou menor dependência nesses programas. De modo geral, o impacto desses indicadores no desempenho econômico-financeiro das empresas foi superior a quarenta por cento, com exceção da Estácio Participações, cujo percentual foi de apenas onze por cento.

O segmento estudado possui grande concentração de mercado se comparado somente às empresas que negociam ações na B3. As evidências obtidas indicaram que houve um crescimento expressivo no resultado econômico-financeiro das instituições, bem como no número de alunos matriculados que aderiram ao Programa Universidade para Todos e ao Fundo de Financiamento Estudantil. Em caso de redução significativa desses incentivos, a maioria das empresas poderá apresentar dificuldades para honrar os seus compromissos, tanto no curto quanto no médio prazo.

Esta pesquisa contribuiu para diagnosticar o alto grau de dependência econômico-financeira das instituições que prestam serviços educacionais em relação ao Prouni e ao Fies. Espera-se, por meio destes achados, a ampliação de discussões sobre a necessidade de uma gestão robusta de riscos de solvência, endividamento e rentabilidade. Consideramos que tais contribuições tornam-se ainda mais relevantes no período de recessão econômica atual.

Os resultados encontrados limitam-se ao período e à amostra investigada. Como sugestão para futuras pesquisas, parece-nos relevante tentar identificar estratégias de gestão que possam ser adotadas para atenuar os impactos econômico-financeiros da redução significativa de novos financiamentos estudantis e de bolsas concedidas via incentivos governamentais. De modo adicional, poder-se-ia utilizar outros indicadores econômico-financeiros para analisar os efeitos das mudanças nas políticas de concessão de novos financiamentos e do contingenciamento de recursos públicos no processo de criação/destruição de valor das empresas investigadas.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, P. R. C. M. *et al.* Utilização de análise multivariada na avaliação do desempenho econômico-financeiro de curto prazo: uma aplicação no setor de distribuição de energia elétrica. **Revista ADM. MADE**, v. 15, n. 1, pp. 75-92, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm >. Acesso em: 05 mar.2016.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário**

Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 05 mar. 2016.

DIEL, F. J. DIEL, E. H. SILVA, T. P. da. Análise da rentabilidade e o posicionamento do *ranking* das cooperativas de crédito do Brasil. Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, EnANPAD, 2013.

KROENKE, A.; MARCOS, C.; NASCIMENTO, J. C. Desempenho econômico-financeiro das empresas com boas práticas de governança corporativa da B3. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 13, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2013.

MATIAS, A. B. *et al.* **Análise financeira fundamentalista de empresas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo de Financiamento Estudantil**. [Internet]. 2016a. Disponível em <<http://sisFiesportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PROUNI - Programa Universidade para Todos**. 2016b. [Internet]. Disponível em <<http://siteProUni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

PIMENTEL, R. C.; BRAGA, R.; CASA NOVA, S. P. de C. Interação entre rentabilidade e liquidez: um estudo exploratório. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 10, n. 2, pp. 83-98, 2010.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, F. J. M.; PISCOPO, M. R.; SERRA, F. A. R. Os impactos da redução do programa de financiamento estudantil - Fies em IES privadas. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, 4, 2015. **Anais...** São Paulo: UNINOVE, 2015.

TONETTO FILHO, Vitório; FREGONESI, M. S. F. A. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, SP, Brasil. 2010.

VOGT, M. *et al.* Análise dos Fatores que Determinam o Desempenho das Empresas Familiares Brasileiras de Capital Aberto Listadas na B3 Pertencentes ao Setor de Consumo Cíclico. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 5, 2014. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2014.

Submetido em: 20 de novembro de 2018

Aceito em: 02 de abril de 2019

AS IMPLICAÇÕES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95/2016 NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Jefferson Rafael Soares de Oliveira¹
Richard Medeiros de Araújo²

Resumo: Os resultados dos superávits primários disponibilizados pela União nos últimos anos serviram de base para elaboração de dispositivos jurídicos em prol do controle evolutivo da dívida pública, apesar do aumento de gastos governamentais. Nesse sentido, a problemática em torno à implantação do Novo Regime Fiscal, através da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que objetiva conter o crescimento dos gastos públicos e controlar a trajetória evolutiva da dívida do setor público. Este artigo tem por objetivo analisar as consequências da EC n. 95/2016 na gestão pública, em função das dimensões de bem-estar, crescimento e estagnação econômica brasileira, buscando identificar aspectos positivos e negativos da aplicação na alteração da constituição no âmbito da gestão pública brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, quanto aos objetivos é de caráter qualitativo e exploratório. Ao final do estudo, pode-se concluir que o controle do aumento da despesa primária é essencial para minimizar a despesa financeira, contribuindo positivamente para que o governo consiga disponibilizar os serviços e produtos à sociedade, tal como especifica a CF (1988).

Palavras-chave: Dívida pública; Gastos do setor público; Gestão Pública; Novo Regime Fiscal.

IMPLICATIONS OF CONSTITUTIONAL AMENDMENT No. 95/2016 ON BRAZILIAN PUBLIC MANAGEMENT

Abstract: The results of the primary surpluses made available by the Union in recent years have served as a basis for drafting legal provisions for the evolutionary control of public debt, despite the increase in government spending. In this sense, the problem surrounding the implementation of the New Tax Regime, through Constitutional Amendment (EC) nº 95/2016, which aims to contain the growth of public spending and control the evolutionary trajectory of public sector debt. This article aims to analyze the consequences of EC n. 95/2016 in public management, according to the dimensions of welfare, growth and Brazilian economic stagnation, seeking to identify positive and negative aspects of the application in the alteration of the constitution in the scope of the Brazilian public management. It is a bibliographical and documentary research, regarding the objectives is qualitative and exploratory. At the end of the study, it can be concluded that controlling the increase in primary expenditure is essential to minimize financial expenditure, contributing positively to the government's ability to make services and products available to society, as specified by CF (1988).

Keywords: New Tax Regime; Public administration; Public debt; Public sector expenditures.

¹ UNIFACEX, Especialista em Gestão Pública pelo Centro Universitário UNIFACEX e Pós-Graduado em Formação Docente.

² UNIFACEX, Doutor em Administração pela UFRN, Mestre em Administração pela UFPB e Professor do UNIFACEX e do PPGP/UFRN

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, em relação à Gestão Pública, a arrecadação fiscal e a evolução da dívida pública nos últimos anos têm sido objetos de estudos na seara acadêmica, principalmente no tocante aos rumos e propostas das políticas fiscais. Nesse cenário, os resultados dos superávits primários disponibilizados pela União nos últimos anos serviram de base para elaboração de dispositivos jurídicos em prol do controle evolutivo da dívida pública, apesar do aumento de gastos governamentais. (BEHRING, 2008; CARNEIRO, 2010; SERRANO; SUMMA, 2012; ARAÚJO, 2017; MARIANO, 2017; PEREIRA, 2017; ANANIAS; NOLASCO, 2018)

Nesse sentido, a problemática em torno à implantação do Novo Regime Fiscal, através da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que objetiva conter o crescimento dos gastos públicos e, dessa maneira, controlar a trajetória evolutiva da dívida pública. Vale evidenciar que, para além do conteúdo normativo desse dispositivo legal que trata do assunto, ao final do ano de 2016 foi objeto de debate, em virtude do disciplinamento no âmbito constitucional ser demasiadamente rígido e, também, de ser conduzido pelo governo de Michel Temer, que escalou o poder através do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Segundo a Receita Federal, gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte. São, em outras palavras, o somatório das anistias, isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia concedido aos contribuintes beneficiados.

A Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza anualmente o demonstrativo dos benefícios tributários, de acordo com determinação do § 6º do art. 165 da Constituição Federal de 1988, tal como está determinado no inciso II do art. 5 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, verifica-se que se trata de um demonstrativo significativo, em virtude de apresentar a perda de receita do Governo Federal com a concessão dos chamados benefícios tributários, bem como os setores beneficiados.

Por sua vez, no tocante à EC n. 95/2016, constata-se que, segundo Saraiva (2017), o limite de 2017 será o mesmo valor da despesa primária paga no exercício de 2016, incluindo os restos a pagar e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2%. Mas, para os exercícios futuros, calcula-se em função do valor do limite referente ao exercício pretérito subsequencial, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Sendo que o limite 2018 foi calculado em função dos limites 2017 atualizados pelo IPCA e acumulado em doze meses, ou seja, de julho/2016 a junho/2017 (3,0%). Portanto, o teto de gastos da União foi de R\$ 1.347,9 bilhões.

Nessa perspectiva, objetivando a contenção da trajetória evolutiva da relação entre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e o Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, DLSP/PIB e a redução da instabilidade ocasionada na economia brasileira em virtude da deterioração das contas públicas, a Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal, estabelecendo limites individualizados às despesas primárias, cuja vigência será por um prazo máximo de 20 anos. Em relação às despesas primárias, segundo o *Manual de Demonstrativos Fiscais*, representam um “conjunto de gastos que possibilita a oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas às despesas financeiras”. (BRASIL, 2009)

Ora, o Novo Regime Fiscal representa um esforço governamental e legislativo que busca conter o aumento da despesa pública primária, acarretando da perda relativa em relação ao tamanho da economia e do crescimento real do PIB dos anos seguintes. Ou seja, diz respeito à hipótese legal de ajuste fiscal de médio e longo prazo, em função de evitar a ação de corte de gastos no contexto atual. Porém, esse dispositivo é limitado em virtude da rigidez na estrutura do gasto público brasileiro. (ANANIAS; NOLASCO, 2018)

No intuito de evitar que a política fiscal continue a reger desnecessariamente os gastos do funcionalismo do poder público, a EC nº 95/2016 prevê, a partir do décimo exercício financeiro, a hipótese legal de uma única alteração por mandato dos limites vigentes. Portanto, se a estabilidade das finanças públicas seja restaurada antes do prazo final, ou seja, de 20 anos, o teto dos gastos do Estado poderá ser reajustado de acordo com a necessidade demandada. (PEREIRA, 2017)

Os serviços públicos de qualidade demandam gestão pública de qualidade, e esta depende de investimentos e elevação de recursos usados para ampliar a melhoria. Novas contratações, uma crescente na qualificação profissional, manutenção e construção dos prédios para melhorar o desempenho de órgãos públicos, são possíveis aspectos afetados pela limitação imposta. A demanda social pela universalidade de áreas como saúde e educação pública de qualidade exigem elevações do gasto público para atingir este fim. (MARIANO; 2017)

A escassez de alguns serviços e a necessidade de impulsionar setores econômicos em determinadas situações, segundo Araújo (2017), clamam pela expansão das atividades do Estado, esta expansão foi prejudicada pela EC n. 95/2016. Isto é, admite-se que os públicos estejam associados à oferta de bens públicos para famílias e capital público às firmas. Pois, a reforma, em regra, impõe limites sobre os gastos públicos e acarreta efeitos negativos ao bem-estar e a eficiência da economia.

Neste cenário apresentado, esse estudo buscou responder ao seguinte questionamento: Quais são os principais impactos imediatos da alteração da Constituição Federal de 1988 com a EC 95/2016 na seara da Gestão Pública?

E, a partir do exposto, este artigo tem por objetivo analisar as consequências da EC nº 95/2016 na gestão pública, em função das dimensões de bem-estar, crescimento e estagnação econômica brasileira, buscando identificar aspectos positivos e negativos da aplicação na alteração da constituição no âmbito da gestão pública brasileira. Em relação à caracterização do estudo, esse artigo foi construído através de pesquisas bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos é de caráter qualitativo e exploratório. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura em torno do universo de livros e artigos científicos publicados sobre a temática proposta e, bem como, em torno do ordenamento jurídico brasileiro.

Para uma melhor visualização do leitor, o artigo está distribuído em seis partes. Após a primeira parte, que corresponde aos aspectos introdutórios, têm-se o segundo capítulo, que trata dos contextos social e político que antecedem a EC n. 95/2016. A terceira parte apresenta a política fiscal e o endividamento do setor público, através da relação entre a DSLP e o PIB. A quarta seção trata da CF (1988) à EC n. 95/2016, com ênfase na saúde, educação e no Novo Regime Fiscal. Aquinta parte expõe sobre a EC n. 95/2016, evidenciando as implicações no setor público. E, por fim, a sexta seção trata das considerações finais.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa caracterizasse como uma revisão da literatura, por meio de uma pesquisa bibliográfica, sobre o tema em estudo, ou seja, é aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, artigos e literatura.

Como lembram Marconi e Lakatos (2007) a pesquisa bibliográfica aproxima o autor/pesquisador de forma direta com tudo que vem sendo investigado sobre o assunto.

Ainda pode-se denominar este estudo como uma pesquisa documental, pois foram feitas análises documentais de legislações diversas que tratam da Emenda Constitucional nº 95/2019 e das legislações infraconstitucionais. A pesquisa documental caracteriza-se pela apreciação “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 45).

3. CONTEXTOS SOCIAL E POLÍTICO QUE ANTECEDEM A EC N. 95/2016

Após a crise econômica, financeira e fiscal que o Brasil atravessou nos anos de 1980, cujo contexto sociopolítico exigia a disciplina fiscal, a privatização e liberalização comercial, por meio de um Estado Social-Liberal, ou seja, após o Estado mínimo, o Estado social-burocrático, eis que ressurge o Estado liberal, que se difere do neoliberalismo, pragmático e sociodemocrático. (BEHRING, 2008)

Segundo Giambiagi (2008), no Brasil, desde o final da década de 1990 a política fiscal vem sendo condicionada em função dos gastos primários do governo, cujo aumento ocorreu através de uma taxa média anual de 6% entre 1992 e 2008, representando o dobro do crescimento médio da economia desse mesmo recorte temporal.

Contudo, segundo Carneiro (2010), a partir do século XXI, ou seja, dos anos 2000, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em comparação proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB) resultou numa escala decrescente, pois os resultados primários foram expressivos e ocorreu um aumento do PIB.

Na tentativa dos políticos e das instituições estatais ampliarem os níveis de investimento e emprego no Brasil foi reforçada em virtude da inflação e da dívida

pública oscilarem para cima, apesar de não ocasionar em nenhum excesso de gasto público. A taxa de juros é uma das maiores entre os países com mercados de capitais relevantes, representando o principal motivo dos “superávits primários enormes e privatizações entre 1991 e 2013 não foram capazes de enxugar gelo e mal reduziram o peso da dívida pública no orçamento” (BASTOS, 2016, p. 35).

As reformas do Estado brasileiro tiveram atuação em áreas que, segundo a doutrina neoliberal, extrapolam a sua responsabilidade (áreas sociais e econômicas), além do questionamento do exaurido modelo burocrático weberiano como forma de gerir o Estado (BRESSER-PEREIRA, 2017). Dentre os fatores que contribuíram para isso, a literatura destaca a jovem democracia brasileira, cujo “ajuste econômico e consequente redução dos recursos para a área social, as maiores exigências impostas pelos órgãos financiadores, especialmente internacionais, em relação ao controle de gastos e resultados” (PEREZ, 2010, p. 145).

No tocante à crise e seu respectivo impacto nas contas públicas, geralmente, utiliza-se as palavras de Farah (2016, p. 970), ao inferir que o cenário de crise fiscal e de endividamento externo conduziu também à adoção pelo governo de políticas de ajuste. Mudanças se fizeram “sentir na gestão pública e nas políticas públicas sob o efeito, portanto, de dois movimentos: a democratização, orientada pela perspectiva de direitos, e a busca da eficiência na utilização de recursos públicos”. Como pode ser visto na Tabela 1 a seguir, tem-se a apresentação dos dados relativos à relação entre o PIB, despesas e Carga Tributária Bruta no período de 2006 a 2015.

Tabela 1: Relação entre PIB, despesas e Carga Tributária Bruta (2006-2015)

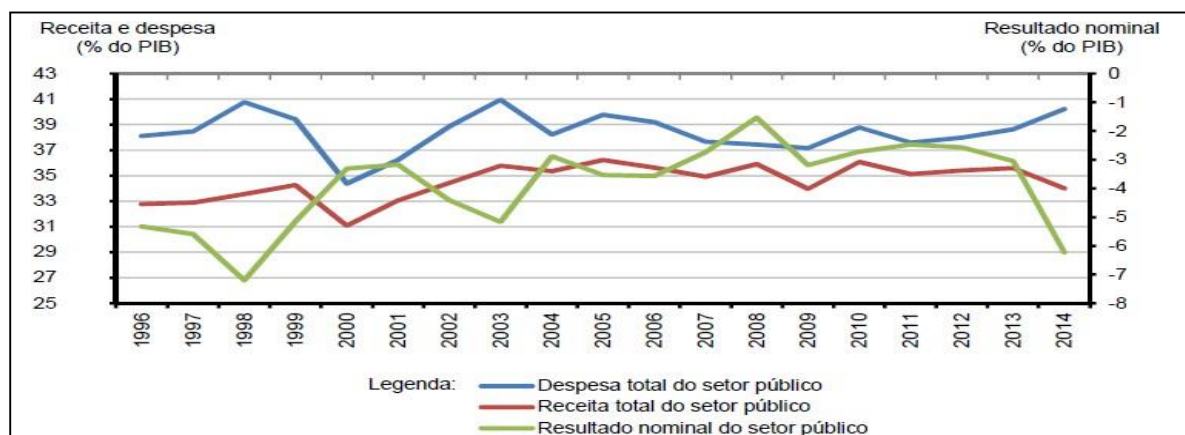
ANO	PIB Bilhões R\$	DESPESAS Bilhões R\$	CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA
2006	2.409,4	2.957,5	33,42%
2007	2.720,3	2.280,4	33,76%
2008	3.109,8	2.468,9	33,67%
2009	3.333,0	2.598,1	33,37%
2010	3.885,8	2.699,0	32,53%
2011	4.373,7	2.748,0	33,44%
2012	4.805,9	2.908,6	32,75%
2013	5.316,5	2.873,6	32,74%
2014	5.687,3	2.965,1	32,49%
2015	5.904,3	3.040,5	32, 63%

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2017).

A partir da tabela 1, verifica-se que apesar do PIB ter um aumento de um ano para o outro, sem apresentar nenhuma redução nesse período de 2006 a 2015, a Carga Tributária Bruta tem uma trajetória evolutiva no decorrer dos anos, com exceção dos anos 2011 e 2014 que apresentaram uma redução em relação ao percentual dos anos anteriores, 2010 e 2013, em decorrência das despesas também apresentarem uma elevação constante nas cifras monetárias, passando de 2.280,4 bilhões de reais em 2007, para 3.040,5 bilhões de reais em 2015. Vale destacar que o único período que as despesas diminuíram foi do ano de 2006 para o ano de 2007.

Apesar das inúmeras reformas políticas, econômicas, trabalhistas e sociais, o Brasil vive os reflexos do endividamento do setor público, que disparou no governo Dilma. O setor público gastou muitos bilhões a mais do que se arrecadou com tributos e, neste período, o seu governo recorreu a manobras criticadas por analistas para fechar as contas públicas, ou seja, a vulgarmente denominada de contabilidade criativa. (BIELSCHOWSKY *et al.*, 2014; MEDEIROS, 2015). Nesse sentido, para uma melhor visualização das despesas, receitas e resultado nominal da União em relação ao PIB, elaborou-se o Gráfico 1:

Gráfico 1: Receita e despesas governamental total em relação ao PIB (1994-2014)



Fonte: IMF (2015)

De acordo com o Gráfico 1, constata-se que, a partir do ano de 2008, houve um declínio do Resultado Nominal em relação ao PIB, em aproximadamente 10%. Enquanto que nesse mesmo período de tempo, as despesas aumentaram de 3% em relação ao PIB percentual e, por fim, as receitas declinaram em torno de 2%.

Portanto, o desgaste político contribuiu para a crise se instalar no Brasil, cujo desdobramento da contabilidade criativa perpassa pela constatação no preço de

energia reduzido, os juros básicos da economia diminuídos e a isenção de imposto, o que ajudou a segurar a inflação até o final do primeiro mandato de Dilma. Com os preços represados, em algum momento teriam que ser repassados e, inevitavelmente, a cobrança da política econômica brasileira recai sobre a sociedade brasileira. A inflação começou a aumentar e o desequilíbrio das contas públicas começou a aparecer. Com isso, o cidadão passa a sentir os ajustes, inclusive de uma forma adversa, nos mais diversos serviços (ARAÚJO, 2017)

Após o impeachment de Dilma Rousseff, assume o governo Michel Temer, herdando a crise econômica, apesar de o presidente ter negado que existisse crise no Brasil. Mas o país se deparou com um cenário preocupante, cujos índices de crescimento econômico demonstram números alarmantes tais como: o desemprego, endividamento, alta dos preços e crescente da inflação, e a consequente perda do valor de compra pelos brasileiros. (PEREIRA, 2017)

A essência da governabilidade é de dimensão essencialmente estatal, vinculada ao sistema político-institucional e a capacidade de tomar decisões, bem como, é um instrumento de medição para avaliar se as políticas públicas foram plenamente executadas e ainda, podem ser entendida como “a capacidade do Estado de incorporar um acervo legal e institucional que responda aos anseios dos cidadãos na implementação de políticas públicas, além de abordar questões ligadas à governança” (PAGNOCCHESCHI, 2016, p. 157).

Segundo Ananias e Nolasco (2018), o Governo Federal continuava gastando mais do que se arrecada, comprometendo, desta forma, a governabilidade e a concretização de ações contidas no planejamento estratégico da União. Neste contexto, de desequilíbrio nas contas governamentais, do pessimismo dos investidores no país e da diminuição na arrecadação de imposto é que nasce o principal óbice na execução das políticas públicas no período, ou seja, a falta de recurso para a execução dos programas de governo.

Assim aflora a dificuldade de governabilidade do poder executivo, ou seja, a capacidade de governo de tomar decisões. O objetivo de uma gestão responsável é a busca para se atingir a eficiência e a eficácia por qualquer ente, seja público ou privado, como também pelo ímpeto de se atingir o ápice: a excelência gerencial e o bem-estar social, que serão diretamente influenciados pelos cumprimentos das políticas públicas e pelo grau de governabilidade dos entes envolvidos. (PAGNOCCHESCHI, 2016)

Segundo Pereira (2017), a avaliação das políticas públicas e o fiel cumprimento execução do orçamento poderão contribuir para que os gestores públicos busquem cumprir os programas, as metas e as ações de governo, dentro de um cenário transparente, eficiente e legal. E cumprindo as determinações da Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), da Lei n. 4320/64 e da Lei n. 101/2000, também denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Vale antecipar que, dentre as principais mudanças decorrentes da LRF, mercê destaque o Novo Regime Fiscal, através da EC n. 95/2016, representando uma norma que estabelece uma retenção que impede o aumento das despesas primárias d a União, pois, de acordo com Borba *et al* (2018, p. 123), apenas “poderão crescer, em termos nominais, pela variação do IPCA amplo. Essa restrição fiscal se aplica a todo o orçamento fiscal e de seguridade social” do Estado, incluindo os Poderes e órgãos federais.

4. POLÍTICA FISCAL E ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO: DSLP e PIB

De acordo com o Banco Central (Bacen), os superávits primários exerceram uma forte influência à redução da DLSP/PIB, em média 2,7% do PIB entre 2007 e 2012, por outro lado, verificou-se que a aumento do PIB contribuiu para que a dívida pública fosse reduzida em, aproximadamente 4,4% do PIB nesses cinco anos. Porém, esses resultados positivos da redução da proporção entre DLSP/PIB foram deixando de ocorrerem a partir de 2011. (ARAÚJO, 2017).

Nesse sentido, os superávits primários foram mitigando paulatinamente de 3,3% do PIB em 2008 para 1,71% em 2013, ou seja, aos poucos foi perdendo a qualidade de compensar o efeito dos juros nominais no resultado fiscal. E, desde o ano de 2014 o resultado primário tornou-se deficitário, de forma que em 2016 o déficit primário representou 2,49% do PIB, exercendo influência para o aumento da DLSP em 2,5% do PIB. (MARIANO; 2017)

Portanto, a evolução histórica de redução na taxa de crescimento nominal do PIB minimizou o resultado desta variável na contenção da relação DLSP/PIB. Vale destacar que aumento do PIB, em virtude desta relação, atingiu a marca de 1,2% em 2015 e 1,5% em 2016, respectivamente. Desse modo, a DLSP aumentou 15,7% em relação ao PIB em apenas três anos, ou seja, de 30,5% do PIB ao final de 2013 para 46,2% em 2016. (PEREIRA, 2017)

Esse cenário fiscal brasileiro em relação ao PIB alimentou a discussão político-econômica no âmbito nacional, principalmente em função da problemática no tocante à estabilidade da dívida pública e dos gastos do setor público.

Vale evidenciar que, de acordo com Santana, Cavalcanti e Paes (2012), no Brasil, o Estado possui obrigações são amparadas e regidas pela Constituição Federal de 1988, ou seja, não podem sofrer reduções. Segundo o Tesouro Nacional, em 2016, aproximadamente, 75% da despesa primária do Governo Federal foram relativas aos benefícios previdenciários, salários, encargos sociais e, principalmente, com os ministérios da Saúde (MS), da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social (MDS).

Desse modo, a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016, comumente denominada de a Emenda do Teto dos Gastos, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e estabelece o Novo Regime Fiscal para as despesas da União no Brasil. Por um lado, as despesas com os gastos públicos em curto prazo amparam a população nas diversas subdivisões sociais, estimulando, assim, o desenvolvimento econômico do país (ANANIAS; NOLASCO, 2018).

Porém, em longo prazo prejudicam a economia, pois o governo impõe altas cargas tributárias passando a ter *deficit* e dívidas elevadas o que prejudica setores que proporcionariam o crescimento econômico como o aumento da produtividade e a flexibilidade do mercado de trabalho (ARAÚJO, 2017).

Neste horizonte ficou instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que prevalecerá por vinte exercícios financeiros. Cada exercício financeiro, excluindo as regras para o ano de 2017, cujos limites devem ser corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à lei orçamentária (MARIANO, 2017).

Isto é, para o ano de 2017 os limites dos gastos públicos foram equivalentes às despesas primárias pagas em 2016, apesar de serem incluídos os restos a pagar e demais operações que afetam o resultado primário, atualizada em 7,2%. Mas, para os exercícios financeiros seguintes, o teto dos gastos públicos deverá ser calculado através do valor do limite do exercício anterior, devendo ser atualizado pelo IPCA, cuja publicação é de responsabilidade do IBGE (PEREIRA, 2017).

Em relação ao IPCA, verifica-se que deve ser contabilizado no período de 12 meses, encerrado em junho do exercício anterior. Dessa maneira, as despesas primárias, regidas pelas Leis Orçamentárias Anuais e sujeitas ao teto dos gastos públicos, devem estar dentro do limite estipulado no Novo Regime Fiscal.(ANANIAS; NOLASCO, 2018).

Isso significa dizer que, a partir de 2017, as despesas primárias da União foram limitadas ao montante que o Estado gastou no ano pretérito e corrigido pela inflação. Isto é, a partir de 2017, descontada a inflação, a despesa da União foi igual à realizada em 2016. A inflação prevista para o ano de 2016 foi fixada em 7,2%.

5. DA CF (1988) À EC N. 95/2016: saúde, educação e o Novo Regime Fiscal

Da análise do art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), alterado pela EC n. 95, de 2016, existem dois contextos diferentes que merecem ser analisados: as aplicações mínimas em saúde e no ensino educacional no âmbito do Novo Regime Fiscal.

Em relação às aplicações mínimas em saúde e educação no exercício financeiro de 2017, assegurando-se as normas constitucionais vigentes, isto é, as aplicações mínimas em saúde e educação corresponderão no exercício de 2016, regidas em conformidade com o inciso I, §2º do art. 198 e do caput do art. 212 da CF (1988).

O art. 198 trata das aplicações mínimas em saúde no âmbito da União, em cujo inciso I do § 2º determina que sejam equivalentes a 15% (quinze por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

Por sua vez, no tocante à educação, em regra, a aplicação mínima está regida no caput do art. 212 da CF (1988) e dispõe que “a receita resultante de arrecadação de impostos deve ser aplicada pela União no patamar igual ou superior a 18% (dezoito por cento) e os Estados, Distrito Federal e Municípios, 25%”. (ANANIAS; NOLASCO, 2018, p. 94).

Por outro lado, o Inciso II do art. 110 do ADCT refere-se ao segundo momento das aplicações dos recursos mínimos em saúde e educação, especificando que:

[...] aos 19 (dezenove) exercícios posteriores, correspondentes aos anos de 2018 a 2036, com valores calculados para as aplicações mínimas referentes ao exercício imediatamente anterior, começando com o exercício de 2017, corrigidos pelo IPCA (BRASIL, 1988)

Quanto aos efeitos da EC n.55, de 2016 sobre a saúde, vejamos a respeito, as conclusões dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

[...] Pelo exposto fica claro que impactará negativamente o financiamento e a garantia do direito à saúde no Brasil. Congelar o gasto em valores de 2016, por vinte anos, parte do pressuposto equivocado de que os recursos públicos para a saúde já estão em níveis adequados para a garantia do acesso aos bens e serviços de saúde o congelamento não garantirá sequer o mesmo grau de acesso e qualidade dos bens e serviços à população brasileira ao longo desse período, uma vez que a população aumentará e envelhecerá de forma acelerada. Assim, o número de idosos terá dobrado em vinte anos, o que ampliará a demanda e os custos do SUS. [...] Como o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, a redução do gasto com saúde e dos gastos com políticas sociais de uma forma geral afetará os grupos sociais mais vulneráveis, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e para a não efetivação do direito à saúde no país [...].(ANANIAS; NOLASCO, 2018, p. 94).

No prisma econômico, fiscal e político com o advento do Novo RegimeFiscal, a partir do exercício financeiro de 2018, os recursos mínimos aplicados nas áreas da saúde e da educação, por serem estratégicas à atuação do Estado em prol de salvaguardar o acesso universal e democrático “a dois dos mais importantes direitos sociais fundamentais passam a ser uma mera atualização monetária dos recursos – corrigida pela inflação do exercício anterior medida pelo IPCA”. (VIEIRA JUNIOR, 2016, p. 30)

As mudanças constitucionais no ordenamento jurídico brasileiro, cujas alterações decorrentes da EC n. 95/2016 preconizam os mecanismos previstos à correção do limite de despesas para “os próximos 19 (dezenove) exercícios, com objetivo apenas de atualizar monetariamente os valores obtidos no exercício de 2017, mecanismo que viola frontalmente o núcleo essencial da Constituição.” (ANANIAS; NOLASCO, 2018, p. 96). A EC n. 95/2016 pode ser analisada em função da interface entre o Novo Regime Fiscal e o resguardo de direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana.

A limitação das despesas primárias do Executivo federal é o que mais impacta negativamente nas políticas públicas sociais, inclusive as da educação, inviabilizando sua sobrevivência com eficácia, na medida em que provoca a compressão das despesas discricionárias e dos investimentos. Entre as despesas discricionárias estão, por exemplo, os recursos do desidratado Plano de Ações Articuladas (PAR), o livro didático (ação orçamentária 20RQ) e o funcionamento de instituições federais de ensino superior (ação 20RK) (MARTINS, 2018, p. 229)

Sendo relevante enaltecer que a tal dispositivo pode ser compreendido como sendo uma violação ao art. 60, § 4º, IV da CF (1988), ao dispor sobre o reajuste fiscal que tende a suprimir direitos sociais, principalmente, aqueles previstos nos arts. 198 e 212 da CF (1988).

O Novo Regime Fiscal priorizou o sistema tributário e financeiro, deixando em segundo plano os princípios e direitos fundamentais contidos no texto constitucional, sobretudo os direitos sociais que perderam a guarida estatal. Mas, a partir deste momento, o Estado deixa de ser garantidor e provedor do bem-estar social, passando a ser provedor de política fiscal em detrimento da social, o que não é uma medida congruente. (SILVA; PEREIRA, 2018, p. 19)

O procedimento de EC, em regra, é rígido e tem que tramitar em conformidade com as Cláusulas Pétreas, art. 60 da CF (1988), posto que, tenciona preservar o que inicialmente foi estabelecido pelo constituinte originário. As implicações podem ser tratadas de duas formas, a primeira sob o déficit da ação estatal no bojo do reducionismo das intervenções e do outro a necessidade de otimizar as contas públicas. A escolha dos legisladores eivada de frágeis evidências tendem a minimizar o sucesso da provável Emenda.

6. DA EC N. 95/2016 ÀS IMPLICAÇÕES NO SETOR PÚBLICO

Nessa atual conjuntura, utilizou-se o disposto legislativo para propor a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, afetando negativamente os investimentos nas áreas sociais, incluindo a Educação, ou seja, representa uma afronte às metas PNE. “O orçamento de 2017 já representou corte significativo em relação ao de 2016” (ANDIFES, 2017, p. 1).

O Novo Regime Fiscal instituído pela EC 95/2016 terá validade para os orçamentos fiscais e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da

República, conforme estabelecido nos art. 106 e 107 (BRASIL, 2016). Contudo, há determinadas despesas que não ficarão sujeitas ao limite do teto. De acordo com o § 6º do art. 107 da referida emenda, as exceções são as transferências de recursos da União para estados e municípios; gastos para realização de eleições e verbas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). Os gastos com saúde e educação foram diferenciados dos demais gastos apenas em 2017, começando a ser limitada igualmente a partir de 2018. (BRASIL, 2016)

O comportamento do IPCA é insuficiente para atender as demandas, pois, de um lado, os serviços públicos atualmente prestados à população são escassos para atender as necessidades para a manutenção da vida humana. De outro lado, o próprio processo de acumulação de capital exige a expansão das atividades do Estado em setores de infraestrutura física (rodovias, aeroportos, ferrovias, etc.), financiamento de pesquisas, aparato militar e tantas outras atividades que são exclusivas do próprio Estado (arrecadação tributária, regramento das normas sanitárias e trânsito, atividades de fiscalização, etc). (ULHÔA; ALMEIDA FILHO, 2018, p. 59)

Controle da despesa primária esconde a tendência histórica de concentrar os custos do financiamento da ação pública sobre os segmentos menos privilegiados da população.

Destarte, [...] foi possível ultimar que a Emenda supracitada, a qual implementou o Novo Regime Fiscal no Brasil, profana cláusulas pétreas e a dimensão de seus efeitos opõe-se a direitos fundamentais e princípios soberanos, cânone e sol da Carta Magna. (SILVA; PEREIRA, 2018, p. 1)

Segundo Silva e Bittencourt (2017), essa constatação esconderia a tendência histórica de concentrar os custos do financiamento da ação pública sobre os segmentos menos privilegiados da população. Por sua vez, de acordo com Mariano (2017), a importância da atuação do Estado em diferentes áreas, classificando como equívoco a substituição do investimento pela política do corte do gasto. Ela sugere reforma no sistema de arrecadação, passando pela redução gradual de juros, o fim da isenção de dividendos, e o redimensionamento da tabela de imposto de renda, além da taxação sobre Grandes Fortunas, entre outras medidas, que seriam capazes de alcançar um equilíbrio fiscal. Portanto, a EC n. 95/2016 representa a vontade de uma ala conservadora de setores

políticos e econômicos que não aceitam a implantação de um Estado Social no Brasil e assim, querem devolver o país ao seu habitual Estado de exceção econômico.

Segundo dados contidos no Informativo Técnico nº 52/2018-CONOF/CD (TANNO, 2018), desde 2015 há compressão das despesas primárias no Ministério da Educação, de 208,6 em 2014 para 98,2 bilhões de reais em 2017, com queda significativa na subfunção da educação básica, de 33,7 para 26,1 bilhões de reais no mesmo período. (MARTINS, 2018, p. 231)

Nesse viés apresentado do Novo Regime Fiscal cumpre em relação às implicações no setor público, vale insistir na ressalva em relação ao possível entendimento do desenvolvimento econômico em função da concepção de crescimento econômico, representado através do crescimento da produção ou do PIB. No tocante ao desenvolvimento integral do homem na perspectiva do desenvolvimento econômico, verifica-se que:

Em primeiro lugar, [...] o desenvolvimento econômico passa por caminhos que respeitem a dignidade do homem, o desenvolvimento integral da sua personalidade, a conquista do bem-estar material, o desenvolvimento da sua profissão, da cultura e do lazer. Em segundo lugar, a ideia de que o desenvolvimento é condicionado por determinadas estruturas e implica, portanto, transformações mais ou menos profundas dessas estruturas. Em terceiro, a ideia de que, sem ignorar a necessidade do crescimento econômico do PND, o desenvolvimento deve colocar-se, fundamentalmente, ao serviço das necessidades básicas das populações (NUNES, 2003. p. 89).

Desse modo, verifica-se que o conceito de necessidades básicas está diretamente relacionado à noção de satisfação das necessidades imediatas da sociedade, através da democratização ao acesso da população aos serviços e produtos do setor público, tais como: os serviços básicos de saúde, educação e, inclusive, segurança pública, cujo aumento populacional representa um respectivo aumento das demandas.

O total dos R\$ 129,7 bilhões destinados ao orçamento da educação no ano de 2016. Desse valor, R\$ 51,6 bilhões são do piso constitucional de 18%. Deste segundo valor, R\$ 50,5 bilhões são despesas obrigatórias e financeiras, como pagamento de salários de professores e aposentadorias. (VIEIRA; BENEVIDES, 2016, p. 89)

Porém, em virtude da desvinculação, a educação pode perder até 50% do seu orçamento, que é imprescindível para a própria manutenção. Desse modo, a dilatação do serviço público está vedada, em consequência da elevação na despesa real, sendo contornável caso sejam realizadas ações de corte em outras áreas.

E, ainda em relação aos impactos do Novo Regime Fiscal nas políticas públicas de natureza social, torna-se relevante enaltecer o estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos(DIEESE), ao divulgar a projeção do teto dos gastos aplicados, tal como estivesse vigente nos anos de 2002 a 2015. (SILVA; BITTENCOURT, 2017).

Isso significa, em valores, que a perda na saúde, entre 2002 e 2015, teria sido de R\$ 295,9 bilhões e, na educação, de R\$ 673,6 bilhões, o que corresponderia a um montante total em torno de R\$ 969,5 bilhões que, na lógica do novo regime fiscal já em vigor, seriam expropriados das políticas sociais para remunerar os investimentos dos donos da dívida pública brasileira. (VIEIRA; BENEVIDES, 2016, p. 90)

No caso da educação, com o Novo Regime Fiscal, em regra, a redução seria de 47% no período, enquanto que às despesas de saúde, a redução seria de 27%. Dessa maneira, segundo os dados do IPEA divulgados no início de outubro de 2016, somente o SUS perderá, com o novo regime fiscal, cerca de R\$ 743 bilhões. (VIEIRA; BENEVIDES, 2016). Evidentemente, que as políticas públicas de educação carecerão de reordenamento por parte do Estado.

De acordo com Santos e Scheibe (2018), os direitos básicos e constitucionais de natureza social podem ser representados pela Educação e Saúde. No caso do Brasil, a população conta com o sistema público de saúde universal, sendo o único Estado no mundo que atende, aproximadamente, 100 milhões pessoas por ano. Como também, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos mais complexos no cenário internacional, segundo Santos e Scheibe (2018, p. 200), “tendo em vista que possui desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da atenção básica, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito” à população.

A ineficiência do gasto público deve passar a ser objeto de um maior controle social, por parte de todos, especialmente, com a impossibilidade de ampliar a ação com recursos orçamentários, enquanto as demandas só se ampliam, a capacidade estatal de saná-las dentro das limitações impostas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do cenário social, político, econômico e jurídico apresentado nesse estudo em relação aos limites e admissões da EC n. 95/2016, à luz da CF (1988) e à democratização do acesso aos serviços e produtos do setor público, pode-se afirmar que foi possível responder ao questionamento inicial e, também é certo enaltecer que, a partir do exposto, este artigo atingiu o objetivo proposto, em função da análise das consequências da EC n. 95/2016 na gestão pública, das dimensões de bem-estar, crescimento e estagnação econômica brasileira, através da identificação dos aspectos positivos e negativos da sua aplicação prática.

O Novo Regime Fiscal representa a contenção da expansão da despesa pública primária que, no período 2008 a 2015 cresceu anualmente acima da inflação. Desse modo, pode-se concluir que o controle do aumento da despesa primária é essencial para minimizar a despesa financeira, contribuindo positivamente para que o governo consiga disponibilizar os serviços e produtos à sociedade, tal como especifica a CF (1988).

Como perspectiva futura, evidencia-se a importância de estudos façam pesquisas comparativas da trajetória evolutiva entre o quantitativo de habitantes no Brasil, o PIB, as receitas, despesas e gastos da União com Educação e Saúde, a partir de dados oficiais do Governo Federal em relação aos anos posteriores à EC n. 95/2016, para compreender os impactos do Novo Regime Fiscal na vida dos brasileiros a partir dos investimentos em serviços e produtos da União disponibilizados à sociedade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. P. Z. Crescimento da dívida pública e política monetária no Brasil(1991-2014). Texto para Discussão, IE-UNICAMP, n. 273, 2016.

BEHRING. Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BORBA et al. Gestão fiscal, desenvolvimento e direitos sociais o desafio do crescimento econômico com equidade, controle inflacionário e equilíbrio fiscal. Revista Duc In Altum Cadernos de Direito, v. 10, n. 21, mai.-ago. 2018. [pp. 107-131]

BRASIL. Ministério da fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios: relatório resumido da execução orçamentária. 2 ed. v. 2, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009. (Manual de demonstrativos fiscais)

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5out. 1988.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 dez. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. 971 f. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro, Nov/Dez 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017.

MARTINS. Pior a emenda que o soneto: os reflexos da EC 95/2016. Revista Retratos da Escola, v. 12, n. 23. Brasília, jul./out. 2018. [pp. 227-238]. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 28 nov 2018.

NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo & Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SANTOS; SCHEIBE. A (des)democratização do Brasil e a negação da educação como um direito. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, p. 199-205,

jul./out. 2018. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 25 nov 2018.

SILVA, José de Ribamar Pereira da; BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Uma interpretação para o teor dos dispositivos da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal com limites para o gasto da União, e considerações sobre sua implementação. Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF. Conselho Editorial. Senado Federal. Brasil. 2017. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529648/OED0034.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 nov 2018.

SILVA; PEREIRA. O imbróglio da instituição e dos efeitos do novo regime fiscal do Brasil. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 16, n. 2, ago/dez 2018.

ULHÔA, Wander M. M; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Estado e Políticas Públicas sob o "Novo Regime Fiscal". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Niterói. 2018. Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%205/64.pdf>>. Acesso em: 04 nov de 2018.

VIEIRA; BENEVIDES. Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Nota Técnica, n. 28. Brasília: IPEA, set 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_28_disoc.pdf>. Acessado em: 13 dez 2018.

Enviado em: 02 de fevereiro de 2019

Aceito em: 16 de maio de 2019

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS FRENTISTAS DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Luis Eduardo Brandão Paiva¹
Guilherme Davi Lousada Pontes²
Tereza Cristina Batista de Lima³

RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar a percepção dos frentistas sobre a sua Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), baseando-se no modelo teórico de Walton (1973). A relevância dessa temática se deve pela necessidade de estudar o público escolhido e seus níveis de QVT, pois trata-se de um perfil pouco explorado na literatura. Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa, descritiva. A análise de dados se deu por meio de uma *survey* junto a 100 frentistas de postos de combustíveis. Os resultados obtidos apontam para uma satisfação quanto às variáveis descritas no modelo de Walton, sendo Trabalho e Espaço total de Vida, Integração Social na Organização e Relevância Social da Vida no Trabalho as categorias que receberam as maiores avaliações, embora todas tenham apresentado resultado regular ou superior. De modo geral, as médias das categorias apresentadas foram entre indiferente e satisfatória, demonstrando a percepção dos frentistas acerca da QVT.

Palavras-chave: Percepção; Postos de Combustíveis; Qualidade de Vida no Trabalho.

QUALITY OF WORK LIFE OF FUEL STATION ATTENDANTS

ABSTRACT: This study aims to investigate the perception of the fuel station attendants about their Quality of Work Life (QWL), based on the theoretical model of Walton (1973). The relevance of this theme is due to the need to study the chosen audience and their QWL levels, since it is a profile that has not been explored in the literature. This study used a quantitative, descriptive approach. Data analysis was carried out by means of a survey of 100 fuel station operators. The results obtained point to a satisfaction with the variables described in the Walton model, being Work and Total Living Space, Social Integration in the Organization and Social Relevance of Work Life the categories that received the highest evaluations, although all had a regular or Higher. In general, the averages of the categories presented were between indifferent and satisfactory, demonstrating the perception of officials about QWL.

Keywords: Perception; Fuel stations; Quality of Work Life.

¹ Mestre e doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará; Bolsista de doutorado pela CAPES.

² Graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Adjunta no Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, mesmo sofrendo variações de acordo com as estruturas nas quais as sociedades estão organizadas, pode ser considerado um elemento essencial na vida do indivíduo (TOLFO; PICCININI, 2007), pois permite que o ser humano consiga se adaptar às diversidades que ocorreram, uma vez que o trabalho deixou de ser apenas um meio de sobrevivência, tornando-se, então, um meio de realização pessoal e integração social (BOAS; MORIN, 2016; FERREIRA, 2013; KARA et al., 2018).

Quando se trata de trabalho, é pertinente destacar a qualidade de vida do trabalhador. Nessa perspectiva, o termo “Qualidade de Vida” relacionado ao trabalho passou a ser constituído como um novo campo de estudo no âmbito acadêmico e profissional. Nadler e Lawler (1983) evidenciam que a qualidade de vida é uma forma de pensar a respeito das pessoas, do trabalho e das organizações, uma vez que o impacto do trabalho sobre as pessoas, a eficiência das organizações, a ideia de o trabalhador participar na resolução de problemas e as decisões organizacionais são fatores pertinentes para uma gestão considerada adequada e pertinente, baseando-se, sobretudo, na qualidade de vida no trabalho.

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), apesar de ter feito parte da vida dos trabalhadores desde o início da vida laboral, pode ser considerada um tema relativamente recente em termos de estudos científicos, podendo-se destacar a sua importância diante dos gestores organizacionais. Não se trata apenas de um processo de retorno positivo para o funcionário, mas também para a organização, tendo em vista que funcionários com uma boa QVT, tendem a ser mais produtivos para a organização e, conseqüentemente, para a sociedade (AQUINO; FERNANDES, 2013; NANJUNDESWARASWAMY; SWAMY, 2013; SOUZA; MEDEIROS, 2007; SANTOS et al., 2018).

Tomando-se como base a perspectiva de autores como: Requena (2003), Sant’Anna, Kilimnik e Moraes (2011), Paiva et al. (2017) e Santos et al. (2018), ressalta-se que existem diversos fatores que podem afetar a qualidade de vida do indivíduo, os quais constituem o meio ambiente físico, psíquico e social, a família, as condições ambientais e de saúde, a cultura, as políticas governamentais e o trabalho.

Desse modo, desde o tempo em que a QVT começou a ser levada em consideração para pesquisas no campo dos estudos relacionados às Ciências Sociais Aplicadas, a natureza do trabalho vem modificando de forma cada vez mais rápida. Assim, o estresse no emprego representa uma ameaça para a saúde dos trabalhadores e, conseqüentemente, para as organizações. Percebe-se, portanto, a relevância de discutir a QVT e a sua aplicação no mercado de trabalho (FERREIRA, 2008; PAIVA et al., 2017; ROSSI et al., 2011; SIRGY et al., 2001), a fim de contribuir, ainda mais, para a compreensão desse fenômeno.

Além disso, outro fenômeno que se revela como uma fonte de preocupação para os gestores é o da rotatividade, e isto reforça a importância da política de administração de pessoal, que possibilita, por sua vez, a permanência de profissionais na instituição, permitindo assim o desenvolvimento de atividades e trabalhos de forma eficaz e eficiente (FERREIRA; FREIRE, 2001). A profissão do frentista pode ser considerada por sua alta rotatividade diante do ambiente de trabalho (FERREIRA; RODOLPHO, 2018).

Diante disso, surge o seguinte questionamento para esta pesquisa: qual a percepção dos frentistas sobre a sua qualidade de vida no trabalho? Destarte, o objetivo que norteia esta pesquisa é investigar a percepção dos frentistas sobre a sua qualidade de vida no trabalho.

Este estudo se justifica devido à busca da compreensão da QVT dos frentistas, que, muitas vezes, estão expostos em condições precárias de saúde e qualidade de vida no trabalho (FERREIRA; RODOLPHO, 2018; MARTEL; DUPUIS, 2006). Todavia, segundo Souza e Medeiros (2007), nem todos os problemas podem ser solucionados por medidas de melhoria na QVT, pois o investimento correto nesse ponto de conhecimento pode auxiliar na redução de conflitos, e isto pode contribuir para a melhoria de desempenhos e resultados organizacionais.

Mediante buscas em grandes portais de pesquisas científicas, como Spell, Scielo e Scopus, verificou-se que existem poucos estudos a respeito dessa classe de trabalhadores, com poucas informações sobre a percepção da QVT pelos frentistas. Esta pesquisa pretende suprir essa lacuna na literatura, buscando fornecer informações sobre a QVT dos frentistas. Espera-se que os resultados encontrados neste estudo possam relevar a percepção dos frentistas sobre a QVT, contribuindo diretamente para melhorias no ambiente de trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Qualidade de vida no trabalho

Nas últimas décadas, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) teve um crescimento sistemático, principalmente, direcionado às características operacionais e legais no contexto organizacional. As responsabilidades se ampliam – por meio das competências dos indivíduos - para qualidades pessoais, cultura, planejamento e cidadania (SCHIRRMESTER; LIMONGI-FRANÇA, 2012).

Os estudos sobre qualidade de vida no trabalho, no Brasil, têm se difundido desde os anos de 1970, considerando, primeiramente, as pesquisas de Walton (1973), que evidenciou a QVT na perspectiva de oito critérios básicos referentes à QVT. Então, outros autores deram continuidade a modelos e estudo conceituais e empíricos sobre a QVT, como os estudos de Hackman e Oldham (1975) e Westley (1979), Nadler e Lawler (1983), Werther e Davis (1983), Huse e Cummings (1985), Fernandes (1996) e Reis Junior, Pilatti e Pedroso (2012).

Desde então, inúmeros conceitos são adotados para representar a QVT, entretanto, quase todos estes, em uma perspectiva geral, ligam-se à satisfação no trabalho, bem como ao benefício do indivíduo para a organização. A QVT está ligada ao indivíduo sob a ótica de correntes teóricas comportamentais, as quais permitem uma maior produtividade e enriquecimento do trabalho (FEITOR et al., 2017; SANT'ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011; SANTOS et al., 2018).

A QVT tem, por sua definição, ações que envolvem melhorias e práticas gerenciais e operacionais no trabalho do indivíduo (FERREIRA, 2008; LIMONGI-FRANÇA, 2012; SANTOS et al., 2018). Por QVT, entendem-se ainda como os procedimentos em gestão de pessoas que proporcionam o aumento da produtividade saudável, da motivação, bem como do desempenho organizacional (MACHADO; MATOS; BUGARIM, 2012; SCHIRRMESTER; LIMONGI-FRANÇA, 2012), podendo-se obter mais vantagem competitiva (SANTOS et al., 2018).

A QVT é baseada em uma visão integral das pessoas (enfoque biopsicossocial). Esse enfoque afirma que o termo saúde vai além da não existência de enfermidades, englobando um completo bem-estar biológico, psicológico e social. Esta definição foi adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1986 e ajudou no entendimento de fatores psicossociais na vida moderna, relacionando o

ambiente de trabalho com diversos outros fatores, como o estresse, a rotatividade, o absenteísmo (FLORES et al., 2016; LIMONGI-FRANÇA, 2012).

Para Dolan (2006), QVT é um método pelo qual todos os membros do estabelecimento têm vozes nas decisões que afetam suas funções, em um meio que tenham canais de comunicação abertos e apropriados. Isso no ambiente de trabalho resulta em um maior envolvimento e satisfação no trabalho e, conseqüentemente, menos estresse e exaustão. Esse autor afirma, ainda, que a QVT representa um estilo de administração em que os empregados têm uma sensação de posse, autocontrole, responsabilidade e amor-próprio.

Dolan (2006) argumenta que um emprego é mais do que apenas o salário, repetição de tarefas rotineiras e obedecer ordens, pois consiste em outros conceitos, tais como a participação em alguns processos decisórios, uma maior autonomia nos horários de trabalho, redefinição de cargos e sistemas e estruturas dentro da empresa, e isto objetiva estimular o aprendizado e o interesse dos funcionários no que diz respeito aos assuntos do trabalho.

Segundo Limongi-França (2012), o termo QVT tem sido tratado de forma ampla e confusa, uma vez que suas definições consideram desde cuidados médicos exigidos pela legislação de saúde e segurança, até atividades voluntárias de empregadores e empregados – visando mais motivação, lazer, bem-estar, entre outros aspectos positivos para o trabalhador. A expressão Qualidade de Vida no Trabalho tem sido usada com frequência para descrever situações e métodos com objetivos diversos (RODRIGUES, 1994; SANT'ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011).

Existem diferentes modelos que abordam o tema de QVT, cada um enfatizando certas categorias e indicadores pertinentes ao tema. Isso os tornam referências na avaliação da satisfação dos trabalhadores (FERREIRA, 2013; KUROGI, 2015; REIS JUNIOR; PILATTI; PEDROSO, 2012). Considerando as abordagens anteriores, vale ressaltar que o modelo de Walton (1973) ainda é considerado o mais utilizado quando se trata de pesquisas referentes à QVT, visto que pode ser considerado o modelo mais amplo e utilizado na literatura empírica e conceitual sobre o tema (PAIVA; LIMA; JALES, 2017).

Walton (1973) considera que oito critérios podem afetar o funcionário no ambiente de trabalho: Condições de Segurança e Saúde no Trabalho, determina aspectos físicos de trabalho os riscos de doenças e danos físicos no ambiente de

trabalho; Compensação justa e adequada, proporcionalidade do salário com o esforço físico ou mental, além das habilidades necessárias; Oportunidade de uso imediato e desenvolvimento de capacidades, esse aspecto está ligado ao nível de autonomia no trabalho, o quanto demanda a utilização de habilidades múltiplas; Chances de crescimento contínuo e segurança de emprego, o foco deixa de ser apenas no trabalho e passa a ser referente às oportunidades de carreira e decréscimo contínuo.

Além destas, destacam-se ainda: Integração social na empresa, relaciona-se aos aspectos interpessoais entre os funcionários, bem como o grau de identidade com a empresa; Constitucionalismo na Organização do Trabalho, normas e regras visando estabelecer direitos e deveres; Trabalho e espaço total de vida, a experiência de trabalho pode acabar afetando as demais áreas da vida do funcionário, é essencial considerar o tempo e a energia dedicada pelo trabalhador à empresa, bem como os impactos que isso pode ocasionar nas demais esferas da vida do mesmo; Relevância social da vida no trabalho, verifica a atuação e relevância da empresa, seu nível de responsabilidade social, sua preocupação com requisitos de qualidade dos produtos, com o cumprimento de prazos, com o ambiente e com práticas predatórias.

Após essas abordagens e discussões sobre a qualidade de vida no trabalho, aborda-se, a seguir, o trabalho do frentista, profissional que lida diretamente com o público e está exposto, muitas vezes, a condições insalubres e perigosas, as quais podem contribuir para o impacto em suas qualidades de vida, seja no âmbito pessoal seja no profissional.

2.2 Trabalho do frentista

Os frentistas trabalham diretamente com o atendimento ao público e, nesse tipo de ambiente, distintos fatores fazem parte das atividades dos funcionários, tais como equipamentos, instrumentos, espaço, entre outros. Esses fatores são definidos pela empresa e, então, as regras da interação dos sujeitos são previamente definidas pela organização do trabalho. O atendimento pode ser definido como atividade complexa e mediadora que coloca em cena a interação social de diferentes sujeitos em contexto específico, buscando responder diferentes necessidades (FERREIRA; FREIRE, 2001; FERREIRA; RODOLPHO, 2018).

O atendimento ao público nesse ambiente é marcado por algumas características gerais, tais como a abordagem do cliente ao solicitar informações sobre o serviço desejado; consulta ao cliente a fim de saber se será solicitado algum serviço extra, como limpeza do para-brisa, por exemplo; ao final do abastecimento, retirada da mangueira da bomba, após alarme acionado automaticamente; recebimento do valor do produto ou serviço prestado, atentando às formas de pagamento aceitas; prestar os procedimentos administrativos pertinentes ao modelo de pagamento solicitado pelo cliente; fechamento do caixa de bomba, ao término do turno, anotando os valores recebidos para controle (SANTOS; SANTOS, 2012; SOUZA; MEDEIROS, 2007).

O atendimento ao público constitui, frequentemente, um serviço terminal que resulta da sinergia de diversas variáveis: a conduta do usuário, as atividades dos funcionários envolvidos na situação, a organização do trabalho e as condições físico-ambientais/instrumentais. Assim, o atendimento ao público pode ser definido como um serviço complexo que coloca em cena diferentes interlocutores, cuja interação social é mediada por distintas necessidades, podendo ser facilitada ou dificultada em função das condições (físicas, materiais, instrumentais, organizacionais) disponibilizadas pela organização. Em ergonomia, o estudo da temática é centrado nas situações nas quais se desenrola o serviço (*setting* organizacional) e emergem os indicadores críticos como, por exemplo, tempo excessivo de espera e reclamações dos usuários (FERREIRA; FREIRE, 2001; FERREIRA, 2015).

Esse tipo de serviço é resultante da união de diversas variáveis, tais como a conduta do usuário, as atividades dos funcionários envolvidos na situação, a organização do trabalho e as condições físico-ambientais/instrumentais (FERREIRA; FREIRE, 2001; FERREIRA, 2015).

Ferreira e Mendes (2001) explicam, ainda, que os disfuncionamentos existentes constituem a ponta do *iceberg*, buscando-se investigar sua gênese a partir de uma perspectiva tridimensional. Assim, para que seja possível compreender os problemas pertinentes a esse tipo de atendimento, é necessário analisar as seguintes lógicas: lógica da instituição: por meio da identificação dos fatores (processos organizacionais e suportes disponibilizados) que caracterizam o modo de ser habitual da instituição; lógica do atendente: analisando os fatores (perfil

individual, competência profissional e estado de saúde) que caracterizam o modo operatório usual do atendente, estruturadores da conduta nas situações de atendimento; e lógica do usuário: analisando os fatores (perfil socioeconômico e representação social) que caracterizam o modo de utilização dos serviços pelos usuários e o seu comportamento no atendimento. Nessa abordagem, a atividade do sujeito é uma categoria nuclear de análise.

Ainda de acordo com a perspectiva de Ferreira e Mendes (2001), os resultados em relação ao sofrimento podem indicar a presença do desgaste no trabalho. Os trabalhadores que sentem desgaste estão submetidos, muitas vezes, a atividades cansativas, desagradáveis, repetitivas e com mais sobrecarga, o que gera frustrações, desânimo e insatisfação. Também pode significar pessoas submetidas a sistemas injustos de avaliação de desempenho, bem como a injustiças ligadas ao exercício do poder por parte dos superiores no ambiente de trabalho.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada por sua natureza descritiva, com abordagem quantitativa, guiando-se por meio de um *survey* como o método para a coleta dos dados. Tomando-se como base a amostra escolhida, este estudo parte para os frentistas que trabalham em postos de gasolina, os quais têm como funções principais fornecimentos de combustíveis para veículos automotores; além de outros serviços alternativos, como troca de óleo, lavagem de veículos, entre outros.

Nessa perspectiva, foram escolhidos os frentistas, de forma aleatória, de cinco postos de gasolina com representatividade na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Foi obtida uma amostra de 100 frentistas, os quais trabalham com bomba e abastecimento de veículos. Os demais funcionários dos postos de gasolina não foram considerados na amostra investigada, tanto os que trabalham em lojas de conveniência quanto os do escritório central. A amostra se deu devido à disponibilidade dos frentistas em participarem da pesquisa, compreendendo-se a investigação no período de fevereiro a maio do ano de 2016.

O instrumento de coleta de dados foi dividido em duas partes: (i) referente aos dados demográficos e socioeconômicos, composta por nove questões: gênero; idade; estado civil; número de filhos; instrução; renda familiar mensal; turno de trabalho; existência de atividade com remuneração extra; e tempo de trabalho; (ii)

constituída por 8 categorias, respondidos por meio de uma escala *Likert* de 5 pontos, baseadas no modelo de Walton (1973), o qual é formado pelas seguintes categorias: condições de trabalho; compensação justa e adequada; uso e desenvolvimento de capacidades; oportunidades de crescimento e segurança; integração social na organização; constitucionalismo; trabalho e espaço total de vida; e relevância social da vida no trabalho.

As técnicas estatísticas utilizadas foram o alfa de *cronbach*, que mostra a confiabilidade da representação das dimensões dos fatores de QVT, baseado no modelo de Walton. Em seguida, as médias das perguntas referentes a cada dimensão, obtendo-se também o desvio-padrão de cada domínio e o valor mínimo e máximo das escalas – diante das respostas dos frentistas.

Foram realizados os testes paramétricos T ou ANOVA, que consiste em comparar dois grupos (T) ou vários grupos (ANOVA). Isso foi feito para que fossem analisadas as categorias de QVT, identificando quais dos fatores apresentavam resultados mais positivos e negativos entre os entrevistados. O teste realizado foi o de médias repetitivas, analisando o mesmo grupo com diferentes variáveis. Para isso, foi necessário, primeiro, verificar se havia normalidade na amostra, aplicando o teste *Kolmogorov-Smirnov*, para no caso de algum grupo não apresentar essa normalidade, ser realizado um teste não paramétrico, que consiste em um teste com menor respaldo estatístico, mas que ainda assim entrega o resultado desejado. Para as categorias que não apresentaram a normalidade desejada, foram realizados os testes de Kruskal-Wallis (substituindo o teste T) ou Mann-Whitney (substituindo o teste ANOVA).

Visando identificar se havia diferenciação entre as variáveis, foram realizados os testes de Esfericidade Assumida, *Greenhouse-Geisser*, *Huynh-Feldt* e *Lower-bound*. Após essa identificação foi realizado o teste paramétrico de Bonferroni, indicando quais categorias diferenciavam-se entre si, com nível de significância de 5% (0,05).

Por fim, após a identificação das variáveis, foi feita a comparação das médias do perfil dos respondentes também por meio do teste ANOVA, sendo apresentados os que mostraram uma diferença estatística significativa. Para o tratamento dos dados, utilizou-se o *software: Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* (versão 22.0).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Perfil da amostra

Ao considerar a amostra pesquisada, 100 frentistas de postos de gasolina, vale considerar o perfil da amostra. Quanto ao gênero, a maior parte da amostra foi composta por homens, constituindo 64% dos entrevistados *versus* 36% do sexo feminino. Em média, os indivíduos estão entre 18 e 35 anos de idade, sendo 68% dos respondentes da amostra. Quanto ao estado civil, 61 são solteiros, 30 casados, 5 divorciados e 4 de outro estado civil. Para a escolaridade, 74% têm ensino médio completo, enquanto apenas 1% concluiu um curso superior.

Em relação à renda familiar mensal, foi constatado que a maioria dos respondentes possui renda de até 2 salários mínimos (68%), seguido de 24% com renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos, formando praticamente toda a população da amostra, com apenas 1% dos frentistas entrevistados recebendo tanto entre 3 e 4 salários mínimos quanto 4 e 5 dessa remuneração. Além disso, 4% dos participantes optaram por não informar a renda familiar mensal. Percebeu-se, ainda, predominância dos frentistas que trabalham a tarde/noite há menos de 1 ano e não exercem atividades remuneradas fora daquele ambiente de trabalho.

4.2 Confiabilidade interna

De acordo com Hair (2005), o alfa de *cronbach* (α) é um coeficiente que identifica a confiabilidade dos itens do questionário, com seu valor podendo variar de 0 a 1. Normalmente, quando o coeficiente de alfa é superior a 0,7, seu valor é considerado aceitável, ou seja, os fatores criados pelos itens são consistentes e podem ser analisados em conjunto. Como observado na tabela 1, cinco dos oito quesitos apresentaram coeficiente de alfa superior ao aceitável, indicando consistência desses pontos de QVT, enquanto os três outros fatores apresentaram coeficientes de alfa de *cronbach*, apesar de próximos, abaixo de 0,7, questionando-se suas disposições.

Tabela 1 – Fatores de QVT x Alfa de Cronbach

Fatores de QVT	Alfa de Cronbach	Nº de itens
Condições de Trabalho	0,685	5
Compensação Justa e Adequada	0,760	6
Uso e Desenvolvimento de Capacidades	0,750	5
Oportunidade de Crescimento e Segurança	0,724	4
Integração Social na Organização	0,633	5
Leis e Normas	0,762	4
Trabalho e Espaço Total de Vida	0,668	5
Relevância Social da Vida no Trabalho	0,782	4

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entretanto, apesar de três fatores: condições de trabalho ($\alpha = 0,685$); integração social na organização ($\alpha = 0,633$); e trabalho e espaço total de vida ($\alpha = 0,668$) terem apresentados valores do alfa de *cronbach* menores do que 0,7; ou seja, um pouco mais baixo do que o aceitável, esses fatores permanecem sustentados na análise, visto que estão baseados em uma metodologia já validada sob a ótica do modelo de Walton (1973).

4.3 Análise dos fatores de QVT

Para a análise dos fatores de QVT, adotou-se o uso das médias desses fatores, levando-se em conta a percepção dos frentistas. Vale destacar que, apesar de todos os critérios avaliados apresentarem respondentes que marcaram ruim ou péssimo em alguma pergunta, todos os fatores apresentaram uma média acima de três (indiferente), e isto indica, na perspectiva de Walton (1973), uma boa QVT.

Tabela 2 – Média dos indicadores das categorias de QVT

Fatores QVT	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Percentil		
					25	50	75
Condições de Trabalho	4,01	0,61	2,00	5,00	3,60	4,00	4,40
Compensação Justa e Adequada	3,45	0,80	1,50	5,00	2,83	3,55	4,00
Uso e Desenvolvimento de Capacidades	4,03	0,64	2,20	5,00	3,60	4,00	4,60
Oportunidade de Crescimento e Segurança	3,54	0,87	1,50	5,00	3,00	3,75	4,25
Integração Social na Organização	4,12	0,59	2,33	5,00	3,80	4,20	4,50
Leis e Normas	3,98	0,70	2,00	5,00	3,50	4,00	4,50
Trabalho e Espaço Total de Vida	4,25	0,53	2,67	5,00	4,00	4,20	4,80
Relevância Social da Vida no Trabalho	4,12	0,65	2,00	5,00	3,75	4,00	4,50

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao levar em conta os fatores de QVT, por meio da Tabela 2, observa-se que o trabalho e espaço total de vida (Média = 4,25) foi o fator/dimensão mais recorrente para os frentistas, e isto permite corroborar com o exposto por Limongi-França(2012), que considera o tempo e a energia dedicados pelo trabalhador à empresa, bem como os impactos que isso pode ocasionar nas demais esferas da vida do mesmo. Assim, o nível de satisfação do trabalhador, no que diz respeito à

interferência do trabalho na vida particular, deve ser mensurado por meio de questionamento sobre os diversos fatores relacionados ao tempo dedicado ao trabalho que podem impactar na disponibilidade de tempo para a vida privada, percebendo-se tal evidenciação para os frentistas.

Em seguida, tem-se ainda integração social na organização e relevância social da vida no trabalho, ambos fatores com médias de 4,12. Nesse sentido, com base em Walton (1973) e Limongi-França (2012), infere-se que os frentistas identificaram as relações interpessoais entre os funcionários, bem como o grau de identidade que o trabalhador possui com a empresa, assim como a atuação e relevância da empresa, seu nível de responsabilidade social, sua preocupação com requisitos de qualidade dos produtos, com o cumprimento de prazos, com o ambiente e com as práticas predatórias.

Em contrapartida, os fatores menos recorrentes para os frentistas, ou seja, os que foram menos perceptíveis ao considerar a qualidade de vida no trabalho, foram: compensação justa e adequada (média = 3,45) e oportunidade de crescimento e segurança (média = 3,54), a partir desses achados, pode-se enfatizar que a medida em que os frentistas realizam esforço físico e mental não estão na mesma proporção que o salário recebido.

4.4 Teste T ou ANOVA

A princípio foi feito o teste de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov*, o qual evidenciou que os critérios apresentaram normalidade com nível de significância de 5%, exceto os fatores “Leis e Normas” e “Relevância Social na Vida no Trabalho”, considerados por suas distribuições não normais. Dessa forma, para aqueles fatores em que foram observados distribuição normal, empregou-se o teste Anova ou *t*. Já para os com distribuição não normal optou-se pelo teste *Kruskal-Wallis* ou *Mann-Whitney*, tendo como nível de significância utilizado o de 5%.

Para identificar as diferenças entre os fatores de QVT, utilizou-se da ANOVA de médias repetidas. Este uso decorre pelos critérios serem relacionados às informações do indivíduo em cada fator. No processo de análise da ANOVA de médias repetidas, primeiro analisa-se o teste de esfericidade de *Mauchly*, o qual tem como hipótese a assunção de esfericidade. Neste contexto, as variáveis analisadas apresentaram valor não significativo, indicando não rejeição da hipótese.

Dessa forma, para a análise da diferença de variâncias foi utilizado o teste F (para quando a hipótese de esfericidade é assumida). Observou-se, então, que os comportamentos diferem entre si, ou seja, entre os fatores de QVT é possível perceber diferença estatística, tornando possível identificar o fator que está mais presente nos respondentes.

Tabela 3 – Análise da diferença das variâncias

	Testes	F	Valor <i>p</i>	Potência Observada
QVT	Esfericidade Assumida	39,662	,000	1,00
	Greenhouse-Geisser	39,662	,000	1,00
	Huynh-Feldt	39,662	,000	1,00
	Lower-bound	39,662	,000	1,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ressalta-se que o teste foi significativo, identificando-se que existem diferenças entre as variáveis pelos respondentes, que não apresentam o mesmo grau de importância. Esses testes consistem em identificar que todas as variáveis são iguais, mas ao encontrar um valor muito diferente em F, isso indica a diferenciação entre as variáveis.

Para identificar quais são os fatores que se diferenciam entre si, utilizou-se o teste Bonferroni, conforme observa-se pela Tabela 4.

Tabela 4 – Teste Bonferroni

(I) Fator 1 (QVT)	(J) Fator 2 (QVT)	Diferença de Média (I-J)	Valor <i>p</i>
Condições de Trabalho	Compensação Justa e Adequada	0,556*	0,000
	Oportunidade de Crescimento e Segurança	0,470*	0,000
	Trabalho e Espaço Total de Vida	-0,237*	0,008
Compensação Justa e Adequada	Uso e Desenvolvimento de Capacidades	-0,576*	0,000
	Integração Social na Organização	-0,665*	0,000
	Leis e Normas	-0,525*	0,000
	Trabalho e Espaço Total de Vida	-0,792*	0,000
Uso e Desenvolvimento de Capacidades	Relevância Social da Vida no Trabalho	-0,663*	0,000
	Oportunidade de Crescimento e Segurança	0,491*	0,000
	Trabalho e Espaço Total de Vida	-0,216*	0,005
	Oportunidade de Crescimento e Segurança	Integração Social na Organização	-0,580*
Trabalho e Espaço Total de Vida	Leis e Normas	-0,440*	0,000
	Trabalho e Espaço Total de Vida	-0,707*	0,000
	Relevância Social da Vida no Trabalho	-0,578*	0,000
	Leis e Normas	0,267*	0,000
Trabalho e Espaço Total de Vida	Condições de Trabalho	0,237*	0,008
	Uso e Desenvolvimento de Capacidades	0,216*	0,005

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nesta análise, identificou-se que o fator “Condições de Trabalho” se distingue dos outros critérios pela diferença de média, apresentando valor superior aos outros dois fatores (Compensação Justa e Adequada; e Oportunidade de Crescimento e Segurança) e inferior a um fator (Trabalho e Espaço Total de Vida).

Em relação à “Compensação Justa e Adequada”, foi encontrado que o mesmo difere de seis fatores na diferença de média (Uso e Desenvolvimento de Capacidades; Integração Social na Organização; Leis e Normas; Trabalho e Espaço Total de Vida; e Relevância Social da Vida no Trabalho, apresentando valores inferiores em todos os pontos, o que torna possível inferir como aquele menos pontuado positivamente pelos respondentes e, conseqüentemente, o que é caracterizado como o que é considerado de maior insatisfação por parte dos frentistas.

O fator “Uso e Desenvolvimento de Capacidades” difere-se de dois fatores (Oportunidade de Crescimento e Segurança; e Trabalho e Espaço Total de Vida), distinguindo-se, sobretudo, do primeiro com uma diferença positiva, sendo esse ponto mais bem avaliado pelos respondentes e do segundo com uma diferença negativa. Enquanto isso, no critério “Oportunidade de Crescimento e Segurança”, encontrou-se diferença significativa em quatro fatores (Integração Social na Organização; Leis e Normas; Trabalho e Espaço Total de Vida; e Relevância Social da Vida no Trabalho), sendo como um dos menos pontuados positivamente pelos frentistas.

O fator “Trabalho e Espaço Total de Vida”, conforme a análise estatística, foi o mais bem pontuado pelos frentistas, possibilitando indicar uma boa percepção dos frentistas quanto a esse quesito de QVT. Além disso, esse fator distingue-se dos outros critérios pela diferença de média, apresentando valor superior aos outros três fatores (Leis e Normas; Condições de Trabalho; e Uso e Desenvolvimento de Capacidades).

Ademais, ao relacionar as categorias de QVT com o perfil dos funcionários, evidencia-se que os fatores como Estado Civil, Tempo de Trabalho e Turno de trabalho apresentaram uma variação nas respostas, de acordo com o grupo em que se encontravam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, de modo geral, traçou um diagnóstico da Qualidade de Vida no Trabalho de frentistas, tomando como base o modelo de Walton (1973). Quanto à coleta de dados, aplicou-se um questionário adaptado com algumas mudanças em questões estruturadas do instrumento, a fim de classificar alguns indicadores de qualidade de vida no trabalho.

Assim, foi possível identificar que, segundo a percepção desses frentistas, o nível de QVT, apesar de, no geral, ter sido classificado como regular, apresentou algumas categorias que tiveram uma menor pontuação e, conseqüentemente, mostraram maior grau de insatisfação por parte dos frentistas, sendo elas: “Compensação Justa e Adequada” e “Oportunidade de Crescimento e Segurança”, apresentando a menor e a segunda menor média, respectivamente.

Por outro lado, as categorias mais bem avaliadas pelos frentistas foram, em primeiro lugar, “Trabalho e Espaço Total de Vida”, seguida pelas categorias “Relevância Social da Vida no Trabalho” e “Integração Social na Organização”, empatadas em segundo lugar.

Para tanto, em relação aos oito aspectos apresentados por Walton, seriam mais bem avaliados e, conseqüentemente, impactam mais positivamente esses funcionários. Foi obtido que esses aspectos foram: “Trabalho e Espaço Total de Vida”, “Integração Social na Organização”, “Relevância Social da Vida no Trabalho”, “Uso e Desenvolvimento de Capacidades”, “Condições de Trabalho”, “Leis e Normas”, “Oportunidade de Crescimento e Segurança” e, por fim, “Compensação Justa e Adequada”.

Conclui-se, portanto, que o nível de qualidade de vida no trabalho dos frentistas está dentro de uma escala entre indiferente e satisfeito, sobretudo no que diz respeito à “Trabalho e Espaço Total de Vida”, “Integração Social na Organização” e “Relevância Social da Vida no Trabalho”.

Os frentistas ainda são pouco explorados em pesquisas que versam sobre a qualidade de vida no trabalho. Diante disso, a principal contribuição acadêmica desta pesquisa foi fornecer resultados empíricos acerca da qualidade de vida no trabalho dos frentistas. No contexto gerencial, este estudo fornece informações aos gestores sobre quais são os aspectos que podem impactar, de forma positiva ou negativa, a qualidade de vida do trabalhador. E, socialmente, ainda pode fomentar o

incentivo de políticas públicas direcionadas à profissão dos frentistas de postos de combustíveis.

Este estudo limita-se a investigar os resultados em relação às categorias de QVT dos frentistas de um Estado do Brasil. Sugere-se, portanto, para futuras pesquisas, a análise da QVT de forma qualitativa, detendo-se de um paradigma interpretativista, além da pesquisa em um universo maior de postos de combustíveis e contemplando outros Estados, a fim de fornecer um panorama mais geral de como os frentistas percebem a QVT.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, A. S.; FERNANDES, A. C. P. Qualidade de vida no trabalho. **J. Health Sci. Inst.**, v. 31, n. 1, p. 53-58, 2013.
- BOAS, A. A. V.; MORIN, E. M. sentido do trabalho e fatores de qualidade de vida no trabalho: a percepção de professores brasileiros e canadenses **revista alcance (online)**, v. 23, n. 3, p. 272-292, 2016.
- DOLAN, S. **Estresse, auto-estima, saúde e trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- FEITOR, C. S.; RANGEL, R. L.; BORGES, J. S.; CHAVES, R. N. Qualidade de vida e capacidade funcional de idosos residentes em uma instituição de longa permanência. **Revista Uniabeu**, v. 10, n. 26, p. 260-273, 2018.
- FERREIRA, M. C. FREIRE, O. N. Carga de Trabalho e Rotatividade na Função de Frentista. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 175-200, 2001.
- FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor”: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. **Estudos de Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 93-104, 2001.
- FERREIRA, M. C. A ergonomia da atividade se interessa pela qualidade de vida no trabalho? Reflexões empíricas e teóricas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 1, p. 83-99, 2008.
- FERREIRA, M. C. Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho: lugar, importância e contribuição da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 40, n. 131, p. 18-29, 2015.
- FERREIRA, P. I. **Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

FERREIRA, J. G.; RODOLPHO, D. Saúde e segurança no trabalho em posto de combustível. **Revista Interface Tecnológica**, v. 15, n. 2, p. 255-264, 2018.

FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho**. 2ª Ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FLORES, L. I.; VILELA, L. O.; BORELLI, L. M.; JÚNIOR, E. G.; CAMARGO, M. L. O absenteísmo enquanto indicador para o processo de gestão de pessoas nas organizações e de atenção à saúde do trabalhador. **Revista Laborativa**, v. 5, n. 2, p. 47-65, 2016.

HACKMAN, J. R.; OLDHAM, G. R. Development of the job diagnostic survey. **Journal of Applied psychology**, v. 60, n. 2, p. 159-170, 1975.

HUSE, E.; CUMMINGS, T. **Organization Development and Change**. St Paul, Minn, 1985.

KARA, D.; KIM, H.; LEE, G.; UYSAL, M. The moderating effects of gender and income between leadership and quality of work life (QWL). **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 30, n. 3, p. 1419-1435, 2018.

KUROGI, M. S. Qualidade de vida no trabalho e suas diversas abordagens. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 12, n. 16, p. 63-76, 2015.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, D. Q.; MATOS, F. R. N.; BUGARIM, M. C. C. A Influência das Práticas de Gestão de Pessoas na Qualidade de Vida dos Funcionários: uma Análise nas 150 Melhores Empresas para Trabalhar. **Revista Uniabeu**, v. 5, n. 11, p. 108-122, 2012.

MARTEL, J. P.; DUPUIS, G. Quality of work life: Theoretical and methodological problems, and presentation of a new model and measuring instrument. **Social indicators research**, v. 77, n. 2, p. 333-368, 2006.

NADLER, D.; LAWLER, E. Quality of working life: perspectives and directions. **Organization Dynamics**, 11, p. 20-30, Winter 1983.

NANJUNDESWARASWAMY, T. S.; SWAMY, D. R. Quality of work life of employees in private technical institutions. **International journal for quality research**, v. 7, n. 3, 2013.

PAIVA, L. E. B.; LIMA, T. C. B.; JALES, J. B. P. Qualidade de Vida no Trabalho Sob a Ótica dos Trabalhadores Noturnos de um Aeroporto. **Revista de Administração da UNIFATEA**, v. 14, n. 14, p. 195-219, 2017.

- PAIVA, L. E. B.; LIMA, T. C. B. D.; VASCONCELOS, A. S.; ARRUDA, S. C. Qualidade de vida no trabalho de eletricitários do estado do Ceará. **Revista Reuna**, v. 22, n. 3, p. 19-38, 2017.
- REIS JUNIOR, D. R.; PILATTI, L. A.; PEDROSO, B. Qualidade de vida no trabalho: construção e validação do questionário QWLQ-78. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 3, n. 2, p. 1-12, 2012.
- REQUENA, F. Social capital, satisfaction and quality of life in the workplace. **Social indicators research**, v. 61, n. 3, p. 331-360, 2003.
- RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho**: evolução e análise no nível gerencial. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- ROSSI, M.; QUICK, A.; CAMPBELL, J.; PERREWÉ, P. L. (Org.). **Stress e qualidade de vida no trabalho**: o positivo e o negativo. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SANT'ANNA, A. S.; KILIMNIK, Z. M.; MORAES, L. F. R. Antecedentes, origens e evolução do movimento em torno da qualidade de vida no trabalho. **Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 3-30, 2011.
- SANTOS, N. M.; ÁVILA, L. V.; SOMMER, A. T.; AZEVEDO, G. Qualidade de vida no trabalho: estudo dos servidores públicos da prefeitura de Taquaruçu do Sul/RS. **Revista Uniabeu**, v. 11, n. 27, p. 90-104, 2018.
- SANTOS, D. P. O.; SANTOS, S. D. Ergonomia E Qualidade De Vida Na Função De Atendente De Postos De Combustíveis No Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 172, 2012.
- SCHIRRMESTER, R.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. A qualidade de vida no trabalho: relações com o comprometimento organizacional nas equipes multicontratuais. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 3, p. 283-298, 2012.
- SIRGY, M. J.; EFRATY, D.; SIEGEL, P.; LEE, D. J. A new measure of quality of work life (QWL) based on need satisfaction and spillover theories. **Social indicators research**, v. 55, n. 3, p. 241-302, 2001.
- SOUZA, W. J.; MEDEIROS, J. P. Diagnóstico da qualidade de vida no trabalho (qvt) de frentistas de postos de combustíveis e suas interfaces com a qualidade dos serviços prestados. **REGE. Revista de Gestão**, v. 14, n. 3, p. 71-89, 2007.
- TOLFO, S. R.; PICCININI, C. V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 38-46, 2007.
- WALTON, R. E. Quality of working life: what is it. **Sloan management review**, v. 15, n. 1, p. 11-21, 1973.

WERTHER, W. B.; DAVIS, K. **Administração de pessoal e recursos humanos**. 1 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

Submetido em: 10 de abril de 2019

Aceito em: 27 de agosto de 2019

ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DE COMÉRCIO JUSTO PARA CANDIDATURA À CERTIFICAÇÃO *FAIRTRADE* (FLOCERT)

Joana Stelzer¹

Gustavo Kobus Granemann²

RESUMO: Pretendeu-se identificar e explorar os procedimentos para a candidatura à obtenção de certificado Fairtrade pela FLOCERT, especialmente o *Standard* utilizado para produtores de pequeno porte. A FLOCERT é o organismo de certificação global da certificadora Fairtrade (Fairtrade junto é marca Fair Trade). O trabalho buscou a) traçar um panorama sobre a história e a evolução do Fair Trade em nível mundial; b) identificar e descrever os 5 passos para a obtenção do certificado FLOCERT; c) analisar as consequências da certificação para consumidor, produtor, e para o fenômeno do Comércio Justo em si. Os resultados apontaram que o produtor certificado agrega valor e prestígio ao produto no mercado mundial. O método utilizado foi o descritivo e os meios foram bibliográficos, os resultados foram apresentados por textos. A interpretação foi gramatical e sistemática.

Palavras-chave: Comércio Justo; Certificação Fairtrade; Fairtrade International.

ABSTRACT: It was intended to identify and explore the procedures for applying for Fairtrade certification by FLOCERT, especially the standard used for small producers. FLOCERT is the global certification organization of Fairtrade (Fairtrade together is brand Fair Trade). The work sought a) to outline the history and evolution of Fair Trade worldwide; b) identify and describe the 5 steps to obtain the FLOCERT certificate; c) analyze the consequences of certification for the consumer, producer, and for the phenomenon of Fair Trade itself. The results showed that the certified producer adds value and prestige to the product in the market. The method used was the descriptive and the means were bibliographical, the results were presented by texts. The interpretation was grammatical and systematic.

Key-words: Fair Trade; Fairtrade Labelling; Fairtrade International.

¹ Doutora e Mestre em Direito, na área de Relações Internacionais (UFSC). Pós Doutora em Direito (USP). Professora Associada I na UFSC. Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/CCJ/UFSC) para Mestrado e Doutorado.

² Advogado. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Pós-Graduado em Direito da Aduana e do Comércio Exterior Brasileiros, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Pós-Graduado em Direito Civil, Negocial e Imobiliário pela Universidade ANHANGUERA – Uniderp

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno conhecido por Comércio Justo é um movimento social, surgido a partir da contextualização de garantia de estabilidade socioeconômica e ambiental no âmbito do comércio internacional. Nesse sentido, produtores e consumidores passaram a trabalhar as relações de troca para atuar de forma mais justa, obtendo resultados que não focassem exclusivamente em margem de lucro, mas, também, no desenvolvimento dos sujeitos integrantes de toda a cadeia produtiva.

O termo Comércio Justo ou *Fair Trade*, em inglês, é relacionado ao movimento em si, aos seus produtos e organizações que promovem a visão do comércio equitativo pelo mundo, sendo que grande parte de seu crescimento está relacionado ao seu processo de certificação e pesquisas de produtos realizados pela Fairtrade³ International. Segundo a *Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores y Trabajadores de Comercio Justo* (CLAC), o Comércio Justo representa um movimento social global como resposta alternativa ao fracasso do modelo de comércio convencional.

Com o crescimento do fenômeno Fair Trade, surgiram diversas organizações ao redor do mundo com a finalidade de definir e fomentar novos preceitos para a transformação do comércio tradicional em um comércio mais justo. Uma dessas organizações, denominada FLOCERT (é a denominação dada ao órgão de auditoria e certificação para os Critérios Fairtrade), fundada na década de 1990, foi criada com o intuito de auditar e certificar produtores e produtos que se adequam aos padrões do Comércio Justo.

Tendo isso em vista, problematizou-se a investigação da seguinte forma: quais são os procedimentos pelos quais os produtores interessados na certificação FLOCERT deverão passar na obtenção de justiça comercial? A hipótese é que a certificação FLOCERT encurta os laços entre o consumidor responsável e o produtor sustentável, permitindo a consecução de maior equanimidade nas relações comerciais contemporâneas. Para verificação da hipótese, o objetivo geral consistiu

³ Importante mencionar que *Fairtrade*, escrito junto, é o nome do selo, enquanto *Fair Trade*, escrito separado, é o fenômeno do Comércio Justo.

em descrever o processo contemporâneo de certificação estabelecido pela FLOCERT, com destaque aos benefícios para a sociedade e para os sujeitos do comércio. Os objetivos específicos foram assim concentrados: descrever a evolução histórica do movimento do Fair Trade; detalhar o procedimento para a certificação FLOCERT de pequenos produtores; e, avaliar os benefícios da certificação FLOCERT para os principais sujeitos do comércio e da sociedade.

Entre as teorias utilizadas para desenvolver trabalho, utilizaram-se as orientações dos organismos internacionais responsáveis pelas diretrizes da certificação FLO (*Fairtrade Labelling Organization*), FLOCERT e da *Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores y Trabajadores de Comercio Justo* (CLAC), em comunhão com a análise teórica de Joana Stelzer (2018; 2019), Everton das Neves Gonçalves (2018; 2019) e Laura T. Reynolds (2015) e Elizabeth Bennet (2015).

O método utilizado foi o descritivo, considerando que o objetivo era de detalhar as diversas etapas da certificação. Os meios foram bibliográficos, coletados principalmente das orientações da FLO e FLOCERT, sem deixar de considerar a produção científica de reconhecidos autores. Os resultados foram expostos exclusivamente em forma de textos. A interpretação foi de caráter gramatical e sistemático, especialmente visando à busca pelo significado das normas para coerência dentro da ideia que permeia a proposta, ou seja, sustentabilidade da produção e responsabilidade no consumo.

1 HISTÓRIA E NASCIMENTO DA TENDÊNCIA DO COMÉRCIO JUSTO

O mundo como se conhece nos dias atuais e o consumo globalizado praticamente não deixaram alternativas ao comércio que não fosse a internacionalização da cadeia de produção. Com o crescimento exponencial das empresas e o foco absoluto na majoração das margens de lucro, é comum o aparecimento, por exemplo, de produtos vendidos no Brasil, montados por uma empresa situada na China, utilizando matéria prima extraída da Rússia, que foi previamente beneficiada nos Estados Unidos da América.

Essas trocas comerciais multilaterais não só movimentam como facilitam, e, até, estimulam as relações de consumo. O crescimento incentivado de diferentes tecnologias, os costumes e principalmente as políticas públicas de cada país afetam não somente o território soberano, mas, também, a economia, indústria e comércio mundiais de forma direta (RAYNOLDS; BENNET, 2015).

No comércio globalizado realizado da forma tradicional, observa-se com frequência a existência de condições humilhantes de trabalho, cujas condições mínimas de saúde e/ou segurança deixaram de ser prioridade, em que pesem os instrumentos jurídicos internacionais de proteção. Os impactos negativos ao meio ambiente também se intensificaram com o uso desenfreado e irresponsável de recursos naturais. Entretanto, contrariamente ao mercado globalizado, surgiu um conceito que visava buscar um equilíbrio entre o lucro e um comércio contrabalançado, com o alicerce em melhores padrões socioeconômicos, em outras palavras, um comércio mais justo.

Nesse norte, sustentado na cooperação entre produtores e consumidores, emergiu o interesse pelo consumo de produtos e até serviços cuja cadeia de produção respeitasse padrões éticos, visando melhorar a vida e reduzir a pobreza global por meio de práticas comerciais justas. É o que se reconhece pelo fenômeno do Comércio Justo.

O Comércio Justo, ou *Fair Trade* em inglês, é um conceito⁴ de parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que visa maior equidade no comércio internacional, definido com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantidos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado, principalmente no Hemisfério Sul (SEBRAE, 2019). Trata-se, portanto, de tendência de comércio internacional (embora possa ser local ou nacional também) voltada à inclusão de sujeitos que vinham tendo o acesso ao mercado dificultado pelo comércio livre. Além disso, refere-se à garantia de ambiente de trabalho seguro e saudável para os empregados ou membros, assim como condições de trabalho dignas, promovendo

⁴ Conceito definido pela *International Federation of Alternative Trade* (Federação Internacional de Comércio Alternativo).

associatividade para que, conseqüentemente, possa-se trabalhar no estabelecimento de relações comerciais justas e duradouras (CLAC, 2019).

A prática do *Fair Trade* é classificada pela *International Federation of Alternative Trade* como parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado.

A *World Fair Trade Organization* (WFTO) descreve como sendo os princípios basilares do *Fair Trade*: a) criar oportunidades para produtores economicamente menos favorecidos; b) primar sempre pela transparência e prestação de contas; c) praticar um Comércio Justo, priorizando o aspecto social, econômico e ambiental; d) garantir um pagamento justo, tanto pelo produto como pelo trabalho dos produtores; e) garantir a inexistência de trabalho infantil ou forçado; f) não fazer distinção por gênero, classe, religião, etnia, orientação sexual, idade, filiação política ou estado de saúde; g) garantir boas condições de trabalho; h) priorizar a especialização das capacidades dos produtores; i) promover o Comércio Justo; j) respeitar o meio ambiente (WFTO, 2019).

Transparência e corresponsabilidade na gestão da cadeia produtiva e comercial; 2. Relação de longo prazo que ofereça treinamento e apoio aos produtores e acesso às informações do mercado; 3. Pagamento de preço justo no recebimento do produto, além de um bônus que deve beneficiar toda a comunidade, e de financiamento da produção ou do plantio, ou a antecipação do pagamento da safra, quando necessário; 4. Organização democrática dos produtores em cooperativas ou associações; 5. Respeito à legislação e às normas (por exemplo, trabalhistas) nacionais e internacionais; 6. O ambiente de trabalho deve ser seguro e as crianças devem frequentar a escola; 7. O meio ambiente deve ser respeitado (SEBRAE, 2019).

A WFTO (2019) considera que o fenômeno do movimento social teve seu princípio em meados do século passado, nos Estados Unidos da América e na Europa com o comércio de bordados procedentes de Porto Rico. Enquanto movimento social, o fenômeno teve sua estrutura organizacional fundamentada ao final da década de 1960. Mas, naquela ocasião, emergia a seguinte dúvida: como garantir ao consumidor final que determinado produto havia realmente obedecido ao padrão do Comércio Justo? Dessa necessidade surgiram organizações tratando não

somente da identificação e da promoção de práticas do que se entendia por um comércio mais equitativo, mas também relativamente à certificação de produtores e comerciantes que seguiriam o padrão *Fair Trade*. Em 1988, a agência Solidariedade, sediada na Holanda, desenvolveu o primeiro selo de Comércio Justo, chamada Max Havelaar, posicionando no mercado global o primeiro café mexicano em mercados holandeses por intermédio da prática do Comércio Justo (STELZER; GONÇALVES, 2017, p. 58).

Em 1997, inspirada pela iniciativa holandesa, foi criada a *Fair Trade Labelling Organizations International* (FLO Internacional ou *Fair Trade International*), cuja sede se estabelece na Alemanha e teve como objetivo harmonizar os critérios e o procedimento para agentes do comércio certificarem seus produtos com o selo Fairtrade. Atualmente, a FLO conta com 25 membros, sendo 19 iniciativas nacionais de certificação, 3 redes de produtores, 2 organizações de *marketing* e 1 membro associado (FAIRTRADE, 2019a).

A criação dessas entidades decorre da necessidade de criar *standards* para identificar o que se enquadra dentro do fenômeno do Comércio Justo, mas também de tornar público, por intermédio de divulgação ou criação de uma espécie de selo certificador⁵ que aquele produtor ou produto obedece a essa série de exigências. Já em 2011, com o crescimento do fenômeno, segundo dados da *Fair Trade Foundation* (FAIRTRADE, 2019a), foram investidos 4.9 bilhões de Euros em produtos que possuem algum tipo de certificado de Comércio Justo. No Reino Unido, maior mercado do Comércio Justo, gastou-se 12% a mais em produtos certificados, quando comparados com o mesmo período de 2010 (STELZER; GONÇALVES, 2017, p. 60).

Seguindo premissa de garantir oportunidade para os pequenos produtores concorrerem de forma mais equitativa com as grandes indústrias, algumas certificadoras desenvolveram uma espécie de prêmio que é distribuído

⁵ O selo certificador do Fair Trade pode ser comparado a uma seção dentro de um supermercado que expõe nas gôndolas somente itens de produtores que não utilizam animais nos testes de seus produtos, ou que o processo de produção respeite determinadas normas para evitar danos ao meio ambiente. O objetivo é facilitar a relação entre o comprador responsável e o vendedor que trabalha com base nos princípios do Comércio Justo.

periodicamente para agentes certificados para que estes utilizem o recurso de forma a providenciar melhoria em *expertise*, equipamentos, e/ou qualidade de vida para a comunidade produtora (RAYNOLDS; BENNET, 2015). Somente em 2016 a FLO reverteu 158.3 milhões de Euros em bonificações financeiras para seus parceiros certificados. Essas bonificações são uma espécie de prêmio extra que deve ser investido em projetos que melhoram o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Ainda naquele ano, os trabalhadores certificados investiram 33% desse prêmio em melhorias em suas moradias, e pequenos produtores investiram cerca de 48% do valor em especializações e aquisição de equipamentos mais modernos (FAIRTRADE, 2019b).

Atualmente, estima-se que existam mais de 1.66 milhões de trabalhadores/agricultores certificados e 1.411 organizações produtoras certificadas em 73 países (FAIRTRADE, 2019a). Com essa propagação mundial do conceito de Comércio Justo surgiram inúmeras certificadoras que passaram a se organizar das mais variadas formas. No hemisfério sul, com a insatisfação dos métodos e análises utilizados pelos certificadores europeus, surgiram alternativas diversificadas, como a certificação participativa.⁶

No Brasil também existe, desde a década de 1970, um movimento organizado baseado na agricultura familiar, que foi oficialmente estruturado nos anos 2000. O Decreto nº 7.358/2010, por sua vez, instituiu o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), criando uma comissão gestora nacional para tratar do Comércio Justo no país. Em 2003 já havia sido criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego que, posteriormente, veio a ser extinta no início do governo Temer. Encerrava-se a curta existência do que poderia ter sido chamado como a primeira política pública no mundo em favor do Comércio Justo. Por outro lado, é importante ressaltar que a prática do Comércio Justo continua ganhando força no país, mesmo sem incentivo direto do governo.

⁶ Certificação participativa é uma metodologia utilizada cujos próprios produtores analisam uma série de requisitos e certificam-se entre si, valorizando assim o *know how* daquele grupo específico, sem a necessidade, portanto, da presença de um sujeito certificador externo. Esse modelo é utilizado inclusive no Brasil, mais precisamente no estado de Santa Catarina.

Entretanto, ainda que se reconheça a presença notável de produtores e até certificadoras do modelo Comércio justo dentro do país, o presente trabalho será limitado à análise do processo de certificação para obtenção do selo *Fairtrade* pela FLOCERT.

2 As etapas do processo de certificação pela FLOCERT

A FLOCERT é o organismo de certificação global da *Fairtrade* e tem como missão oferecer uma rede de serviços para ajudar as empresas interessadas em obedecer aos princípios *Fairtrade*. A organização objetiva auxiliar os produtores, comerciantes e marcas a criar cadeias de fornecimento globais mais justas e concede certificação a toda cadeia produtiva, abrangendo desde o atacado até associações de pequenos produtores (FLOCERT, 2019a).

É importante mencionar que a FLOCERT não possui um selo próprio: o organismo foi criado com o propósito de disciplinar uma série de critérios estipulados pela Fairtrade Internacional e posteriormente emitir o certificado. Passada essa etapa, o produtor que requereu a certificação poderá pleitear o direito de utilização da marca *Fairtrade International Certification* (FLOCERT, 2019b). O produtor que passar pelo processo de certificação da FLOCERT poderá utilizar o selo *Fairtrade* nos produtos, garantindo aos consumidores finais que a mercadoria adquirida por eles respeitou um processo cujos produtores receberam um preço justo, que contribuiu para melhorar a estabilidade do meio ambiente e auxiliou o desenvolvimento socioeconômico da região de origem.

A FLOCERT oferece certificação para cerca de quinze categorias de produtos diferentes (FLOCERT, 2019a), somadas a outro procedimento mais abrangente destinado à certificação de produtores de pequeno porte. Cada uma dessas categorias possui um procedimento que lhe é peculiar, portanto, para o presente estudo será considerado o *standard* utilizado para produtores de pequeno porte. Cabe ressaltar que não se pretende esgotar a matéria, mas, sim, traçar um panorama de qual caminho deverá percorrer o produtor que buscar a certificação

FLOCERT.⁷ Para a utilização da marca *Fairtrade*, o produtor deve formalizar um contrato de licença com uma Organização Nacional *Fairtrade* ou diretamente com o *Fairtrade Internacional*.

O produtor que pretender obter a certificação será obrigado a “comprovar a conformidade com os Critérios *Fairtrade* aplicáveis.” (FLOCERT, 2019b) A organização aconselha o requerente a se familiarizar com os requisitos dos Critérios *Fairtrade* relevantes e com os Critérios de Conformidade antes de submeter uma candidatura oficial. Todos os critérios seguem os já mencionados princípios basilares do Comércio Justo estabelecido pela WFTO e podem ser facilmente encontrados, com os requisitos específicos de cada produto, no *site* do *Fairtrade Internacional* (FLO, 2019).

A FLOCERT possui atuação nos idiomas Inglês, Espanhol, Francês, Português e Alemão. É possível ao requerente postular a sua candidatura em qualquer um deles. Não obstante, apesar do esforço e do comprometimento na utilização de mais idiomas, em caso de conflito de interpretação entre documentos, será sempre utilizado como idioma principal o da língua inglesa para fins de solução (FLOCERT, 2019b). O processo de certificação da FLOCERT é dividido em 05 etapas: a) A Contratação; b) a Auditoria; c) a Avaliação; d) a Decisão; e, por fim, e) o Acompanhamento. Passa-se a analisar agora cada uma das etapas (FLOCERT, 2019c).

2.1 A Contratação

Para iniciar o processo de certificação, o produtor deve solicitar um dossiê de candidatura com a equipe do FLOCERT encarregada para a sua região. As regiões são divididas em: a) Ásia, Ilhas do Pacífico, Austrália e Nova Zelândia; b) América do Sul e Central, e Caribe; c) África e Oriente Médio; e d) Europa e América do Norte (FLOCERT, 2019b). Uma vez recebido o pedido, a equipe de candidatura

⁷ A certificação, em verdade, não torna o produto de Comércio Justo, mas sinaliza ao consumidor o seu *status*.

fornecerá uma *identity* (ID) de Candidatura ao requerente, em conjunto com o dossiê que inclui:

Um questionário de candidatura; modelos de documentos relevantes para o questionário de candidatura; informações sobre a certificação e requisitos Fairtrade, incluindo os custos envolvidos; e um contrato de certificação que regulamenta os direitos e as responsabilidades contratuais (FLOCERT, 2019b).

O pleiteante deverá submeter todos os documentos solicitados para a FLOCERT com o comprovante de pagamento da taxa de candidatura. A taxa que se refere não é reembolsável e o valor independe da função comercial, quantidade e variedade de produtos ou configuração da estrutura do requerente. O valor da taxa pode ser simulado no *website* da FLOCERT (FLOCERT, 2019c). Recebidos os questionários preenchidos e assinados com a confirmação do pagamento da taxa de candidatura, o pedido será processado pela FLOCERT. Após a conclusão desse processo de candidatura, o pleiteante receberá um ID FLO, agora permanente, em substituição ao ID de Candidatura, e terá acesso ao portal de certificação FLOCERT chamado Ecert.

2.2 A Auditoria

Superada a etapa da contratação e envio de documentação, inicia-se a fase da auditoria. Para tanto, o pleiteante “deve aceitar auditorias em suas dependências e em dependências subcontratadas e fornecer informações ao órgão de certificação quando estas forem requeridas.” (FLO, 2019) Durante essa etapa, será designado um auditor para verificar a existência de um *compliance* alinhado com os princípios basilares do Comércio Justo por parte do produtor. O auditor será preferencialmente natural da região do produtor requerente, conhecendo o idioma local e estando familiarizado com a cultura e a legislação da região. O prazo e a complexidade da auditoria dependerão do tamanho da organização de produtores e das plantas de produção do negócio auditado e do número de produtos que serão certificados.

Existe uma série de *standards* fixados pela *Fairtrade International* com os quais o pleiteante à certificação deve estar em sintonia. Esses requisitos são

fornecidos no *website* da organização, sendo que cada um dos produtos passíveis de certificação goza de *standards* específicos, e que não são definitivos, sendo constantemente atualizados e aprimorados pela FLO. O auditor designado será responsável pela análise de adequação a essas condições por parte do produtor inspecionado (FLO, 2019). Considerando que o objetivo do auditor é principalmente inspecionar se o solicitante já está adequado às exigências da certificadora, a recomendação é no sentido de que o candidato promova sua candidatura à certificação somente após análise de sua conformidade aos critérios da Fairtrade International.

O processo de auditoria ocorrerá da seguinte forma:

a) O auditor busca um contato inicial com o produtor requerente se apresentando e encaminhando um *checklist* específico para o tipo de produção que será certificada. Assim, o requerente saberá se deve providenciar algum documento que esteja faltando.

b) O Auditor designado providenciará reuniões e entrevistas com todas as pessoas vinculadas à produção que está passando pelo processo de certificação. Serão auditadas também todas as documentações relativas à saúde financeira da produção.

c) Imediatamente após o final da auditoria será realizada uma reunião de fechamento, oportunidade para o auditor compartilhar as suas conclusões com o pleiteante.

Na eventualidade de o requerente não preencher os requisitos necessários para a certificação, o auditor tem o dever de explicar claramente os motivos e ajudar na compreensão para junto com o pleiteante, explorar oportunidades para melhorar as práticas para atender o critério de certificação (FLOCERT, 2019c).

2.3 A Avaliação

Superada a etapa da auditoria, o auditor produzirá um relatório com a síntese do estudo, e encaminhará para um analista da FLOCERT para que possa avaliar os dados e analisar os resultados da auditoria. Nesse momento, o pleiteante ainda

poderá corrigir e adequar qualquer área da produção que não esteja em conformidade com os *standards* do *Fairtrade*.

Caso não haja nenhuma desconformidade marcante, a FLOCERT poderá, ainda nessa etapa, fornecer ao requerente um documento de permissão provisória para prática de comércio sob o escopo do *Fairtrade*.

2.4 A Decisão

Passada a avaliação, com a implementação das alterações solicitadas, não havendo mais qualquer desconformidade com os *standards* avaliados, o analista concluirá que o produtor atingiu todo o critério do *compliance* e o certificado *Fairtrade* será expedido pela FLOCERT.

É importante destacar que, enquanto existirem inconsistências ou não cumprimento de todos os requisitos, durante o processo de adequação, o certificado provisório concedido na etapa da avaliação continuará em vigor, desde que não surjam desconformidades maiores.

2.5 O Acompanhamento

Superadas todas as etapas de candidatura e certificação, iniciará a última fase que, por sua vez, tem uma característica contínua. A FLOCERT realizará auditorias e acompanhamentos periódicos e constantes com o objetivo de garantir o desempenho da organização e verificar se ela continua satisfazendo os padrões *Fairtrade* aos quais está submetida.

A auditoria de acompanhamento inicia-se com uma reunião de abertura na sede do produtor, onde o auditor verifica a documentação e analisa a situação dos consumidores do produto certificado. No acompanhamento, o auditor poderá conferir todas as transações realizadas no âmbito do *Fairtrade* que foram realizadas pelo produtor.

O principal objetivo da auditoria de acompanhamento é checar a documentação do produtor para conferir que ele não só está adequado com os

standards que se propôs na época da certificação, como também se atendeu às novas diretrizes que são apresentadas pela FLOCERT periodicamente.

3 OS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CERTIFICAÇÃO FLOCERT

O crescimento da utilização da certificação FLOCERT e até de outras organizações certificadoras resulta em inúmeros benefícios não só para o produtor, mas também para toda a comunidade defensora do Comércio Justo. O produtor certificado agrega valor e prestígio ao produto com o destaque que o selo *Fairtrade* oferece no mercado mundial. Com o crescimento da mentalidade sustentável, a procura por produtos que respeitam o meio ambiente incentiva a melhora na qualidade de vida dos produtores e passa por um processo de produção ética e politicamente correta.

Entretanto, nem sempre o consumidor interessado pelo consumo sustentável tem conhecimento dos produtos que respeitam o padrão por ele buscado. É nesse sentido que a utilização do selo mais auxilia os produtores certificados, aproximando-os do seu público-alvo por intermédio da garantia de que o produto passou pela melhor e mais justa cadeia produtiva (RAYNOLDS; BENNET, 2015).

Ademais, sabe-se que, apesar do esforço financeiro que decorre do cumprimento dos requisitos para a certificação, o gasto tende a se tornar investimento também com o retorno por meio de prêmios distribuídos pela organização a fim de garantir a evolução e o crescimento profissional e pessoal de todos os integrantes do processo produtivo (FAIRTRADE, 2109b).

Já para o fenômeno do Comércio Justo propriamente dito, as organizações certificadoras garantem a criação e a fomentação da ideia de substituição do comércio convencional focado na maximização da margem de lucro, em favor da utilização de métodos de produção sócio-sustentáveis. Nesse sentido, o Comércio Justo:

[...] envolve processo longo de convencimento, mudança estrutural e cultural da postura individual em coletividade, compromissos coletivos e emancipação social em detrimento do individualismo catastrófico que devasta as riquezas naturais do meio ambiente e

corrói a amalgama social das hodiernas sociedades (STELZER; GONÇALVES, 2016).

Organizações como a FLO e a FLOCERT, portanto, exercem um papel de extrema importância na difusão da ideia de um comércio mundial com foco maior na figura do produtor e menor na margem de lucro do produto.

4. CONCLUSÃO

O Comércio Justo decorre de uma ideia de estabilidade socioeconômica e ambiental, em que produtores e consumidores passam a adequar as relações comerciais para trabalhar de forma mais justa. Dessa forma, conseguem obter resultados econômicos conjuntamente com o desenvolvimento dos sujeitos integrantes de toda a cadeia produtiva.

Visando à definição e à padronização de critérios para a prática de um comércio sustentável surgiram diversas organizações internacionais. Dentre elas, a FLO se destaca como uma das mais renomadas. A FLOCERT, por sua vez, realiza a certificação de produtos e produtores que se adéquam ao movimento *Fair Trade*. A partir da análise dos critérios impostos pela FLOCERT, foi possível evidenciar a concessão de certificado *Fairtrade* e suas consequências para o produtor, consumidor, além das vantagens para o mercado como um todo.

Foi possível, igualmente, avaliar as cinco etapas pelas quais o produtor pode pleitear a sua certificação *Fairtrade*, concluindo que, apesar da existência de um empenho burocrático e principalmente financeiro para conquistar a certificação, o investimento tende a ter retorno pelo reconhecimento internacional e aproximação de consumidores alinhados com as premissas do *Fair Trade*. Outro ponto que merece destaque é a compensação financeira atingida com prêmios de cunho pecuniário que são distribuídos pela FLO aos produtores certificados visando garantir a evolução e o crescimento profissional e pessoal de todos os integrantes do processo produtivo.

No que tange à ideologia do Comércio Justo, a FLO, assim como as demais organizações, tornaram-se sujeitos cruciais para a disseminação do movimento por

meio de programas de incentivo, atingindo cada vez mais consumidores pela garantia de um processo produtivo menos nocivo.

Por fim, chega-se à conclusão de que a certificação, seja pela FLOCERT, ou por qualquer outra organização, acaba por auxiliar todos os sujeitos engajados no Comércio Justo, seja pela aproximação do consumidor responsável com o produtor, seja pelo auxílio na difusão da ideia de um comércio equitativo.

REFERÊNCIAS

BOSSLE, Marília Bonzanini. *Comércio Justo no Brasil e a Comercialização de Produtos do Algodão Ecológico*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30370/000780996.pdf?sequence=1>

Acesso em: 6 de setembro 2019.

CLAC (Coordenadora Latino-americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabalhadores do Comércio Justo). *Princípios básicos do Comércio Justo*.

Disponível em: <http://clac-comerciojusto.org/pt-br/comercio-justo/introduccion/principios-basicos/> Acesso em: 30 de abril 2019

COSCIONE, Marco. *Políticas públicas para el fomento del comercio justo y solidario en América Latina: los casos de Brasil, Ecuador y Colombia*. Disponível em:

<http://clac-comerciojusto.org/2017/01/politicas-publicas-para-el-fomento-del-comercio-justo-en-america-latina/>: Acesso em: 05 de setembro 2019.

DECKER, Lucas; CLARK, Patrick. *Políticas Públicas y Comercio Justo en el Ecuador: el Camino hacia um 'País Justo'*. In: COSCIONE, Marco. *Políticas públicas para el fomento del comercio justo y solidario en América Latina: los casos de Brasil, Ecuador y Colombia*. Disponível em: [http://clac-](http://clac-comerciojusto.org/2017/01/politicas-publicas-para-el-fomento-del-comercio-justo-en-america-latina/)

[comerciojusto.org/2017/01/politicas-publicas-para-el-fomento-del-comercio-justo-en-america-latina/](http://clac-comerciojusto.org/2017/01/politicas-publicas-para-el-fomento-del-comercio-justo-en-america-latina/): Acesso em: 04 de setembro 2019.

FAIRTRADE (Fair Trade Foundation). *Facts and figures about Fairtrade*. Disponível

em: <https://www.fairtrade.org.uk/What-is-Fairtrade/Facts-and-Figures> Acesso em 30 de abril de 2019a.

FAIRTRADE (Fair Trade Foundation). *Home*. Disponível em <https://www.fairtrade.org.uk/> Acesso em 30 de abril de 2019b.

FLO (Fairtrade Labelling Organizations International). *Our Standards*. Disponível em: www.fairtrade.net Acesso em: 06 de maio 2019.

FLOCERT. About us. Disponível em: <https://www.flocert.net/pt/sobre-nos/> Acesso em 06 de maio de 2019a.

FLOCERT. *Candidatura à Certificação Fairtrade*. Disponível em <https://www.flocert.net/wp-content/uploads/2017/09/CERT-Application-SOP-17-pt.pdf> Acesso em 08 de maio 2019b.

FLOCERT. *How the Fairtrade certification process work* . Disponível em: <https://www.flocert.net/solutions/fairtrade-resources/how-it-works/> Acesso em 07 de maio 2019c.

RAYNOLDS, Laura T.; BENNET, Elizabeth A. *Introduction to research on fair trade*. 2013. Disponível em: http://www.elizabethannebennett.com/wp-content/uploads/2013/06/Fair_trade_handbook_intro_chapter_RAYNOLDS_BENNETT_2015.pdf Acesso em: 09 de maio 2019.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). *O que é Fair Trade*. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-fair-trade-comerciojusto82d8d1eb00ad2410VgnVCM100000b_272010a_RCRD Acesso em: 02 de maio 2019.

STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. Transnacionalidade e Redes de colaboração Solidária: sua importância na consolidação do Comércio Justo. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, 9(1). 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/12172> Acesso em 30 de abril 2019.

STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. *O comércio justo e o consumo ético: a visão econômico-jurídica do Fair Trade*. 2016. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=22f7e834551fbb0f> Acesso em 11 de março 2018.

STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton das Neves. Certificação do Comércio Justo no Brasil: gestão pública e normatização para o desenvolvimento econômico. In: *XI Seminário Internacional PROCOAS*, 2015, Montevideu - Uruguai. *Perspectivas y Prospectivas de la Economía Social y Solidaria: re-pensando el "Desarrollo"*. Montevideu - Uruguai: SCEAM - UDELAR, 2015b. v. 1. p. 258-264.

WFTO (World Fair Trade Organization) *Home of Fair Trade Enterprises*. Disponível em: <https://wfto.com/who-we-are#10-principles-of-fair-trade> Acesso em: 06 de maio 2019.

Submetido em: 24 de setembro de 2019

Aceito em: 05 de setembro de 2019

A PERMANÊNCIA DO ALUNO NO CURSO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA: A VISÃO DO TUTOR

Richard Medeiros de Araújo¹
Barbara Regina Lopes Costa²
Susana Ester Kruger Dissenha³

RESUMO: Com objetivo de conhecer a visão do tutor sobre a permanência do aluno, no curso de graduação a distância, essa pesquisa foi realizada aplicando um questionário *on-line* a uma amostra de 540 tutores de Instituições de Ensino Superior – IES, brasileiras. O instrumento era composto de dois blocos de questões: o primeiro de múltipla escolha e o segundo com escala de Likert. Os dados foram tratados por estatística descritiva e em seguida foi feita uma discussão por meio de análise dos componentes principais da qual emergiram três fatores explicativos. Os resultados mostram, além dos aspectos pedagógicos, a necessidade de acompanhamento do aluno no contexto de todos os serviços educacionais, sendo os fatores destacados: 1 - atendimento presencial, estrutura, PPC e interação; 2 - qualidade do conteúdo e dos materiais, e monitoramento do aluno; e 3 - condição econômica, qualidade da tutoria e história com Ead. Conclui-se que a manutenção de discentes na Ead deve ser gerenciada pelas IES como um complexo conjunto de fatores de ordem diversa, indo além de aspectos pedagógicos, entendendo que a centralidade da relação aluno/eficácia na aprendizagem passa por gestão de aspectos organizacionais, institucionais e pessoais.

Palavras-chave: Tutor. Graduação a distância. Aluno.

ABSTRACT: This paper aimed to describe the view of the tutor about the permanence of the student, in the course of graduation, totally at a distance. Methodologically, it was a descriptive research with a quantitative approach, with the application of online questionnaire for tutors of Brazilian Higher Education Institutions. The sample was non-probabilistic for convenience, having a sample of 540 interviewees. The instrument was composed of two blocks of questions: the first of multiple choice and the second with Likert scale. The data were treated by descriptive statistics and then a discussion was made through analysis of the main components through which three explanatory factors emerged. The results show, in addition to the pedagogical aspects, the need for student follow-up in the context of all educational services, the factors formed were: attendance, structure, PPC and interaction, quality of content and materials, and student monitoring and third factor is Family, economic condition, quality of tutoring and history with Ead. It is concluded that the maintenance of students in the EAD should be managed by HEIs as a complex of factors of a different order, going beyond pedagogical aspects, understanding that the centrality of the student/efficacy relationship in learning involves management of organizational, institutional and personal.

Keywords: Tutor. Distance graduation. Student.

¹ Doutor em Administração pela UFRN, Mestre em Administração pela UFPB, Professor do UNIFACEX.

² Doutora em Administração, Professora da FATEC Indaiatuba e UP.

³ Doutora em Educação.

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância é uma realidade no Brasil, tanto na quantidade de oferta pelas IES como pela flexibilidade do marco regulatório. Se antes era dotado de restrições e limitações no bojo da abertura de novos cursos, os esforços recentes do Governo Federal na busca por cumprir o PNE (2014- 2014) vêm apontando para a Ead como uma modalidade eficiente para promover a acessibilidade ao Ensino Superior, respeitando as singularidades geográficas e demográficas do país.

Como lembra Saggiomo (2017, p. 200):

A Educação a Distância (Ead), modalidade que se efetiva por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs), configura uma nova maneira de estabelecer relações de ensino e aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento dos sujeitos para atuação nos mais diversos ramos profissionais sem a necessidade de frequentar presencialmente a instituição de ensino. Entretanto, com a expansão e o fortalecimento da Ead, novos desafios se configuram na formação de profissionais para atuarem nessa modalidade de ensino.

É consenso, dadas as possibilidades de aumento de oferta de cursos na modalidade Ead, que estes projetos devam contemplar muitos fatores como, por exemplo, o respeito aos referenciais de qualidade, projeto pedagógico sustentável, corpo de docente e tutorial qualificado e ancorado em programas de qualificação permanentes, além de materiais instrucionais e tecnologia compatíveis com a construção pedagógica interacionista.

Nesse contexto, o tutor tem papel de educador nos processos de ensino-aprendizagem desde o primeiro acesso pelo aluno ao universo da tecnologia, acompanhando-o no processo de maturidade e responsabilidade da autoaprendizagem, na direção de seu desenvolvimento à luz do perfil do egresso esperado. Emerenciano, Sousa e Freitas (2001, p. 25) lembram que o tutor, ao assumir o papel de educador, também realiza o “trabalho de estruturar os componentes de estudo, orientar, estimular e provocar o participante a construir o seu próprio saber”.

Exatamente por isso que para Marks, Sibley e Arbaugh (2005) o comportamento dos instrutores, tratados como tutores, docentes, mediadores

no mundo dos cursos de modalidade a distância, exerce papel crucial para a dinâmica do curso, integração e motivação dos estudantes, possibilitando, assim, uma lógica de satisfação dos que estudam, assim:

a satisfação não é somente um indicador da qualidade, mas é um componente da aprendizagem, uma vez que, quando o discente está satisfeito, estão presentes fatores, como o aumento de confiança, o qual também tem impacto na qualidade do processo educativo.

[...] Infere-se que a satisfação é um fator primordial para garantir a motivação dos alunos ao longo da sua formação acadêmica, interferindo no aproveitamento do seu aprendizado e, conseqüentemente, na competência dos profissionais que serão inseridos no competitivo mercado de trabalho (MARCUIZZO, 2017, p. 211).

A pesquisa de Marcuzzo (2017) demonstrou que os fatores qualidade do curso, sua flexibilidade, utilidade percebida e facilidade de uso são os que mais contribuem para o nível de satisfação dos discentes. Com isso esses podem ser considerados como elementos norteadores de uma gestão Ead eficiente, pois fomentam uma melhor permanência do aluno e afastam a possibilidade de evasão. Associado também à visão de Karpinski *et al.* (2017), que consideram a qualificação dos professores-tutores como um dos grandes fatores de sucesso da educação a distância.

Ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dos tutores, no campo da gestão da Ead, observa-se que há trabalhos que versam sobre a temática e suas perspectivas conceituais. No entanto, ele é um ator que pouco tem sido ouvido em estudos reflexivos, quando ele é o sujeito da informação e não o objeto central da pesquisa. Assim, diante desse contexto, surge a questão de pesquisa: qual a percepção dos tutores de cursos de educação superior ministrados a distância sobre os fatores que têm implicação na manutenção de alunos nos estudos, de forma a conseguirem finalizar o curso de graduação?

2 REVISÃO LITERATURA

2.1 O PAPEL DO TUTOR

A prática pedagógica do tutor no Ead deve possibilitar uma maior interação entre diversos cenários, passando pela relação aluno e ambiente de ensino, entre os próprios alunos, entre aluno e tutor/professor/educador, bem como a aprendizagem dos conteúdos do curso pelo aluno (PEREIRA, 2007). Criando relações sociais colaborativas e consubstanciadas que geram satisfação e resultam em melhor aprendizagem dos envolvidos. Os tutores, junto com os demais profissionais, estão ao lado dos aprendizes – “ao contrário do que se possa imaginar, o estudante da modalidade a distância não está solitário” -, há uma equipe multidisciplinar e multiprofissional que o “auxiliarão neste processo, acompanhando e supervisionando suas ações”. São vários os profissionais envolvidos na Ead, que com suas competências contribuirão como caminhar do aluno durante sua formação acadêmica. Dentre eles, há professores autores que desenvolverão os conteúdos estudados, a equipe instrucional que formatará os conteúdos em materiais didáticos com criatividade, acessibilidade pedagógica e coerência teórica, “e também a equipe de coordenação e orientação pedagógica do curso” (SCHLOSSER, 2010, p. 6).

O processo de tutoria é compreendido como um dos elementos do processo educativo que propicia a ruptura da noção tempo/espaço da escola tradicional, se impondo como processo dialógico que se estabelece entre o aluno e o tutor, sendo este único e exclusivo, onde o entorno, o percurso, as expectativas e as dificuldades constituem elementos dinamizadores desse processo (MARTINS, 2003). Para tal, o tutor/professor/educador deve dispor de algumas habilidades, como Castillo Arredondo (1998), Souza (2004) e Silva (2008) apresentam:

- expressar atitude de receptividade e cordialidade para assegurar um clima de acolhimento e de entendimento pleno do educando;
- demonstrar integridade respeitando as idiossincrasias dos alunos;
- atuar como mediador, considerando a realidade de seus alunos em

todas as dimensões (pessoal, social, familiar, escolar);

- oferecer possibilidades permanentes de diálogo, saber ouvir, ser empático e manter uma atitude de cooperação;
- demonstrar competência individual e de equipe para analisar realidades, formular planos de ação coerentes, promover avaliações consistentes etc.;
- identificar suas capacidades e limitações para atuar de forma realista com vista à superação;
- manter uma atitude reflexiva e crítica sobre a teoria e a prática educativa;
- possibilitar a comunicação entre os diferentes níveis, de pessoas e de coletivos;
- informar o estudante sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de Ead, dos meios didáticos utilizados e sistema de avaliação;
- saber lidar com os ritmos individuais diferentes dos alunos;
- analisar, com o estudante, os níveis de responsabilidade dos professores da sede, dos professores/tutores e de suas contribuições em diferentes atividades para garantir um processo de aprendizagem individual consistente.

De maneira geral, os conhecimentos necessários ao tutor não são diferentes dos que precisa ter um bom docente. Este necessita entender a estrutura do assunto que ensina, os princípios da sua organização conceitual e os princípios das novas ideias produtoras de conhecimento na área (MACHADO e MACHADO, 2004, p. 3).

As relações que se materializam ao longo da estada do aluno Ead numa IES devem conduzi-lo a uma percepção de qualidade e de agregação de valor por parte do aluno, de forma que ele perceba seu autodesenvolvimento no universo dessa modalidade de ensino. Os profissionais de tutoria trazem consigo a consecução de diversos papéis ou funções, como pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Várias tarefas e papéis exigidos do professor *on-line* em quatro áreas: pedagógica, gerencial, técnica e social.

Função do Tutor	Descrição
Função pedagógica	diz respeito ao fomento de um ambiente socialmente amigável, essencial à aprendizagem <i>on-line</i> . O papel do professor em qualquer ambiente educacional é o de garantir que o processo educativo ocorra entre os alunos. No ambiente <i>on-line</i> , o professor torna-se um facilitador. Ele conduz o grupo de maneira mais livre, permitindo aos alunos explorarem o material do curso, ou a eles relacionados, sem restrições. O docente pode trazer assuntos gerais para serem lidos e comentados, além de fazer perguntas visando estimular o pensamento crítico sobre o assunto discutido. É importante que o professor comente adequadamente as mensagens dos alunos, as quais servirão para estimular debates posteriores.
Função gerencial	envolve normas referentes ao agendamento do curso, ao seu ritmo, aos objetivos traçados, à elaboração de regras e à tomada de decisões. O professor de um curso <i>on-line</i> é também seu administrador. Ele é responsável por enviar um programa para o curso com as tarefas a realizar e as diretrizes iniciais para discussão e adaptação.
Função técnica	depende do domínio técnico do professor, sendo então capaz de transmitir tal domínio da tecnologia aos seus alunos. Os professores devem conhecer bem a tecnologia que usam para atuar como facilitadores do curso. Além disso, deverá haver um suporte técnico disponível, de modo que mesmo um professor menos proficiente possa ministrar um curso <i>on-line</i> .
Função Social	significa facilitação educacional. O professor é responsável por facilitar e dar espaço aos aspectos pessoais e sociais da comunidade <i>on-line</i> . Collins e Berge (1996, <i>apud</i> Palloff; Pratt, 2002, p. 104) referem-se a essa função como “estímulo às relações humanas, com a afirmação e o reconhecimento da contribuição dos alunos; isso inclui manter o grupo unido, ajudar de diferentes formas os participantes a trabalharem juntos por uma causa comum e oferecer aos alunos a possibilidade de desenvolver sua compreensão da coesão do grupo”. Esses elementos são a essência dos princípios necessários para construir e manter a comunidade virtual. Para dar um sentido de comunidade ao grupo, o tutor poderá usar algumas dinâmicas para criar uma atmosfera confiante e aberta, tornando real o fato de que o grupo é composto por pessoas, com sua própria experiência de vida e saberes. Outras ações elaboradas previamente, com simulações, projetos ou uma atividade em grupo, ajudam a criar a sensação de trabalho em equipe.

Fonte: Criado a partir de Machado e Machado, 2004.

O papel do professor, na modalidade a distância, é essencial para o sucesso da aprendizagem do aluno, independente do papel que esteja exercendo em determinado momento, seja ele autor dos livros textos das disciplinas, apresentadores de conteúdos por meio das teleaulas síncronas, gerenciador de ambiente, tutores de conhecimentos ou intermediadores entre os agentes educacionais – aluno/professor/coordenador, como observam Carvalho (2007) e Cortelazzo (2008).

Atualmente, cabe ao professor fazer o aluno compreender que, com as informações recebidas, ele pode construir conhecimento e fazer ciência e/ou arte, mostrando-lhe alguns possíveis caminhos para isso, possibilitando-o a recombinação e ressignificação contínua de saberes, fantasias, desejos e lembranças, numa prática pedagógica que viabilizaria a concretização daquilo que a comunidade necessita e deseja (BARROS *et al.*, 2017, p. 9).

Essa ideia vai ao encontro das funções discutidas por Machado e Machado (2004), de que, além de um agente pedagógico, devem mediar conflitos, na perspectiva social e colaborativa, levando o discente a refletir inclusive sobre seu papel no mundo dos estudos.

2.2 ELEMENTOS DA GESTÃO DA EAD

A gestão de um projeto de Educação a Distância carrega um amontoado de normas, estrutura física e tecnológica, arcabouço pedagógico, corpo docente, equipe de técnicos, sistema de tutoria, conteúdos, desenvolvimento de materiais instrucionais, que devem estar associadas às Diretrizes da Instituição, à luz do marco regulatório existente. Bof (2005) trata a estrutura de um projeto Ead a partir da organização de componentes, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Componentes de Gestão de um Sistema Ead

Componente	Descrição do componente
1	Mecanismos de planejamento, preparação e disponibilização de materiais instrucionais (sejam eles escritos, audiovisuais ou <i>on-line</i>).
2	Mecanismos para a provisão de serviços de apoio à aprendizagem aos cursistas (tutoria, serviços de comunicação, momentos presenciais).
3	Serviços de comunicação que possibilitam o acesso do cursista às informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades no curso.
4	Sistemática de avaliação definida e operacional.
5	Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal compatível com a abrangência da atuação da instituição e o tipo de desenho instrucional dos cursos oferecidos.
6	Mecanismos de monitoramento e avaliação do sistema

Fonte: Criado a partir de Bof, 2005.

De um modo geral, o planejamento e a gestão de um programa a distância deve ser visto, preliminarmente, sob a ótica de processos organizacionais, destacando-se especial atenção à coordenação de atividades interdependentes, executadas por equipes multidisciplinares, e desenvolvido através das seguintes etapas: i) diagnóstico e análises preliminares; ii) projeto; iii) produção; iv) implementação; e, v) avaliação (CASTRO e LADEIRA, 2009).

Ao considerar a implementação de um projeto Ead, a máxima é que haverá processos internos, bem como externos à instituição, o que se assemelha a uma unidade organizacional, com recursos, pessoas, proposta pedagógica, captação de alunos, manutenção da base de alunos, regulação por parte do Estado, ou seja, é carregado de complexidade, que passará por rotinas, desenvolvimento de estratégias e leituras analíticas da realidade, sob a ótica gerencial, que levam os decisores a fazerem muitas escolhas.

Muito mais do que escolha tecnológica ou plataforma, o planejamento e execução de um projeto de educação a distância requerem um trabalho de organização detalhado, que se desdobra em inúmeras tarefas, com suas particularidades. As exigências variam de acordo com a natureza do curso, o tipo de aluno, as tecnologias envolvidas, entre outros itens, ou seja, o desenho de um curso de educação a distância irá variar de acordo com as demandas, as quais são dinâmicas e se alteram ao ritmo das múltiplas situações. Isto impede que uma instituição educacional possa construir uma solução única de EAD que dê conta de todos os problemas existentes em educação a distância (RIBEIRO *et al.*, 2007, p. 3).

A categoria Gestão compreende as subcategorias papéis, poder e estratégia. A subcategoria papéis apresenta variações nos graus de responsabilidade dos diferentes atores; a categoria poder refere-se às relações entre os diferentes atores, no contexto da Ead; e a categoria estratégia refere-se tanto a aspectos pedagógicos integrando diferentes fatores institucionais da Ead numa perspectiva sistêmica (FERREIRA e SCHRÖEDER, 2017). Assim, a gestão se associa a decisões de uso e aplicações de recursos, processos de escolha, monitoramento de papéis, dentre outras ações de cunho gerencial, tecnológico e pedagógico.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, pois busca quantificar a percepção do tutor sobre o processo de permanência do aluno em cursos de graduação de Ensino Superior na modalidade Ead. Enquadrou-se como descritiva, uma vez que a perspectiva é descrever o fenômeno investigado no qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2000). Por fim, é uma pesquisa aplicada, com a finalidade de o conhecimento científico gerado fomentar reflexões práticas em situações concretas de gestão de cursos superiores na modalidade de Ead.

Caracteriza-se ainda como um levantamento de campo, pois foi feita:

interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados pesquisados (GIL, 2002, p. 50).

O universo da pesquisa foi tutores virtuais ou presenciais de instituições superiores brasileiras que estavam em plena atividade no ato da coleta, que pela impossibilidade de definir o quantitativo, trata-se de uma amostragem não probabilística por conveniência, momento em que foram feitos contatos com grupos de tutores em redes sociais, de comunidades abertas e fechadas, solicitando que socializasse o instrumento nas comunidades fechadas ou remetem-se os *e-mails* dos tutores com vistas à remessa do questionário *on-line*, elaborado por meio do Google docs. Das remessas de *links*, retornaram 540 respostas, entre janeiro/18 a abril/18.

Para a coleta de dados, foi adotado um questionário de preenchimento *on-line*, com dois blocos de questões fechadas, sendo o primeiro composto de questões sociodemográficas e o segundo com afirmativas para que os tutores pudessem se posicionar, utilizando-se a escala *Likert* de cinco pontos, variando de **concordo totalmente** a **discordo totalmente**.

As dimensões teóricas do instrumento de coleta são embasadas em Tolentino *et al.* (2013), Cislighi e Luz Filho (2009) e Bof (2005), sendo elas: autoavaliação do aluno, atendimento da coordenação de curso, facilidade de

uso do sistema virtual, biblioteca, qualidade do conteúdo das disciplinas e de suas disponibilização, sistemática de avaliação discente, monitoramento do aluno, atendimento presencial, imagem da IES no mercado, docente de disciplina, laboratórios, atendimento administrativo (secretaria/tesouraria), proposta pedagógica do curso, atendimento presencial, sistema de tutoria, integração social, contexto familiar, experiências anteriores, condições financeiras e responsabilidade profissional.

Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, utilizando-se de porcentagens e médias. Foi realizada uma análise estatística por componentes principais, de modo a formar informações que explicassem a visão de tutores sobre a permanência do aluno no curso de graduação a distância. É importante ressaltar que o *software* utilizado na execução das análises estatísticas foi o SPSS versão 20.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA SIMPLES

Ao discutir a visão dos tutores sobre a evasão, constata-se que 35,8% da amostra pesquisada são homens, ficando o gênero feminino com a maior participação na atividade de tutorear. Ao se tratar da idade de quem está, operacionalmente, nos processos de aprendizagem com alunos, percebe-se que 0,4% têm até 23 anos, 43,08% possui idade entre 23 e 35 anos, 48,02% da amostra têm idade entre 35 e 50 anos e apenas 8,5% dos tutores possui mais de 50 anos. Outros dados que ampliam a visão do perfil dos investigados são apresentados pela Tabela 1.

Tabela 1: Perfil dos Tutores

Questão	Opções	%
Qual sua maior titulação?	Graduação	6,5%
	Especialização	43,7%
	Mestrado	42,3%
	Doutorado	7,5%
Há quanto tempo atua como tutor de graduação?	Menos de 5 anos	60,7%
	Mais de 5 anos até 9 anos	30,2%
	Mais de 9 anos até 12 anos	5,9%
	Acima de 12 anos	3,2%
Como está formalizada sua contratação?	Docente	7,5%
	Tutor	92,5%
Atuação de tutor já realizada	Tutor presencial	28,3%
	Tutor virtual	40,5%
	Tutor presencial e virtual	31,2%
Qual sua forma de contratação?	Celetista	26,5%
	Concurso público	8,7%
	Prestação de serviços	16,6%
	Outro	48,2%
Como tutor, atua em qual(is) nível(is) de ensino?	Graduação	72,1%
	Pós-graduação	12,8%
	Mestrado/Doutorado	0,2%
	Graduação; Pós-graduação	14,2%
	Graduação; Mestrado/Doutorado	0,2%
	Graduação; Pós-graduação; Mestrado/Doutorado	0,4%

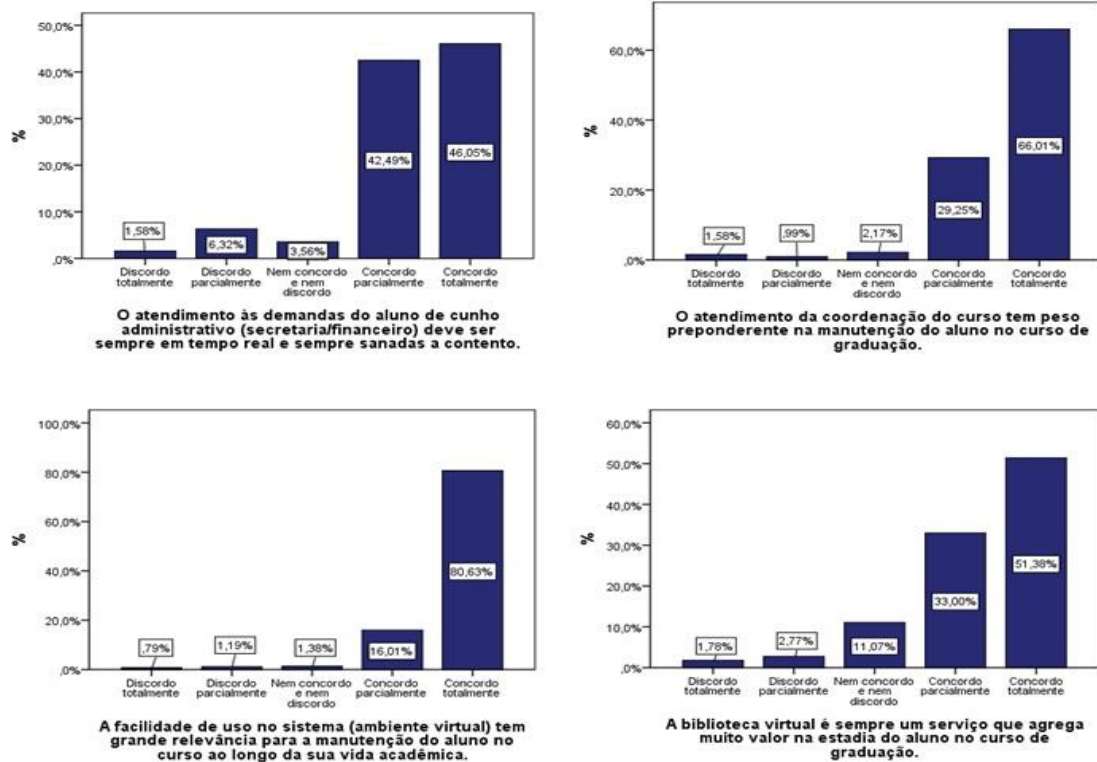
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Analisando a Tabela 1, vê-se que a maioria dos tutores (72,1%) atua apenas da Graduação, estando 0,4% da amostra em todos os níveis de ensino no contexto da educação superior. Mais de 64% são contratados como prestadores de serviços ou outro tipo de contrato, diferente dos regimentos CLT e Estatutário. Há uma ação racional, no bojo da gestão da contratação, pois se verifica que mais de 90% estão, formalmente, contratados como tutores e não como docentes. Ao discutir o tempo de dedicação às atividades de tutoria, verifica-se que 60,7% têm menos de 5 anos de trabalho na área e 30,2% estão conduzindo atividades no mundo da Ead entre 5 e 9 anos. A maioria dos tutores possui titulação de Mestrado ou Especialização, respectivamente 42,3% e 43,7%. Uma parcela de 7,5% são doutores que se encontram ministrando atividades na educação a distância.

Ainda nas análises descritivas, seguem as Figuras de 1 a 5, que foram resultantes das questões de *likert*, pelas quais os tutores se manifestam em

grau de concordância, diante das variáveis apresentadas.

Figura 1: Componentes que interferem na permanência do aluno: Atendimento, Coordenação, AVA e Biblioteca Virtual



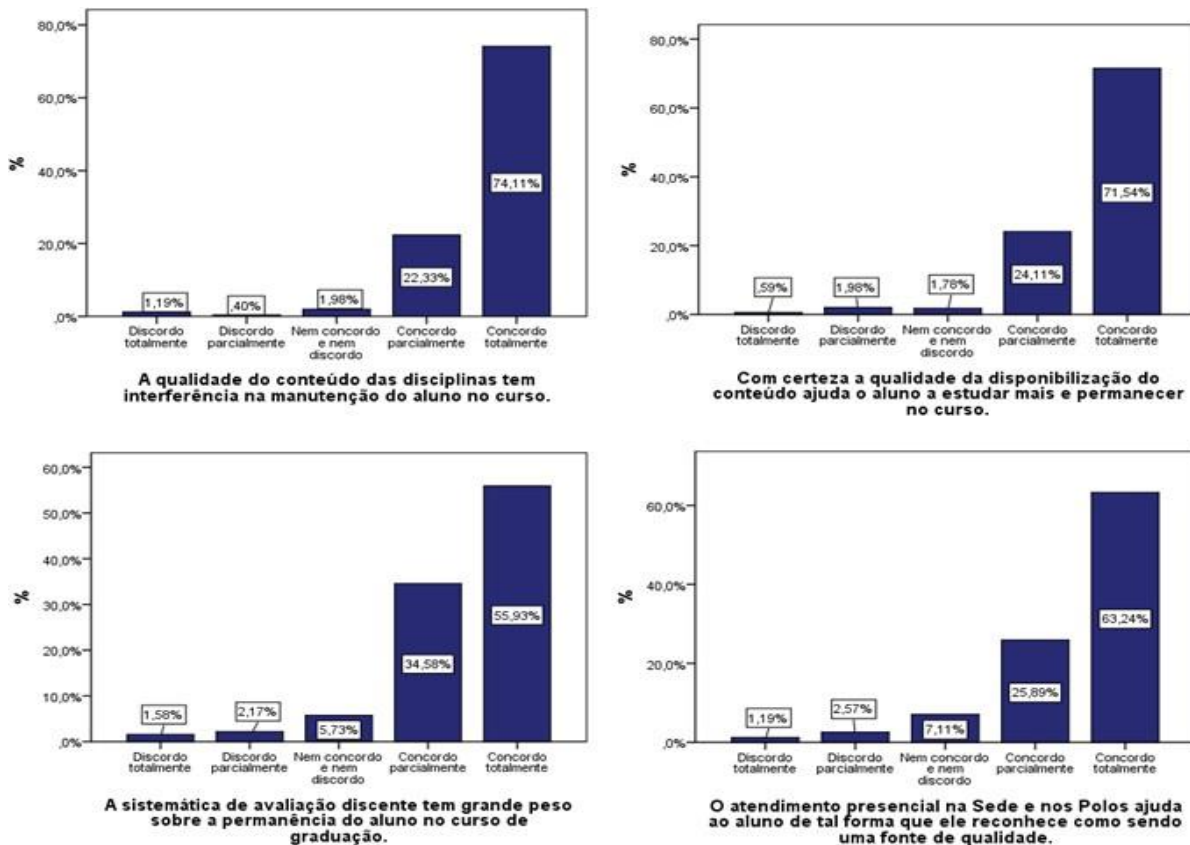
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ao discutir as percepções dos tutores, mais de 88% concordam que o atendimento às demandas do aluno de cunho administrativo (secretaria/financeiro) interfere na permanência do aluno e deve ser sempre em tempo real e sempre sanadas a contento. Ao tratar da questão que envolve a preponderância do atendimento da coordenação do curso e seu peso na permanência do aluno no Curso de Graduação, 95,6% dos investigados concordam que tem relevância na visão do aluno, ou seja, uma gestão que atende ao discente eficazmente contribui para que se continue estudando na modalidade Ead.

Outra variável é o ambiente virtual de aprendizagem – AVA, mais de 80% concordam totalmente que o sistema deve ser de fácil uso ao longo da vida acadêmica do estudante. Por fim, a biblioteca virtual foi considerada sempre um serviço que agrega muito valor na estadia do aluno no curso de

graduação, por mais de 84% dos tutores que responderam ao instrumento. A seguir, a Figura 2 apresenta mais quatro variáveis que ajudam a compreender o que pode levar o aluno a não abandonar seu curso de graduação.

Figura 2: Variáveis de Retenção do aluno no EAD: Conteúdo das Disciplinas, Disponibilidade de Conteúdos, Sistemática de Avaliação e Atendimento Pessoal. .

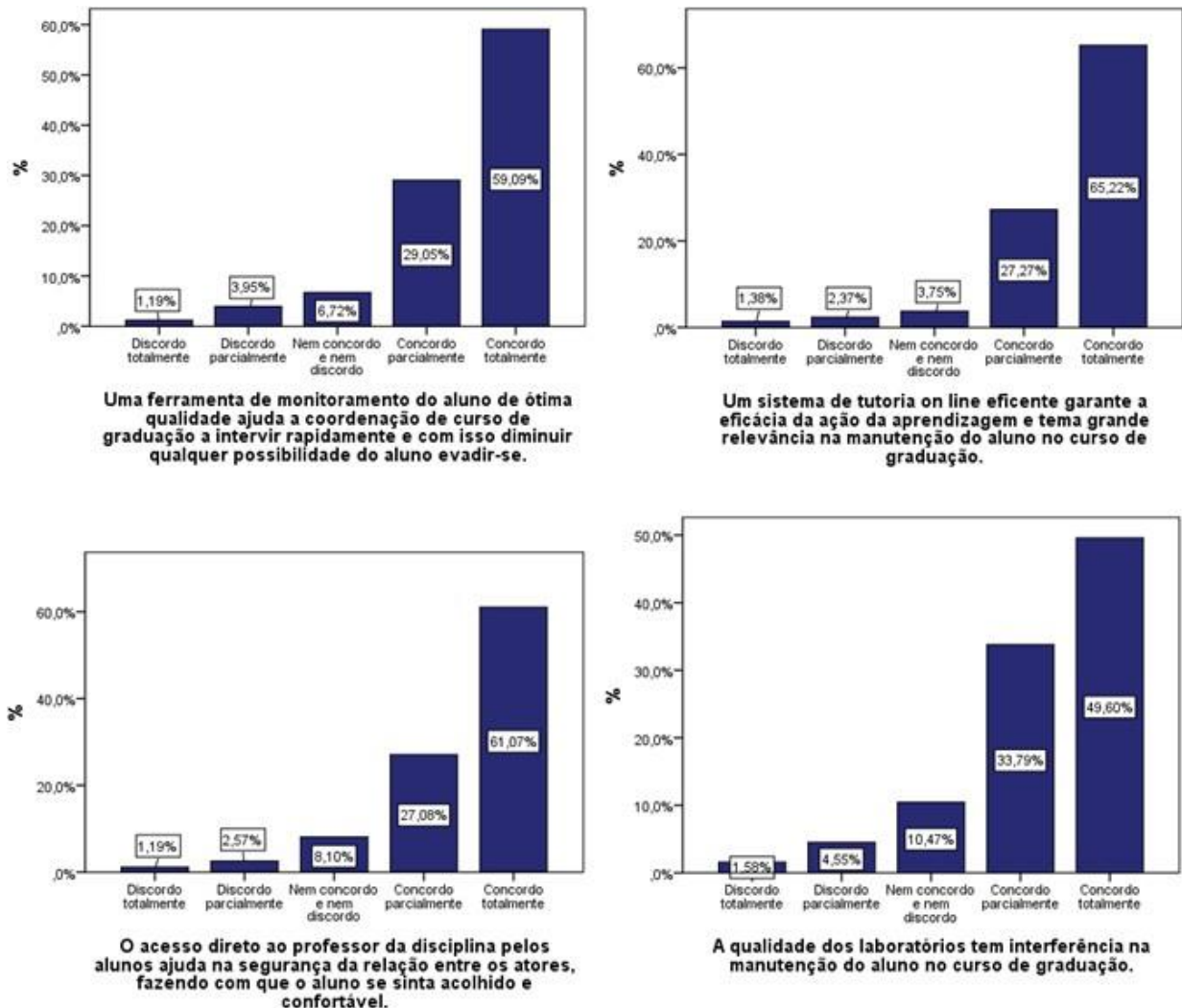


Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A qualidade do conteúdo das disciplinas tem interferência na permanência do aluno no Curso, na visão de 96,44% dos tutores. Nesse mesmo caminho, 95,35% concordam que a qualidade da disponibilização do conteúdo ajuda o aluno a estudar mais e permanecer no curso. 90,52% dos tutores concordaram que a sistemática de avaliação discente tem grande peso sobre a permanência do aluno no Curso de Graduação. Para 79,13% dos respondentes, o atendimento presencial na Sede e nos polos ajuda o aluno de tal forma que ele reconhece como sendo uma fonte de qualidade do curso em que ele está matriculado.

A Figura 3 ilustra mais um grupo de variáveis do estudo sob a ótica dos tutores.

Figura 3: Ferramentas e Sistemas de Gestão e Apoio do Discente



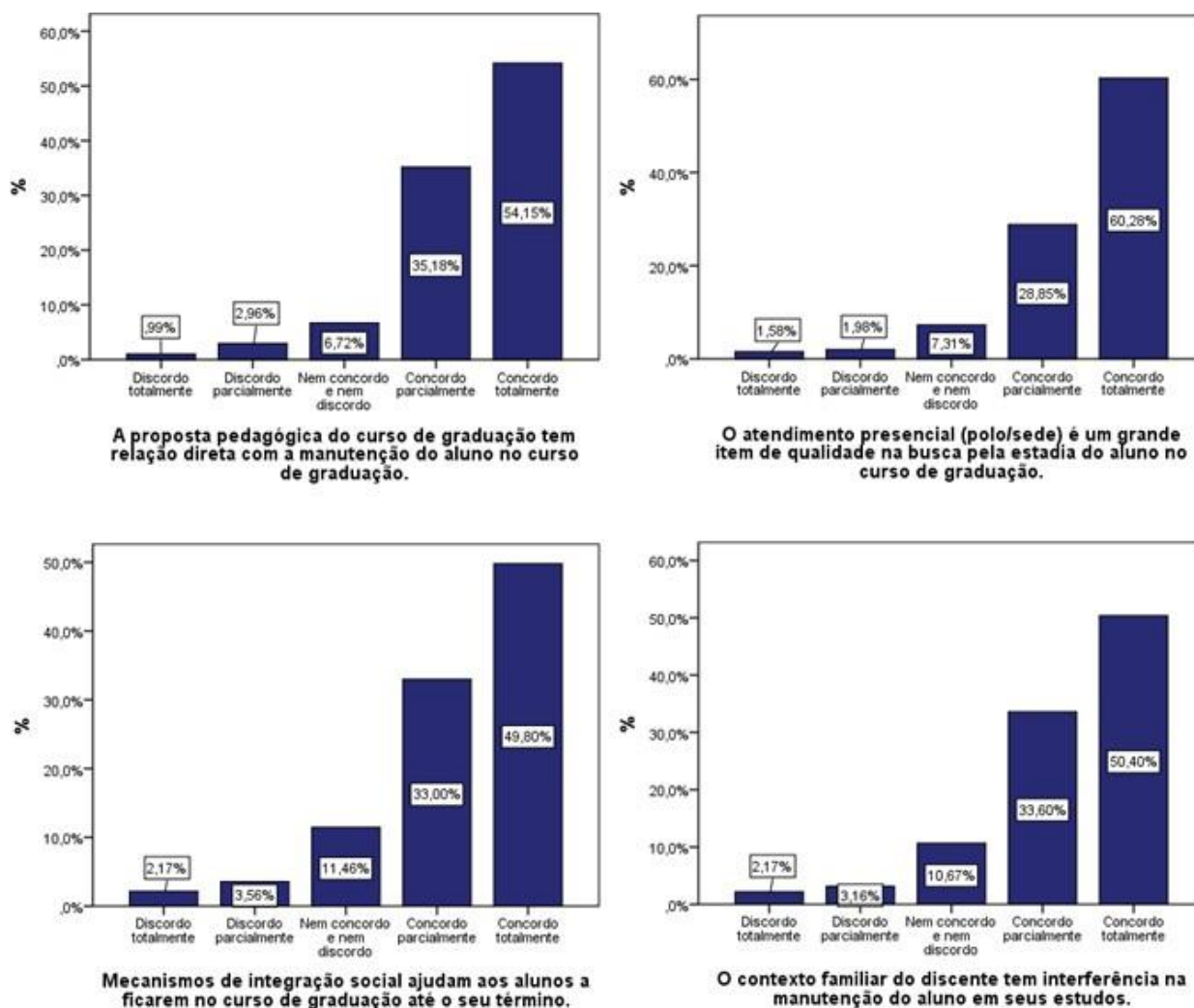
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Segundo na análise dos dados, 88,14% dos entrevistados afirmaram que uma ferramenta de monitoramento do aluno de ótima qualidade ajuda a coordenação de curso de graduação a intervir rapidamente e com isso diminuir qualquer possibilidade de o aluno evadir-se. Isso, somado a um sistema de tutoria *on-line* eficiente, que garanta a eficácia da ação da aprendizagem, foi considerado por 92,49% como significativo para evitar que o discente tranque o curso.

Da amostra, 8,1% não se posicionaram sobre o fato do acesso direto ao professor da disciplina pelos alunos ajudar na segurança da relação entre os atores, fazendo com que o aluno se sinta acolhido e confortável. Por outro lado, 61,07% concordam totalmente que essa vinculação gera sensação de conforto e qualidade no âmbito do serviço. Por fim, 83,39% dos tutores ratificam que a qualidade dos laboratórios tem interferência na permanência do aluno no curso de Graduação, sendo um componente de estruturação que deve ser otimizado.

Na Figura 4 são apresentadas mais quatro variáveis, objeto dessa discussão.

Figura 4: Variáveis de Retenção do aluno no EAD: PPC, Atendimento Pessoal, Mecanismos de Interação e Contexto Familiar.



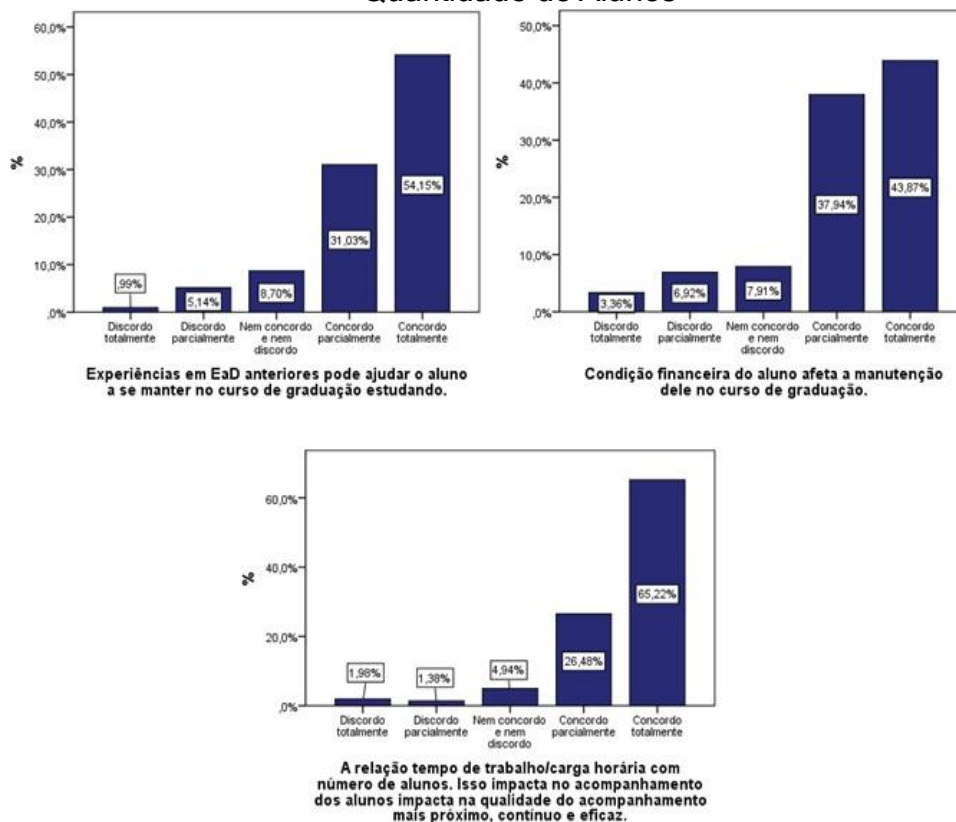
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Para 89,33% dos tutores respondentes, a proposta pedagógica do curso

– PPC tem relação direta com a permanência do aluno na graduação. Ao abordar a questão do atendimento presencial (polo/sede) como sendo um grande item de qualidade na busca pela estadia do aluno no Curso de Graduação, 89,15% concordam com essa variável, ou seja, mesmo o estudante estando na *internet*, todos os contatos que ele tenha com o curso e com a IES, inclusive os presenciais, afetam a sua percepção sobre a qualidade do serviço. 11,46% dos investigados não têm opinião formada sobre o fato dos mecanismos de integração social ajudar ou não os alunos a ficarem no curso de Graduação até o seu término. Em contrapartida, 82,80% concordam que essa rede social é de extrema pertinência durante a estadia do aluno na IES. Ainda no bojo das relações sociais, cerca de 84% dos tutores concordaram que o contexto familiar do discente tem interferência na manutenção do aluno em seus estudos.

As três últimas variáveis do estudo, na discussão descritiva, estão dispostas na Figura 5.

Figura 5: Fatores Sociais e Componente Estrutural que interferem na manutenção do aluno: Experiências, Condições Financeiras e Carga Horária X Quantidade de Alunos



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ao perguntar se experiências em Ead anteriores podem ajudar o aluno a se manter no curso de Graduação estudando, 85,18% concordam que amplia as possibilidades que o discente permaneça estudando. Para 81,81% dos tutores, a condição financeira do aluno afeta na manutenção dele no curso de graduação, ou seja, se ele tiver condição econômica razoável, isso não afetará a sua rotina de estudos e, por conseguinte, a possibilidade de evadir é menor. Quanto à relação tempo de trabalho/carga horária e número de alunos sob a orientação do tutor, para 91,7% dos entrevistados isso impacta na qualidade do acompanhamento mais próximo, contínuo e eficaz, isto é, quanto mais alunos sob o mesmo tutor, menos a qualidade pedagógica.

4.2 ANÁLISE POR MEIO DOS COMPONENTES PRINCIPAIS

A Tabela 2 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis da pesquisa. Pode-se considerar como sendo uma correlação expressiva, na análise de componentes principais, valores iguais ou superiores a 0,30 (MUKAKA, 2012). Variáveis que possuem correlação expressiva entre elas têm chances maiores de pertencerem ao mesmo componente principal. As correlações que foram expressivas encontram-se marcadas em negrito na Tabela 2.

Tabela 2: Matriz de correlação.

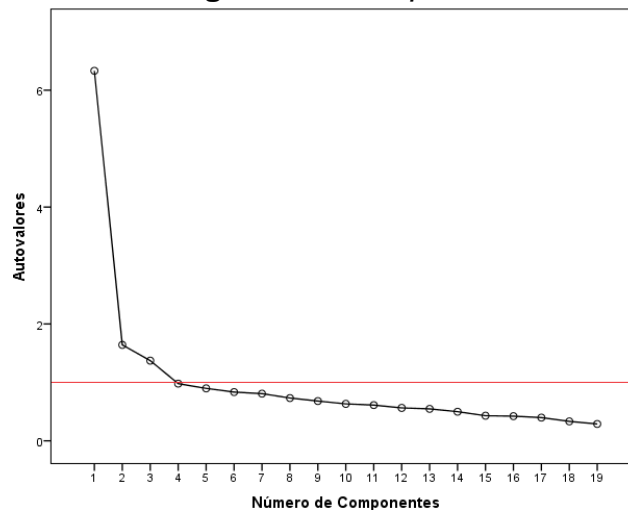
	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X7	X8	X9	X10	X11	X12	X13	X14	X15	X16	X17	X18	X19
X1	1.0																		
X2	0.2	1.0																	
X3	0.2	0.3	1.0																
X4	0.2	0.3	0.4	1.0															
X5	0.1	0.3	0.4	0.3	1.0														
X6	0.1	0.3	0.4	0.3	0.6	1.0													
X7	0.2	0.3	0.3	0.3	0.5	0.4	1.0												
X8	0.2	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	1.0											
X9	0.2	0.3	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3	0.4	1.0										
X10	0.2	0.2	0.4	0.3	0.4	0.3	0.3	0.3	0.2	1.0									
X11	0.2	0.2	0.3	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3	1.0								
X12	0.1	0.2	0.3	0.4	0.3	0.2	0.2	0.4	0.3	0.3	0.4	1.0							
X13	0.1	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.4	1.0						
X14	0.3	0.2	0.3	0.3	0.2	0.2	0.3	0.6	0.4	0.3	0.3	0.5	0.3	1.0					
X15	0.2	0.3	0.2	0.3	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3	0.2	0.3	0.4	0.4	0.4	1.0				
X16	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	1.0			
X17	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.2	0.3	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.3	0.3	1.0		
X18	0.0	0.0	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1	0.5	0.2	1.0	
X19	0.1	0.1	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.4	0.3	0.4	1.0

Fonte: Pesquisa de Campos (2018).

Para avaliar a adequação do uso da análise de componentes principais aos dados, foi calculado o valor da estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), em que foi obtido um valor igual a 0,899. Assim, pode-se garantir que a utilização do método de análise por componentes principais é adequada. De modo a avaliar a correlação existente entre as variáveis, foi realizado o teste de esfericidade de *Bartlett*. Ao final do teste, foi obtido um p -valor = 0,000 < 0,05. Sendo assim, pode-se concluir ao nível de 5% de significância (o mesmo que 95% de confiança) que a matriz de correlação apresentada na Tabela 2 é estatisticamente significativa.

Para definir a quantidade de componentes principais a serem formados, foi feito o *scree plot*, o qual é apresentado na Figura 6. Para a realização das análises estatísticas por componentes principais, consideram-se os componentes com autovalores iguais ou superiores a 1.

Figura 6: Scree plot.



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Por meio da Figura 6, pode-se observar que se formaram três componentes com autovalores maiores ou iguais a 1. Sendo assim, devem ser formados três componentes principais com as variáveis que foram consideradas na execução das análises. A Tabela 3 apresenta os autovalores referentes a cada componente, juntamente com o percentual da variância explicada por eles.

Tabela 3: Autovalores e variância explicada

Componentes	Autovalores		
	Total	% da Variância	% Acumulado
1	6.332	33.328	33.328
2	1.642	8.641	41.968
3	1.372	7.223	49.191
4	0.979	5.152	54.343
5	0.897	4.723	59.065
6	0.834	4.390	63.456
7	0.807	4.248	67.704
8	0.732	3.854	71.558
9	0.681	3.584	75.142
10	0.632	3.327	78.470
11	0.612	3.219	81.689
12	0.563	2.964	84.653
13	0.547	2.879	87.532
14	0.498	2.623	90.155
15	0.430	2.262	92.417
16	0.422	2.222	94.639
17	0.397	2.089	96.729
18	0.333	1.752	98.480
19	0.289	1.520	100.000

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Por meio da Tabela 3, tem-se que os três componentes com autovalor maior que 1 explicam juntos 49,19% da variabilidade dos dados. Isso quer dizer que os três componentes principais considerados explicam 49,19% da variabilidade encontrada no conjunto de dados. A Tabela 4 mostra as cargas fatoriais rotacionadas (rotação *varimax*) referente a cada variável e aos respectivos componentes.

Tabela 4: Matriz de componentes rotacionada

Variáveis	Componentes		
	1	2	3
X14	0.803	0.121	0.093
X8	0.707	0.201	0.112
X12	0.649	0.186	0.233
X15	0.641	0.134	0.259
X11	0.575	0.198	0.172
X9	0.556	0.356	0.088
X13	0.479	0.391	0.168
X1	0.396	0.215	-0.001
X5	0.103	0.811	0.147
X6	0.107	0.740	0.208
X3	0.241	0.666	0.109
X7	0.265	0.589	0.232
X10	0.306	0.565	0.086
X4	0.347	0.535	0.051
X2	0.412	0.427	-0.038
X16	0.168	0.059	0.794
X18	0.003	0.151	0.772
X19	0.146	0.159	0.719
X17	0.285	0.144	0.507

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Levando-se em consideração as cargas fatoriais maiores das variáveis para cada componente, os componentes principais resultantes e as respectivas variáveis que o compõem, são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Componentes formados

Componentes	Variáveis	Denominação no Estudo
1	O atendimento presencial (polo/sede) é um grande item de qualidade na busca pela estadia do aluno no curso de graduação.	Atendimento presencial, estrutura, PPC e interação
	O atendimento presencial na Sede e nos polos ajuda o aluno de tal forma que ele reconhece como sendo uma fonte de qualidade.	
	A qualidade dos laboratórios tem interferência na permanência do aluno no curso de graduação.	
	Mecanismos de integração social ajudam os alunos a ficarem no curso de graduação até o seu término.	
	O acesso direto ao professor da disciplina pelos alunos ajuda na segurança da relação entre os atores, fazendo com que o aluno se sinta acolhido e confortável.	
	Uma ferramenta de monitoramento do aluno de ótima qualidade ajuda a coordenação de curso de graduação a intervir rapidamente e, com isso, diminuir qualquer possibilidade do aluno evadir-se.	
	A proposta pedagógica do curso de graduação tem relação direta com a permanência do aluno no curso de graduação.	
	O atendimento às demandas do aluno de cunho administrativo (secretaria/financeiro) deve ser sempre em tempo real e sempre sanadas a contento.	
2	A qualidade do conteúdo das disciplinas tem interferência na permanência do aluno no curso.	Qualidade do conteúdo e dos materiais, monitoramento do aluno
	Com certeza a qualidade da disponibilização do conteúdo ajuda o aluno a estudar mais e permanecer no curso.	
	A facilidade de uso no sistema (ambiente virtual) tem grande relevância para a permanência do aluno no curso ao longo da sua vida acadêmica.	
	A sistemática de avaliação discente tem grande peso sobre a permanência do aluno no curso de graduação.	
	Um sistema de tutoria <i>online</i> eficiente garante a eficácia da ação da aprendizagem e tem grande relevância na permanência do aluno no curso de graduação.	
	A biblioteca virtual é sempre um serviço que agrega muito valor na estadia do aluno no curso de graduação.	
	O atendimento da coordenação do curso tem peso preponderante na permanência do aluno no curso de graduação.	
3	O contexto familiar do discente tem interferência na permanência do aluno em seus estudos.	Família, condição econômica, qualidade da tutoria e história com EAD
	Condição financeira do aluno afeta a permanência dele no curso de graduação.	
	A relação tempo de trabalho/carga horária com número de alunos. Isso impacta no acompanhamento dos alunos e na qualidade do acompanhamento mais próximo, contínuo e eficaz.	
	Experiências em Ead anteriores podem ajudar o aluno a se manter estudando no curso de graduação.	

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Depois de condensada em três fatores, pode-se discutir que a visão dos tutores sobre os elementos que facilitam a permanência do aluno no curso de graduação a distância passa, primeiramente, pelo fator *Atendimento presencial, estrutura, PPC e interação*. O segundo fator refere-se à *Qualidade do conteúdo e dos materiais, bem como o monitoramento do aluno*. O terceiro fator trata-se da *Família, da condição econômica, da qualidade da tutoria e da história com EAD*.

Percebe-se que os fatores gerados vão ao encontro do abordado na literatura, como apontaram Bolf (2005) e Machado e Machado (2004), uma vez que tratam como um sistema que exige mediação com a conjugação de fatores que passam pela Administração Pedagógica e a dinâmica do perfil do estudante que opera sua formação na EAD.

Entender da lógica da aprendizagem que destoa do presencial, enquanto ferramenta e escolha da filosofia da aprendizagem dirigida, auxilia as decisões da gestão da IES. Decisões essas que estão presentes nos três fatores identificados, ou seja, de forma, mesmo que preliminar, pode-se afirmar que ações e omissões da gestão carregam uma carga de peso maior, quando há uma propensão aluno em abandono do curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *paper* objetivou descrever a visão do tutor sobre a permanência do aluno no curso de graduação a distância. Os resultados mostraram que todo o aparato institucional ofertado tem relevância para que o discente mantenha-se estudando nesta modalidade.

Os dados permitem considerar que, na visão dos investigados, os alunos carecem de apoio socioeducacional constante, pois, em todos os momentos que ocorrem contato, a ideia é de acolhimento, compreensão e levar o discente a perceber que os serviços devem estar ao dispor dele, e a condição apropriada de aprendizagem deve ser dada, desde o atendimento rotineiro até a qualidade do sistema de tutoria, para acompanhamento em tempo real dos estudantes.

Deve-se considerar, ainda, que para os tutores, a experiência que alunos

tenham tido com atividades a distância, anteriormente, facilitam a permanência dele na graduação a distância, levando a ponderar que a sensação ao binômio interesse e tempo e eficácia do processo pedagógico passam pela naturalidade já experienciada. Outro item importante que restou comprovado é a necessidade de acompanhamento do aluno com a maior acuracidade possível. Isso pode ser mais bem implementado a partir da lógica da inteligência tecnológica com recursos automatizados e randomizados, disposto em parametrizações definidas previamente, ainda no contexto de *Design Instrucional*, no âmbito da gestão do projeto pedagógico.

Estudos futuros devem versar sobre a visão da gestão das IES que ofertam cursos a distância, visando triangular as discussões e ampliar a compreensão do fenômeno aqui investigado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Cláudia Meira Santos et al. Educação a distância: a relevância do uso da tecnologia a favor da educação. 10º Encontro Internacional de Professores. 11º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. 2017.

BOF, Alvana Maria. Gestão de sistemas de educação a distância. In: _____ Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da educação, Seed, 2005.

CARVALHO, Ana Beatriz . Os Múltiplos Papéis do Professor em Educação a Distância: uma abordagem centrada na aprendizagem. In: _____ 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – EPENN. Maceió: [s.n.], 2007.

CASTILLO ARREDONDO, S. Acción tutorial en los Centros Educativos: formación y práctica. Madrid: Uned, 1998.

CASTRO, José Márcio de; LADEIRA , Eduardo da Silva. Gestão e Planejamento de Cursos a Distância (EAD) no Brasil: um estudo de Casos Múltiplos em Três Instituições de Ensino Superior. Revista Gestão e Planejamento Salvador, v. 10, n. 2, pp. 229-247, jul./dez., 2009.

CISLAGHI, Renato; LUZ FILHO, Sílvio Serafim da. Um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação e um modelo de sistema de gestão do conhecimento para IEs brasileiras. In: _____ IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-SC: [s.n.], 2009.

CORTELAZZO, I. B. de C. Tutoria e autoria: novas funções provocando novos desafios na educação a distância. *Eccos*, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 307-325, jul./dez. 2008.

EMERENCIANO, Maria do Socorro J.; SOUSA, Carlos Alberto Lopes de; FREITAS, Lêda Gonçalves de. Ser presença como educador, professor e tutor. *Colabor@-A Revista Digital da CVA-RICESU*, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/view/8/7>. Acesso em: 14 ago. 2018

FERREIRA, Jaqueline Aparecida Gurgacz; SCHRÖEDER, Christine da Silva. Educação a Distância: um estudo da mudança organizacional no Processo Inicial de Implantação da Modalidade em uma Instituição de ensino superior privada. *Revista de Administração IMED*, Passo Fundo, v. 7, n. 1, pp. 74-68, jan./jun. 2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KARPINSKI, Josiani Aparecida et al. Fatores críticos para o sucesso de um curso em EAD: a percepção dos acadêmicos. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 22, n. 2, pp. 440-457, 2017. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/150043>. Acesso em: 16 ago. 2018

MACHADO, Luciana Dias; MACHADO, Elian de Castro. O papel da tutoria em ambientes de EAD. In: *Congresso Internacional de Educação a Distância*. Vol. 11. 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm,2004>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MUKAKA, M. M. A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research. *Malawi Medical Journal*, v. 24, n. 3, pp. 69-71, 2012.

MARCUZZO, Marlei Maria Veduim. Educação a distância: construções que contribuem para a satisfação do aluno na Universidade Federal de Santa Maria. *Competência*. Porto Alegre, RS, v.10, n.1, jan./jul. 2017, pp. 105-124.

MARKS, R. B.; SIBLEY, S. D.; ARBAUGH, J. B. A structural equation model of predictors for effective online learning. *Journal of Management Education*, v. 29, n. 4, pp. 531-563, 2005.

MARTINS, Onilza Borges. Teoria e prática tutorial em educação a distância. *Educar em Revista* [online] 2003, (Sin mes). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155018009011>>. Acesso em: 16 de nov. 2017. _ISSN 0104-4060.

PEREIRA, Jovanira Lázaro; CORRÊA, Juliana (org). O cotidiano da tutoria. In: _____. *Educação a Distância - orientações metodológicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RIBEIRO, L. O. M. et al. Gestão de EAD: a importância da visão sistêmica e da

estruturação dos CEADs para escolha de modelos adequados. Novas tecnologias da educação. v. 5, n. 1,. UFRGS: RS: CINTED, 2007. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/12eLuizOtoni.pdf>>. Acesso em: 22 de nov. 2017.

SAGGIOMO, Leandro da Silva et al. Formação continuada em educação a distância: ação e reflexão sobre as competências do professor tutor. Ensino & Pesquisa, [S.l.], mar. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/1025>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SILVA, Marinilson Barbosa. O processo de construção de identidades individuais e coletivas do ser-tutor no contexto da educação a distância, hoje. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCHLOSSER, Rejane Leal. A atuação dos tutores nos cursos de educação a distância. Revista digital da CVA. Vol. 6, n. 22, fev., 2010.

SOUZA, Carlos Alberto de et al. Tutoria como espaço de interação em educação a distância. Revista Diálogo Educacional [en línea] 2004, 4 (Septiembre-Diciembre) : Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189117791007>> . Acesso em: 16 nov. 2017.

TOLENTINO, R. S. S.; GONÇALVES FILHO, C.; TOLENTINO, R. J. V.; MONTEIRO, P. R. R. Avaliação da qualidade na Educação a Distância sob a perspectiva do aluno: proposição e teste de um modelo usando equações estruturais. Revista de Gestão, v. 20, n. 3, pp. 347-366, 2013.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2000.

Submetido em: 24 de setembro de 2019

Aceito em: 05 de setembro de 2019

O USO DE MAPAS MENTAIS E CONCEITUAIS PARA MATERIALIZAÇÃO DO PENSAMENTO HUMANO

Rosa A. S. M. da Motta¹
Altemar Sales Oliveira²
Saulo Barbará de Oliveira³

Resumo: O presente artigo aborda os resultados parciais do projeto intitulado “O Uso de Mapas Mentais e Conceituais: Estímulo à Apresentação de Ideias e Materialização de Pensamento Humano”, que teve como fruto o curso Mapas em Ação em 2018 na UFRRJ. Ele apresenta a percepção dos alunos sobre a experiência em aprender a construir mapas mentais e conceituais, como um instrumento auxiliar da aprendizagem. No âmbito geral, trata-se de um estudo de caso, de natureza exploratória e quanti-qualitativa, porém, para efeito deste trabalho, são apresentados somente os resultados preliminares parciais com base nos dados qualitativos (variáveis nominais e ordinais). Esses resultados, de forma geral, demonstraram satisfação em relação a vários aspectos (infraestrutura, ao conteúdo, formato e dinâmica das aulas) e reconheceram a utilidade e benefícios proporcionados pelos mapas quanto à facilidade e mais agilidade na aprendizagem e apreensão do conhecimento. Pretende-se ampliar a oferta do curso para um maior número de interessados, divulgando o potencial desses mapas, ainda não substancialmente desconhecidos. Espera-se, com a continuidade, poder coletar dados suficientes para consolidar resultados.

Palavras-chave: Mapas Mentais; Mapas Conceituais; Aprendizagem Significativa.

Abstract: This article discusses the partial results of the project entitled “The Use of Mental and Conceptual Maps: Encouraging the Presentation of Ideas and Materialization of Human Thought”, which had as its result the course Maps in Action in 2018 at UFRRJ. It presents students' perceptions of their experience in learning how to construct mental and conceptual maps as an aid to learning. In the general context, this is a case study, exploratory and quantitative in nature, but, for this work, only partial preliminary results based on qualitative data (nominal and ordinal variables) are presented. These results, in general, demonstrated satisfaction regarding various aspects (infrastructure, content, format and dynamics of the classes) and recognized the usefulness and benefits provided by the maps in terms of ease and more agility in learning and understanding of knowledge. It is intended to broaden the offer of the course to a larger number of interested, disclosing the potential of these maps, not yet substantially unknown. Continuity is expected to be able to collect sufficient data to consolidate results.

Palavras-chave: Mental Maps; Conceptual Maps; Significant Learning.

¹ Graduação em Matemática pela UFRRJ com ênfase em Informática, especialização em Análise de Sistemas pela PUC, mestrado em Ciência da Computação pela UFF e doutorado em Educação pela UFRJ (Planejamento, Política e Gestão Educacional). Possui conhecimentos em Informática na Educação, adquiridos por intermédio do Curso de Especialização em Educação e Informática, ministrado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro em parceria com CNPQ/PUC/UFRJ/UERJ.

² Doutor em COMPUTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO orientados a indústria do petróleo pela COPPE/UFRJ (2014). Mestre em SISTEMAS COMPUTACIONAIS pela COPPE/UFRJ (2008), graduação em Tecnologia de Processamento de Dados (1994), especialização em Docência do Ensino Superior (2006), pós-graduação em Análise, Gerência e Projeto de Sistemas e Análise Orientada a Objetos/UML pela PUC/RJ. Atualmente é professor universitário em instituição pública e privada, consultor de informática em empresa privada de médio porte

³ Pós-doutorado em Avaliação do Ciclo de Vida, iniciado em março de 2015 e concluído em fevereiro de 2017, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE), no Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e com o Tema Avaliação do Ciclo de Vida de Resíduos Sólidos. Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004); Mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense (1997); Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Junior/Mackenzie Rio (1976).

1. INTRODUÇÃO

Devido à tecnologia estar cada vez mais arraigada à vida humana, as informações chegam com uma velocidade avassaladora, pressionando as pessoas a absorvê-las e se adequarem a modificações trazidas por elas. Trazendo transformações econômico-financeiras, tecnológicas, políticas, sociais e culturas, as quais têm impulsionado organizações a tomarem decisões acertadas agilmente.

No mundo contemporâneo e complexo, a vida profissional e pessoal de cada pessoa requer competência e habilidade para tomar as decisões satisfatórias para sobrevivência, tendo como base nas informações e conhecimentos gerados. Isto exige, por parte dos indivíduos, usar ferramentas que facilitem a absorção do conhecimento, tornando mais rápida a aprendizagem. Assim, estão, dentre outros, o Mapa Mental e Conceitual (MMC), oferecendo possibilidades para organizar o pensamento humano e estabelecer relações cognitivas e conceituais, com grande potencial para facilitar, descomplicar e agilizar o aprendizado. O modo de organizar o pensamento pode interferir na velocidade e na qualidade da decisão tomada.

Segundo Marins (2009), o mapa mental (MM) é um recurso que facilita a memorização, organização e representação da informação, com a finalidade de favorecer os processos de administração e planejamento organizacional e, assim, a tomada de decisão. E o mapa conceitual (MC), um estruturador de conhecimento, é uma estrutura esquemática útil para representar um grupo de conceitos numa rede de proposições ou fatos, permitindo “ilustrar como” o conhecimento está organizado na “cabeça” de alguém. Esse conhecimento, então, pode ser mostrado e analisado em detalhes e extensão (TAVARES, 2007).

A produção do conhecimento ocorre quando as informações são comparadas, combinadas e analisadas, nos processos decisórios (SANTOS *et al.*, 2001; Kianto, *et al.*, 2017). O conhecimento na mente e nas organizações, está dissolvido em repositórios e envolvido nas rotinas, processos, práticas e nas normas das organizações. Várias áreas do conhecimento têm utilizado os mapas focando e enfatizando a aprendizagem, inclusive no ensino superior (PIÁ, BLASCO-TAMARIT, MUÑOZ-PORTERO, 2011; CMC 2014, 2014; CMC 2018, 2018).

Nessas áreas, foi observada uma quantidade significativa de experiências do uso dos mapas no ensino fundamental, médio e superior (graduação e pós-

graduação), na aprendizagem em diversas áreas do conhecimento, porém ainda com pouca publicação de trabalhos no campo das ciências humanas e sociais aplicadas. É simples constatar, por exemplo, que no campo de atuação como Administração, possuindo uma quantidade relevante de cursos de graduação, participa ainda com contribuições irrisórias. Este fato mostra a relevância do presente estudo em contribuir para a disseminação sobre a importância, vantagens e uso dos mapas mentais e conceituais na Administração, em particular, e nas ciências humanas e sociais aplicadas, de uma forma em geral.

O propósito deste artigo é expor os resultados preliminares do projeto de pesquisa e extensão intitulado “O Uso de Mapas Mentais e Conceituais: Estímulo à Apresentação de Ideias e Materialização do Pensamento Humano”, em relação à percepção dos alunos que fizeram parte do Curso Mapas em Ação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sobre a construção e aplicabilidade de mapas mentais e conceituais. Esse projeto objetivou modelar e ministrar um curso para indivíduos, inseridos na comunidade e na sociedade no entorno da universidade, que quisessem usar esses mapas como aliados na realização de suas atividades cotidianas acadêmicas e profissionais. Um dos papéis mais importantes da escola/universidade é munir os discentes da capacidade de estruturar a informação e transformá-la em conhecimento (NOVAK; CAÑAS, 2010).

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

As universidades são instituições preocupadas com a construção do conhecimento. No entanto, os métodos pedagógicos precisam evoluir para formas de ensino mais atuais e que possibilitam aos alunos acelerar o aprendizado (CORREA; VINCHIRA; VELÁSQUEZ, 2018), e os MC podem ser de grande ajuda neste aspecto.

A utilização dos mapas tem sido cada vez mais introduzida no nosso cotidiano. Seja ela como estratégia pedagógica de ensino, para fortalecer a aprendizagem ou, até mesmo, no âmbito empresarial. Segundo Buzan (2011), o MM pode explorar as tendências naturais do cérebro humano de pensar usando imagens, em cores e em rede, em oposição a fazer ligações lineares. Esse autor afirma que esse recurso pode estimular o cérebro, ajudar a planejar e estruturar o pensamento, agilizando a profunda investigação das ideias, sem perder foco no

tópico central. Sendo uma de projetar o processo de pensar, por intermédio de uma ação de estímulo ao pensamento criativo, através do ato de planejar, sumarizar e memorizar. O MM impulsiona o surgimento de novas ideias (BUZAN, 2005). Já o MC, além de ser um recurso poderoso para “pegar”, “desenhar” e registrar o conhecimento, é valoroso para gerar conhecimento novo (NOVAK; CAÑAS, 2010).

De acordo com Tavares (2007), o MC apresenta a informação por meio de uma rede, que pode ser hierárquica, cada conceito é definido por meio de palavras, isto é, a informação também é apreendida utilizando o canal verbal e imagens podem ser usadas. Assim, o MC faz com que o sujeito use, em um só tempo, os dois subsistemas cognitivos. Ele pode ser compreendido como uma representação visual utilizada para partilhar significados (NOVAK; CAÑAS, 2010). Dentre as vantagens do uso dos MC, estão: a organização de conhecimento e, então, chances de aplicá-lo; a facilidade de memorização; o foco no que é relevante; o aumento da concentração e produtividade; e a comunicação estruturada e confiável para um grupo de pessoas. No entanto, a elaboração dos mapas depende, dentre vários elementos, dispor de um *software* por auxiliar na dinâmica da construção dos mapas (SILVA, 2015).

Para Silva (2015), os MC podem ser empregados por estudantes e professores. Diversas áreas do conhecimento aplicam MC na aprendizagem (PIÁ; BLASCO-TAMARIT; MUÑOZ-PORTERO, 2011). Em São Paulo, destacou-se a 6ª Conferência de Mapas Conceituais (CMC 2014, 2014), cujo tema foi *O Mapa Conceitual para Aprendizagem e Inovação*. Nesse evento, vários pesquisadores e professores submeteram trabalhos sobre mapas conceituais, sendo possível observar que há diversas experiências da aplicação em todos os níveis educacionais e em diversas áreas do conhecimento como: química, medicina, pedagogia etc.

No entanto, na conferência, poucos trabalhos foram apresentados no campo das ciências humanas e sociais aplicadas. Um campo de atuação como Administração fez manifestações modestas, considerando a grande quantidade de cursos de graduação no país. Em 2018, com conferência na Colômbia (CMC 2018, 2018), pode-se perceber que as áreas primeiramente citadas e outras estão amadurecendo há algum tempo em MC, com impulso significativo. Mas, em ciências sociais aplicadas apenas dois trabalhos foram apresentados: um sobre a aplicação

de MC na aprendizagem de estudantes (SCHULTZ; RENTERÍA, 2018; OLACHEA, 2018).

Além do campo acadêmico e de pesquisa, esses mapas são aplicados na gestão e tomada de decisão por profissionais em geral do mercado de trabalho (GRIFFO; CURY, 2003). Existem *sites* para profissionais, que querem atuar no mercado, usando mapas conceituais e mentais (COELHO, [s.d.]; PERDOMO, [s.d.]). A seguir estão expostos os procedimentos metodológicos do projeto e do curso em questão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto “O Uso de Mapas Mentais e Conceituais: Estímulo à Apresentação de Ideias e Materialização do Pensamento Humano” foi realizada nas dependências da UFRRJ e teve como um de seus frutos o curso Mapas em Ação. Num âmbito maior, a pesquisa é considerada um estudo de caso (YIN, 2014), de natureza exploratória quanto aos objetivos (SANTOS, 1999) e quanti-qualitativa (CHIZZOTTI, 2017), sendo que, neste trabalho, o foco é apresentar os resultados parciais preliminares a partir dos dados qualitativos. Aplicou-se formulários com questões fechadas e abertas (CHIZZOTTI, 2017). Os sujeitos eram membros da comunidade acadêmica da universidade. Houve dezessete inscritos, doze realizaram o curso e nove responderam ao formulário sobre as percepções, elaborado no *google form*, contendo vinte e quatro questões e três partes.

A primeira, com oito questões fechadas, buscou coletar a opinião dos alunos sobre a infraestrutura e a dinâmica empregada na realização do curso. A segunda, sobre o comportamento da equipe de trabalho nas aulas, com três questões fechadas. Utilizou-se uma escala *likert* (LIKERT, 1967) com 5 opções: 1-discordo parcialmente, 2-discordo totalmente, 3- não concordo nem discordo, 4-concordo parcialmente, 5-concordo totalmente. A terceira parte, oito questões fechadas, três abertas e uma mista, tendo a opção outras (preenchível), objetivou o registro sobre a efetividade da aprendizagem no curso, com o fim de verificar se o curso agregou em termos das atividades acadêmicas; sobre as dificuldades e o reconhecimento pelos alunos da importância e utilidades dos mapas mentais e conceituais, conforme descrito na literatura.

Nessa parte, também, uma escala *likert* com 5 opções (1-difícil, 2-parcialmente difícil, 3-indiferente, 4-parcialmente fácil e 5-fácil) para coletar o nível de dificuldade ou facilidade em aprender a construir mapas durante o curso e em realizar estratégias para estabelecer relações (comparações, diferenças, pertencimento, semelhanças e outras), expressar o entendimento de textos, explicitar apresentações de ideias, conceitos e outros itens; criar esquema de estudos e classificar elementos, depois de ter aprendido a usar mapas. Na questão mista, usou-se a mesma escala sobre nível de concordância.

No tratamento dos dados, foram organizadas planilhas, (por meio do próprio *google form*), tabelas e gráficos (CHIZZOTTI, 2017). Favorecendo a apresentação e análise dos resultados, no referente à escala sobre níveis de concordância, a resposta de cada questão foi considerada “favorável”, para opções positivas da escala *likert* e as negativas (agrupadas como “não favoráveis”). A **opção não concordo nem discordo ou indiferente** foi denominada regular. De forma análoga, sobre o nível de facilidade ou dificuldade, as opções positivas foram englobadas em “facilidade” e as negativas em “dificuldade” (Tabela 1). Para as questões abertas, usou-se a técnica de categorização e análise de conteúdo de Bardin (2016).

Considerando o fato de que o número de sujeitos participantes da pesquisa ainda não é tão expressivo, uma investigação ainda em fase preliminar, os resultados foram descritos ou representados com valores numéricos (inteiros, em frações e em porcentagens), sem uso de métodos estatísticos mais complexos. Com a continuidade, o número de sujeitos participantes crescerá e, logo, serão aplicáveis os métodos estatísticos sobre a significância e sobre cálculos da estatística inferencial. O formulário de inscrição totalizou seis questões, cinco fechadas e uma mista, envolvendo categoria (professor, aluno, pessoa externa etc.); o nível de escolaridade; o curso a que pertence; atuação profissional; motivação do indivíduo do curso e o *canal de divulgação* por meio do qual o aluno foi atingido.

Sobre os aspectos éticos, afirma-se que a coleta de informações foi realizada segundo os atos legais institucionais (pareceres de conselhos, comitês, colegiados etc.) e nacionais⁴, tendo sido prestados todos os esclarecimentos e

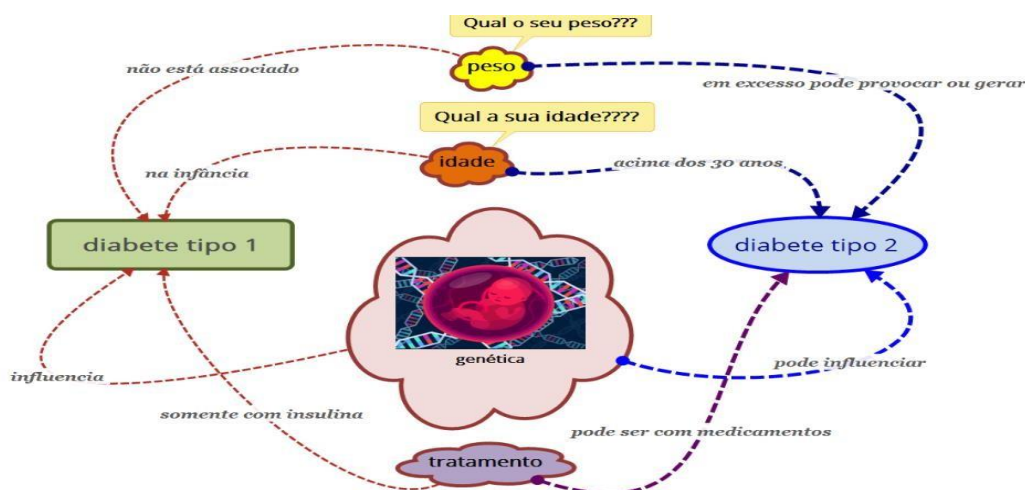
⁴ Resolução CNS nº 510 de 7 de abril de 2016 (Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581)

preservado o anonimato do participante voluntário. Visto que a coleta serviu para melhoria das atividades do curso em foco, a partir da percepção dos participantes.

4. EXPERIÊNCIA NO CURSO

A divulgação do curso Mapas em Ação foi realizada por meio de canais formais e informais, inclusive o *blog* do curso. O formulário de inscrição ficou disponível no *blog* e na coordenação do curso de AP. Com o preenchimento desse formulário, o perfil dos interessados foi mapeado, norteando as aulas. Para cada aula, foram elaborados o plano e o material didático. Como a turma era heterogênea, o planejamento contemplou uma diversidade de temas e conteúdo. O curso iniciou em agosto de 2018 e terminou em outubro. Cada plano de aula continha objetivos sobre os recursos do Xmind, v.8, e sobre as estratégias para construção dos mapas e organização do pensamento. O propósito consistia na construção do conhecimento e organização do pensamento, com base nos textos distribuídos nas aulas. Usou-se as estratégias de: elencar e descrever elementos, estabelecer relações (comparações, diferenças, pertencimento, dependência e outras), expressar ideias e entendimentos sobre textos e classificar elementos, objetivando apresentar trabalhos e criar esquemas de estudo.

Figura 1 - MC construído para expressar a diferença entre diabetes tipo 1 e 2.



Havia uma breve exposição teórica sobre os recursos e estratégias, usando o Xmind exibido num projetor, e, em seguida, o aluno era desafiado a usar esses recursos e estratégias para construir um MMC. Por exemplo, com base num texto sobre a diferença entre diabete do tipo 1 e diabete do tipo 2, foi construído o MC

(Figura 1). Foi usada a estratégia “diferença”. Cada elemento em um nó ou tópico. Cada tópico flutuante, contendo os parâmetros (peso, idade, genética e tratamento) para se estabelecer a diferença, foi posicionado no meio. As linhas ou setas tracejadas são o recurso relacionamento, contendo o texto que expressa a diferença no caso de cada parâmetro, partindo deste e indo em direção aos elementos. Em termos do peso, ele não está associado aos casos da diabetes do tipo 1, mas em excesso pode provocar a diabetes do tipo 2 (Figura 1). Na construção, a ideia é que a pessoa tenha em mente a intenção de criá-lo como se fosse ensinar ou explicar o conhecimento construído para outra pessoa. Interessante a quantidade de mapas diferentes produzidos.

Foi construído pelos alunos um mapa (Figura 2), com recursos e estratégias de ambos os mapas, mental e conceitual, que constou da uma relação de dependência com base num texto sobre controle da diabetes.

Figura 2 - MM/conceitual sobre o controle da diabetes

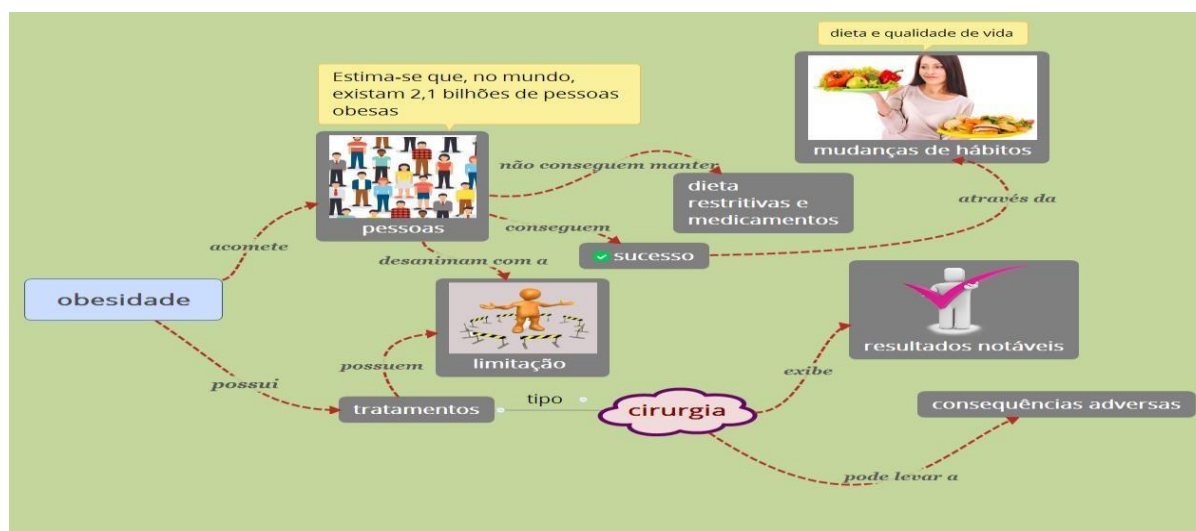


Utilizou-se o recurso relacionamento (“depende”) e as estratégias dependência e de elencar elementos (*quantidade de carboidrato, de proteína e de gorduras*). A pessoa, que construiu o mapa, seguiu a recomendação de dosar a quantidade de textos dentro de cada nó e elegeu palavras-chave significativas ou que “dizem muito sobre o assunto”. Houve combinação acertada de cores e bom posicionamento de nós envolvidos, favorecendo a apreensão rápida da ideia do texto. Uma leitura possível para o mapa seria: *o controle da diabetes depende do que comemos. Como assim? Da quantidade de carboidrato, de proteína e da quantidade de gorduras que “ingerimos” (palavra deduzida pelo leitor)*. Se fosse apagado o relacionamento “depende” do mapa e, conseqüentemente, o nó “controle de diabetes”, ele seria apenas um MM e não um MC.

O MC da Figura 3 expressa o entendimento de um texto sobre obesidade, tendo sido usados os nós ou tópicos flutuantes e muitas imagens, além dos relacionamentos.

Foram totalizadas 16 aulas, sendo que as quatro últimas foram dedicadas à apresentação dos projetos dos alunos. Um sobre como apresentar seu currículo ou sua identidade social usando mapas. Outro consistia na sistematização de um assunto de interesse que poderia estar relacionado a área de atuação de cada um, vida profissional ou acadêmica. Vários tipos de currículos diferentes e criativos e projetos pessoais, mostrando engajamento dos alunos durante a atividade. Alguns projetos pessoais: história da bicicleta, história da moda, planejamento de viagem e mulheres *versus* história da arte. Em ambos os projetos, foi proposto que os alunos usassem todos os conceitos ensinados e aprendidos e realizassem uma apresentação.

Figura 3 - MC sobre obesidade construído com base em texto fornecido para os alunos em sala de aula.



Os alunos voluntários participaram de todas as partes do planejamento das aulas, inclusive da dinâmica, teoria e prática. Ajudaram na construção dos planos de aula, na explanação prática dos recursos do Xmind e estratégias usadas nos mapas e no esclarecimento de dúvidas em sala. Foram introduzidos, paulatinamente, os principais recursos do *software* Xmind e suas estratégias de listar, elencar, enumerar e apresentar elementos do MM. Por exemplo, como definir a estrutura do mapa, o que é o tópico central, o uso dos subtópicos, como salvar e exportar o mapa construído, a alteração ou introdução de um plano de fundo e da sua cor. Logo em seguida, um texto sobre um tema específico era lançado para o aluno tarefas, tendo como objetivo levar o aluno a praticar as novas funcionalidades e estratégias explicadas. Após, foi a vez do MC, que exigiu uma dedicação maior dos alunos. A compreensão e o uso do recurso “relacionamento” do *software* do Xmind, a princípio,

foi um grande desafio para parte dos alunos, mas que foi sendo superada à medida em que as tarefas iam sendo executadas na prática.

5. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Sobre o perfil dos alunos do curso Mapas em Ação, dos doze participantes, nove, a maioria, era discente da universidade. Os demais, funcionários terceirizados (um dos nove) e servidores efetivos ou permanentes (dois dos nove). A grande parte (9) tinha curso superior incompleto; uma parcela dos entrevistados (dois dos doze), já estava formada e apenas um já possuía uma pós-graduação, mestrado em Ciências Sociais. Sobre o curso do indivíduo, tem-se o resultado que se segue. A metade dos alunos (seis dos doze) era de AE; uma parte (um dos doze), de Engenharia Florestal; outra (um dos doze) de Hotelaria; outro (um dos doze) de Pedagogia e dois dos doze pertenciam ao curso de Licenciatura em Belas Artes. Apenas um dos alunos já possuía mestrado em Ciências Sociais. No que se refere à área de atuação profissional, um dos doze atua na área de Ciências Agrárias, dois na de Linguística, Letras e Artes, quatro na de Ciências Humanas e cinco na de Ciências Sociais Aplicadas. A metade (6) afirmou que já trabalhou, mas que no momento não estava trabalhando; quatro dos doze assinalaram que sim e uma parte reduzida (1) estagiava na época. Apenas um respondeu que nunca trabalhou.

Em termos do canal ou meio de divulgação pelo qual o aluno soube sobre o curso, uma parte (4) tomou conhecimento pelo um amigo (aluno), outra parte (4) ficou sabendo pelo Quiosque (sistema acadêmico da Rural), um dos inscritos, por cartazes, outro tomou ciência pelas redes sociais e dois dos nove souberam pelo *site* da UFRRJ. Ou seja, os indivíduos foram mais alcançados por meio da interação com os amigos e com o sistema acadêmico. Sobre os motivos para realizarem o curso, foram contabilizados, 7 votos para a opção aprimoramento profissional, aprimoramento pessoal permaneceu em segundo, com 5, empatando com o item melhorar capacidade de organização; já as opções melhorar rendimento nos estudos e curiosidade, cada qual, recebeu 3 votos, ocupando ambas o terceiro lugar na escolha e, por último, horas complementares, com apenas 1 voto.

No que tange os aspectos relativos à infraestrutura e dinâmica do curso, sobre a ventilação da sala de aula, a maior parte dos alunos (7) optou por pontuações favoráveis. Com respeito ao posicionamento do *datashow*, a maioria (6)

atribuiu pontuações favoráveis. Sobre a iluminação, seis optaram por respostas favoráveis. Cinco dos nove mostraram-se satisfeitos com o estado dos computadores. Pontuações favoráveis foram atribuídas para a afirmação de que as condições gerais de infraestrutura não prejudicaram o desempenho.

Todos os alunos demonstraram satisfação com os *softwares* usados durante a prática, achando-os fácil de usar.

A maioria dos respondentes (6) atribuíram respostas favoráveis para o tempo estipulado para construção dos mapas, a partir de tarefas lançadas. A totalidade mostrou satisfação com as atividades práticas em sala de aula. Todos afirmaram que a equipe de trabalho explicava os objetivos dos exercícios propostos e indicaram pontuações favoráveis em relação à afirmação de que a equipe, em geral, era prestativa e esclarecia as dúvidas. Sobre a aprendizagem, foi pedido ao respondente o nível de concordância com o curso ser um importante diferencial para as atividades de aprendizagem em relação às formas tradicionais de organização do estudo. A grande parte (8) marcou respostas favoráveis para essa afirmativa.

Tabela 1 - Aspectos de aprendizagem

Questão	Aspectos sobre o Conteúdo da Aprendizagem	Facilidade	Regular	Dificuldade
1	Aprender a construir mapas mentais	6	---	3
2	Aprender a construir mapas conceituais	4		5
3	Estabelecer estratégias de relações entre elementos usando mapas conceituais	5	1	3
4	Estabelecer diferença entre elementos usando mapas conceituais	6	1	2
5	Expressar o entendimento de textos usando mapas	7	1	1
6	Explicitar apresentações de ideias, conceitos, etc. usando mapas mentais	6	1	2
7	Criar esquema de estudos usando mapas	8	1	0
8	Classificar elementos usando mapas mentais	6	1	2

Os resultados seguintes são referentes às questões fechadas (Tabela 1), que revelam o grau de facilidade ou dificuldade em aprender os mapas e em realizar determinadas atividades ou estratégias de aprendizagem depois de tê-los aprendido. Isso, com o propósito saber sobre a efetividade da aprendizagem dos mapas no curso e se os alunos reconheceram como ferramenta útil para exposição e organização do pensamento. E se o curso agregou em termos do emprego dos conhecimentos nas atividades reais de estudo. No referente à facilidade de aprender a construir mapas mentais, a maioria dos respondentes optou por respostas indicativas de facilidade (6). Sendo que três dos nove afirmaram ser parcialmente difícil. No caso dos mapas conceituais, cinco dos participantes atribuíram respostas

dentre as indicativas de dificuldade em aprender a construí-los. Os alunos perceberam mais dificuldade em aprender MC.

Quanto ao estabelecimento de relações (comparação, diferenças e pertencimento, por exemplo) depois de já ter aprendido a construir mapas conceituais, cinco dos nove optaram por pontuações indicativas de facilidade, sendo que três dos nove assinalaram parcialmente difícil. Um pouco mais que a metade respondeu sentir facilidade em estabelecer relações, depois de ter aprendido mapas conceituais. Para estabelecer diferenças entre elementos, depois de ter aprendido a construir mapas conceituais, a maior parcela (6) apontou facilidade. Apenas dois optaram por parcialmente difícil e um dos nove por indiferente ou regular. Nenhum pontuou como difícil. A grande parte dos alunos (7) assinalaram graus de facilidade quanto a expressarem o entendimento sobre um texto a fim de apresentá-lo a outras pessoas usando MMC, depois de já os terem aprendido. Um dos nove escolheu indiferente ou regular e apenas um indicou algum grau de dificuldade.

Em termos do grau de facilidade ou dificuldade de explicitar itens para apresentação de conceitos, tipos, ideias, exemplos e outros elementos, depois de terem aprendido mapas mentais e os utilizando desde então, a maior parte (6) dos entrevistados atribuiu respostas que indicaram facilidade. Dois dos nove optaram por pontuações que sinalizavam alguma dificuldade e um dos nove por regular, mostrando tendo aprendido mapas mentais para explicitação de itens, e fazer isso passou a ser fácil ou parcialmente fácil. A grande parcela (8) se manifestou com respostas indicativas de facilidade, depois de aprenderem MMC, conseguindo criar seus próprios esquemas de estudo sobre conteúdos diversos. Apenas um respondeu indiferente ou regular e ninguém apontou algum grau de dificuldade. Com relação à construção de MM para classificar elementos depois de aprenderem a usá-lo, a maior parte (6) assinalou respostas dentre as que sinalizaram graus de facilidade, demonstrando efetiva aprendizagem.

Apenas dois dos nove mostraram-se com algum grau de dificuldade e um afirmou indiferente ou regular. Sobre a questão “quais as estratégias usadas em MMC que você sentiu mais dificuldade de aprender?”, em primeiro lugar e empatado com a opção outros (outras estratégias) está estabelecer relação de dependência entre elementos com 3 votos; em segundo, com 2, estabelecer relação de

pertencimento; em terceiro, vem a opção elencar e descrever elementos, com 1, e sem indicação de dificuldade estão as estratégias comparar (estabelecer diferenças e semelhanças) e classificar elementos. Houve, no preenchimento da especificação “outras estratégias”, o termo “expressar ou apresentar ideias de textos”.

A seguir estão apresentados os resultados das respostas abertas relacionadas à efetividade da aprendizagem. Para a questão sobre as dificuldades, três dos nove alunos afirmaram não ter tido dificuldade alguma, usando a expressão escrita ou termo: “Nenhuma”; dois expressaram dificuldades em estratégias de relações (de dependência e de diferença); um dos participantes demonstrou que teve dificuldade em entender a diferença entre MMC na prática; dois depuseram que tiveram dificuldade apenas no início e um afirmou dificuldades em cumprir o tempo proposto para realização dos exercícios em sala, ressaltando que: “...pois eu focava muito na parte visual e isso me atrasava”. Sobre os pontos fortes do uso de mapas nas atividades diárias de aprendizagem, as expressões originais utilizadas seguem: “Esclarecimento de ideias”; “Melhor assimilação de conteúdo”; “Apresentação de Trabalho, de currículo, de estudo”; “Resumo de textos”; “Apresentação de seminário”; “poder de síntese, resumo, objetividade, lógica, correlacionamento de ideias” e “Organização de ideias”.

Neste caso, um dos participantes afirmou: “Me ajudou a fazer resumos melhores, mais objetivos e claros”; e outro expressou: “Tenho utilizado bastante para fazer resumos, destrinchar os textos para minha monografia e organizar meu orçamento”. O que se deduz disso é que os entrevistados indicaram pontos fortes que coincidem, na prática, com o exposto na literatura que aborda MMC, e que os alunos incluíram a construção de mapas em suas vidas no dia-a-dia, em atividades de aprendizagem e planejamento. No que tange aos pontos fracos, quatro dos nove respondentes não apontaram ponto fraco algum, sendo que 3 usaram o termo Nenhum e um deles se expressou assim: “não consigo definir pontos negativos do uso de mapas nas minhas atividades diárias de aprendizagem”.

Quatro dos nove participantes referiram-se ao tempo gasto para construir os mapas como um ponto fraco, sendo que um deles até expressou-se da seguinte forma: “não sei se chega a ter necessariamente um ponto fraco, mas às vezes sinto que levo muito tempo fazendo mapas”. Um dos nove respondeu: “Acredito que seja

um aprendizado continuado. Tem que treinar. A dificuldade maior é a falta de equipamento para treinar fora da sala de aula”. Essa resposta não foi considerada para efeito desta questão, pois pareceu que se tratava ainda de uma afirmação referente à questão sobre o levantamento de dificuldades, abordada anteriormente.

6. CONCLUSÕES

O projeto em pauta teve como um dos seus produtos o curso de extensão Mapas em Ação. O artigo apresentou as percepções dos sujeitos sobre esse curso. Com base nos dados coletados na inscrição, os indivíduos, em grande parte alunos da universidade UFRRJ, pertenciam a áreas diferentes, o que pode ser um indicativo de que pessoas de diferentes áreas se interessaram na aplicabilidade dos mapas conceituais. A maioria trabalhava ou estagiava e pertencia ao curso de AE da UFRRJ. A maior parte tomou conhecimento sobre o curso por meio de um colega ou sistema acadêmico. A grande parcela considerou que o curso iria contribuir para o aprimoramento profissional e pessoal e melhoria da capacidade de entendimento sobre a gestão da organização. Apenas uma minoria (1) se referiu a horas complementares.

Em geral, os participantes ficaram satisfeitos com a infraestrutura oferecida, com a dinâmica das aulas e com o comportamento da equipe de trabalho para a integração nas atividades. Mais que a metade dos alunos percebeu que depois de aprender a construir mapas, ficou bem mais fácil estabelecer relações entre elementos, entender e explicar as diferenças entre mapas conceituais, expressar o entendimento de textos, explicitar apresentações de ideias, conceitos e outros, criar esquemas de estudos e classificar elementos usando mapas mentais. A grande parte indicou facilidade para criação de esquemas de estudo, o que demonstra a efetividade na aprendizagem dos mapas, reconhecendo-os como ferramenta útil para exposição e organização do pensamento.

A maioria sinalizou também facilidade em aprender a construir mapas mentais. E mais da metade percebeu que, inicialmente, teve dificuldade em aprender a construir mapas conceituais, a qual foi superada à medida que punham em prática os conceitos aprendidos. Os alunos, de forma geral, apontaram pontos fortes que coincidiram com as vantagens, aplicabilidades e benefícios dos mapas, encontrados na literatura, mas apenas três indicaram o tempo despendido para construção dos

mapas como ponto fraco. Os demais reconheceram apenas a existência de benefícios.

Pretende-se avançar para alcançar um número de maior de pessoas no curso e projeto, ampliando a divulgação sobre uso de mapas, ainda significativamente desconhecido na universidade. E, conseqüentemente, poder consolidar resultados sobre a utilização de mapas mentais e conceituais na organização do pensamento humano.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUZAN, T. *Mapas mentais e sua elaboração*. Editora Cultrix, 2005.

_____. *Use sua mente: como desenvolver o poder do seu cérebro*. São Paulo: Integrare Editora, 2011.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

CMC 2014. *6th International Conference on Concept Mapping*. 2014. Disponível em: <<http://cmc.ihmc.us/cmc2014/CMC2014Program.html>>. Acesso em: 23 set. 2017.

CMC 2018. *8th International Conference on Concept Mapping*. 2018. Disponível em: <<http://cmc.ihmc.us/>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

CORREA, M. M. A.; VINCHIRA, A. V; VALÁSQUEZ, M. M. G. Gestión del conocimiento científico en la Universidad de Antioquia: integración de herramientas para la formulación de una estrategia. *INNOVAR*, v. 28, n. 68, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/inno/v28n69/0121-5051-inno-28-69-00071.pdf>>. Acesso em: 23 abril 2019.

GRIFFO, C.; CURY, D. Tomadas de decisão em ambiente de aprendizagem organizacional ontologicamente modelado. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240615640_tomadas_de_decisao_em_ambiente_de_aprendizagem_organizacional_ontologicamente_modelado>. Acesso em: 23 set. 2017.

KIANTO, A.; SÁENZ, J.; ARAMBURU, N. Knowledge-based human resource management practices, intellectual capital and innovation. *Journal of Business Research*, v. 81, 2017.

LIKERT, R. *The Human Organization: Its Management and Value*. USA: McGraw-Hill, 1967.

COELHO, Leonardo. *101 Mapas Mentais de Administração*. Curso de Mapas Mentais. Notas de Aulas, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.exponencialconcursos.com.br/produto/101-mapas-mentais-de-administracao>>. Acesso em: 19 maio. 2019.

PERDOMO, Jose Luis. *Gestão de Pessoas, Liderança e Mapas Mentais!* [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ecrconsultoria.com.br/biblioteca/artigos/gestao-de-pessoas/gestao-de-pessoas-lideranca-e-mapas-mentais>>. Acesso em: 19 maio. 2019.

MARINS, A. O que são Mapas Mentais?. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-efinancas/o-que-sao-mapas-mentais/28259/>>. Publicado em 25 fev. 2009. Acesso em: 20 ago. 2015.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A Teoria Subjacente aos Mapas Conceituais e Como Elaborá-los e Usá-los. *Práxis Educativa*, v. 5, n. 1, 2010.

OLACHEA, A. M. Uso de Mapas Conceptuales para La Resolución de Problemas de La Aplicación Económica de La Derivada e Integral En Un Curso de Matemática II. p. 10, 2018.

PIÁ, A. B.; BLASCO-TAMARIT, E.; MUÑOZ-PORTERO, M. J. Different applications of concept maps in Higher Education. *Journal of Industrial Engineering and Management*, v. 4, n. 1, pp. 81-102, 8 abr. 2011.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. DP&A, 1999.

SANTOS, A. R.; PACHECO, F. F.; BASTOS Jr., P. A. *Gestão do Conhecimento: uma experiência para o sucesso empresarial*. Curitiba: Champagnat, 2001.

SCHULTZ, E. S.; RENTERÍA, M. I. El Uso de Los Mapas Andamios como Estrategia para Mejorar la Comprensión de la Ciencias Sociales en Estudiantes de 6º, Panamá, 2018.

SILVA, E. C. DA. Mapas Conceituais: Propostas de Aprendizagem e Avaliação. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 16, n. 4, pp. 785-815, 31 dez. 2015.

TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. *Ciências & Cognição*, v. 12, pp. 72-85, 2007.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 5. ed., Bookman Editora, 2014.

Submetido em: 22 de junho de 2019

Aceito em: 10 de setembro de 2019

ANÁLISE DAS TEORIAS *PECKING ORDER* E *TRADE-OFF* NO CONTEXTO DE ELEVADO ENDIVIDAMENTO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

João Victor de Oliveira Souza¹
Alexandre Teixeira Norberto Batista²
Handerson Leonidas Sales³
Roberto Silva da Penha⁴

Resumo: As teorias, *Pecking Order* e *Trade-Off*, rivalizam entre si na explicação de como as empresas supostamente financiam seus ativos. Fatores determinantes da alavancagem financeira podem ter relacionamentos opostos na interpretação de cada teoria. Espera-se que esses fatores determinantes possam ser mais significativos em contextos de crise financeira ou endividamento acentuado de empresas. Assim, Este trabalho teve por objetivo verificar se o comportamento dos fatores determinantes da alavancagem financeira, no contexto brasileiro de endividamento elevado de companhias de capital aberto selecionadas, adere as teorias *Trade-off* ou *Pecking Order*. No intuito de verificar a relação entre fatores determinantes e a alavancagem financeira das empresas, foi aplicada a regressão linear múltipla em uma amostra de 217 empresas. Foram consideradas como variáveis explicativas a rentabilidade, o crescimento, o tamanho e o índice de dividendos pagos. O período considerado pela pesquisa contemplou o ano de 2015, ano em que o endividamento dessas empresas se mostrou superior (ECONOMATICA®, 2017). Constatou-se que a rentabilidade possui relação negativa com o endividamento, enquanto, o tamanho, crescimento e índice de dividendos são relacionados positivamente. De modo geral, os resultados sugerem que há predominância de variáveis explicativas que fundamentam a teoria do *Pecking Order*. Essa conjuntura, dedutivamente, contribuiu para alcance de resultados significativos em todas as dimensões analisadas, diferentemente de alguns estudos anteriores.

Palavras-chave: Endividamento; *Pecking Order*; *Trade-off*.

Abstract: The theories, *Pecking Order* and *Trade-Off*, rival each other in explaining how companies are supposed to fund their assets. Determinants of leverage may have opposite expected relationships when interpreting each Theory. These determinants are expected to be more significant in contexts of financial crisis or heavy corporate indebtedness. Therefore, the objective of this study was to verify if the relationship between the determinants of financial leverage, in the Brazilian scenario of high indebtedness of selected publicly-traded companies, adheres to the *Trade-off* or *Pecking Order* theories. In order to verify the relationship between determinant factors and the financial leverage of the companies, a multiple linear regression model was applied considering a sample of 217 companies. Profitability, growth, size and paid dividends index were considered as explanatory variables. The period considered was the year of 2015, period in which the indebtedness of these companies showed at a higher level (ECONOMATICA®, 2017). It was verified that the profitability has negative relation with the indebtedness, whereas, the size, growth and paid dividends index are related positively. In general, the results suggest that there is predominance of the *Pecking Order* theory in determining indebtedness. This scenario, deductively, contributed to the achievement of significant results in all analyzed dimensions, unlike some previous studies.

Keywords: Indebtedness; *Pecking Order*; *Trade-off*.

¹ Graduado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

² Professor do curso de Administração da UFMG, Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

³ Prof. do curso de administração da UFMG. Msc em Administração pela Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo e doutorando no Programa de Desenvolvimento Social da UNIMONTES.

⁴ Professor Assistente dedicação exclusiva do curso de Administração da UFMG, doutorando em Ciências Contábeis na UFU e Msc em Ciências Contábeis pela UnB.

1. INTRODUÇÃO

As empresas buscam aumentar cada vez mais a sua rentabilidade. Para atingir esse objetivo, as decisões dos administradores e gestores não devem comprometer a saúde financeira das organizações. O financiamento das operações de uma organização pode se dar por meio de três vias, seja através de capital próprio, por meio de recursos de terceiros ou pela absorção dos lucros gerados internamente. A estrutura de capital, obtida pela proporção existente de capital de terceiros e capital próprio, possibilita identificar a forma de financiamento predominante de uma empresa e quem serão os donos do fluxo de caixa (BREALEY; MYERS; ALLEN, 2008).

Uma adequada determinação de uma estrutura de capital das empresas é fundamental para maximizar a sua rentabilidade e conseqüentemente a sua sobrevivência no mercado (ASSAF NETO, 2012). Nesse sentido, diversos autores buscam explicar o que determina as decisões de financiamento das empresas e qual seria o nível ideal de endividamento (MYERS, 1984; CAMPOS, 2008; BRITO; CORRAR; BATISTELA, 2007; RODRIGUES; KLOECKNER, 2006; ROCHA, 2014; DALLABONA; GONÇALVES; RADLOFF, 2018)

Competem entre si duas teorias sobre a explicação da forma pela qual as empresas irão se alavancar: a teoria do *Trade-off* e de *Pecking Order* (MYERS 1984; MYERS; MAJLUF, 1984). Myers (2001) aponta que com base na teoria do *Trade-off*, as empresas buscam o estado de equilíbrio entre as vantagens fiscais do endividamento externo e o custo de possíveis dificuldades financeiras. Já a teoria do *Pecking Order* pontua que há uma ordem de preferência pelo uso de recursos para investimentos nas empresas, sendo que a retenção de caixa é a principal, seguida da dívida externa de baixo risco e, em última hipótese, o lançamento de novas ações no mercado.

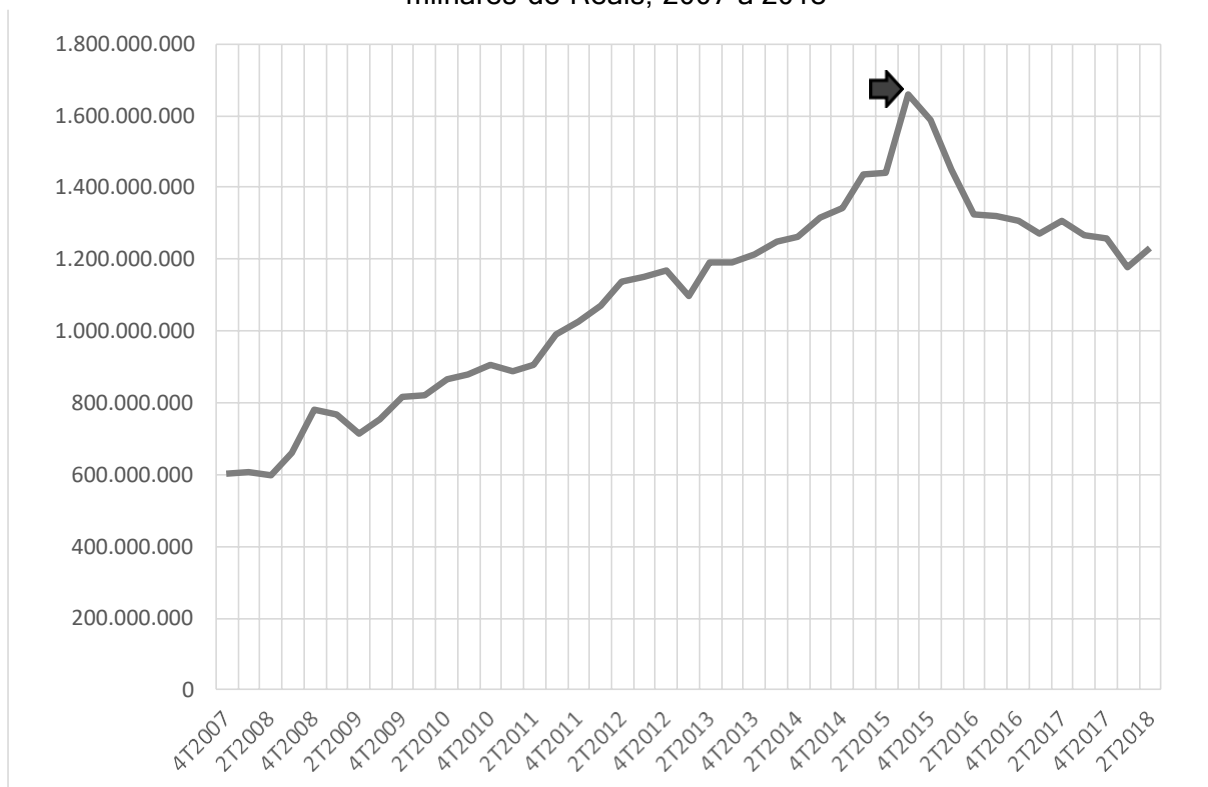
Com base nesse contexto e na constante busca acadêmica de retomar as predições testáveis de teorias clássicas a fim de verificar a sua efetividade sob reflexos de imperfeições e variações de conjuntura do mercado, este trabalho teve por objetivo verificar se o comportamento dos fatores determinantes da alavancagem financeira, no contexto brasileiro de endividamento acentuado de companhias de capital aberto selecionadas, adere as teorias *Trade-off* ou *Pecking Order*.

A justificativa deste trabalho deriva, primeiramente, do fato de que, a despeito das diferentes teorias existentes e dos inúmeros estudos realizados, o tema continua sendo tão atual quanto controverso (ASSAF NETO, 2012; BRITO; CORRAR; BATISTELA, 2007; CAMPOS, 2008). Apesar da contribuição de diversos autores, entre os quais destacam-

se aqueles citados na revisão teórica, para o entendimento das características do financiamento das empresas brasileiras, observa-se que as maiores pesquisas empíricas a respeito da estrutura de capital das empresas e as opções de financiamento foram desenvolvidas em países economicamente desenvolvidos em relação ao Brasil.

A análise do ano de 2015 se dará, pois, este foi considerado o momento de maior endividamento das companhias brasileiras nos últimos tempos, período este que foi recentemente revivido no cenário nacional, registrados no primeiro trimestre de 2017 endividamento a patamares semelhantes (ECONOMATICA®, 2017). A Figura 1 mostra a evolução da dívida bruta de companhias selecionadas, ajustada pelo IPCA de junho de 2018, com destaque para o terceiro trimestre ano de 2015, onde constatou-se um nível acentuado de endividamento:

Figura 1 - Evolução da dívida total bruta de 221 empresas brasileiras de capital aberto, em milhares de Reais, 2007 a 2018



Fonte: Elaboração própria com dados da Economática®.

Dessa forma, o estudo dos determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras é um tópico de estudo de relevância, pois permite o entendimento mais claro dos fatores que determinam a maximização dos lucros e a saúde financeira das organizações. Ademais, é imprescindível a Alavancagem Financeira para a maximização dos resultados das organizações em determinados casos, assim sendo, é uma ferramenta fundamental para as finanças corporativas.

Assim, o presente estudo busca contribuir para o esclarecimento de algumas questões referentes ao tema, analisando o comportamento das empresas brasileiras com ações negociadas em bolsa de valores com relação a alguns determinantes da estrutura de capital.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fatores determinantes da estrutura de capital

As organizações necessitam de recursos financeiros para financiar suas atividades e promover seu crescimento, de modo a assegurar a sua sobrevivência e expansão. Além disso, é fundamental entender uma excelente composição do modo como esse financiamento ocorre, uma vez que a variação no custo de capital próprio e no de terceiros poderá determinar os resultados da empresa e o lucro destinado aos acionistas (FAMA; FRENCH, 2002).

Segundo Damodaran (2014) a estrutura de capital é um importante elemento para a empresa pois, na presença do benefício fiscal do endividamento e custos de dificuldades financeiras, além de conflitos de interesses e assimetria de informações, ela pode trazer reflexos para a maximização ou redução do valor da firma. Vantagens fiscais oriundas do endividamento e os custos de insolvência são, definitivamente, fatores que devem guiar os administradores na definição da estrutura de capital. No entanto, conflitos de interesses e assimetria de informações podem impactar nessas decisões (YOUNG; O'BYRNE, 2013).

Assim, os determinantes das escolhas sobre estrutura de capital referem-se aos modelos baseados nas interações das características da empresa e sua estrutura de capital. As empresas devem determinar suas estruturas de capital influenciadas por atributos ou características que determinam os vários custos e benefícios associados ao financiamento de suas operações (alguns desses atributos supracitados). Uma vez que, existem atributos que são relevantes para as decisões de financiamento das empresas, pois exercem impactos nos custos e na maximização dos lucros. Dessa forma, como cada empresa apresenta diferentes atributos, a estrutura de capital mais apropriada seria diferente para cada uma delas (TITMAN; WESSELS, 1988).

Alguns atributos são a estrutura de ativos da organização; o crescimento da empresa; as empresas que produzem produto único ou especializado; o tamanho da empresa; a volatilidade dos lucros; e a lucratividade (TITAMN; WESSELS, 1988).

Esses atributos puderam ser testados em artigos empíricos a partir das predições teóricas de importantes trabalhos clássicos, que remodelaram a importância das decisões de financiamento. Dentre eles, destacam-se Modigliani e Miller (1958; 1963); Jensen e Meckling (1976); Myers (1984); Myers e Majluf (1984). Tais pesquisas apontaram correntes teóricas diferentes sobre como as decisões de financiamento são tratadas nas organizações. Dentre elas tem-se o *Trade-Off* benefício fiscal e custos de insolvência e a teoria da hierarquia das fontes de financiamento (*Pecking Order*). São variados os trabalhos empíricos que testaram tais correntes teóricas a fim de verificar a sua aderência dentro de contextos e problematizações diferentes (TONG; GREEN, 2005; CAMPOS, 2008; RODRIGUES; KLONECKER, 2006; BRITO; CORRAR; BATISTELA, 2007; KAYO; KIMURA, 2011; CORREA; BASSO; NAKAMURA; 2013; ELSAS; FLANNERY; GARFINKEL, 2014; ROCHA, 2014; DALLABONA; GONÇALVES; RADLOFF, 2018; GONÇALVES; SILVA; BORGES JUNIOR, 2018)

2.2 A Teoria *Trade-Off*

A teoria do *Trade-off* justifica a utilização moderada de financiamento externo. Assim, a empresa utilizará de capital externo até o equilíbrio em que os benefícios fiscais provenientes do endividamento não excedam o risco das dificuldades financeiras (MYERS, 2001).

As empresas buscam um ponto ótimo de endividamento considerando o benefício fiscal e os custos de dificuldades financeiras. Assim, deve-se considerar o valor da empresa composto por três partes, a saber, o valor da empresa “desalavancada”, ou seja, financiada apenas por capital próprio; o valor do benefício fiscal; o valor das dificuldades financeiras, que compreendem os custos de agência, falência e juros (BREALEY; MYERS; MARCUS, 2002).

A utilização de mais capital de terceiros eleva o risco do fluxo de lucros da empresa. Assim, um grau de endividamento mais alto geralmente aumenta a taxa de retorno esperada. O risco maior tende a reduzir o preço da ação, contudo uma taxa de retorno esperada mais alta o faz aumentar (BRIGHAM; HOUSTON, 1999).

A teoria do *trade-off* entende que à medida que a empresa eleva seu endividamento, amplia o seu benefício fiscal e aumenta o valor da empresa. Entretanto, o aumento do endividamento provoca os custos de dificuldade financeira. Assim, é imprescindível esclarecer e mensurar os impactos desse artifício, a fim de determinar um ponto ideal de endividamento, que apenas maximize o valor da empresa e não a comprometa (BREALEY; MYERS; MARCUS, 2002).

2.3 A Teoria *Pecking Order*

A teoria do *Pecking Order*, também conhecida como a teoria da hierarquia das fontes de financiamento, surge com os trabalhos de Myers e Majluf (1984) que consideram a empresa como possuidora de ativos já estabelecidos e oportunidades de crescimento, em que a estrutura de capital é função da mudança dos pesos relativos desses dois componentes que formam a empresa. Assim, a empresa deveria utilizar dívidas para financiar esses ativos estabelecidos e ações para financiar novas oportunidades de crescimento.

Portanto, a teoria do *Pecking order*, diferentemente da *Trade-off*, começa a partir da assimetria de informação, na qual os gestores conhecem mais a respeito das oportunidades, riscos e valores da empresa do que dos agentes externos a ela. Segundo Myers e Majluf (1984), as empresas têm preferência por recursos financeiros internos além de ajustarem as suas políticas de dividendos de acordo com as oportunidades de investimentos.

A assimetria da informação afeta a escolha das fontes que financiarão as operações e investimentos das empresas. Há, assim, a presença de uma hierarquia que se inicia com a preferência por financiamento interno, reinvestindo os lucros da empresa. Em seguida, são considerados a emissão de novos títulos de dívidas e em último lugar a emissão de novas ações (BREALEY; MYERS; ALLEN, 2008).

A referida corrente teórica entende que não há uma estrutura de capital bem definida e, portanto, não há um nível ótimo de endividamento contradizendo o que indica a teoria do *Trade-off*. A partir da *Pecking order*, é possível entender que as empresas com alta lucratividade preferem contrair menos dívidas, pois elas podem utilizar os recursos gerados como fonte de financiamento, ao passo que empresas menos lucrativas acabam ficando reféns dos recursos externos.

2. 4 Estudos na realidade brasileira

O estudo de Brito, Corrar e Batistela (2007) buscou analisar a estrutura de capital das maiores empresas atuantes no Brasil no período de 1998 a 2002. O enfoque da pesquisa era investigar a relação entre o nível de endividamento e os fatores apontados pela teoria como determinante. Os resultados indicaram que risco, tamanho, composição dos ativos e crescimento são fatores relevantes para a estrutura de capital da empresa. Já rentabilidade e tipo de capital não se mostraram determinantes.

Outro trabalho nessa linha, de Rodrigues e Kloeckner (2006), compreendeu que a teoria do *Pecking Order* é a que melhor explica o endividamento das empresas. A pesquisa buscou entender se os níveis de endividamento adotados pelas empresas são aleatórios ou determinados por políticas ou variáveis específicas. O estudo analisou 77 empresas com dados relativos ao período 1995 a 2002. A análise verificou que a tangibilidade dos ativos, oportunidades de crescimento, rentabilidade e déficit de caixa são os únicos determinantes que se mostraram significantes.

Com o objetivo de analisar as variáveis determinantes da estrutura de capital de 214 empresas brasileiras Campos (2008) aplicou três modelos de regressão que testavam as seguintes posições: determinantes da alavancagem financeira; alavancagem financeira e dividendos e os investimentos corporativos e financiamentos. O trabalho concluiu que há uma relação negativa entre alavancagem financeira e a rentabilidade das empresas. É também significativa a relação positiva entre alavancagem financeira e os índices de dividendos pagos e, por fim, concluiu-se que a relação entre investimento e financiamentos é inconclusiva.

Rocha (2014) buscou analisar qual seriam os determinantes da estrutura de capital de firmas com baixo, médio e alto endividamento. O estudo analisou empresas no Brasil, Argentina e Estados Unidos. Foi constatado que há diferenças significativas para os determinantes da alavancagem em empresas com índices de endividamento distintos. As empresas com elevado endividamento mostraram relação significativa com a lucratividade, tamanho, risco de falência e índice de dividendos.

Entende-se que os estudos na realidade brasileira evidenciaram características importantes para o entendimento da alavancagem financeira das organizações, no entanto, tais estudos ocorreram em período e cenário econômico diverso do que se pretende analisar. Esta pesquisa buscará ainda averiguar os determinantes em uma

amostra maior dos estudados anteriormente, contrastando em períodos com diferentes conjunturas de endividamento.

3. METODOLOGIA

3.1 Hipóteses da Pesquisa

Com o propósito de analisar a aplicação da teoria *Trade-off* e *Pecking order* no cenário brasileiro serão testadas as seguintes hipóteses:

Quadro 1 - Hipóteses de Pesquisa

Hipóteses	Teoria de Suporte	Var. Dependente	Relação Esperada	Var. Independente
H1	<i>Trade-off</i>	Alavancagem	+	Rentabilidade
H2	<i>Pecking Order</i>	Alavancagem	-	Rentabilidade
H3	<i>Trade-off</i>	Alavancagem	+	Tamanho
H4	<i>Pecking Order</i>	Alavancagem	-	Tamanho
H5	<i>Trade-off</i>	Alavancagem	-	Crescimento
H6	<i>Pecking Order</i>	Alavancagem	+	Crescimento
H7	<i>Trade-off</i>	Alavancagem	-	Dividendos
H8	<i>Pecking Order</i>	Alavancagem	+	Dividendos

Fonte: Adaptado de Campos (2008).

As hipóteses estão organizadas por quadrantes de entendimento da relação ditada por cada uma das teorias a respeito do comportamento das variáveis explicativas em relação à alavancagem e dão declarações mutuamente exclusivas.

3.2 Coleta de dados

A fonte dos dados para a especificação do modelo de regressão é o banco de dados Economatica®, que compila informações a respeito das sociedades anônimas brasileiras cujas ações são negociadas na B3. O período considerado pela pesquisa foi o ano de 2015, que foi período de acentuado endividamento das empresas brasileiras. As empresas do setor financeiro não serão consideradas para esta pesquisa, uma vez que, são naturalmente alavancadas pela natureza de suas operações.

A amostra de dados inicial contemplou 264 empresas, entretanto, apresentaram restrições de dados relevantes para os cálculos das variáveis rentabilidade e tamanho. Retirou-se, assim, as empresas que apresentaram Patrimônio Líquido e Lucro Líquido negativos por influenciarem a medida de rentabilidade, invertendo o seu sinal, já que numerador e denominador do quociente seriam negativos. Também foram excluídas empresas que apresentaram Receita Operacional Líquida nula, para se proceder os cálculos de logaritmo com valores estritamente positivos, já que é uma condição de existência dos logaritmos. Tal procedimento se deu devido às distorções que tais dados

causariam nas análises. Assim, após os filtros aplicados, a amostra final somou 217 empresas.

3.3 Variáveis inseridas no modelo de regressão

Utilizou-se a Estrutura de Capital como *Proxy* representante da Alavancagem Financeira, tal será a variável dependente, a fim de analisar a influência dos demais fatores sob tal índice. As variáveis explicativas foram selecionadas para representar os fatores potencialmente determinantes da estrutura de capital das empresas, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Composição das Variáveis Explicativas

Abreviatura	Variável	Mensuração	Referências
ALF*	Alavancagem Financeira	$\frac{DÍVIDA\ TOTAL\ BRUTA\ MÉDIA}{CAPITAL\ INVESTIDO\ MÉDIO}$	Adaptado de Campos (2008); Tong e Green (2005); Rocha (2014);
RTB	Rentabilidade	$\frac{LUCRO\ LIQUIDO}{PATRIMONIO\ LIQUIDO\ MÉDIO}$	Adaptado de Campos (2008); Tong e Green (2005); Rocha (2014);
CRES	Crescimento	$\frac{ATIVO\ TOTAL\ (t)}{ATIVO\ TOTAL\ (t - 1)}$	Adaptado de Campos (2008); Tong e Green (2005); Rocha (2014);
DIV	Índice de Dividendos	$\frac{DIVIDENDOS\ PAGOS}{PATRIMONIO\ LIQUIDO\ MÉDIO}$	Adaptado de Campos (2008); Tong e Green (2005); Rocha (2014);
TAM	Tamanho	$\ln RECEITA\ OPERACIONAL\ LÍQUIDA$	Adaptado de Campos (2008); Tong e Green (2005); Rocha (2014);

*Variável dependente.

Fonte: Elaboração própria.

3.4 O modelo econométrico

O modelo empregado tem a seguinte forma, conforme Equação 1.

$$ALV = \alpha + \beta_1 RTB + \beta_2 TAM + \beta_3 CRES + \beta_4 DIV + \varepsilon \quad (1)$$

As abreviações representam as variáveis dependente e explicativas; $\alpha, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4$, são os parâmetros a serem estimados e ε , representa o termo de erro da regressão.

Para validação do modelo, foram verificados os pressupostos da regressão linear múltipla, com o auxílio de *software* estatístico apropriado (FÁVERO *et al*, 2014): (1) a variável dependente deverá apresentar distribuição normal; (2) os resíduos estimados devem possuir distribuição normal; (3) os resíduos e as variáveis explicativas não devem possuir elevada correlação (resíduos homocedásticos); e (4) entre as variáveis explicativas não devem haver correlação elevada.

Ademais, a fim de verificar a robustez dos resultados apurados, foram inseridas variáveis *dummies*, como variáveis de controle, representadas pelo Setor Econômico de cada empresa, listados os seguintes setores: Bens Industriais (BI); Consumo Cíclico (CC);

Consumo Não Cíclico (CN); Materiais Básicos (MB); Petróleo, Gás e Biocombustíveis (PT); Saúde (SD); Tecnologia da Informação (TI); Telecomunicações (TC) e; Utilidade Pública (UP).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de cumprir os pressupostos estabelecidos na metodologia desse trabalho, foram aplicados os testes necessários para verificar os pressupostos assumidos pelo modelo de regressão linear múltipla para a validação dos dados.

Para detecção da normalidade dos resíduos, aplicou-se o teste Shapiro-Francia que busca detectar a normalidade da sua distribuição. De acordo com os resultados do teste, verificou-se, com probabilidade de 0,57, que os resíduos possuem uma distribuição normal, não havendo rejeição da hipótese nula.

O teste de White foi aplicado para detecção de Heterocedasticidade (os resíduos devem ser homocedásticos) e tem como objetivo identificar a presença de variâncias desiguais, pois esta é uma das violações mais comuns de suposições. O teste possui as seguintes hipóteses: H_0 : os resíduos são homocedásticos e H_1 : os resíduos são heterocedásticos. Verificou-se que o teste de White indicou que os resíduos são heterocedásticos em função da rejeição da hipótese nula, já que $\chi^2 = 50,92$ (sig. $\chi^2 = 0,000$). Assim, a regressão não atendeu o pressuposto da homocedasticidade, possivelmente pela presença de *outliers*, que fazem com que os pressupostos necessários para a consistência do estimador dos mínimos quadrados ordinários não sejam atendidos (FÁVERO *et al*, 2014). Considerando as particularidades da amostra e que este estudo pretende captar características específicas do ano de 2015, de elevado endividamento, optou-se pela manutenção dos *outliers* e, para correção do pressuposto, aplicou-se a regressão com erro-padrão robusto, como consta na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultado da Regressão Linear

Variáveis	Coefficientes	Sig.
RTB	-0,346	0,036***
CRES	0,031	0,007***
TAM	0,044	0,008***
DIV	0,18	0,090**
CONS	-0,262	0,124**
R ²	0,3178	
Estatística F	F (4, 212)	43,29***
n	217	

Variável dependente: ALF; ***Significante no nível de 1%; **Significante no nível de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa

Foi ainda necessário a aplicação do teste VIF a fim de detectar a presença de multicolinearidade, que é a forte relação entre as variáveis explicativas. Conforme Fávero *et al* (2014) quando o resultado do teste for superior a 5 deve-se rejeitar ou ajustar a amostra. No caso deste trabalho, teve-se como resultado 1.20, portanto, não há indícios de que haverá problemas de multicolinearidade.

A Tabela 3, mostra os resultados da regressão com as variáveis de controle por setor.

Tabela 3 - Resultado da Regressão Linear com variáveis de controle

Variáveis	Coefficientes	Sig.
RTB	-0,351	0,040***
CRES	0,021	0,008**
TAM	0,046	0,008***
DIV	0,205	0,090**
CONS	-0,19	-0,13
BI	<i>Omitida</i>	<i>Omitida</i>
CC	-0,121	0,039***
CN	-0,081	-0,062
MB	-0,079	-0,058
PT	-0,087	-0,112
SD	-0,164	0,052***
TL	-0,127	0,070*
TI	-0,247	0,130*
UP	-0,04	-0,041
R ²	0,3692	
Estatística F	F (12, 204)	19,22***
n	217	

Variável dependente: ALF; ***Significante no nível de 1%; **Significante no nível de 5%; *Significante no nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos setores incluídos na regressão, quatro apresentaram significância estatística. No entanto, verificou-se que a inserção das variáveis de controle não influenciou mudanças nos resultados de relacionamento entre as variáveis e significância do modelo de regressão original. Além disso, a regressão com as variáveis de controle contribuiu para o aumento do poder explicativo do modelo, com R² em 37%.

Após a realização da regressão, verificou-se que todos os coeficientes estimados apresentaram significância estatística a 1% ou a 5%. Pode-se dizer que as variáveis CRES, TAM e DIV tiveram uma relação positiva com a Alavancagem Financeira, enquanto a RTB possui relação negativa, ou seja, quanto maior a rentabilidade é provável que seja pequena a utilização de recursos financiadores externos. O p-valor do teste F foi inferior

a 1%, implicando a rejeição da hipótese nula de que todos os coeficientes estimados das variáveis independentes sejam nulos.

Conforme pontuado por Titman e Wessels (1988) e Harris e Raviv (1991) a variável rentabilidade será negativamente relacionada à alavancagem, uma vez que, a geração de recursos internos promoverá o reinvestimento dos mesmos em detrimento do financiamento externo. Nesse contexto, há grande suporte para a teoria do *Pecking Order* de Myers e Majluf (1984). Essa evidencia foi também encontrada nos estudos de Rajan e Zingales (1995), Tong e Green (2005), Campos (2008) e Rodrigues e Klonecker (2006). Reforça-se, então, que em diversos países e cenários a rentabilidade tenderá a uma relação de oposição ao financiamento externo.

A teoria *Pecking Order* sugere que as empresas com elevado crescimento demandarão investimentos externos para continuar a promover a sua expansão (MYERS, 1984). A *Trade-off* sugere que as empresas em crescimento possuem elevado custo de falência, por conseguinte, também custo financeiro. Desse modo, pressupõe-se que deverão ser menos endividadas as empresas em crescimento (BRITO; CORRAR; BATISTELA, 2007). Os resultados mostraram que o Crescimento teve relação positiva ao endividamento. Talfoi verificado também nos trabalhos de Brito, Corrar e Batistela (2007) e Rodrigues e Klonecker (2006). Logo, há suporte para a teoria do *Pecking Order*.

A variável Tamanho obteve relação positiva com o endividamento das empresas. Acredita-se que as grandes empresas tendem ao endividamento por necessitarem de capital externo para o financiamento de novos investimentos e também por terem maior acesso a fontes de financiamento (BRITO; CORRAR; BATISTELA, 2007). A relação positiva do tamanho com o endividamento fundamenta a teoria do *Trade-off*. O resultado foi semelhante ao dos trabalhos de Rajan e Zingales (1995), Tong e Green (2005), Titman e Wessels (1988), Brito, Corrar e Batistela (2007) e Rocha (2014).

A teoria do *Trade-off* pontua que a relação de dividendos pagos e endividamento é negativa. A *Pecking Order* explicita que os dividendos são parte do déficit financeiro da organização, portanto, relaciona-se positivamente ao endividamento (MEDEIROS; DAHER, 2008). A relação encontrada foi positiva, assim como Tong e Green (2005) e Campos (2008).

O Quadro 3 traz um resumo dos principais estudos empíricos realizados nessa linha. O quadro apresentará apenas as variáveis tangentes as analisadas nesse trabalho a fim de facilitar a comparação dos resultados encontrados.

Quadro 3 - Resultados de trabalhos que testaram as teorias: Trade-off e Pecking Order

Autores e ano	Fatores estudados	Relação com endividamento
Rajan e Zingales (1995)	Tamanho Rentabilidade	Positiva Negativa
Tong e Green (2005)	Rentabilidade Crescimento Tamanho Dividendos	Negativa Positiva Positiva Positiva
Titman e Wessels (1988)	Crescimento Tamanho Rentabilidade	Não significativo Positiva Negativa
Campos (2008)	Rentabilidade Tamanho Crescimento Dividendos	Negativa Não significativa Não significativa Positiva
Rodrigues e Klonecker (2006)	Crescimento Tamanho Rentabilidade	Positivo Não significativo Negativo
Brito, Corrar e Batistela (2007)	Rentabilidade Tamanho Crescimento	Não significativa Positiva Positiva
Rocha (2014)	Rentabilidade Crescimento Tamanho Dividendos	Negativa Positiva Positiva Não significativa
Correa, Basso, Nakamura (2013)	Rentabilidade Tamanho Crescimento	Negativa Não significativo Não significativo
Dallabona, Gonçalves, Radloff (2018)	Rentabilidade Tamanho Crescimento	Negativa Positiva Não significativo
Este trabalho	Rentabilidade Tamanho Crescimento Dividendos	Negativa Positiva Positiva Positiva

Fonte: Elaboração Própria.

O Quadro 3 aponta os resultados de estudos semelhantes em cenários distintos. Compreende-se então que os mesmos muitas vezes não obtiveram significância em todos as variáveis analisadas, principalmente os brasileiros. Nesse sentido, pode-se deduzir que a conjuntura escolhida com endividamento elevado pode ter contribuído para a apuração de resultados com significância estatística entre os todos os estimadores.

Correa, Basso e Nakamura (2013), analisaram as empresas brasileiras no período 1999 - 2004, e assim como este estudo obtiveram relação negativa da Rentabilidade com o Endividamento, dando suporte a teoria *Pecking Order*.

O trabalho de Dallabona, Gonçalves e Radloff (2018) estuda o período seguinte ao acima mencionado e dá ênfase na influência significativa da rentabilidade com o endividamento,

também foi apontado relação negativa. A variável crescimento não foi significativa ao estudo, que teve a amostra subdivida em dois grupos, sendo o primeiro com as cem maiores empresas e, o segundo, com as 100 menores empresas da amostra. A pesquisa apontou que a variável tamanho foi fundamental e determinante para a análise dos demais fatores explicativos analisados. As variáveis que explicam o endividamento das grandes empresas são distintas dos que explicam das pequenas e médias. Nesse mesmo sentido, Brito, Corrar e Batistela (2007) apontaram que as grandes empresas são em geral mais diversificadas, menos expostas a dificuldades financeiras e provavelmente teriam maior exposição ao endividamento.

Rocha (2014), enfatiza que as empresas com elevado endividamento encontraram significância em mais variáveis do que empresas que não são tão alavancadas. Depreende-se que foi possível encontrar resultados significantes por se tratar de um período de análise, em que, houve recordes da dívida bruta das empresas no país. Todavia, o cenário determinado para esta pesquisa foi fator decisivo para os resultados encontrados.

Em suma, acredita-se que os trabalhos aqui apresentados são complementares para o entendimento dos fatores que determinam o endividamento das empresas brasileiras em diversos períodos estudados. O presente trabalho mostrou-se significativo por verificar tais fatores em um período de endividamento acentuado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura de capital das empresas influencia a sua rentabilidade e a utilização ou não de benefícios fiscais, desse modo, é parte da estratégia financeira de muitas organizações. Os estudos sobre estruturas de capital têm sido intensamente debatidos em busca de respostas pontuais e explicações evidentes. Os motivos, fatores ou razões que levaram as empresas a escolherem fontes de financiamento e, como consequência, suas composições de capital próprio e de terceiros, apresentam-se divergentes. Acredita-se que essa é a principal razão para que muitas pesquisas ainda estejam sendo desenvolvidas.

O presente trabalho teve como objetivo principal verificar o comportamento dos fatores determinantes da alavancagem financeira, no contexto brasileiro no período de elevado endividamento e se há aderência das teorias *Trade-off* ou *Pecking Order*.

Tendo em vista os resultados obtidos, há prevalência da teoria do *Pecking Order* à amostra selecionada em um cenário de excessivo endividamento, com resultados significativos estatisticamente, diferentemente de estudos anteriores. Observou-se que a variável Tamanho suporta a teoria do *Trade-off*. Enquanto, a rentabilidade, o crescimento e o índice de dividendos aderem aos ditados da teoria *Pecking Order*.

O trabalho foi propício pois permitiu encontrar resultados significativos para todas as variáveis analisadas, isso pois, o cenário econômico do período analisado permitiu a eficácia dos dados, possivelmente, se tratando da análise do endividamento das empresas em um período de elevada dívida bruta.

É necessário, portanto, uma análise pontual e qualitativa do que leva a tomada de decisão das empresas no que diz respeito às opções de financiamento de suas operações. A análise de tais dados associados a dados quantitativos poderia levar ao entendimento mais claro dos fatores que determinam a estrutura de capital das empresas e sobre a aplicação das teorias *Pecking Order* e *Trade-off*.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; MARCUS, A. J. **Fundamentos da Administração Financeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Irwin, 2002.
- BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; ALLEN, F. **Princípios de finanças corporativas**. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
- BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. **Fundamentos da moderna Administração financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- BRITO, G. A. S.; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças da USP**, v. 18, n. 43, p. 9-19, 2007.
- CAMPOS, C. **Confronto das teorias de Pecking order e Trade-off: evidências com base nas Companhias Brasileiras Abertas**. Dissertação (Pós-graduação em administração) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/720>>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- CORREA, C. A.; BASSO, L. F. C.; NAKAMURA, W. T. A estrutura de capital das maiores empresas brasileiras: análise empírica das teorias pecking order e trade-off, usando panel data. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, p. 106-113, 2013.
- DALLABONA, L. F.; GONÇALVES, M. RADLOFF, E. G. Fatores determinantes da composição e endividamento das empresas listadas BM&FBOVESPA entre os mandatos presidenciais Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014). **Revista evidência contábil e Finanças**, v. 6, n. 3, p. 54-74, 2018.
- DAMODARAN, A. **Applied Corporate Finance** 4. ed. New York: Wiley, 2014.
- ECONOMATICA. **A dívida das empresas de capital aberto no 3º trimestre de 2017 registra queda com relação ao trimestre anterior e volta a níveis de março de 2015**. 2017. Disponível em: <<https://economatrica.com/estudos/data/20171117b.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- ELSAS, R.; FLANNERY, M. J.; GARFINKEL, J. A. Financing Major Investments: Information about Capital Structure Decisions. **Review of Finance**, v. 18, n. 4, p. 1341-1386, 2014.

- FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Testing trade-off and pecking order predictions about dividends and debt. **The review of financial studies**, v. 15, n. 1, p. 1-33, 2002.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R. T.; SUZART, J. **Métodos quantitativos com stata: procedimentos, rotinas e análises de resultados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- GONÇALVES, T. J.C.; SILVA, A. R. P.; BORGES JUNIOR, P. A Forma de Financiamento das Companhias Abertas sob os Pressupostos da Pecking Order Theory e Trade Off Theory. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 1, p. 101-118, 2018.
- HARRIS, M.; RAVIV, A. The Theory of Capital Structure. **The journal of finance**, v. 46, n. 1, p. 297-355, 1991.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- KAYO, E. K.; KIMURA, H. Hierarchical determinants of capital structure. **Journal of Banking & Finance**, v. 35, n. 2, p. 358-371, 2011.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEDEIROS, O. R.; DAHER, C. E. Testando teorias alternativas sobre a estrutura de capital nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 1, p. 177-199, 2008.
- ODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The Cost of Capital, Corporation Finance and The Theory of Investment: Reply. **The American Economic Review**, v. 49, n. 4, p. 655-669, 1958.
- MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. Corporate Income Taxes and the Cost of Capital: A Correction. **The American Economic Review**, v. 53, n. 3, p. 433-443, 1963.
- MYERS, S. C. Capital Structure. **Journal of Economics Perspectives**, v. 15, n. 2, p. 81-102, 2001.
- MYERS, S. C. The Capital Structure Puzzle. **The Journal of FINANCE**, v. 39, n. 3 p. 574-592, 1984.
- MYERS, S. C.; MAJLUF, N. S. Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. **Journal of Financial Economics**, v. 13, n. 2, p. 187-221, 1984.
- RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. What do we know about capital structure? Some evidence from international data. **The journal of finance**, v. 50, n. 5, p. 1421-1460, 1995.
- ROCHA, F. D. **Determinantes da estrutura de capital e o nível de endividamento nas empresas de capital aberto: um estudo comparativo entre Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9MBKJ5>>. Acesso em: 24 set. 2018.
- RODRIGUES, P. R.; KLOECKNER, G. O. Estrutura de capitais e seus fatores determinantes no Brasil. **Revista ConTexto**, v.6, n.10, p. 1-22, 2006.
- TITMAN, S.; WESSELS, R. The Determinants of Capital Structure Choice. **The Journal of Finance**, v. 43, n. 1, p. 1-19, 1988.
- TONG, G.; GREEN, C. J. Pecking order or trade-off hypothesis? evidence on the capital structure of Chinese companies. **Applied Economics**, v. 37, p. 2179-2189, 2005.
- YOUNG, S. D.; O'BYRNE, S. F. **EVA e Gestão Baseada em Valor: guia prático para implementação**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Enviado em: 26 de dezembro de 2018

Aceito em: 27 de agosto de 2019

FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

Isaías Vicente Santos¹

Matheus Soares da Silva Cavalcanti²

Fernanda Pires Rodrigues de Almeida Ribeiro³

Evandro Cabral de Brito⁴

Geórgia Maria Ricardo Félix dos Santos⁵

Juliane Cabral Silva⁶

Resumo: O objetivo da pesquisa foi descrever as características clínico-epidemiológicas relativas aos fatores de risco cardiovascular em assistentes administrativos de uma universidade pública do estado de Alagoas. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo transversal. Amostra não probabilística por conveniência, composta por 70 assistentes administrativos. Os dados foram coletados a partir de fichas padronizadas durante o período de coleta de dados. Os participantes responderam a um questionário por meio de entrevista individual, feita pela equipe de pesquisa, que continha variáveis relativas às condições sociodemográficas, aos antecedentes pessoais dos indivíduos, sinais vitais, hemoglicoteste, medidas antropométricas e ao conhecimento sobre fatores de risco cardiovascular, que foi preenchido com o propósito de conhecer melhor o perfil do participante e, assim, fornecer de maneira mais adequada e individualizada o conhecimento sobre a presença da obesidade e de fatores de riscos cardiovasculares. Entre os pesquisados, 45,7% faziam uso do álcool, 64,3% dos entrevistados afirmaram não realizar nenhum tipo de exercício físico, 71,4% apresentaram elevação dos níveis pressóricos, 61,4% dos sujeitos apresentaram hiperglicemia. Foi evidenciada a presença de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares na amostra.

Palavras-chave: obesidade; cardiologia; fatores de risco.

Abstract: The objective of the consultation was to describe as clinical-epidemiological characteristics to cardiovascular factors in administrative assistants of a public university in the state of Alagoas. It was a descriptive, cross-sectional study. Sample not probabilistic for convenience, composed of 70 administrative assistants. Data were collected from standardized charts during the data collection period. Participants answered a questionnaire through an individual interview made by the research team that contained variables related to sociodemographic conditions, personal antecedents of individuals, vital signs, hemoglicotest, anthropometric measurements and knowledge about cardiovascular risk factors, which was filled with the purpose of knowing better the profile of the participant and, therefore, to provide a more adequate and individualized knowledge about the presence of obesity and cardiovascular risk factors. Among those surveyed, 45.7% used alcohol, 64.3% of the respondents stated that they did not perform any type of physical exercise, 71.4% had elevated blood pressure levels, 61.4% had hyperglycemia. It was evidenced the presence of risk factors for the development of cardiovascular diseases in the sample.

Keywords: obesity; cardiology; risk factors.

¹ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

² Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

³ Universidade Federal do Vale do São Francisco

⁴ Faculdade Pernambucana de Saúde

⁵ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

⁶ Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. Centro Universitário CESMAC

1. INTRODUÇÃO

Compreendem-se como saúde do trabalhador as relações de saúde-doença resultante das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. A organização do trabalho, quando atinge o indivíduo, modifica a sua maneira de encarar os riscos e traz efeitos sobre a sua saúde (MENDES *et al.*, 2014, pp. 194-207). Ainda é possível ver que, em alguns ambientes de trabalho, as circunstâncias em que os trabalhadores se encontram são incoerentes e incompatíveis com as suas características e necessidades humanas para realizar devidas tarefas (MENDES *et al.*, 2015, pp. 194-207).

Diante dessas circunstâncias, os trabalhadores podem apresentar fatores de riscos para doenças cardiovasculares (DCV), sendo essas as principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo, inclusive no Brasil, sendo responsáveis por enormes gastos hospitalares com internações e procedimentos médicos (KHETAN *et al.*, 2018, pp. 177-183). Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (2016), as mortes por DCV se caracterizaram por 53% por Doença Arterial Coronariana (DAC), 15% Acidente Vascular Cerebral (AVC) e 5% de Doenças Arteriais Periféricas. Os principais fatores de riscos para as DCV são os hábitos alimentares inadequados, o sedentarismo e a obesidade, associados ao tabagismo, álcool e dislipidemia (SANCHES *et al.*, 2016, pp. 41-48).

As DCV podem ocorrer de forma multifatorial, resultante da interação de fatores genéticos, metabólicos, sociais, comportamentais e culturais; desencadeiam forte impacto tanto na saúde quanto no bem-estar psicológico e, principalmente, na qualidade de vida (TAVARES; NUNES; SANTOS, 2010, pp. 359-366).

Desse modo, para que uma empresa alcance o estado de bem-estar dos seus trabalhadores, é necessário que a mesma empregue métodos científicos para ajuizar a presença dos possíveis fatores de risco para as DCV, em seus funcionários, uma vez que essas condições contribuem com a má qualidade de vida e prejuízo da saúde (MAGALHÃES *et al.*, 2014, pp. 394-400).

Diante do exposto, surgiu a necessidade de se traçar um perfil quanto à frequência dos fatores de risco cardiovasculares nos profissionais assistentes administrativos efetivos de uma Instituição de Ensino Superior Pública do Estado de Alagoas, possibilitando, desta forma, que a instituição reveja as condições de saúde dessa população e assim possa criar, planejar e desenvolver estratégias de prevenção e promoção da saúde desses trabalhadores. O objetivo é descrever as características clínico-epidemiológicas relativas aos riscos cardiovasculares na população estudada.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo transversal. Os dados foram coletados a partir de fichas padronizadas e preenchidas durante o período de coleta de dados, 01 de setembro de 2017 a 08 de dezembro de 2017.

Foram incluídos todos os assistentes administrativos efetivos e concursados que trabalhavam no prédio sede da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com idade entre 25 e 84 anos. Foram excluídos os trabalhadores que não responderam completamente o questionário, estavam de licença maternidade ou licença médica.

Durante a coleta de dados, os participantes responderam sobre variáveis relativas às características pessoais e condições sociodemográficas, sobre seus antecedentes pessoais, bem como foram coletados dados de pressão arterial (PA) de acordo com a SBC (2016), hemoglicoteste (HGT), medidas antropométricas de: circunferência da cintura (CC); relação cintura-quadril (RCQ); relação cintura- estatura (RCEst); índice de conicidade (Índice C) (VALDEZ, 1991, pp. 946-955); índice de adiposidade corporal (IAC) (BERGMAN *et al.*, 2011, pp. 1083-1089); índice de massa corporal (IMC) (QUETELET, 1842, pp. 78-85), e avaliação do risco de desenvolvimento de diabetes Mellitus (DM) tipo 2 em 10 anos (HIPPISEY-COX *et al.*, 2009).

Os dados foram analisados com auxílio do programa Bioestat™ versão 2.0 e descritos por meio de média e porcentagens. A comparação de variáveis categóricas foi realizada através do Teste Kruskal-Wallis e do Teste Mann-Whitney. Foi adotado nível de significância estatística quando $p < 0,05$ (intervalo de confiança de 95%).

Este estudo possui aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Tiradentes/AL (UNIT-AL), sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 67058217.0.0000.5641 e protocolo: 2.034.376 de 26/04/2017.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população investigada neste estudo foi constituída de 70 assistentes administrativos ($n = 70$) do prédio sede da UNCISAL, cuja idade variou de 25 a 63 anos com média de 38 ($\pm 12,8$ desvio padrão [dvp]).

As características pessoais e condições sociodemográficas dos trabalhadores (tab. 1) obtidas foram 42,9% ($n = 30$) são do sexo masculino e 57,1% ($n = 40$) do sexo feminino; 52,9% ($n = 37$) se autodeclararam pardos, 55,7% ($n = 39$) afirmaram possuir ensino superior completo, e 80% ($n = 56$) afirmaram ter renda mensal entre 1 a 2 salários mínimos.

Segundo Silva e colaboradores (2016), anualmente homens e mulheres são atingidos por DCV no Brasil e no mundo. Os homens, entre 45 a 64 anos, são mais atingidos, já após os 65 anos, as mulheres passam a morrer com maior frequência que os homens por doenças cardiovasculares, propondo, dessa forma, a afirmativa de que a idade é um fator de risco para DCV.

Tab. 1: Caracterização dos assistentes administrativos da UNCISAL em 2017, segundo dados pessoais e sociodemográficos.

Variável	N	%
Sexo		
Masculino	30	42,9
Feminino	40	57,1
Idade		
25-30 anos	32	45,8
31-40 anos	11	15,7
41-50 anos	12	17,1
51-84 anos	15	21,4
Cor		
Branca	15	21,4
Negra	14	20
Parda	37	52,9
Amarela	4	5,7
Indígena	0	0
Escolaridade		
Ensino Fundamental Completo	0	0
Ensino Fundamental Incompleto	0	0
Ensino Médio Completo	17	24,3
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Superior Completo	39	55,7
Ensino Superior Incompleto	14	20
Renda		
< 1 Salário Mínimo	0	0
Entre 1 a 2 Salários Mínimos	56	80
≥ 3 Salários Mínimos	14	20

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (2016), o histórico familiar de DAC, raça e sexo são fatores de riscos cardiovasculares não modificáveis, já o tabagismo, etilismo, hipertensão arterial sistêmica (HAS), DM, obesidade, dislipidemias e sedentarismo são fatores considerados modificáveis, pois dependem do estilo e dos hábitos de vida das pessoas.

No quesito antecedentes pessoais (Tab. 2), em relação à variável tabagismo, 55,7% dos entrevistados (n = 39) relataram que nunca fumaram. O tabagismo aumenta, exponencialmente, o risco de mortalidade, e aumenta conforme a quantidade de cigarros fumados por dia e aumento da carga tabágica (NASCIMENTO; GOMES; SARDINHA, 2011, pp. 709-715).

Quanto à variável etilismo, os dados mostram que 45,7% dos pesquisados (n = 32) fazem uso do álcool e, desse conjunto, 90,6% (n = 29) afirmaram fazer o uso do álcool uma vez por semana. Esse dado é preocupante pelo grande número de pessoas que ingerem bebidas alcoólicas, mormente, considerando a faixa etária dos trabalhadores. Sabe-se que o uso excessivo do álcool contribui para o aumento da PA e, quando associado a outros fatores, como a idade, pode constituir-se como fatores de riscos para doenças coronárias no futuro (SILVA *et al.*, 2016, pp. 173- 188).

Ao serem questionados sobre a realização de atividades físicas, 64,3% dos entrevistados (n = 45) afirmaram não realizar nenhum tipo de exercício físico. Do total de 45, 29 (64,44%) eram mulheres, sendo esse dado corroborativo com o estudo de Sanches *et al.* (2016), que relata o aumento do sedentarismo e a redução nas práticas de atividades físicas entre mulheres.

Já é de conhecimento as vantagens da prática de atividade física. Destacam-se, por exemplo, seu efeito hipotensor, elevação do condicionamento físico, mental e funcional, auxílio no melhor funcionamento do organismo, permite uma melhora da qualidade de vida e do bem-estar psicossocial. A não realização de atividade física favorece a outros fatores como o estresse, HAS, obesidade e dislipidemias (JODAS *et al.*, 2009, pp. 391-398).

Foi observado que 77,1% dos entrevistados (n = 54) afirmaram ter antecedentes familiares de DCV, de forma similar aos casos familiares de DM, 77,1% (n = 54). À vista disso, 55,6% (n = 30) afirmaram que esses casos são referentes a familiares de primeiro grau e 80% asseguram que não são hipertensos (n = 56). O histórico familiar de DCV e/ou DM aumenta quando o indivíduo é parente de primeiro grau (pais, irmãos e filhos) de um indivíduo que desenvolveu DCV ou DM. Esse risco aumenta, proporcionalmente, ao número de familiares portadores dessas patologias e, quanto mais jovem o familiar portador maior o risco (AUDI *et al.*, 2016, pp. 301- 310).

Segundo Pereira, Bolzani e Charlín (2007), o uso regular de corticoides pode causar uma série de efeitos adversos, entre eles os cardiológicos, como: HAS; aumento dos níveis séricos de colesterol total, lipoproteína de alta densidade (HDL), lipoproteína de densidade muito baixa (VLDL), lipoproteína de baixa densidade (LDL) e triglicerídeos; modificação da capacidade de fibrinólise, aumentando a incidência de complicações tromboembólicas; arritmias ventriculares e atriais; isquemia do miocárdio; parada cardíaca; entre outros. Todavia, 74,3% alegam não fazer uso desses tipos de medicamentos (n = 52) de forma regular.

Tab. 2: Características dos assistentes administrativos da UNCISAL em 2017, segundo antecedentes pessoais.

Variáveis	N	%
Tabagismo		
Nunca Fumou	39	55.7
Fumante	6	8.6
Ex-Fumante	3	4.3
Já Experimentou	22	31.4
Etilismo		
Nunca Fez Uso	8	11.4
Faz Uso	32	45.7
Ex-Etilista	6	8.6
Já Experimentou	24	34.3
Faz Atividade Física		
Não	45	64.3
Sim	25	35.7
Histórico Familiar de DCV		
Sim	54	77.1
Não	16	22.9
Histórico Familiar de Diabetes		
Sim	54	77.1
Não	16	22.9
Hipertensão		
Sim	14	20
Não	56	80
Uso Regular de Corticoides/Esteroides		
Sim	18	25.7
Não	52	74.3

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto aos dados de aferição de PA dos servidores pesquisados (Tab. 3), foi observado que, 71,4% (n = 50) apresentaram no momento da coleta de dados valores elevados. Moreira *et al.* (2011) observaram em seu estudo que 19,37% (n =

28) dos 145 trabalhadores, de um setor de uma universidade, apresentaram elevação dos níveis pressóricos. Esta pesquisa apresentou maior porcentagem de PA elevada quando comparado com os resultados de Moreira *et al.* (2011).

A HAS aumenta a sobrecarga cardíaca, podendo levar a hipertrofia do músculo cardíaco, apresentando-o dilatado e tornando-o enfraquecido, aumentando, assim, os riscos de isquemia cardíaca (SILVA *et al.*, 2016, pp. 173-188). O aumento da PA também eleva o risco de ocorrer um AVC, lesão renal e insuficiência cardíaca (IC). Todavia, o risco de um ataque cardíaco em um paciente hipertenso é elevado se associado ao tabagismo, o diabetes, a obesidade e o colesterol elevado (MENDES *et al.*, 2014, pp. 1183-1194).

Com relação à classificação do HGT, o presente estudo apresentou resultados opostos aos obtidos por Diniz e Tavares (2013): 61,4% dos sujeitos (n = 43) apresentaram glicemia pós-prandial normal.

Tab. 3: Caracterização dos assistentes administrativos da UNCISAL em 2017, quanto aos dados de PA e HGT.

Variáveis	N	%
PA		
Normotenso	20	28,6
Elevada	50	71,4
HGT		
Normal	43	61,4
Hiperglicemia	27	38,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Na avaliação das medidas antropométricas (Tab. 4), a média de peso entre os sujeitos da pesquisa foi de 73,5 kg (\pm 16,08 dvp), variando de 48,1 a 140,6 kg. A altura apresentou média de 1,65 m (\pm 0,098 dvp), variando de 1,46 a 1,93 m. Quanto aos dados clínicos de medidas antropométricas dos assistentes (Tab. 4).

Com relação à classificação do IMC, houve equivalência quantitativa entre os sujeitos que apresentaram eutrofia e sobrepeso (34,3%, n = 24). O IMC é um indicador antropométrico mais utilizado na avaliação nutricional, cuja finalidade é explorar a associação entre obesidade e as DCV (CARLUCCI *et al.*, 2013, pp. 375-

384). Quanto à variável CC, entre os entrevistados, 56,7% do sexo masculino (n = 17) e 80% do feminino (n = 32) encontram-se acima do ponto de corte para obesidade.

Atualmente, a CC tem recebido importante atenção na avaliação dos riscos para desenvolver DCV pelo fato de essas doenças terem relação diretamente com quantidade de gordura visceral, sendo a principal responsável pelo surgimento de alterações endócrinas, metabólicas e de DCV (CARLUCCI *et al.*, 2013, pp. 375-384).

Esta pesquisa evidenciou que 70% (n = 49) de toda a amostra apresentaram a CC acima do recomendado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN, 2011), do Ministério da Saúde (MS) – Brasil.

No que concerne à RCQ, houve equivalência quantitativa entre os indivíduos do sexo masculino, estando 50% (n = 15) destes acima do ponto de corte. Já o sexo feminino evidenciou 60% (n = 24) acima do ponto de corte. Quando analisados os valores da amostra geral, 55,71% (n = 39) apresentaram-se portadores de obesidade central (acima do ponto de corte).

A RCQ é um dos indicadores bastante utilizados no diagnóstico da obesidade central, correlacionando-se com a maioria dos fatores de risco cardiovasculares, como é visto marcadamente na literatura (REZENDE *et al.*, 2016, pp. 728-734).

Quanto à análise da razão RCEst, 72,9% (n = 51) apresentaram-se acima do ponto de corte recomendado por Pitanga e Lessa (2006), o que corresponde à obesidade abdominal. Este indicador vem demonstrando forte correlação com os fatores de riscos para o desenvolvimento de DCV (PITANGA; LESSA, 2006, pp. 157-161).

Quanto à variável índice C, 54,3% dos pesquisados (n = 32) apresentaram-se acima do ponto de corte. Para Pitanga (2004), o índice C pode vir a ser utilizado como um método antropométrico para discriminar alto risco coronariano. Já quanto ao quesito IAC, 63,3% pessoas do sexo masculino (n = 19) apresentaram obesidade e 55% do sexo feminino (n = 22) peso normal.

Tab. 4: Caracterização dos assistentes administrativos da UNCISAL em 2017, quanto às medidas antropométricas.

Variáveis	N	%
IMC		
< 16 kg / m ²	0	0
16 a < 17 kg / m ²	2	2,9
17 a < 18,5 kg / m ²	0	0
18,5 a < 25 kg / m ²	24	34,3
25 a < 30 kg / m ²	24	34,3
30 a < 35 kg / m ²	17	24,3
35 a < 40 kg / m ²	1	1,4
> 40 kg / m ²	2	2,9
CC		
Homens		
< 94	13	43,3
≥ 94	17	56,7
Mulheres		
< 80	8	20
≥ 80	32	80
RCQ		
Homens		
< 0,9	15	50
≥ 0,9	15	50
Mulheres		
< 0,8	16	40
≥ 0,8	24	60
RCEst		
< 0,5	19	27,1
≥ 0,5	51	72,9
Índice C		
< 1,25	32	45,7
≥ 1,25	38	54,3
IAC		
Homens		
8 a 20	3	10
21 a 25	8	26,7
> 25	19	63,3
Mulheres		
21 a 32	22	55
33 a 38	7	17,5
> 38	11	27,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Avaliou-se também se haveria relação entre o IAC e o IMC, em homens e mulheres (Tab. 5 e 6). Corroborando com os resultados de Espires e colaboradores (2013), encontramos relevância estatística significativa entre o IAC e o IMC em ambos os sexos (homens [$p = 0,0005$] e mulheres [$p = 0,0027$]). As possíveis causas desse

resultado podem ser descritas devido a cada método avaliar pontos de cortes diferentes.

Tab. 5: Análise estatística sobre a relação entre as variáveis IAC e IMC nos homens assistentes administrativos da UNCISAL - 2017.

Variáveis	IAC (Homens)						P. Valor
	Saudável		Acima do Peso		Obesidade		
	N	%	N	%	N	%	
IMC#							
Magreza Grave	0	0	0	0	0	0	
Magreza Moderada	0	0	1	12,5	0	0	
Magreza Leve	0	0	0	0	0	0	
Eutrófico	2	66,7	6	75	2	10,5	0,0005
Sobrepeso	1	33,3	1	12,5	6	31,6	
Obesidade Grau I	0	0	0	0	9	47,4	
Obesidade Grau II	0	0	0	0	1	5,3	
Obesidade Grau III	0	0	0	0	1	5,3	

Fonte: Dados da pesquisa (# = Teste Kruskal-Wallis).

Tab. 6: Análise estatística sobre a relação entre as variáveis IAC e IMC nas mulheres assistentes administrativas da UNCISAL - 2017.

Variáveis	IAC (Mulheres)						P Valor
	Saudável		Acima do Peso		Obesidade		
	N	%	N	%	N	%	
IMC#							
Magreza Grave	0	0	0	0	0	0	
Magreza Moderada	1	4,5	0	0	0	0	
Magreza Leve	0	0	0	0	0	0	
Eutrófico	12	54,5	1	14,3	1	9,1	0,0027
Sobrepeso	7	31,8	5	71,4	4	36,4	
Obesidade Grau I	2	9,1	1	14,3	5	45,5	
Obesidade Grau II	0	0	0	0	0	0	
Obesidade Grau III	0	0	0	0	1	9,1	

Fonte: Dados da pesquisa (# = Teste Kruskal-Wallis).

Quando comparadas as medidas do IMC com as variáveis tabagismo, etilismo, atividade física, PA e HGT (Tab. 7), verificou-se diferença estatística significativa entre o IMC e o etilismo ($p = 0,044$) e entre o IMC e a PA ($p = 0,016$). Neste estudo, observamos associação positiva entre o aumento do IMC com etilismo e HAS, corroborando com Lima *et al.* (2014) e Rezende *et al.* (2016).

Quanto à previsão percentual do risco de desenvolvimento de DM tipo 2 em 10 anos, foram correlacionados os resultados (QDScore) e as variáveis sexo, idade, IMC e HAS, obtendo-se os seguintes resultados (Tab. 8): o sexo masculino (42,9%) obteve média do valor do QDScore de 14,3%, enquanto o feminino (57,1%), de 18,94%. Quanto à idade, os grupos 25-30 anos (45,7%), 31-40 anos (15,7%), 41-50 anos (15,7%) e 51-84 anos (22,9%) apresentaram as respectivas porcentagens: 4,1%, 8,03%, 23,98% e 42,73%. Quanto ao IMC, os entrevistados com magreza moderada, eutrófico, sobrepeso, obesidade grau I, obesidade grau II e obesidade grau III obtiveram as médias, respectivamente, de: 2,05%, 2,7%, 20,52%, 27,7%, 3,1% e 75,65%. Os portadores de HAS (30%), por sua vez, obtiveram média de 34,71%, enquanto os sem HAS (70%), uma média de 9,34%.

Tab. 7: Análise estatística sobre a relação entre as variáveis e o IMC nos assistentes administrativos da UNCISAL - 2017 (nenhum dos servidores apresentaram IMC referente à magreza grave e leve).

Variáveis	IMC												P Valor
	Magreza Moderada		Eutrófico		Sobre Peso		Obesidade Grau I		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tabagismo[#]													
Nunca Fumou	2	100	13	54,2	15	62,5	8	47,1	0	0	1	50	
Fumante	0	0	2	8,3	1	4,2	3	17,6	0	0	0	0	0,604
Ex-Fumante	0	0	1	4,2	1	4,2	1	5,9	0	0	0	0	
Já Experimentou	0	0	8	33,3	7	29,2	5	29,4	1	100	1	50	
Etilismo[#]													
Nunca Fez Uso	0	0	3	12,5	4	16,7	1	5,9	0	0	0	0	
Faz Uso	1	50	11	45,8	9	37,5	9	52,9	1	100	1	50	0,044
Ex-Etilista	0	0	0	0	2	8,3	3	17,6	0	0	1	50	
Já Experimentou	1	50	10	41,7	9	37,5	4	23,5	0	0	0	0	
Faz Atividade Física Regular^{&}													
Não	1	50	16	66,7	14	58,3	12	70,6	0	0	2	100	0,394
Sim	1	50	8	33,3	10	41,7	5	29,4	1	100	0	0	
PA^{&}													
Normotenso	2	100	11	45,8	3	12,5	4	23,5	0	0	0	0	0,016
Elevada	0	0	13	54,2	21	87,5	13	76,5	1	100	2	100	
HGT^{&}													
Normal	2	100	15	62,5	15	62,5	10	58,8	1	100	0	0	0,181
Hiperglicemia	0	0	9	37,5	9	37,5	7	41,2	0	0	2	100	

Fonte: Dados da pesquisa (# = Teste Kruskal-Wallis; & = Teste Mann-Whitney).

Os dados apresentados no presente estudo podem supor que há uma predisposição para o desenvolvimento de DM tipo 2, em 10 anos, relacionado à idade avançada, o excesso de peso e à presença de HAS, condizendo com a literatura (MEDEIROS *et al.*, 2012, pp. 559-569; LIMA *et al.*, 2014, pp. 484-490; DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2016).

Tab. 8: Previsão do risco de desenvolvimento de DM tipo 2, em 10 anos, entre os assistentes administrativos da UNCISAL - 2017.

Variáveis	N	%	QDScore%
Sexo			
Masculino	30	42,9	14,3
Feminino	40	57,1	18,94
Idade			
25-30 anos	32	45,7	4,71
31-40 anos	11	15,7	8,03
41-50 anos	11	15,7	23,98
51-84 anos	16	22,9	42,73
IMC			
Magreza Grave	0	0	0
Magreza Moderada	2	2,9	2,05
Magreza Leve	0	0	0
Eutrófico	24	34,3	2,7
Sobrepeso	24	34,3	20,52
Obesidade Grau I	17	24,3	27,7
Obesidade Grau II	1	1,3	3,1
Obesidade Grau III	2	2,9	75,65
PA			
Elevada	21	30	34,71
Normal ou diminuída	49	70	9,34

Fonte: Dados da pesquisa.

Compreender como o trabalho pode afetar o bem-estar dos assistentes administrativos e suas perspectivas de uma vida plena exigem estudos que vão além do local de trabalho e incorporam todo o curso da vida (PRENTICE *et al.*, 2018, pp. 157-160).

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, através deste estudo, que a população pesquisada possui fatores de riscos para desenvolver DCV. Diante do exposto, é perceptível a necessidade da instituição realizar constantemente o levantamento clínico-epidemiológico dos fatores de riscos cardiovasculares entre os assistentes administrativos, enfatizando

o cumprimento de adoções mais efetivas de ações que visam minimizar a prevalência de DCV, a criação de medidas que incentivem os trabalhadores a terem uma melhor qualidade de vida, como, por exemplo, um programa que estimule essa população a realizar exercícios físicos.

REFERÊNCIAS

- AUDI, C. A. F. *et al.* Fatores de risco para doenças cardiovasculares em servidores de instituição prisional: estudo transversal. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 25, n. 2, pp. 301-310, 2016.
- BERGMAN, R. N. *et al.* A better index of body adiposity. *Obesity Journal*, v. 19, n. 5, pp. 1083-1089, 2011.
- CARLUCCI, E. M. S. *et al.* Obesity and sedentary: risk factors for cardiovascular disease. *Com Ciências da Saúde*, v. 24, n. 4, pp. 375-384, 2013.
- DINIZ, M. A.; TAVARES, D. M. S. Fatores de risco para doenças cardiovasculares em idosos de um município do interior de Minas Gerais. *Revista Texto e Contexto Enfermagem*, v. 22, n. 4, pp. 885-892, 2013.
- ESPIRES, R. B. *et al.* Avaliação de adiposidade corporal em adultos por métodos antropométricos e correlação com índice de adiposidade corporal. In: VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, 2013, Anais... VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, Maringá – PR, 2013.
- HIPPISLEY-COX, J. *et al.* Predicting risk of type 2 diabetes in England and Wales: prospective derivation and validation of QDScore. *British Medical Journal*, v. 338, n.1, p. b880, 2009.
- JODAS, D. A. *et al.* Risco para doenças cardiovasculares de trabalhadores de higiene de um hospital universitário público. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 13, n. 3, pp. 391-398, 2009.
- KHETAN, A. *et al.* Role development of community health workers for cardiovascular disease prevention in India. *Evaluation and Prograam Planning*, v. 67, n. 1, pp. 177-183.
- LIMA, A. C. S. *et al.* Fatores de risco para *diabetes mellitus* tipo 2 em universitários: associação com variáveis sociodemográficas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 22, n. 3, pp. 484-490, 2014.
- MAGALHÃES, F. J. *et al.* Fatores de risco para doenças cardiovasculares em profissionais de enfermagem: estratégias de promoção da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 67, n. 3, pp. 394-400, 2014.
- MEDEIROS, C. C. M. *et al.* Prevalência dos fatores de risco para diabetes mellitus de servidores públicos. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 14, n. 3, pp. 559-569, 2012.
- MENDES, J. M. R. *et al.* Saúde do trabalhador: desafios na efetivação do direito à saúde. *Argumentum*, v. 7, n. 2, pp. 194-207, 2015.
- MENDES, S. M. F. *et al.* Avaliação Dos Fatores De Risco Cardiovasculares Em Uma População Rural Brasileira. *Caderno de Saúde Pública*, v. 1, n. 6, pp. 1183-1194, 2014.
- MOREIRA, O. C. *et al.* Associação entre risco cardiovascular e hipertensão arterial em professores universitários. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 1, n. 3, pp. 395-404, 2011.
- NASCIMENTO, J. S., GOMES, B.; SARDINHA, A. H. L. Fatores de risco modificáveis para as doenças cardiovasculares em mulheres com hipertensão arterial. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v. 12, n. 4, pp. 709-715, 2011.
- PITANGA, F. J. G. Sensitivity and specificity of the conicity index as a coronary risk predictor among adults in Salvador, Brazil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 7, n. 3, 2004.

- PITANGA, F. J. G.; LESSA, I. Razão cintura-estatura como discriminador do risco coronariano de adultos. *Revista da Associação Médica Brasileira*, vol.52, n. 3, pp.157-161, 2006.
- PRENTICE, R. *et al.* Health and safety in garment workers' lives: Setting a new research agenda. *Geoforum*, v. 88, n. 1, pp. 157-160.
- QUETELET, L. A. J. A treatise on man and the development of his faculties. *Obesity Research Journal*, v. 2, n. 1, pp. 78-85, 1842.
- REZENDE, F. A. C. *et al.* Índice de massa corporal e circunferência abdominal: associação com fatores de risco cardiovascular. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 87, n. 6, pp. 728-734, 2016.
- SANCHES, I. C. *et al.* Doença cardiovascular na mulher. *Integração*, São Paulo, n. 44, pp. 41-48, 2016.
- SBC, SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. v. 107, n. 3, Suplemento 3, 2016.
- SILVA, J. P. F. *et al.* Estratificação de risco cardiovascular: estudo em trabalhadoras de uma Instituição de Ensino Superior de Minas Gerais. *Revista Perquirere*, v. 13, n. 2, pp. 173-188, 2016.
- SISVAN, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. *Vigilância alimentar e nutricional – SISVAN: orientação básica para a coleta, o processamento, a análise de dados e a informação em serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
- TAVARES, T. B.; NUNES, S. M.; SANTOS, M. O. Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 20, n. 3, pp. 359-366 2010.
- VALDEZ, R. A simple model-based index of abdominal adiposity. *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 44, n. 9, pp. 946-955, 1991.

Submetido em: 26 de novembro de 2018

Aceito em: 27 de agosto de 2019

ÁLCOOL NA GESTAÇÃO: NA ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PRÉ-NATAL DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Claudemir Santos de Jesus¹

Daniele Ribeiro Dias

Valdecir Herdy Alves

RESUMO: O estudo objetivou identificar a assistência à gestante na perspectiva do consumo de bebidas alcoólicas na ótica dos profissionais da saúde. **Metodologia:** Pesquisa descritivo-exploratória, qualitativa. Foram entrevistados 16 profissionais do ambulatório de pré-natal de um Hospital Universitário. A análise dos dados aconteceu segundo Bardin. **Resultados:** O estudo identificou as estratégias no enfrentamento do consumo de bebidas alcoólicas na gestação. **Conclusões:** O estudo possibilitou a construção do conhecimento frente ao consumo de bebidas alcoólicas pelas gestantes, na ótica dos profissionais, e falha no dimensionamento de profissional e tempo de consulta, o que prejudica o atendimento.

Descritores: Políticas de saúde; Gravidez; Etanol; Promoção da saúde.

ABSTRACT: The objective of this study was to identify the assistance to pregnant women from the perspective of the consumption of alcoholic beverages from the point of view of health professionals. Methodology: Descriptive-exploratory, qualitative research, 16 professionals from the prenatal outpatient clinic of a University Hospital were interviewed, according to Bardin. Results: The study identified strategies for coping with alcohol consumption during pregnancy. Conclusions: The study made it possible to construct knowledge regarding the consumption of alcoholic beverages by pregnant women from the point of view of professionals and the lack of professional sizing and consultation time, which impairs care.

Keywords: Health Policy; Pregnancy; Ethanol; Health Promotion.

¹ Faculdade Duque de Caxias, Faculdade CNEC Rio das Ostras, Faculdades Integradas de Jacarepaguá.

INTRODUÇÃO

O consumo de bebidas alcoólicas é um hábito constante na vida de muitas mulheres, que está caracterizado devido à conquista progressiva ao mercado de trabalho, o que resulta na quebra de paradigma e na reformulação do papel social, na transformação do estigma tradicional feminino (MESQUITA, 2010).

A expressão *efeitos fetais do álcool* é utilizada para designar um grupo de crianças expostas ao álcool intra-útero, mas que não possuíam o quadro clínico completo da Síndrome Alcoólica Fetal (PALADINO, 2013).

Freire (2009) relata os primeiros estudos dos efeitos teratógenos relacionados ao consumo do álcool por mulheres/gestantes em 1968, mas só em 1973 foi definido um padrão específico de malformações nas crianças nascidas, que foi denominado Síndrome Alcoólica Fetal, que é uma condição irreversível, caracterizada por anomalias craniofaciais típicas, deficiência de crescimento, disfunções do sistema nervoso central e várias más-formações associadas.

Nessa afirmativa, o estudo **objetivou** identificar a assistência à gestante na perspectiva do consumo de bebidas alcoólicas na ótica dos profissionais da saúde.

MÉTODO

Trata-se de pesquisa descritivo-exploratória com abordagem qualitativa, realizada em um Ambulatório de Pré-Natal de uma Unidade Hospitalar do estado do Rio de Janeiro, que foi autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Antônio Pedro, sob protocolo **CAAE**: 26396014.2.0000.5243, Número do Parecer: 741654, no período de novembro 2014 a maio de 2015. Este estudo atendeu as exigências da Resolução 466/12 da CNS.

Os participantes foram 16 profissionais da saúde que atuam no Pré-Natal, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo entregue uma via, assim, responderam um questionário semiestruturado, em que foram identificados com a sigla PS (Profissionais da Saúde). A análise foi realizada a partir da técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), que se divide em três etapas.

Na primeira etapa foi realizada a leitura de todos os artigos, para a impregnação do conteúdo permitindo a constituição do corpus, o que valida a abordagem qualitativa.

Assim, foi possível delimitar a compreensão dos textos, para evidenciar as unidades de registros, pois, a partir as partes que se identificam com o estudo do material, se tornou possível a formação das unidades temáticas, em que codificamos e utilizamos os conceitos teóricos levantados para a orientação da análise na etapa.

Na segunda etapa, houve a exploração do material, para encontrar as unidades de registro pelas expressões e palavras significativas, para classificar e agregar os dados no alcance do núcleo de compreensão do texto de forma organizada e sistemática.

Na Terceira Etapa, com os dados da análise, foi possível articular o referencial teórico, o que fez emergir a identificação da unidade temática “assistência à gestante na perspectiva do consumo de bebidas alcoólicas na ótica dos profissionais da saúde”.

A análise dos dados foi realizada, baseada na coleta de dados e estudos selecionados, em que foi possível aglomerar o conhecimento produzido através da temática tendo como produto a síntese dos resultados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; SOARES, 2014).

RESULTADOS

ASSISTÊNCIA À GESTANTE NA PERSPECTIVA DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Ao analisar os discursos dos entrevistados, pode-se refletir que, apesar de relatarem a necessidade de atendimento multidisciplinar, os profissionais focalizaram na educação em saúde um ponto relevante à assistência.

PS6 – Quando consigo manter um diálogo, eu oriento quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas na gestação, tentando fazê-la compreender esses malefícios de forma que essa compreensão gere uma nova consciência. A atuação de uma equipe multiprofissional seria muito importante, pois o tempo de consulta é curto, o que dificulta muito esse processo.

PS9 – Na primeira consulta tento identificar se existe ou não existe consumo, faz parte da anamnese (1ª consulta). Quando identifico o consumo, acho que precisa de exclusividade na orientação, pois educar essa gestante quanto ao consumo é muito importante, mas isso leva tempo. Só na primeira consulta é inviável. Uma equipe teria efeito positivo, pois acredito que, quando são informadas, mudariam tais hábitos.

Verifica-se que os familiares representam papel primordial nessa atenção, pois todos devem estar envolvidos para uma promoção e prevenção de qualidade.

PS4- É difícil fazer a gestante assumir o consumo de bebidas alcoólicas, *principalmente maconha ou cocaína* (sic). Quando elavem com seu esposo ou sua mãe facilita muito, pois eles confessam por ela, aí eu tento associar com outras variáveis e oriento quanto às intercorrências e complicações para ela e para seu filho. Esse trabalho em equipe deve ser considerado.

Nessa ótica, o profissional ou a equipe de saúde não são os únicos responsáveis pelo processo de buscas para as saídas das dificuldades; a construção do novo passa pelo encontro e a criatividade das diversas subjetividades envolvidas.

PS11 - É muito importante orientar a gestante quanto aos malefícios do consumo de bebidas alcoólicas. Eu tento fazê-la compreender que o consumo de álcool não é seguro, tento mostrar as repercussões que podem ocorrer utilizando fotos de livros, etc. Independente dela informar que consome ou não, eu já oriento logo.

Assim, todo sujeito se encontra inserido em uma rede de produção de subjetividade, na qual pode se considerar um ser em conexão com outros seres e outras vidas (BRASIL, 2009).

PS10 – Eu costumo perguntar diretamente. Só assim consigo atrair a atenção da gestante, pois, ao perguntar, eu já falo logo das consequências. Daí ela se interessa pelo assunto e eu pergunto novamente se consome ou consumiu bebidas alcoólicas. Mas coletar essas informações, fazê-la assumir com essa estrutura que temos, com esse tempo de consulta, nem sempre tenho sucesso. E o pior é que às vezes eu percebo que já consumiu bebida alcoólica em alguma festa, às vezes elas deixam transparecer. Se esse trabalho fosse realizado em equipe, sem dúvida teria sucesso.

Esse contexto sugere um fortalecimento institucional em nível de infraestrutura técnica e financeira, aspectos difíceis de serem supridos pelos escassos recursos por ora apontados na fala de alguns profissionais.

PS8 – Eu considero o pré-natal falho bem falho. Ainda não existe um trabalho de educação em saúde amplo no pré-natal, direcionado para as gestantes que consomem bebidas alcoólicas ou consomem drogas ilícitas.

Para Paulo Freire, o diálogo gera um pensamento crítico e estimula a participação da mulher/gestante, o que promove a autoconfiança.

PS2 - Muitas realizam essa prática, em festas com seus maridos ou em comemorações de fim de ano. Em minha opinião, importante é não se embriagar. Eu desaconselho, eu pergunto e elas respondem. Não sei se é verdade, mas a própria gestação as deixa com mais cautela. Muitas até param de beber, assim, o próprio estado gestacional as fazem parar.

A premissa básica de quem realiza o processo educativo com essa abordagem deve ser para encorajar o fortalecimento pessoal, esclarecer dúvidas e informar o processo gravídico, focado no desenvolvimento de uma prática diária saudável.

PS3- Fazer uma gestante admitir que consumia ou consome bebidas alcoólicas ou alguma outra droga ilícita é difícil. Isso demanda tempo, não dá para fazer em uma consulta. No caso das drogas ilícitas, são mais difíceis por serem ilícitas. Uma equipe faria diferença para as questões de educação em saúde.

O importante é orientar o ser humano a ajudar-se, para tornar-se responsável e agente de recuperação, ao viabilizar a construção de uma postura crítica e reflexiva acerca dos problemas de saúde. Por muitas vezes, é denunciado pelo marido ou familiar o consumo de álcool.

PS1 - A partir do momento que se consegue estabelecer uma relação profissional paciente positivo, aí sim viabiliza essa gestante confessar o consumo de álcool ou drogas ilícitas. Mais isso demanda tempo. Em muitos casos, quando ela vem à consulta com o marido ou algum familiar, ele informa o consumo alcoólico ou ilícito da gestante.

No contexto da análise dos entrevistados, o gerenciamento do cuidado está relacionado ao dimensionamento das consultas, o que caracteriza um *déficit*, pois criação de vínculo demanda tempo.

PS8 – Eu considero o pré-natal falho, bem falho. Ainda não existe um trabalho de educação em saúde amplo no pré-natal, direcionado para as gestantes que consomem bebidas alcoólicas ou consomem drogas ilícitas.

Neste contexto, uma das grandes dificuldades do país é a garantia da assistência pré-natal.

PS10 – E por outro lado, o Ministério da Saúde trata tanto o recém-nascido quanto a mulher como cidadãos de segunda classe, esquecendo que a saúde é dela, o parto é dela e o filho é dela e suas queixas devem ser ouvidas e sanadas. De forma que a estrutura física, laboratorial, o número de consultas demandam um determinado quantitativo de profissionais.

Os programas implementados propõem meios para reversão da dificuldade no acesso, da precária cobertura e melhora da qualidade do cuidado oferecido, que impacta na melhoria dos indicadores de morbimortalidade (BRASIL, 2000).

PS11 – Sempre tem furo. Fazemos o melhor possível, mas depende do número de pacientes, pois o tempo é curto para conquistar a confiança. Para atingir uma qualidade na assistência depende das instâncias superiores.

Para um pré-natal de qualidade, é necessário que haja humanização no atendimento, fator essencial para a assistência prestada à gestante; captação e aderência precoce da gestante para o acompanhamento pré-natal; estabelecimento de vínculo entre profissional e gestante; excelência nas técnicas para um atendimento qualificado e capacitado; acompanhamento periódico e contínuo da mulher classificada com risco gestacional na primeira consulta e nas subsequentes, para garantir as orientações e esclarecimentos necessários mediante a realização das ações educativas.

PS7 – Orientar essa gestante quanto aos malefícios para ela, para seu filho, durante a consulta, é muito difícil e demanda tempo e infraestrutura. A gestante que não conhece as consequências vai continuar bebendo, a que conhece, com certeza vai tentar mudar, mas o povo não tem informação mesmo. Muita coisa poderia ser evitada só com a informação. Um trabalho pedagógico bem elaborado, não só para o consumo de bebidas alcoólicas, mas para drogas ilícitas também, teria seu efeito valorativo. E não podemos esquecer-nos da participação das esferas do governo promovendo campanhas educativas.

Portanto, o pré-natal é o momento ideal para que o profissional dissipe mitos e visões através do desenvolvimento da educação em saúde.

PS10 – Eu compreendendo que o Ministério da Saúde vê o pré-natal como um importante indicador de atuação, porém é restrito. Você não vê propaganda dizendo que a mulher não deve consumir bebida alcoólica e ou drogas ilícita.

Tal perspectiva está vinculada às informações de que um cálice de vinho por dia perpetua por anos os benefícios à saúde, mas tal prática não está indicada à gestante, pois um copo de bebida alcoólica, bem como o consumo de drogas ilícitas, pode trazer repercussões graves à díade mãe/bebê.

DISCUSSÃO

Dentre as complicações provocadas pelo consumo de álcool, destacam-se anomalias físicas e disformismo no primeiro trimestre, aumento de duas a quatro vezes as chances de abortamento espontâneo no segundo trimestre, fatores comprometedores durante o parto, como risco de infecções, descolamento prematuro de placenta, hipertonia uterina, trabalho de parto prematuro e líquido amniótico meconial (CHANG, 2001)

Dentre as consequências decorrentes do consumo de álcool por mulheres/gestantes, a mais conhecida é a Síndrome Alcoólica Fetal, caracterizada por baixo peso do recém-nascido ao nascer, hipotonia, irritabilidade, retardo do desenvolvimento, anormalidades craniofaciais e cardiovasculares, retardo mental leve e moderado, hiperatividade e baixo rendimento escolar (DIAS, 2015)

O consumo de álcool durante a gravidez deve ser motivo de grande preocupação, por apresentar grandes chances de lesar o feto. Dias *et al.* (2013) reforçam que esse ato deve ser investigado e desestimulado, por se tratar de um sério problema de saúde pública, por trazer consequências não só para a saúde materna mais também para o concepto, com o agravante de que entre 40 e 60 minutos após o consumo do álcool pela gestante, o mesmo teor alcoólico do organismo materno é encontrado no sangue fetal, o que gera intoxicação.

Isto ocorre porque a exposição é maior para o feto, já que o metabolismo e a eliminação são mais lentos. Assim, dentre outras questões, contribui para o aumento do tempo de hospitalização do recém-nascido (DIAS, 2015; FREIRE, 2005).

A exposição a bebidas alcoólicas na gestação aumenta a possibilidade de morbimortalidade e incidência de diferentes agravos à saúde da mulher e do recém-nascido, o que remete à conceituação de gravidez de risco por colocar a saúde e/ou a vida da mãe e do concepto em perigo (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar, que a mortalidade perinatal indica a qualidade da assistência obstétrica e neonatal e dos programas de intervenção, pelo impacto que a assistência prestada à mulher/gestante e ao recém-nascido pode causar na redução desses índices.

O Brasil possui características que geram impacto na mortalidade neonatal, que é mais elevada nos grupos sociais de baixa renda, o que reflete na falta de acesso à assistência qualificada (DIAS, 2015; CITINO, 2001; CAMPOS, 2013).

Os índices de mortalidade materna de nível alto também apontam para necessidade de ações por parte do setor de saúde, que estima que 34% das mulheres consomem e bebidas alcoólicas. Ao emergir nesse contexto, o cuidado/assistência à gestante tem-se revelado uma prioridade na redução da morbimortalidade, como em outros benefícios à saúde materno-infantil (DIAS, 2015; DIAS, 2014).

O Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde elabora as diretrizes políticas e técnicas para a atenção integral à saúde da criança de zero a dez anos de idade, cujas linhas de ação prioritárias estão relacionadas com o compromisso do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em especial os de números 4 - reduzir a mortalidade infantil, e 5 - melhorar a saúde das gestantes; com o Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal; com o Pacto pela Saúde e, mais recentemente, com o Programa de Aceleração e Crescimento na Saúde.

Cabe à Área Técnica discutir, propor e apoiar a implementação de estratégias nos Estados e Municípios que reduzam a mortalidade de crianças, em especial a infantil e a neonatal, e promovam a saúde integral, sempre focada nas prioridades de saúde população, com os princípios norteadores à universalidade, equidade, assistência integral, controle social, intersetorialidade, monitoramento/avaliação, entre outros (DIAS, 2015).

CONCLUSÃO

O estudo possibilitou a construção de um conhecimento clínico e gerencial do dimensionamento de profissional e de consultas para a qualidade da assistência materno-infantil.

As interfaces desse manejo foram elucidadas ao longo das entrevistas com os profissionais. Foram compreendidas quando levantada a perspectiva da atuação transdisciplinar na educação em saúde na perspectiva do consumo de bebidas alcoólicas na gestação.

Foi possível evidenciar, num primeiro momento, que o manejo gerencial construcionista da instituição de referência ocorre, essencialmente, baseado em três aspectos: identificação das características e de variáveis facilitadoras na identificação do consumo de bebidas alcoólica na gestação; avaliação da paciente, principalmente baseada no relato verbal; e, finalmente, implementação do cuidado baseado em evidências, em que se priorizam a prevenção e promoção da saúde.

A ênfase na educação em saúde como abordagem preventiva foi declarada por unanimidade nos relatos dos profissionais. Reflete uma assistência transdisciplinar, que vai muito além do modelo predominante, do modelo biomédico e tecnologicista de cuidado.

A estrutura do serviço para o manejo foi identificada com aspectos favoráveis e desfavoráveis. Percebeu-se que a instituição, apesar de ser considerada de referência, mostrou um atendimento fragilizado, em que os profissionais até conseguem visualizar as facilidades e dificuldades encontradas no cotidiano, para atender gestantes que consomem bebidas alcoólicas e/ou drogas ilícitas. No entanto, realizam um cuidado informal, baseado em percepções individuais, sem fazer o uso de modelos preconizados, como as escalas ou instrumentos destinados à avaliação mais acurada.

Constataram-se, como principais fatores impeditivos ao adequado manejo: a demanda elevada de pacientes, a inexistência de um atendimento específico/protocolos para gerenciar as gestantes que consomem bebidas alcoólicas e ou drogas ilícitas, bem como as frequentes falhas interinstitucionais quanto à referência e contra referência, pois, na maioria das vezes, as gestantes são resistentes em assumir o consumo.

REFERÊNCIA

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BERTOLOZZI, M. R. *et al.* Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Rev. Esc Enferm USP**, v. 43, pp. 1326-1330, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça Normas Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. **Resolução 466/12**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde. 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº. 427/GM, de 18 de março de 2004. Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Diário Oficial da União. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Decreto nº 6.117 de 22 de maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde. 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Relatório brasileiro sobre drogas. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP. Brasília: SENAD, 2009.

CHANG, G. Alcohol-screening instruments for pregnant women. *Alcohol Res Health*. v. 25, n. 5, pp. 204-9, 2001.

CITINO, R. **Alcoolismo**. São Paulo, Martin Claret, 2001.

CAMPOS, E. A. As representações sobre o alcoolismo em uma associação de ex-bebedores: os Alcoólicos Anônimos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, pp. 1379-1387, Out. 2004.

DIAS, D. R. *et al.* O consumo de álcool e outras drogas na gestação: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 7, pp. 7188-7199, 2013.

DIAS, D. R.; ALVES, V. H. O pré-natal um indicador de qualidade a assistência materno infantil: na perspectiva do consumo de bebidas alcoólicas durante a gestação a ótica dos profissionais da saúde de um hospital universitário. IX Congresso Brasileiro e Internacional de Enfermagem Obstétrica e Neonatal. 2015

DIAS, D. R. *et al.* Promover saúde: A educação em saúde: uma análise do panorama brasileiro. 5º Encontro de Enfermagem Ginecológica do Estado do Rio de Janeiro. 2015

FREIRE, T. M. *et al.* Efeitos do consumo de bebida alcoólica sobre o feto. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, pp. 376-381, jul, 2005.

KHOURY, M. J. *et al.* The interface between dysmorphology and epidemiology in the diagnosis and surveillance for fetal alcohol effects. **Pediatrics**. V. 98, n. 2 Pt 1, pp. 315-6. 1996.

MAY, P. A. A multiple-level, comprehensive approach to the prevention of fetal alcohol syndrome (FAS) and other alcohol-related birth defects (ARBD). **Int J Addict**. V. 30, pp. 1549-602. 1995.

MESQUITA, M. A. Efeitos do álcool no Recém-nascido. **Rev. Einstein**. V. 8, n. 3 Pt 1, pp. 368-375, nov, 2010.

PALADINO, S. F. Alterações hematológicas ligadas ao alcoolismo. **Rev. psiquiatr. clín.** V. 27, n. 1, pp. 36-42, jan-fev. 2000.

Submetido em: 03 de janeiro de 2019

Aceito em: 25 de junho de 2019

ADOLESCÊNCIA X GRAVIDEZ: AS CONTRIBUIÇÕES PREVENTIVAS DO ENFERMEIRO NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Wanderson Alves Ribeiro¹
Jaqueline Constantino de Lima²
Madalena de Oliveira Silva Santos Souza³
Bruna Porath de Azevedo Fassarella⁴
Aramis Alves da Silva⁵
Leandro Sperendio de Oliveira⁶
Kelli Cristina Dutra da Silva Santiago Ranauro⁷
Carla Santos de Campos da Silva Carlota⁸

Resumo: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo que tem como objeto de estudo as contribuições preventivas do enfermeiro na prevenção a gravidez na adolescência, que objetivou descrever o conhecimento dos adolescentes sobre métodos contraceptivos e identificar as possíveis contribuições do enfermeiro na prevenção a gravidez na adolescência frente a ótica da educação em saúde. Como metodologia, utilizaram-se artigos publicados em base de dados virtuais. Para tal utilizou-se a Biblioteca Virtual de Saúde, nas bases de informações LILACS, BDNF, MEDLINE e SCIELO, com recorte temporal de 2007 a 2017. A fase da adolescência expõe avivencia a uma série de situações de vulnerabilidades. Entre estas situações está a gravidez precoce associada aos fatores clínicos, sociais, culturais, emocionais e ocorrências de gestações anteriores na família. O enfermeiro possui um papel essencial no desenvolvimento de habilidades preventivas e educativas com os adolescentes estabelecendo estratégias que visem à prevenção da gravidez na adolescência. Conclui-se que as práticas educativas são imprescindíveis, pois são um meio de obtenção de informações para esse público e verifica-se a necessidade de buscar novas formas de atuação com a população de adolescentes, uma vez que a gravidez nessa fase é um problema de saúde pública no Brasil.

Palavras-chave: Adolescência; Gravidez na Adolescência; Educação em Saúde.

¹ Enfermeiro. Mestrando Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da UFF, Niterói/RJ. Docente do Curso de Graduação da UNIG. Preceptor Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIABEU. E-mail: nursing_war@hotmail.com

² Enfermeira. Graduada pela Universidade Iguazu. E-mail: jaqueline-limma@hotmail.com

³ Enfermeira. Graduada pela Universidade Iguazu. E-mail: madarj2007@gmail.com

⁴ Enfermeira. Mestranda em Ciências Aplicadas em Saúde da Universidade Severino Sombra. Docente do Curso de Graduação da UNIG. Preceptora Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIABEU. E-mail: brunaporath@gmail.com

⁵ Acadêmico do 8^a período do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguazu. E-mail: arathade@hotmail.com

⁶ Acadêmico do 4^a período do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estácio de Sá. E-mail: pr.sperendio@gmail.com

⁷ Enfermeira. Especialista em UTI Neonatal e Pediatria pela Universidade Castelo Branco. Especialista em Psicanálise Clínica pela Escola de Psicanálise do Rio de Janeiro. E-mail: kcdssr@hotmail.com

⁸ Acadêmica do 8^a período do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Iguazu. E-mail: grupojovem_mnn@hotmail.com

ADOLESCENCE X PREGNANCY: THE PREVENTIVE CONTRIBUTIONS OF NURSES FROM THE POINT OF VIEW OF HEALTH EDUCATION

Abstract: This is a qualitative and descriptive bibliographical research whose object is to study the preventive contributions of the nurse in the prevention of teenage pregnancy, which aimed to describe the adolescents' knowledge about contraceptive methods and to identify the possible contributions of the nurse in the prevention of pregnancy in the perspective of health education. As a methodology, articles published in a virtual database were used. To this end, the Virtual Health Library was used in the LILACS, BDENF, MEDLINE and SCIELO information bases, with a temporal cut from 2007 to 2017. The adolescence phase exposes the experience to a series of vulnerability situations. Among these situations is early pregnancy associated with clinical, social, cultural, emotional, and occurrences of previous pregnancies in the family. Nurses play an essential role in the development of preventive and educational skills with adolescents, establishing strategies to prevent teenage pregnancy. It is concluded that educational practices are essential, as they are a means of obtaining information for this public and there is a need to seek new ways of acting with the adolescent population, since pregnancy at this stage is a problem of public health in Brazil.

Keywords: Adolescence; Teenage pregnancy; Health education.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) preconizam a adolescência como período entre 10 e 19 anos, fase em que ocorrem várias transformações e modificações psicológicas e no crescimento. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera criança pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes aquelas entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 2013).

Em consonância ao contexto, Nascimento (2016) refere que adolescência tem sido tema de destaque em diversos estudos nas últimas décadas. É nessa fase que aparecem os conflitos com o início das relações sexuais, momentos de incerteza, ansiedade, insegurança, isolamento, transtornos de vínculos afetivos, entre outros.

De acordo com Ferreira e Farias (2010), é a etapa da vida entre a infância e a idade adulta, período em que ocorre uma série de modificações no desenvolvimento físico, psicossocial e emocional, em que muitas vezes coincide com o início da vida sexual.

A fase da adolescência expõe a vivência a uma série de situações de vulnerabilidades. Entre estas situações está a gravidez precoce associada aos fatores clínicos, sociais, culturais, emocionais e ocorrências de gestações anteriores na família. (BRASIL, 2013).

A descoberta da sexualidade atinge a sua máxima intensidade na adolescência e torna-se uma potencial fonte de comunicação, prazer e afeto nas dimensões pessoal e interpessoal (RODRIGUES; VILAÇA, 2013).

Desse modo a iniciação sexual é um evento marcante na vida de um adolescente. Ao mesmo tempo em que lhe permite adentrar em um mundo de novas descobertas, pode inseri-lo em um grupo de vulnerabilidade a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e AIDS. Essa inserção pode ter como desfecho, também, a ocorrência de gravidez na adolescência, aborto e outros problemas de ordem biológica, socioeconômica e psicológica (MARINHO et al;2009).

Frente ao ponto de vista de Spindola e Silva (2009), acredita ser que os riscos para a gravidez não planejada e indesejada na adolescência estão associados a fatores como a não adoção dos métodos contraceptivos ou uso incorreto e ainda o desconhecimento da fisiologia reprodutiva.

Na ótica de Vilaça (2015), refere se que uma informação correta sobre os métodos contraceptivos pode diminuir o risco de gravidez precoce, porém, constata que mesmo com essa informação os/as adolescentes persistem em não fazer uso dos métodos contraceptivos, o que se deve, em parte, à fase de desordem emocional que vivenciam, preferindo muitas vezes, optar pelo risco. Por essa razão, e por várias outras que a seguir se apresentam.

Por outro lado Vilaça (2015), considera imprescindível a implementação da educação em sexualidade na comunidade escolar e aponta várias razões para a necessidade de o fazer: o gosto dos/as adolescentes pelo risco; o seu constrangimento em assumir atitudes preventivas perante os pares; as relações interpessoais com pares inexperientes e pouco informados sexualmente; a pouca capacidade para gerir racionalmente emoções fortes prevendo consequências não é fenômeno recente e pode ser explicado por diferentes causas. Tradicionalmente era associado à pobreza, entretanto outros aspectos mais abrangentes surgem nesse cenário.

Complementa-se que, além dos fatores econômicos, que inclui a pobreza, o crescimento populacional de adolescentes e a baixa escolaridade, encontra-se a diminuição média da idade para menarca e o início da atividade sexual precoce, aliadas à falta de informação sobre meios contraceptivos e à deficiência de programas de apoio ao adolescente (CERQUEIRA et al; 2010).

Tendo em vista aspectos observados Diniz e Koller (2012), afirma que a atuação do enfermeiro, como de toda a equipe de saúde, tem as ações centradas na tríade promoção, prevenção e assistência, sendo as duas primeiras de maior relevância no processo de trabalho que vai ao encontro dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, gravidez que podem ser desencadeadas de risco tanto para a mãe como para o recém-nascido.

Sendo assim, a Organização Mundial de Saúde (OMS) indicou a gravidez como prioridade no atendimento em adolescentes por afetar a saúde da mãe e da criança.

Corroborando ao contexto, cabe mencionar que os riscos médicos associados à gravidez em adolescentes são hipertensão, anemia e nutrição inadequada, que elevam os índices de morbidade. Adolescentes que iniciam atividade sexual mais tarde que seus pares, tendem a ter autoestima mais elevada. A baixa autoestima em adolescentes provém do medo, insegurança, rejeição e baixas aspirações na vida. Soma-se a isso a evasão escolar, desqualificação profissional e subempregos com salários indignos (CERQUEIRA *et al*; 2010).

Segundo Brasil (2013), a atividade educativa voltada para o planejamento reprodutivo tem como objetivos: ofertar à clientela os conhecimentos necessários para a escolha e posterior utilização de medidas contraceptivas adequadas, assim como propiciar questionamentos e reflexões sobre temas relacionados com a prática da anticoncepção, inclusive a sexualidade.

Nesse sentido, ressalta-se que, as ações educativas realizadas pelo enfermeiro devem ser preferencialmente realizadas em grupo, precedendo a primeira consulta, e devem ser sempre reforçadas pela ação educativa individual, levando em consideração: a escolha da mulher, do homem ou do casal, as características dos métodos e de fatores do eixo individual e situacional relacionados aos usuários do método (BRASIL, 2013).

A gravidez precoce e não planejada pode resultar em sobrecarga psíquica, emocional e social para o desenvolvimento da adolescente, contribuindo para alterações no seu projeto de vida futura, assim como na perpetuação do ciclo de pobreza, educação precária, falta de perspectiva de vida, lazer e emprego e, conseqüentemente, na busca de melhores condições de vida (NASCIMENTO, 2016).

Diante da problemática apresentada pode-se destacar como objeto de estudo as contribuições preventivas do enfermeiro na prevenção a gravidez na adolescência.

Para tal, traçou-se a seguinte questão norteadora: Quais são as possíveis contribuições do enfermeiro na prevenção a gravidez na adolescência frente a ótica da educação em saúde?

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo descrever o conhecimento dos adolescente sobre métodos contraceptivos e identificar as possíveis contribuições do enfermeiro na prevenção a gravidez na adolescência frente a ótica da educação em saúde.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Cabe ressaltar que a pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com auxílio de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Contudo em grande parte dos estudos seja exigido algum tipo de trabalho deste gênero, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2008).

Com vista a conhecer a recorrência e o estado da temática, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para embasamento e contextualização do tema em questão.

Os dados foram coletados em base de dados virtuais. Para tal utilizou-se a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), na seguinte base de informação: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Literatura Internacional em Ciência da Saúde (MEDLINE), *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), dentre outros, no período de fevereiro à março de 2018.

Optou-se pelos seguintes descritores: Adolescência; Gravidez na Adolescência; Educação em Saúde que se encontram nos Descritores em Ciência da Saúde (DECS).

Estabeleceu-se então para a realização da pesquisa os critérios de inclusão: textos na íntegra e em português com abordagem da temática estabelecida e que obedecessem ao recorte temporal de 2007 a 2017 e como critérios de exclusão, os

textos incompletos e em língua estrangeira, textos que não abordassem a temática estabelecida e com recorte temporal inferior a 2007.

Cabe mencionar que os textos em língua estrangeira foram excluídos devido o interesse em embasar o estudo com dados do panorama brasileiro e os textos incompletos, para oferecer melhor compreensão através da leitura de textos naintegra.

Após a associação de todos os descritores foram encontrados 2.029 artigos, excluídos 2.014 e selecionados apenas 15.

3. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Subsequente a esta seleção, foi realizado uma leitura reflexiva dos artigos, onde descreveram-se os resultados encontrados nesta leitura e, ainda, uma discussão sucinta relacionada aos achados.

Posterior à leitura reflexiva dos ensaios supracitados emergiram três categorias: Sexualidade do Adolescente; Conhecimento dos métodos contraceptivos pelos adolescente; Enfermeiro e suas contribuições frente a educação em saúde na prevenção a Gravidez na Adolescência

3.1. Sexualidade do adolescente

Segundo Brasil (2013), a sexualidade, especialmente na adolescência, é um componente intrínseco da pessoa, é fundamental na saúde dos jovens porque transcende o aspecto meramente biológico, manifestando-se também como um fenômeno psicológico e social, fortemente influenciado por crenças e valores pessoais e familiares, normas morais e tabus sociais.

Desse modo, a sexualidade deve ser discutida como um todo, envolvendo adolescentes, responsáveis, professores, profissionais de saúde e sociedade, para favorecer o diálogo e o conhecimento, assim contribuindo para minimizar os fatores de vulnerabilidade.

Do ponto de vista de Malta et al. (2011), a idade considerada média na qual os adolescentes estão entrando na puberdade tem diminuído consideravelmente. Quanto mais cedo o adolescente entra na puberdade, mais cedo acontecerá seu amadurecimento biológico que não necessariamente coincide com o

amadurecimento cognitivo e emocional, o que constitui, portanto, fator de risco para uma iniciação sexual prematura.

Além disso, sexo era tanto para a reprodução como para a busca de sentimentos profundos de amor, para o prazer sexual e a sensualidade. Já na ascensão do Cristianismo, construiu-se uma moralidade permanente, na qual se mantinha a castidade ou o casamento, a recusa do prazer exclusivamente sexual, reduzindo assim as práticas sexuais aos limites estreitos dos interesses de procriação (MALINA et al,2015).

Na visão de Ferreira, Galvão e Costa (2017), na atualidade, a sexualidade é um processo curiosamente atrativo, uma fase especial da vida, com inúmeras transformações hormonais que se exacerbam nos adolescentes pelas descobertas da própria sexualidade. Todavia, a falta ou o pouco conhecimento desse grupo populacional a respeito da temática estão relacionados com o aumento de gravidez na adolescência e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Mediante tal contexto, torna-se necessário trilhar um caminho que apoie efetivamente os adolescentes em suas necessidades, que lhes permita um acesso rápido à informação empoderando-os por meio de informações corretas para que haja a participação de cada um na vida sexual e reprodutiva de forma segura e satisfatória, possibilitando, assim, a liberdade de decisão, livre de discriminação, coerção e violência (BRASIL,2013).

Sendo assim Santos et al. (2016), afirma que poderão ser debatidos temas importantes para a saúde dos adolescentes, em especial a garantia da autonomia de suas escolhas e a prevenção de IST e de gravidez indesejada a partir do processo informativo da educação.

Para tanto, são necessárias estratégias relacionadas à informação dos adolescentes, em especial direcionadas àqueles em período escolar, com vistas à promoção de uma discussão crítica e reflexiva, extensiva aos seus responsáveis e professores. Entretanto, existem entraves relacionados ao direito dos adolescentes de vivenciar a sexualidade com menos conflitos e intercorrências (SANTOS et al, 2016).

No ponto de vista de Santos et al. (2016), a vulnerabilidade dos jovens no campo da sexualidade é mostrada por alguns indicadores, tais comodesconhecimento sobre ciclos reprodutivos, gravidez juvenil, preservativos, conversa

com adultos, limites individuais e discriminações por conta de gênero e de orientação sexual.

3.2. Conhecimento dos métodos contraceptivos pelos adolescente

A humanidade fez uso da anticoncepção desde os tempos mais remotos. Entretanto, foi a partir de 1946 que os métodos anticoncepcionais se espalharam pelo mundo, principalmente nos países mais desenvolvidos na década de 60. Apesar da política pública de saúde, na última década, ter destacado a saúde reprodutiva, anticoncepção e prevenção de DST, ainda existem no mundo cerca de 500 milhões de pessoas sem acesso a uma anticoncepção efetiva (BRASIL, 2013).

De acordo com Brasil (2013), a atenção aos adolescentes no sistema de saúde e educação vem sendo discutida na perspectiva da abordagem multiprofissional, com vistas a melhorar o cuidado a esses jovens, que ainda tem poucas oportunidades de desenvolverem atitudes saudáveis.

Ressalta-se que somente passar a informação ao adolescente acerca dos métodos contraceptivos existentes, não é suficiente, mas deve-se ampliar o conhecimento sobre a importância de alguns métodos na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o efeito de cada um no corpo, a forma correta de sua utilização e as possíveis consequências do não uso (KOERICH et al.2010).

São muitas as razões para comportamentos sexuais desprotegidos entre adolescentes e, sem dúvida, o desconhecimento sobre o próprio corpo, os métodos contraceptivos e seu uso correto têm forte evidência. Outros estudos reforçam que a aplicação do conhecimento é uma forma de prevenir a gravidez na adolescência, evitando que o futuro da adolescente seja comprometido (SILVA et al, 2016).

Os facilitadores ao dialogarem com os adolescentes utilizaram linguagem clara e objetiva com bases científicas, essencialmente durante as dinâmicas; propiciando abordagem interativa, na tentativa de reconhecer os adolescentes em sua diversidade, assim como fortalecer ações de cuidado à saúde (SILVA et al, 2016).

Estudos realizados com adolescentes evidenciam que, a maioria deles, que são sexualmente ativos, não tem atitudes favoráveis à contracepção e os autores alertam que a abordagem sobre os métodos contraceptivos deve ser anterior à iniciação sexual (SILVA et al, 2016).

Os anticoncepcionais de emergência são métodos alternativos de anticoncepção para serem usados em situações especiais e não devem ser manipulados de forma contínua e diária. Ressalta-se que, parte dos adolescentes nunca participou de conversas sobre a anticoncepção de emergência nas escolas e referiu ter informação de forma esporádica na escola pelo professor de Ciências (SILVA et al, 2016).

Brasil (2013), enfatiza que a escola é um ambiente propício para os adolescentes obterem estas informações e certamente envolverá atividades integradas com os profissionais da saúde, pois os educadores, na maioria das vezes, não estão informados sobre o assunto no espaço da atenção básica, também, devem ser propiciadas estas ações na integração com a escola, um ambiente para muitos aprendizados, mas não ocorre a devida articulação entre estes setores, apesar da existência de programas com esta finalidade.

3.3. Enfermeiro e suas contribuições preventiva na gravidez na adolescência

Segundo Diniz e Koller (2012) o enfermeiro possui um papel essencial no desenvolvimento de habilidades preventivas e educativas com os adolescentes estabelecendo estratégias que visem à prevenção da gravidez na adolescência, criando grupos com propósitos na promoção de saúde e prevenção de ISTs/gravidez precoce, visando conscientizar os jovens sobre a importância da participação ativa nas ações de educação em saúde, no intuito de que se tornem capazes de lidar com suas próprias decisões, e elencando atitudes positivas para lidar com papel do autocuidado.

De acordo com Gurgel et al (2010), o enfermeiro possui um papel essencial no desenvolvimento de habilidades preventivas e educativas com os adolescentes estabelecendo estratégias que visem à prevenção da gravidez na adolescência, criando grupos com propósitos na promoção de saúde e prevenção de ISTs/gravidez precoce, visando conscientizar os jovens sobre a importância da participação ativa nas ações de educação em saúde, no intuito de que se tornem

capazes de lidar com suas próprias decisões, e elencando atitudes positivas para lidar com papel do autocuidado.

Brasil (2013) enfatiza que a Enfermagem possui um papel importante nesse processo, uma vez que advém de conhecimentos capazes de serem utilizados na realização de busca ativa e identificação dos problemas enfrentados pelas adolescentes, corroborando para métodos de intervenção eficazes pautados por meio de ações educativas de prevenção à gravidez precoce e métodos contraceptivos, tendo em vista que é nesta faixa etária que se retrata o início de vida sexual precoce e, portanto, maior vulnerabilidade à DST/AIDS e gravidez indesejada.

São por saberes diferentes que se vê a importância do aperfeiçoamento do enfermeiro, devendo pensar sempre no Art. 14 do código de ética dos profissionais de enfermagem, que refere que o profissional deve aprimorar os seus conhecimentos técnicos, científicos, éticos e culturais, em benefício da pessoa, família e coletividade e do desenvolvimento da profissão (COFEN 2017).

De acordo com estudos, a Estratégia de Saúde da Família constitui-se como porta de entrada do usuário no sistema único de saúde. Para isso, é preciso que a equipe conheça a realidade e necessidades da população em sua área de abrangência para que se possa desenvolver um processo de planejamento, participação do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades (BRASIL,2013).

Na visão Silva et al (2016), nota que os profissionais de saúde encontram muitas dificuldades em abordar os adolescentes, muitas destas dificuldades são pela falta de capacitação específica para trabalhar com os jovens e também pelo fato de que o público desta faixa etária raramente procura a unidade de saúde e demonstra pouco interesse e adesão às atividades que são propostas apenas aos casos em que o adolescente procura a unidade por iniciativa.

Bem como, durante a consulta de enfermagem ao adolescente, é importante a presença de um responsável adulto, pois dificilmente este sabe informar sobre os dados referentes às condições de saúde de sua família, ao seu nascimento e aos primeiros anos de vida. Entretanto, devem ficar claras as regras do sigilo, da privacidade e da concordância do adolescente, que mesmo acompanhado, deve ser ouvido particularmente para ter a oportunidade e liberdade

de expressar seus sentimentos, suas queixas e seus arrependimentos (SILVA et al; 2016).

De acordo com Torres et al (2017), a equipe de saúde tem um grande papel quando se fala em educação sexual, abordando a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis, o uso de drogas e a importância dos estilos de vida na preservação e proteção da saúde.

Como também o realça que a educação em saúde sexual não deve ficar na responsabilidade somente dos familiares e escolas, mas o profissional de saúde deve estar preparado para essa ação proporcionando um espaço para discussão, e não transmitindo valores e experiências pessoais (TORRES et al .2017).

Além disso uma das formas de trabalhar com os adolescentes é através do diálogo, sendo necessária a atuação de uma equipe multiprofissional para que se possa envolver o adolescente, vencer os preconceitos que estão relacionados com a sexualidade e diminuir o número de jovens em estado de vulnerabilidade diante das DST/AIDS e gravidez precoce e/ou indesejada (TORRES et al. 2017).

Além disso Torres et al (2017) identifica que dúvidas e medos afligem os adolescentes quando o assunto a ser tratado é saúde sexual e reprodutiva. As ações educativas voltadas a este grupo devem abordar esta temática de maneira eficiente, analisando também o contexto sociocultural e econômico no qual o adolescente está inserido, de modo que as estratégias a serem traçadas sejam condizentes com a realidade. Os profissionais de saúde devem trabalhar na busca destes objetivos.

Ao trabalhar ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, o processo de trabalho deve ser direcionado às orientações e estratégias de grupos em lugares mais apropriados e acessíveis ao adolescente de forma que o profissional possa estabelecer processo de confiança (SAMPAIO et al. 2010).

Um estudo nos mostra quais as medidas de ação para a prevenção da gravidez precoce que podem ser realizadas na atenção básica, sendo palestras direcionadas aos adolescentes com utilização de recursos didáticos que abordam sobre os métodos contraceptivos, planejamento familiar, orientações sobre os riscos e complicações que os adolescentes estão sujeitos diante da gravidez precoce (MAX;2011).

Sendo assim, faz-se necessária a capacitação de todos os membros da equipe que esteja integrada à saúde do adolescente, além disso existe falta de

recurso materiais adequados e estrutura para que possa ser desenvolvido um atendimento qualificado para o adolescente, tanto no individual quanto no coletivo (COSTA et al; 2012).

Segundo um estudo, a atenção voltada ao adolescente deve ser de forma direcionada para o desenvolvimento de estratégias apropriadas de acordo com as necessidades, portanto, deve-se utilizar das práticas educativas como uma forma mais eficaz ao trabalharem questões do cotidiano do adolescente, devendo estar direcionadas nos problemas e em métodos resolutivos para melhoria das condições de vida (COSTA et al;2012).

De acordo Torres et al (2017) as práticas educativas compõem a prática social da enfermagem e caracterizam-se como instrumentos valiosos no processo de trabalho em saúde dos enfermeiros nas ESF por ser uma atividade de grande relevância, sendo importante na organização da assistência e desenvolvimento de ações educativas para a promoção da saúde.

No ponto de Torres et al (2017), afirma que ação educativa faz parte do processo de trabalho do enfermeiro e está ligada a todo seu processo de cuidado, sendo assim o enfermeiro é o profissional que trabalha mais próximo da comunidade/usuários, estando apto ao desenvolvimento da promoção de saúde através das ações e práticas de educação.

Além disso, ao desenvolver as ações educativas, o enfermeiro tem como objetivo promover uma discussão dinâmica de maneira que envolva todos os participantes e propicie a exposição das suas dúvidas, de forma que consista em um ambiente de acolhimento e envolvimento e permita a construção coletiva do conhecimento por meio da troca das informações e das experiências vivenciadas, tendo em mente como um método eficaz para a aprendizagem no que se refere aos assuntos relacionados à sexualidade, gravidez e à prevenção das DST/AIDS (ROCHA,2014).

Quando se fala sobre a execução de prática educativa, os autores apresentam diversas dificuldades, mencionando que não têm espaço físico adequado para a realização de ações e os materiais educativos e insumos são insuficientes. Outro fator é que as equipes não são especializadas para o atendimento direcionado ao adolescente, além de estarem sobrecarregadas e incompletas, além disso o mais preocupante é que não se tem suporte pedagógico

para capacitação dos profissionais, o que caracteriza falta de planejamento para qualquer atividade (TORRES et al. 2017).

Segundo o Brasil (2013), a camisinha é o método mais eficaz para se prevenir contra muitas infecções sexualmente transmissíveis (IST's), como a aids, alguns tipos de hepatites e a sífilis, por exemplo. Além de prevenir as IST's, os preservativos, masculino e feminino, também atendem à função de proteger do risco de uma gravidez indesejada. Desde a década de 1940 observa-se que a puberdade se apresenta de forma precoce, resultando na iniciação da atividade sexual.

De acordo com Torres et al (2017), o profissional enfermeiro é habilitado e capacitado para prestar cuidado ao cliente e sua família em todas suas esferas existenciais, considerando as necessidades curativas, preventivas e educativas de cuidados em saúde.

Da mesma forma Ferreira, Galvão e Costa (2017), diz que o enfermeiro ministra o cuidado ao sujeito, que é o ser humano em todo o seu ciclo vital. Atuando nas inúmeras situações relacionadas ao processo saúde doença desempenhando papéis nos diversos campos de atenção. Portanto cabe a este profissional tratar questões que englobem o Adolescente e o processo de desenvolvimento na adolescência.

Nesse sentido, ressalta-se que, as ações educativas realizadas pelo enfermeiro devem ser preferencialmente realizadas em grupo, precedendo a primeira consulta, e devem ser sempre reforçadas pela ação educativa individual, levando em consideração: a escolha da mulher, do homem ou do casal, as características dos métodos e de fatores do eixo individual e situacional relacionados aos usuários do método (BRASIL,2013).

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que as práticas educativas ministradas pelo enfermeiro são imprescindíveis, pois são um meio de obtenção de informações para esse público e verifica-se a necessidade de buscar novas formas de atuação com a população de adolescentes, uma vez que a questão da gravidez nessa fase é um problema de saúde pública no Brasil e em vários países do mundo.

Com tudo, as ações de prevenção assumem papel de suma importância, devendo incluir não apenas a oferta de preservativos e os demais métodos anticoncepcionais, mas também a garantia de espaços para que o adolescente possa falar de si próprio, trocar experiência e receber informações que favoreçam a adoção de hábitos saudáveis de vida.

Assim sendo, o enfermeiro como educador deve estudar de maneira mais abrangente, de tal forma a, dar a assistência necessária ao adolescente, é também diminuir o índice de gravidez indesejada na adolescência por meio de ações educativas e preventivas.

Por fim, acredita-se que a ausência de uma educação sexual mais efetiva, bem como a falta de acesso a informações e programas de saúde relativos à vida sexual e reprodutiva, principalmente destinados a adolescentes, são fatores determinantes para que aconteça a gravidez indesejada.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA-SANTOS, ELDER et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicol. estud.*, Maringá. v. 15, n. 1, p. 72-85. 2010. jun./jul 2018.

COSTA, R.F; QUEIROZ, M.V.O; ZEITOUNE, R.C.G. Cuidado ao Adolescente: Contribuições para a Enfermagem. *Rev. enferm. UERJ*. 2012., jun./jul 2018.

DINIZ, E; KOLLER, S.H. Ser adolescente e ser mãe: Investigação da gravidez adolescente em adolescentes brasileiras e portuguesas. *Análise Psicológica*. v.29 n.4 p. 521-533. 2010. jun./jul 2018.

Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. *Ministério da Saúde*. Brasília - DF. 2010.

FERREIRA, L. S. M.; GALVÃO, M. T. G.; COSTA, E. S. Sexualidade do adolescente: Anticoncepção e DST/AIDS. *RBM rev. bras. med.: Caderno de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 57 (n. esp.), p. 8-19, nov. 2017. jun./jul 2018.

FERREIRA, T.H.S; FARIAS, M.A. Adolescência através dos séculos. *Psic.: Teor. e Pesq.* v. 26 n.2 p.227- 234. 2010, jun./jul 2018.

GURGEL, M.G.I; ALVES, M.D.S; MOURA, E.R.F; PINHEIRO, P.N.C; REGO, R.M.V. Desenvolvimento de habilidades: estratégia de promoção da saúde e prevenção da gravidez na adolescência. *Rev. gaúch. enferm.* v.31 n.4 p. 640-6. 2010, jun./jul 2018.

Gil, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HIRDES, A. T. AT DA SILVA, MHVM JACOB. Conhecimento de adolescentes DST/AIDS no sul do Brasil., A Hirdes Aletheia, 2015 periódico. Aletheia, periodicos.ulbra.br, p. 46. 2015.

KOERICH, M.S et al. Doenças Sexualmente Transmissíveis e Contracepção: atuação da enfermagem com jovens de periferia. *Revista Enfermagem. UERJ*, Rio de Janeiro, n. 18, v. 02, pag. 265-271, abril/jun 2010.

MALTA, Deborah Carvalho. et al. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. *Rev. bras. Epidemiol.* São Paulo, v. 14, n. 1, p. 147-56, 2011.

MARINHO, L.F.B.; AQUINO, E.M.L.; ALMEIDA, M.C.C. Práticas contraceptivas e iniciação sexual entre jovens de três capitais brasileiras. *Cad. Saúde Pública.* 2009.

MAX, C.G.A. Saúde e educação: parceria para prevenção da gravidez na adolescência. Especialização em Gestão Pública em Saúde. Universidade Federal do Paraná, Curitiba [trabalho de conclusão de curso] Curitiba- PR 2011.

Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília. 2010

MOLINA, Mariane Cristina Carlucci et al. Conhecimento de adolescentes do ensino médio quanto aos métodos contraceptivos. *O Mundo da Saúde*, São Paulo; v. 39. n. 1, p. 22-31, 2015. jun./jul 2018.

NASCIMENTO, L.B. A Criminalidade na Adolescência e os Fatores de Ressocialização. Caruaru. TCC [Bacharel em Direito] - Associação Caruaruense do Ensino Superior - Faculdade ASCES; 2016.

RESOLUÇÃO COFEN Nº 311/2007 revogada pela RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017. Código de Ética da Enfermagem.

ROCHA, DAYANE CRISTINA DE SOUSA; BEZERRA, MARIA GORETTE ANDRADE; CAMPOS, ANTONIA DO CARMO SOARES. Cuidados com os Bebês: o Conhecimento das Primíparas Adolescentes. *Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro*, v. 9, n. 3, p. 365-371, jun./jul 2018.

RODRIGUES, C. de J. M.; VILAÇA, T. Género e aprendizagem participativa orientada para a ação em educação sexual em Educação Moral e Religiosa Católica no 7º ano de escolaridade. In: PEREIRA, H. et al. (Ed.). Educação para a saúde, cidadania e desenvolvimento sustentado. Covilhã: Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior. p. 519-531. 2010.

SAMPAIO, J; SANTOS, R.C; PAIXÃO, L.A; TORRES, T.S. Promoção da saúde sexual: desafios no Vale do São Francisco. *Psicol. Soc.* 2010, v. 22 n. 3 p. 499-506.

SANTOS, M. U.; NASCIMENTO, M. B.; ANDRADE, L. D. F; PINTO, M. B.; SANTOS, N. C. C. B. A enfermagem e a vulnerabilidade dos adolescentes frente às IST/HIV/AIDS: Uma revisão integrativa. *UFCG.* 2016.

SILVA, M.M.S; DIAS, M.S.A; VASCONCELOS, A.C.M; SOUZA, D.R; MESQUITA, J.S. “Eu só quero amar”: ação intersetorial pet-saúde/Programa saúde na escola com adolescentes. *SANARE, Sobral*. v.15 n.1 p. 90-7.2016, jun./jul 2018.

SPINDOLA, T; SILVA L.F.F. Perfil epidemiológico de adolescentes atendidas no pré-natal de um hospital universitário. *Esc. Anna Nery*. V.13 n.1 p.99 - 107. 2009, jun./jul 2018.

TORRES, T.R.F; NASCIMENTO, E.G.C; ALCHIERI, J.C. O cuidado de enfermagem na saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. *Adolesc. Saude*. 2017 v.10 (supl. 1) p. 16-26, jun./jul 2018.

VILAÇA, T. Competência para a ação na educação em sexualidade: potencialidades da parceria entre profissionais da educação e saúde com integração das TIC. In A.P. Vilela (Coord.), *Educação sexual: do saber ao fazer. Um contributo para a formação de professores* (pp. 29- 47). Braga: Centro de Formação de EscolasBraga/Su. 2015

Enviado em: 04 de janeiro de 2019

Aceito em: 25 de junho de 2019

RISCOS ASSOCIADOS AO USO IRRACIONAL DO DESCONGESTIONANTE NASAL: CLORIDRATO DE NAFAZOLINA

Ana Sueli Soares Borges¹
Clecilene Gomes Carvalho²
Sérgio Ricardo Magalhães³

Resumo: O cloridrato de nafazolina é um descongestionante nasal que atua sobre os receptores agonistas alfa-adrenérgicos. Após sua administração apresenta ação rápida e prolongada de vasoconstrição, permitindo assim o alívio sintomático da congestão nasal. Devido a facilidade de acesso que a população tem ao Cloridrato de nafazolina, é comum a existência de casos de uso irracional, abusivo. Tal padrão de uso pode ocasionar intoxicação e reações adversas como palpitações, arritmias, erupções da pele, efeito rebote, síndrome do balonamento apical, acidente vascular encefálico hemorrágico, depressão neurológica e respiratória. Apesar de todos os riscos apresentados, a nafazolina é comercializada indiscriminadamente em farmácias e drogarias, por esse motivo cabe aos farmacêuticos, profissionais do medicamento, fornecer informações sobre a nafazolina e alertar quanto aos riscos do uso indiscriminado desse medicamento.

Palavras-chave: Imidazólicos; Cloridrato de nafazolina; Descongestionante nasal.

RISKS ASSOCIATED WITH THE IRRATIONAL USE OF NASAL DECONGESTIONANT: NAPHAZOLINE CHLORHYDRATE

Abstract: Naphazoline hydrochloride is a nasal decongestant that acts on the alpha-adrenergic agonist receptors, after administration it presents a rapid and prolonged action of vasoconstriction, thus allowing the symptomatic relief of nasal congestion. Due to the ease that the population has with Nafazoline Hydrochloride, it is common to have cases of irrational use, with the notice several adverse reactions and even cases of intoxication, ranging from palpitations, arrhythmias, skin rashes, rebound effect among others. And even more complex cases such as apical ballooning syndrome, hemorrhagic encephalic stroke, neurological and respiratory depression. Despite all the risks presented, naphazoline is sold in a disorderly way in pharmacies, however, it is up to us pharmacists, professionals of the drug, to carry out education and warn about the risks of indiscriminate use of this medicine.

Keywords: Imidazoles; Naphazoline hydrochloride; Nasal decongestant.

¹ Farmacêutica; Enfermeira pela Universidade Vale do Rio Verde (Unincor), campus Betim.

² Enfermeira pela Universidade Vale do Rio Verde (Unincor), campus Betim. Especialização em Enfermagem do Trabalho. Especialização em Psicologia da Inteligência Multifocal. Especialização em Saúde Pública com Ênfase em Estratégia de Saúde da Família. Complementação pedagógica em ciências biológicas. Membro da Associação Mineira de Hipertensão Pulmonar – AMIHAP.

³ Doutor em Engenharia Biomédica. Docente da Universidade Vale do Rio Verde (UninCor).

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), a prevenção e o tratamento de doenças exigem infraestrutura adequada, assim como educação em saúde apropriada. No entanto o simbolismo acerca dos fármacos vem contribuindo para o uso irracional de medicamentos e tornou-se um importante problema de saúde pública, pois o consumo indiscriminado corrobora para os riscos à saúde dos usuários (OPAS, 2005 *apud* VIEIRA 2007, p. 216).

As razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. As propagandas desenfreadas de determinados medicamentos, contrastam com as tímidas campanhas de conscientização sobre o uso irracional de medicamentos e seus riscos. Fatores tais como: alto custo do atendimento médico e o desespero e a angústia causados por sintomas, levam as pessoas a utilizarem medicamentos de modo irracional (AMADO; CARNIEL; RESTINI; 2010, p 1452-1453).

No Brasil, vários descongestionantes nasais são vendidos livremente por farmácias e drogarias, não havendo o controle da dispensação e a educação sobre esses medicamentos à população, o que contribui para o uso indiscriminado. Dentre os medicamentos tópicos nasais, os derivados dos imidazólicos demonstram ser mais passível de causar efeito rebote e edema na mucosa nasal, devido à duração de seu efeito farmacológico, sobre os vasos sanguíneos da mucosa nasal, que pode durar de 7 a 9 horas e diminuir com o passar do tempo de uso (LAGUE, ROITHMANN, AUGUSTO; 2013, p.40).

Alguns efeitos adversos do uso de descongestionantes nasais a longo prazo incluem: arritmias cardíacas, cefaleia, insônia, irritação nasal, agitação, espirros, taquicardia, tremores e retenção urinária. É contraindicado para pacientes que apresentam as seguintes situações: hipertensão arterial, diabetes mellitus, hipotireoidismo e hiperplasia prostática (LAGUE, ROITHMANN, AUGUSTO; 2013, p.40).

Diante do uso irracional de medicamentos nasais contendo nafazolina e por trata-se de um problema de saúde pública, o farmacêutico tem como importante função ajudar a sociedade, promover educação em saúde quanto ao uso de medicamentos e seus principais efeitos adversos. Portanto, o objetivo desse estudo foi analisar os riscos à saúde do paciente, decorrentes do uso indiscriminado de cloridrato de nafazolina, identificar as formas de intervenção e atitudes a serem tomadas pelos farmacêuticos a fim de minimizar esse problema.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. Para o levantamento do referencial bibliográfico foram utilizadas as seguintes bases de dados da área da saúde: Lilacs (*Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*), Bireme (*Biblioteca Regional de Medicina*), MedLine (*Medical Literature Analysis and Retrieval System on Line*), PubMed (*Publicações Médicas*), Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e bulas de medicamentos. A busca de artigos nas bases de dados foi realizada utilizando-se os seguintes descritores: imidazólicos, cloridrato de nafazolina, uso irracional, uso indiscriminado. Os critérios de inclusão foram artigos publicados no período de 2007 a 2018, nos idiomas: Português e Inglês. O *corpus* da revisão integrativa foi composto por 15 artigos.

As questões éticas e os preceitos de autoria foram respeitados e as obras utilizadas tiveram seus autores citados e referenciados. Em virtude da natureza bibliográfica da pesquisa não houve necessidade de aprovação do comitê de ética.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AUTOMEDICAÇÃO

A automedicação é a administração de medicamentos sem orientação ou prescrição médica. O hábito de se automedicar, pode causar danos à saúde ou até mesmo mascarar sintomas das doenças mais graves. Dentre os fatores que predispõem a automedicação tem-se: o fato de os usuários não terem acesso a um sistema de saúde de qualidade, fatores econômicos, culturais e sociais, falta de informação, não serem acompanhados por um profissional de saúde capacitado à prescrição, farmácia caseira, facilidade em adquirir o medicamento por incentivo das farmácias e drogarias, ausência de orientação profissional, além da indicação de pessoas não habilitadas como amigos, familiares ou mesmo balconista de farmácia (ALMEIDA; MEJIA, 2014, p.3-6).

A automedicação relacionada ao uso de descongestionantes nasais é vista como problema de saúde pública, porque essa prática pode resultar na ocorrência de problemas como alergias, rinites alérgicas, sinusites, gripes e resfriados, até mesmo intoxicações devido ao uso excessivo, podendo levar até a morte do

usuário. Além disso, o uso inadequado pode induzir outros quadros patológicos como síndrome do balonamento apical, acidente vasculocerebral hemorrágico, depressão neurológica e respiratória, sobrecarregando o Sistema Único de Saúde por uma causa que poderia ser evitável (FREITAS, 2014, p. 1-4).

3.2. DESCONGESTIONANTES NASAIS

Os descongestionantes nasais são medicamentos usados para aliviar a obstrução e a congestão nasal em pacientes com várias patologias nasosinusais, são os medicamentos mais usados via nasal para efeito tópico (MELLO JÚNIOR *et al.*, 2013, p.391-392). Estes medicamentos figuram entre os fármacos mais consumidos na prática da automedicação no Brasil. Entretanto, as consequências ocasionadas devido ao seu uso prolongado, podem ser graves (LENZ *et al.*, 2011, p.761).

Os descongestionantes nasais podem conter fármacos constituídos por duas classes farmacológicas: aminas simpatomiméticas (fenilefrina, anfetamina, efedrina, pseudoefedrina e cafeína), as quais mimetizam os efeitos da epinefrina e norepinefrina; e os imidazólicos (nafazolina, oximetazolina e xilometazolina). Esta última classe é mais suscetível a causar o efeito rebote, o qual consiste na vasoconstrição prolongada, que causa hipóxia da mucosa nasal, a qual provoca hiperemia reativa com vasodilatação severa (LENZ *et al.*, 2011, p.766; FREITAS, 2014, p.3).

Os fármacos agonistas adrenérgicos, também chamados de simpatomiméticos ou adrenomiméticos, fazem parte do grupo de fármacos que estimulam o sistema nervoso autônomo simpático mediante sua interação direta ou indireta aos receptores adrenérgicos ou adrenoreceptores, como a nafazolina. Os receptores adrenérgicos podem também ser divididos em 5 grupos, alfa 1 e 2; beta 1, 2 e 3. O efeito de um fármaco simpatomimético administrado em um determinado local depende da seletividade desta droga pelos receptores, assim como, das características de resposta de células efetoras e do tipo predominante de receptores (OLIVEIRA, 2009, p.2-11).

3.3. NAFAZOLINA

O fármaco cloridrato de nafazolina, hoje comercializado como descongestionante nasal em diversas formulações, atua como vasoconstritor por meio de ação alfa-adrenérgica imediata e efeito prolongado. A nafazolina não apresenta atividade simpatomimética seletiva, ou seja, este fármaco se liga tanto a receptores alfa quanto beta adrenérgicos. As propriedades farmacológicas deste fármaco são mediadas por sua ligação e estimulação de receptores alfa2-adrenérgicos pós-sinápticos periféricos localizados na mucosa nasal, ocasionando vasoconstrição local e eventualmente sistêmica, podendo causar hipertensão arterial transitória, palidez e sudorese (WANG *et al.*, 2009, p. 76-77).

Os derivados imidazólicos também podem estimular receptores alfa2-adrenérgicos pré-sinápticos dos centros de controle cardiovascular do sistema nervoso central (SNC), determinando a inibição da atividade simpática cerebral. Nessas situações, os pacientes, principalmente as crianças, podem apresentar depressão neurológica e respiratória, bradicardia e hipotensão arterial decorrentes da exposição a doses tóxicas (WANG *et al.*, 2009, p.77).

Já a ligação da nafazolina aos receptores beta-adrenérgicos, ocasiona efeitos adversos como: vasodilatação secundária ou de reflexo, taquicardia, broncodilatação e aumento da lipólise (MEDLEY, 2015; OLIVEIRA, 2009, P.3).

A estrutura química da nafazolina é mostrada na fig.1. Observa-se o núcleo imidazol, 4,5-diidro-2-(1-naftalenilmetil)-1H-imidazol. Este núcleo confere não somente ações adrenérgicas, mas também colinérgicas, agem nos receptores colinérgicos, bloqueando seletivamente a atividade parassimpática, ou seja, inibindo ou bloqueando a ação da acetilcolina.

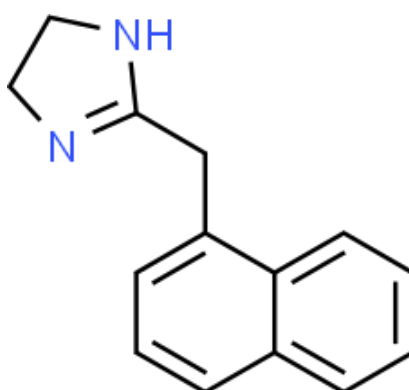


Fig1- Estrutura química da nafazolina

Fonte: (RIBEIRO, 2017, p.47).

O uso de nafazolina contribui para a diminuição dos sintomas de afecções nasosinusais e da obstrução que interfere na qualidade de vida das pessoas. Acontece que seus benefícios têm tido seus fins desvirtuados, colocando em risco a saúde, quando há o uso indiscriminado e prevalente. A falta de conhecimento leva as pessoas a usarem esse medicamento sem conhecimento sobre sua indicação clínica e eventos adversos ao uso, especialmente uso prolongado.

De acordo com dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o principal derivado imidazolínico encontrado no mercado brasileiro como descongestionante é a nafazolina. Está entre os medicamentos mais procurados quando o assunto é automedicação, ocupando a segunda posição (FREITAS, 2014, p. 2).

Quadro 1 - Sete apresentações comerciais, fabricante, princípio ativo e concentração de formas farmacêuticas contendo nafazolina

Nome comercial	Fabricante	Princípio ativo	Concentração
Neosoroad.gts e spray [®]	Neo química	Nafazolina	0,5mg/mL
Adnax	DM ind.farmaceutica LTDA	Nafazolina	1,0mg/mL
Narifluxad.e inf.	Cifarma	Nafazolina, maleato de mepirana e dexpantenol.	0,5mg/mL
Narix	Cimed	Nafazolina, cloreto de sódio, cloreto de benzalcônio, fosfato de sódio monobásico...	0,5mg/mL
Naridringts e spray [®]	Ems	Nafazolina, maleato de mepirana e dexpantenol.	1,0mg/mL
Sorinegts e spray [®]	Aché	Nafazolina	0,5mg/mL
Novo Rino	Bunker	Nafazolina	0,5mg/mL

Fonte: Os autores (2018).

Um dos fatores que favorece a automedicação é o fato de serem medicamentos de venda livre, pois não é exigida prescrição médica para sua aquisição. Além disso, o medicamento fica exposto aos usuários, e sua aquisição

pode ser estimulada através de preços promocionais (ZAFFANO *et al.*, 2007, p. 95-97; HERBERTS *et al.*, 2007, p. 103-108; RODRIGUES; PILOTO; TIYO, 2016, p.138-141).

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas, milhões de pessoas se automedicam; isto é principalmente devido ao fato de que muitas drogas podem ser compradas sem receita médica. Em relação aos descongestionantes nasais, uma possível razão pela qual tantos abusam deles é a rápida eficiência do medicamento (LENZ *et al.*, 2011, p. 761).

Apesar dos efeitos nocivos à saúde, ainda há poucos estudos sobre o uso indiscriminado de nafazolina. Dentre os artigos selecionados, apenas cinco abordam fatores associados às patologias que o uso irracional de descongestionante nasal tópico pode ocasionar e a importância do farmacêutico, como formas de prevenir o uso abusivo de nafazolina. Como pode ser verificado no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Doenças adquiridas com uso indiscriminado de nafazolina

Autor	Título	Ano de publicação	Eventos adversos associados ao uso abusivo de Nafazolina
WANG, Ricardo <i>et al.</i>	Síndrome do balonamento apical secundário ao uso abusivo de descongestionante nasal	2009	Síndrome coronariana aguda; Alteração dinâmica do segmento ST no ECG; -Isquemia miocárdica.
LAGUE <i>et al.</i>	Prevalência do uso de vasoconstritores nasais em acadêmicos de uma universidade privada do Rio Grande do Sul.	2013	Desenvolvimento de rinite medicamentosa
FREITAS	Eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos descongestionantes nasais tópicos.	2014	Rinite não alérgica ou lesões agravadas pelo uso excessivo; -Má-formação vascular; -Hipertensão; Balonamento apical; Acidente vascular encefálico hemorrágico;
CASTRO; MELLO, FERENANDES	Avaliação da prática de automedicação com descongestionantes nasais por estudantes da área da saúde	2016	Rinite medicamentosa Hipertensão arterial
RODRIGUES; PILOTO; TIYO	Rinite medicamentosa e o consumo indiscriminado de vasoconstritores nasais tópicos	2016	Rinite medicamentosa

Fonte: Os autores (2018).

As doenças mais comuns que levam o uso indiscriminado de nafazolina são: gripes e resfriados, rinites, adenoidites agudas, congestão nasal, alergias do trato respiratório superior (ZAFFANO *et al.*, 2007, p.96).

Um estudo realizado na Universidade do município de São José dos Campos - SP, no período de 18 de novembro 2015 a 11 de março de 2016, entrevistou 50 indivíduos femininos e 50 masculinos com idades entre 18 e 35 anos, sobre o uso irracional de descongestionantes nasal com princípio ativo cloridrato de nafazolina. Dentre os entrevistados do sexo masculino, 88% (44) responderam que usam o medicamento sem prescrição médica, já os do sexo feminino o percentual foi ainda

maior, totalizando 92% (46). Outro ponto que chama atenção no estudo realizado por Castro, *et al.*, 2016 é que em ambos os sexos entrevistados, mas de 50% deles relatam ser dependentes do medicamento, ou seja, utilizam de forma crônica (CASTRO; MELLO; FERNANDES, *et al.*, 2016, p.163-164).

O uso crônico do cloridrato de nafazolina pode provocar a vasodilatação reativa (efeito rebote) e, como consequência, levar o paciente a necessidade do aumento da dose, podendo envolvê-lo na perda da sensibilidade dos receptores 2-adrenérgicos pós-sinápticos e na lesão das mucosas nasais. Devido aos seus efeitos vasoconstritores, seu uso se restringe apenas a pacientes maiores de 6 anos de idade (FREITAS, 2014, p. 3).

BUCARETCHI, *et al.* (2003, p.520) *apud* FREITAS (2014, p. 7), relataram outros efeitos adversos em crianças envolvendo derivados imidazólicos. Devido a ações sobre os receptores alfa-2 adrenérgicos pós-sinápticos, o medicamento irá causar vasoconstrição local, e eventualmente a vasoconstrição sistêmica, podendo levar crianças a hipertensão arterial transitória, palidez e sudorese. Eles observaram também que devido à possibilidade deste grupo de medicamentos estimular receptores alfa-2 adrenérgicos pré-sinápticos dos centros de controle cardiovascular do SNC, pode ocorrer a inibição da atividade simpática no cérebro. A consequência disso é que os imidazólicos podem levar os pacientes, principalmente as crianças com menos de três anos de idade, à depressão neurológica e respiratória, bradicardia e hipotensão arterial, todas decorrentes da exposição de doses tóxicas ou terapêuticas.

No que tange ao efeito rebote, existem algumas teorias que tentam explicar. A primeira diz que a vasoconstrição prolongada leva a hipóxia da mucosa nasal, resultando em hiperemia reativa com vasodilatação severa. A segunda teoria afirma que o uso prolongado do medicamento leva a uma queda da noradrenalina endógena e após o desaparecimento do efeito do descongestionante, ocorre a vasodilatação rebote. Outra teoria afirma que o tempo prolongado de uso estimula a atividade parassimpática, levando a um aumento da permeabilidade vascular e formação de edema (vasodilatação reversa), alteração da motilidade ciliar, prejudicando com isso a defesa imunológica do nariz (SCHVARSTSMAN, 1988 *apud* HEBERTS *et al.*, 2007, p. 103-108; FREITAS, 2014, p.5; RODRIGUES; PILOTO; TIYO, 2016, p. 138).

Segundo estudo publicado por HEBERTS *et al.*, 2007, p, 103-108, que leva em consideração a saúde do paciente, o uso indiscriminado desses medicamentos é preocupante, visto podem causar sérios efeitos adversos comprometedores para o usuário. Os sintomas característicos mais comuns da intoxicação por nafazolina, provocada pela administração tópico-nasal excessiva são: sonolência, sudorese, hipotensão ou choque, taquicardia, depressão respiratória e coma. Foram identificados também sintomas como, choques após hipertensão transitória, arritmias, sintomas de angina pectoris secundária, vasoconstrição coronária, hipotermia, excitação transitória e hiperflexia, seguida de depressão do sistema nervoso central, dilatação da pupila. Os autores concluíram que 66% dos pacientes entrevistados faziam uso por um tempo superior a 90 dias, sendo considerados usuários crônicos; e 71,43% dos indivíduos utilizaram o fármaco por mais de 12 meses, o que caracteriza rinite medicamentosa.

O cloridrato de nafazolina, devido sua ação farmacológica sobre os receptores alfa-2 adrenérgicos, pode levar os pacientes a casos clínicos mais graves, todos relacionados aos seus efeitos adversos. Dentre eles estão a síndrome do balonamento apical (síndrome de *Takotsubo*). Esta síndrome cardíaca geralmente acomete pacientes do sexo feminino, idosas com alterações típicas na ventriculografia esquerda com dor torácica, sem obstrução coronariana (FREITAS, 2014, p.5).

WANG *et al.*, 2009, p. 75, apresentaram um caso clínico da doença e concluíram que após a retirada do suposto descongestionante nasal, uma paciente de 84 anos que apresentava os sintomas da síndrome, demonstrou melhora em seu quadro clínico revelando uma provável relação entre o uso abusivo de medicamento simpatomimético e a síndrome coronariana aguda e o balonamento apical (FREITAS, 2014, p. 4-5; WANG *et al.*, 2009, p.75-78).

ZAVALA *et al.* (2004, p. 889) *apud* FREITAS (2014, p.5-6), relataram um caso de hemorragia talâmica após o uso de descongestionante nasal contendo nafazolina:

Paciente com 44 anos de idade, do sexo masculino, sem doenças prévias, apresentou cefaleia súbita e hipertensão arterial 24 horas após a exposição do descongestionante nasal contendo nafazolina. A tomografia de crânio evidenciou hemorragia talâmica. Durante a investigação do caso, não foram encontrados outros fatores de risco, e assim a hemorragia foi atribuída ao uso da nafazolina (FREITAS, 2014, p 5-6).

Para FREITAS (2014, p. 6), dez por cento de todos os acidentes vasculares cerebrais são devido a hemorragias. As principais etiologias são má formação vascular, hipertensão arterial e exposição a drogas simpaticomiméticas como a nafazolina.

É válido ressaltar que a presença de excipientes e associações podem também trazer risco a saúde do paciente. SILVA *et al.*, (2008, p.399-402), em um estudo feito para identificar a presença de excipientes com potencial de indução a reações adversas em medicamentos, mostraram que a presença do conservante antimicrobiano, cloreto de benzalcônio, em solução nasal de cloridrato de nafazolina associada ao cloreto de sódio (uso adulto e uso pediátrico), é responsável pela diminuição significativa da função pulmonar e reações de hipersensibilidade em pacientes asmáticos, além de poder agravar o quadro de rinite medicamentosa induzida por descongestionantes nasais.

São muitos os riscos relacionados ao uso indiscriminado de descongestionantes nasais contendo nafazolina. Assim, a assistência farmacêutica sendo um conjunto de atividades que podem ser exercidas pelo profissional farmacêutico relacionadas aos medicamentos, como produção, programação, aquisição e dispensação, o que fazem com que estes profissionais tenham um papel importante na sociedade, uma vez que sua capacitação vai além de tão somente um manipulador de fármacos e medicamentos, mas também o de conhecer as consequências dos medicamentos no organismo humano (ALMEIDA; MEJIA, 2014, p. 2).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura, pode-se concluir que a oferta e facilidade em adquirir os descongestionantes nasais tópicos, corrobora para o uso deste produto por pessoas cujo quadro de saúde nem sempre justifica o uso desses medicamentos, ocasionando doenças, agravamento das já existentes e alguns efeitos adversos como: arritmias cardíacas, cefaleia, insônia, irritação nasal, agitação, espirros, taquicardia, tremores, retenção urinária, síndrome do balonamento apical, acidente vascular encefálico hemorrágico, depressão neurológica, respiratória e rinite medicamentosa.

A falta de conhecimento e os riscos eminentes que são expostos, devido ao uso irracional de medicamentos sem prescrição médica e a deficiência na orientação

na hora da compra, o baixo custo e a grande oferta dos vasoconstritores nasais, levam as pessoas a usarem este tipo de medicamento de forma desordenada colocando em risco a homeostasia do organismo. O que torna o uso irracional destes fármacos um grave problema de saúde pública.

Diante do exposto, o uso de medicamentos sob orientação dos profissionais da saúde, principalmente o farmacêutico é de suma importância, pois é o profissional mais adequado para orientar os pacientes quanto aos riscos associados ao uso irracional do cloridrato de nafazolina, tendo em vista que este profissional em toda sua formação é capacitado para conhecer os riscos que medicamentos em geral trazem, independente da sua classe química e medicamentosa.

Ratificando (FREITAS, 2014. p. 10) faz-se necessário sugerir junto a ANVISA que estes medicamentos, sobretudo os que contêm nafazolina, não sejam de venda livre, assim a apresentação da receita para aquisição seria obrigatória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.P.; MEJIA, D.P.M.. Assistência Farmacêutica na Prevenção da Automedicação. 2014. p. 1-12. Monografia (Especialização) - Curso de Atenção Farmacêutica, Faculdade Fasam, Goiania, 2014.

AMADO, L.R.; CARNIEL, T.Z.; RESTINI, C.B.A.. Interações medicamentosas de anticoncepcionais com antimicrobianos e álcool relacionando a prática de automedicação. Ed. Goiânia, vol.7, N.13; 2011 Pág. 1451-1465, Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer.

CASTRO L.N; MELLO M.M; FERANDESWS - J. Health Sci. Inst, Avaliação da prática de automedicação com descongestionantes nasais por estudantes da área de saúde, Curso de Farmácia da Universidade Paulista, São José dos Campos-SP, J Health Sci Inst. 2016;34(3):163-7, Brasil.

CLORIDRATO: de Nafazolina. Dra. Tatiana de Campos, CRF/SP: 29.482. Medley Farmacêutica Ltda. Bula de Remédio.

FREITAS, P.S.. Eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos descongestionantes nasais tópicos: Revisão bibliográfica. Revista Especialize On-line Ipog, Goiânia, v. 01/2014, n. 8, p.1-12, dez. 2014

HEBERTS, R.A. et al. Uso indiscriminado de descongestionantes nasais contendo nafazolina. Revista Brasileira de Toxicologia, Santa Catarina, v. 2, n. 19, p.103-108, ago. 2007.

LAGUE, L.G.; ROITHMANN, R.; AUGUSTO, T.A.M.. Prevalência do uso de vasoconstritores nasais em acadêmicos de uma universidade privada do Rio Grande

do Sul. Revista Associação Médica do Rio Grande do Sul, v. 1, n. 57, p.39-43, jan. 2013

LENZ, D. et al. Evaluation of the use of topic nasal decongestants in university students from health sciences courses. Brazilian Journal Of Pharmaceutical Sciences, [s. L.], v. 47, n. 4, p.761-767, dez. 2011.

MELLO JÚNIOR, J.F. et al. Brazilian Academy of Rhinology position paper on topical intranasal therapy. Brazilian Journal Of Otorhinolaryngology, [s.l.], v. 79, n. 3, p.391-400, maio 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-8694.20130067>.

OLIVEIRA, E. A.S.. Fármacos que atuam sobre o sistema respiratório: FÁRMACOS AGONISTAS ADRENÉRGICOS. Universidade Católica do Salvador, p. 1-17, 2009.

RIBEIRO, M.M.A.C. Desenvolvimento de métodos rápidos de análise de fármacos por eletroforese capilar com detecção condutométrica sem contato (CE-C4D). Dissertação (mestrado) – julho de 2017, p. 1-120 - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Química,.

RODRIGUES, C.E.; PILOTO, Juliana A.R.; TIYO, Rogério. Rinite medicamentosa e o consumo indiscriminado de vasoconstritores nasais tópicos. **Revista Uningá review**, [S.I.], v. 29, n. 1, 138-141, 2017.. ISSN 2178-2571.

SILVA, A.V.A. et al. Presença de excipientes com potencial para indução de reações adversas em medicamentos comercializados no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, v. 44, n. 3, p. 397-405, 2008.

VIEIRA, F.S.. Possibilidades de contribuição do farmacêutico para a promoção da saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 213-220, Mar. 2007

WANG, R. et al. Apical ballooning syndrome secondary to nasal decongestant abuse. Arquivos brasileiros de cardiologia, v. 93, n. 5, p. e75-e78, 2009.

ZAFFANO, E. et al. Perfil Epidemiológico dos pacientes usuários de descongestionantes nasais tópicos do ambulatório de otorrinolaringologia de um hospital universitário. São José do Rio Preto – FAMERP. ArqCiênc Saúde, 2007 abr-jun;14(2):95-8.

Enviado em: 04 de janeiro de 2019

Aceito em: 25 de junho de 2019

DESENHO INDUSTRIAL E SOCIEDADE: MAPEAMENTO DAS EMBALAGENS DE COSMÉTICOS NA BASE DE DADOS DO INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI)

Simone Maria da Silva Rodrigues¹
Mário Jorge Campos dos Santos²

Resumo: As embalagens são instrumentos decisivos no momento da compra de um produto, principalmente se tratando de cosméticos. De acordo com dados levantados pela Mintel, de janeiro até a primeira quinzena de dezembro de 2014 foram lançadas 345.626 embalagens no mundo e o Brasil se encontra em (8º). No Brasil, as embalagens de maquiagem foi a categoria que apresentou o maior número de produtos lançados neste período. Sendo assim, observa-se que as embalagens em geral, e embalagens de cosméticos estão diretamente ligados ao desenho industrial. Assim, o objetivo desse trabalho foi mapear o registro de embalagens de cosméticos na base de dados de desenho industrial do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Foram encontrados 3.678 registros de embalagens, porém com a denominação embalagem and cosméticos apenas 37 registros. Em relação ao tipo de processo constatou-se que predomina-se o Desenho Industrial com 54% de pedidos. A classificação com maior solicitação foi a 09-01 (Embalagens e recipientes para transporte ou a manipulação de produtos)

Palavras-chave: Desenho Industrial; Embalagem e Cosméticos; Mapeamento.

INDUSTRIAL DESIGN AND SOCIETY: MAPPING OF COSMETIC PACKAGES ON THE DATABASE OF THE NATIONAL INTELLECTUAL PROPERTY INSTITUTE (INPI)

Abstract: The packages are decisive instruments at the time of purchasing a product, especially when it comes to cosmetics. According to data collected by Mintel, from January to the first fortnight of December 2014 were released 345,626 packages in the world and Brazil is in (8). In Brazil, the makeup packaging was the category that had the highest number of products launched in this period. Thus, it is noted that the packaging in general, and cosmetics packages are directly connected to industrial design. The objective of this work was to map the record of cosmetic packaging at the base and industrial design data from the National Institute of Intellectual Property (INPI). Found 3,678 packaging records, but with the name and packaging cosmetics only 37 records. Regarding the type of process constatou-se process predomina the Industrial Design with 57% of requests. The classification with the highest request was 09-01 (Packaging and containers for transportation or product handling).

Keywords: Industrial Design; Packaging and Cosmetics; Mapping.

¹Advogada. Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe- UFS

²Professor Pós-Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual na Universidade Federal de Sergipe- UFS

1. INTRODUÇÃO

As empresas costumam investir muito tempo e recursos, fortalecendo o poder de atração do desenho dos seus produtos. Desenhos novos e originais são muitas vezes criados para: adaptar o apelo visual dos produtos a um segmento específico do mercado; criar um nicho no comércio e fortalecer as marcas (INPI, 2013,p.4).

Assim, considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial (LPI, 9.279/96). De acordo com a lei brasileira, o objeto de Desenho Industrial tem sua configuração externa protegida por meio de registro e não de patente.

Nesse sentido, Maranhão (2015), traz a seguinte afirmação:

O desenho industrial (ou design) é um dos quatro bens da propriedade industrial, ao lado das invenções, modelos de utilidade e marcas. O direito industrial é o ramo do direito da propriedade intelectual que disciplina e protege o interesse dos inventores, designers e empresários na exploração comercial desses bens. A outra espécie de propriedade intelectual é formada pelos direitos autorais, que protegem o interesse dos criadores de escritos (trabalhos científicos, textos literários, letras de músicas); pinturas, esculturas e músicas (obras de arte, em geral); projetos arquitetônicos e programas de computador (softwares); em relação aos direitos morais e econômicos decorrentes da sua criação.

A legislação Brasileira, que regulamenta direitos e obrigações referente a propriedade industrial é a Lei nº 9.279/96, onde traz todas as definições sobre Desenho Industrial, devidamente intitulada o Título II, tratando as devidas informações nos Capítulos I á X.

A embalagem funciona como uma mídia, destacando o produto dos demais na gôndola do ponto de venda. Quando o design da embalagem for bem estruturado, as cores atraírem sua atenção pode-se ter uma comunicação eficaz com o consumidor (VIANA *et al*, 2013, p.4).

É a embalagem que está presente no ponto-de-venda, no momento da compra, e é através dela que o consumidor terá o primeiro contato, após receber as primeiras informações através de comerciais veiculados na mídia (MADALOZO, 2012)

Por isso, “uma embalagem que traga inovações, que seja atrativa e visualmente interessante, sempre trará para a marca algo a mais. Uma vez que uma

embalagem atraente sempre servirá para aumentar a credibilidade do produto” (VIANA *et al*, 2013, p.4).

O mercado de produtos cosméticos depende fortemente da apresentação comercial do produto, o que leva a necessidade de embalagens que atraiam a atenção do consumidor (BEMCO, 2015). O Brasil é o segundo mercado para produtos de beleza do mundo, perde apenas para os Estados Unidos (Associação Brasileira de Embalagem-ABRE, 2014).

No Brasil, a exigência do público por embalagens mais inteligentes e visualmente atrativas está em alta, principalmente nas regiões metropolitanas. Essa mudança do consumidor dá ampla vantagem a quem observa a importância que uma boa embalagem tem: agrega valor para a marca, facilita a vida do consumidor, vende os valores da empresa e conquista compradores no ponto de venda (ABRE,2015).

De acordo com dados levantados pela Mintel, divulgados pela ABRE, de janeiro até a primeira quinzena de dezembro de 2014 foram lançadas 345.626 embalagens no mundo. Os Estados Unidos foi o país que mais lançou embalagens durante o período, seguido pela Alemanha em segundo lugar, a França (3º), Índia (4º), Reino Unido (5º), Japão (6º), Canadá (7º), Brasil (8º), China (9º) e Espanha (10º) (ABRE, 2014).

No Brasil, com 14.236 lançamentos durante o período a maquiagem foi a categoria que apresentou o maior número de produtos lançados, seguida por produtos de padaria na segunda posição. Os produtos para cabelo ficaram com o terceiro lugar, seguidos por molhos e condimentos (4º), *snacks* (5º), laticínios (6º), produtos para pele (7º), sobremesas e sorvetes (8º), sabonetes e produtos para banho (9º) e produtos de chocolate (10º). A Jequití foi a empresa que mais lançou produtos neste período no país, seguido pelo O Boticário (2º), Unilever(3º), Avon(4º), Dia (5º), Nestlé (6º), Carrefour (7º), Natura (8º), Procter & Gamble (9º) e GPA (10º).

Diante desse cenário, verificamos a importância das embalagens, principalmente de cosméticos no cenário mundial e nacional, por esta razão, resolveu-se efetuar o mapeamento do registro de desenho industrial de embalagens de cosméticos na base de dados do INPI.

Sendo assim, o presente estudo tem o objetivo de identificar a quantidade de embalagens de cosméticos que foram registradas na Base de dados do INPI até

Agosto de 2018, identificando os aspectos relacionados a proteção dos desenhos industriais em especial as embalagens de cosméticos.

2. METODOLOGIA

O mapeamento foi realizado tendo como base os de registros de desenho industrial no Banco de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) do Brasil. O foco da pesquisa foi mapear os desenhos industriais de embalagens de cosméticos depositas no INPI. As palavras-chave utilizadas foram: Embalagens e Embalagens and cosméticos. Como campo de pesquisa foi utilizado “título”.O levantamento foi realizado em Agosto de 2018.

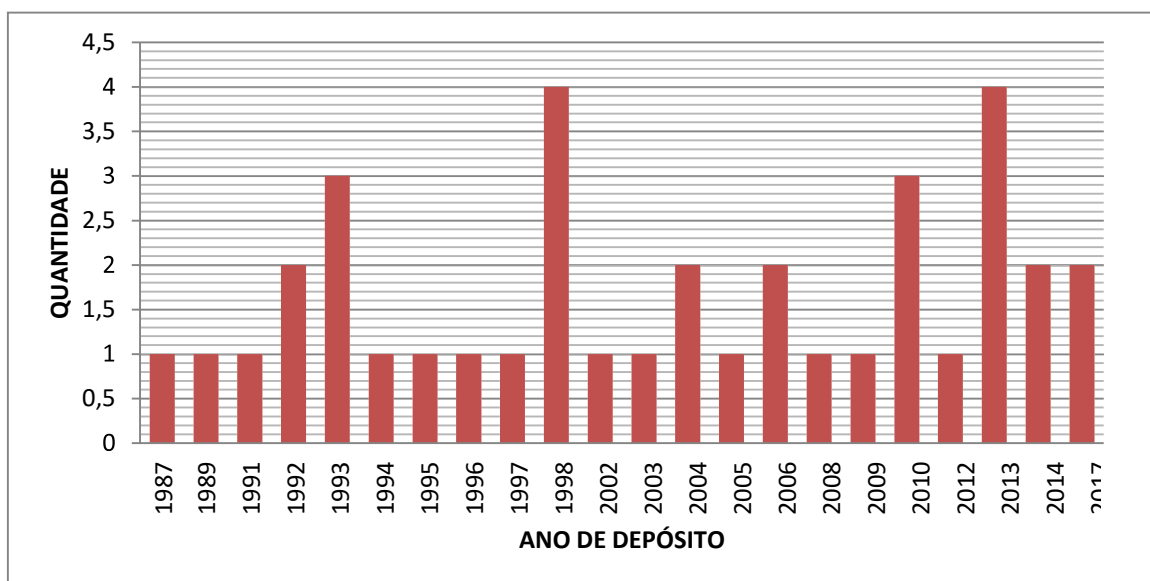
Os documentos encontrados foram computados individualmente, e organizados em planilha para elaboração dos gráficos, por meio do *Microsoft Office Excel*, a fim de caracterizar a evolução dosdesenhos industriais nesta modalidade, considerando o ano de depósito, quantidade de pedido de registro, tipos de processos e quantidade, nome do depositante e quantidade de pedidos, além da Classificação de Desenho Industrial.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Utilizando a expressão embalagem no campo de pesquisa denominado “palavra-chave” na opção desenho industrial foram encontrados 3.678 processos que satisfazem à pesquisa, porém delimitando o tema como embalagem e cosméticos encontramos 37 processos, no qual todos foram detalhados.

Na Figura 1 são apresentados os anos e quantidade de registros de desenho industrial na base de dados do INPI, utilizando a denominação embalagem and cosméticos. Em que há a possibilidade de verificar com precisão a quantidade específica realizada anualmente pelas empresas que desenvolvem embalagens de cosméticos e querem proteger seus direitos de propriedade industrial.

Figura 1 - Quantidade de pedidos de depósito por ano



Fonte: INPI (2018)

Percebe-se que há pouca solicitação de pedido de depósitos de desenho industrial caracterizado como embalagem and cosméticos, nos anos de 1987 a2017, verifica-se que nos anos de (1993, 1998, 2010 e 2013) houve maior solicitação de pedidos, onde consta-se que ficaram entre (3 e 4 pedidos).

Nos demais anos (1987; 1989; 1991; 1994; 1995; 1997; 2002; 2003; 2005; 2008; 2009 e 2012;), foram encontradas apenas 1 (um) solicitação de pedido de depósito de desenho industrial com a denominação (embalagem e cosméticos).

Diante de tais dados, podemos verificar que apesar do crescimento no lançamento de produtos no Brasil, conforme mencionado pela ABRE (2015), poucas empresas, se preocuparam em efetuar os depósitos referente ao desenho industrial das embalagens que expõe seus produtos.

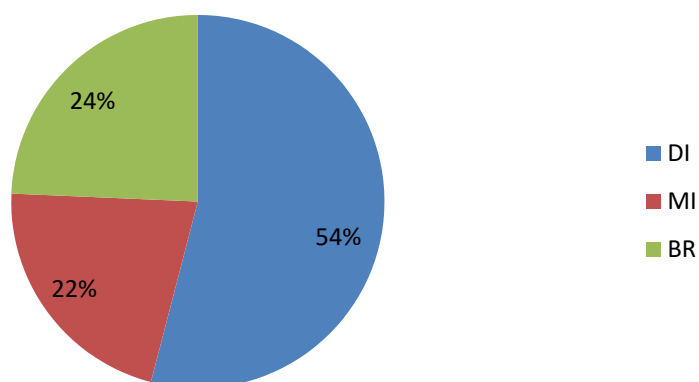
Nessa lógica, PSGA (2015), afirma que muitas vezes não é interessante ao inventor pedir o depósito da sua invenção junto ao INPI, e sim manter segredo da mesma, porque terá dificuldades de zelar pelo uso indevido, tendo em vista a publicidade do depósito. Neste caso o risco é de que outro inventor venha a obter o primeiro depósito e assim passe a ser titular da patente, impedindo que ele venha a utilizá-la.

Portanto, podemos inferir que uma das causas para o não depósito das novas embalagens de cosméticos no INPI, poderá está atrelada a tal posicionamento.

Dando continuidade na respectiva pesquisa, na figura 2, apresentamos os tipos de denominação dos processos antes e depois da nova Lei de Propriedade Intelectual (Lei 9279/96).

Figura 2- Quantidade de Tipos de denominação dos Processos antes e depois da nova Lei de Propriedade Intelectual (Lei 9279/96).

TIPOS DE PROCESSOS



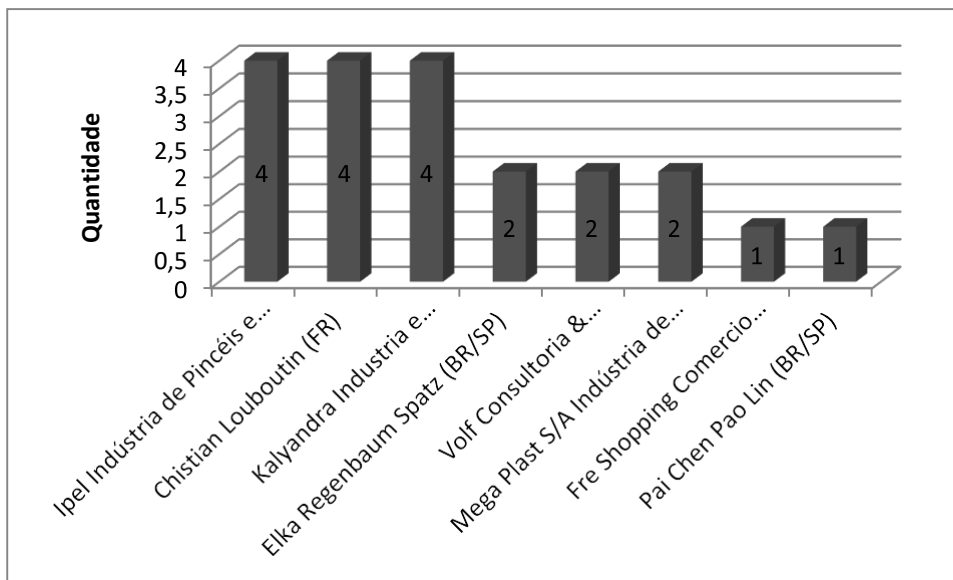
Fonte: INPI (2018)

A revogada Lei 5772/71, (antiga lei de Propriedade Industrial), tratava os Modelos Industriais (MIs), como patentes, porém após a entrada em vigor da Lei 9.279/96, todos os MIs que ainda não haviam sido concedidos foram renomeados e passaram a se chamar DI (Desenho Industrial). Em 9 de dezembro de 2011, foi publicada a Resolução nº278 (já revogada pela Resolução 55 de 18 de março de 2013), que adotou o padrão internacional de numeração sugerido pela OMPI, na qual inicia pelo país (BR), seguido pela natureza (30 a 39 - Desenho Industrial), ano de depósito, número sequencial e finaliza com o dígito verificador.

Portanto, podemos observar na figura acima que tivemos 22% dos registros com a denominação Modelo Industrial (antes de 1996), 54% como Desenho Industrial, e apenas 24% de com a denominação (BR), acordo com as normas do novo padrão internacional de numeração sugerido pela OMPI, na qual inicia pelo país (BR).

Nessa sequência, na figura 3, apresentamos o nome dos depositantes e a quantidade de depósitos de cada um deles.

Figura 3 - Nome do depositante e quantidade de depósito



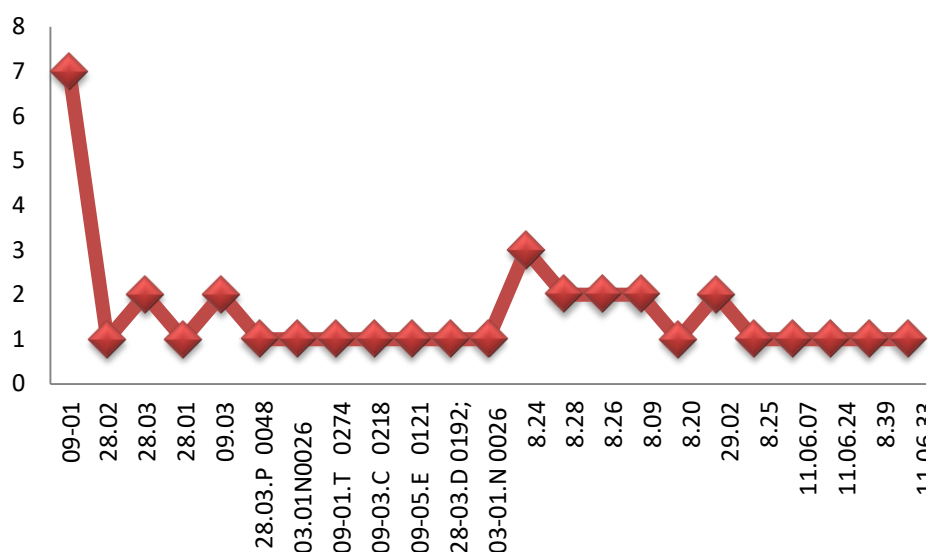
Fonte: INPI (2018)

Constata-se que os depositantes que possuem maior número de depósitos são: Christian Louboutin (FR), Kalyandra Indústria e Comércio Ltda. (BR/SP), Ipel Indústria de Pincéis e Embalagens Ltda. (BR/SP) com 4 pedidos cada, em seguida apenas com 2 depósitos consta: Volf Consultoria & Franchising Ltda (BR/MG), Elka Regenbaum Spatz (BR/SP), MegaPlast S/A Indústria de Plásticos (BR/SP).

Nesse sentido, percebe-se que as respectivas empresas, que efetuam os depósitos referente aos desenhos industriais que criam, obedecem todos os requisitos que são solicitados pela Legislação, tais como: novidade (quando não compreendido no estado da técnica (art. 96/LPI), originalidade (constitui a apresentação de uma configuração visual distintiva, em relação aos objetos anteriores (art. 97/LPI); e desimpedimento (os impedimentos para a concessão do registro estão relacionados nos arts. 98 e 100/LPI).

Dando seguimento, na figura 4, apresentamos a Classificação dos pedidos de depósitos e suas respectivas quantidades.

Figura 4- Classificação dos pedidos de depósitos e Quantidade



Fonte: (INPI,2018)

Constata-se no item classificação que a maioria dos pedidos se encontram na Classificação 09-01 (Embalagens e recipientes para transporte ou a manipulação de produtos), logo em seguida a Classificação de número 8.24 com 3 pedidos (Embalagens redondas ou ovais a) Inclui todos os tipos de caixas e recipientes em geral, térmicos ou não), e por fim, as Classificações de números (28.03; 8.28; 8.26; 8.09; 29.02), com 2 pedidos cada.

4. CONCLUSÃO

O mapeamento realizado demonstra que o número de desenho industrial encontrado na base de dados do INPI com a denominação embalagem e cosméticos é reduzida, tendo em vista, a posição que o Brasil ocupa no mundo em relação a produção de embalagens (8º), e sendo a maquiagem a categoria que apresentou o maior número de produtos lançados em 2014. Conclui-se que o quantidade de pedidos de registros foi maior nos anos de (1993, 1998, 2010 e 2013), e em relação ao tipo de processo, predomina Desenho Industrial com 54% de pedidos.

Quanto aos depositantes destaca-se Christian Louboutin (FR), Kalyandra Indústria e Comércio Ltda. (BR/SP), Ipel Indústria de Pincéis e Embalagens Ltda. (BR/SP) com 4 pedidos cada. No que tange a classificação, verifica-se que a

classificação 09-01 (Embalagens e recipientes para transporte ou a manipulação de produtos), obteve o maior número de pedidos.

Sendo assim, percebe-se que mesmo a embalagem sendo uma ferramenta atrativa para o consumidor, devidamente inserido na sociedade de consumo e os produtos de cosméticos dependerem fortemente da apresentação comercial do produto, é baixa a solicitação de registro de desenho industrial no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de haver maior divulgação dos procedimentos do INPI para as grandes e pequenas empresas e disseminar o conhecimento de Propriedade Industrial e Intelectual para toda sociedade, inclusive acadêmica, para proporcionar maiores resultados nas pesquisas e economia do país.

Percebe-se que existem grandes demandas na sociedade mundial pelo consumo, então é necessário que tanto as empresas quanto sociedade tenha conhecimento sobre as legislações e formas de utilização das mesmas, com intuito de ambos se beneficiarem e protegerem seus inventos e estimular novas criações.

REFERÊNCIAS

ABRE-Associação Brasileira de Embalagem. Disponível em: <http://www.abre.org.br/noticias/page/8/> Acesso em: 20 de Junho de 2015

_____; Lançamentos de Embalagens no Brasil e no Mundo. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.abre.org.br/noticias/lancamentos-de-embalagens-no-brasil-e-no-mundo-3/> Acesso: 20 de Junho de 2015

_____; O que o futuro reserva para o design de embalagens? Disponível em: <http://www.abre.org.br/noticias/o-que-o-futuro-reserva-para-o-design-de-embalagens/> Acesso: 24 de Junho de 2015

BRASIL. Lei 9279/96, de 14 de Maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso: 29 de maio de 2018

Embalagens para Cosméticos. Embalagens Plásticas. Disponível em:
<http://www.bemco.com.br/embalagens-plasticas/embalagens-cosmeticos.html>Acesso: 23 de Junho de 2015

INPI-Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.
Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/publicacoes>Acesso: 15 de Agosto de 2018

_____; Cartilha de Desenho Industrial. Disponível em:

http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/02_cartilhadesign_21_01_2014_0.pdf

Madazolo, Luiz Fernando. A Embalagem como Ferramenta de Marketing, abril de 2012.

Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/a-embalagem-como-ferramenta-de-marketing/63152/>Acesso: 23 de Junho de 2015

MARANHÃO, Marcio Winicius de Moraes .Aspectos Do Desenho Industrial E O Mercado De Instrumentos Musicais: O Caso Da Fender Stratocaster

Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj055138.pdf>Acesso: 15 de Agosto de 2018.

VIANA, Carlos André *et al.* A Cor e a Embalagem na Decisão de Compra: Reflexões Sobre Estratégias Persuasivas no PDV 1. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. 2013. Universidade Federal de Santa Maria UFSM, 2013. P. 1-1

Disponível em: http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/A-Cor-e-a-Embalagem-na-Decis%C3%A3o-de-Compra.pdf Acesso: 23 de Junho de 2015

Enviado em: 19 de agosto de 2018

Aceito em: 02 de junho de 2019